

Ana Maria Iorio Dias
Iêda Maria Nobre de Castro
Organizadoras

**Anais do I Fórum Interinstitucional Sobre Educação
Pública no Ceará: *Desafio da Qualidade*
*Realizado em Setembro / 2001***



Fortaleza - Ceará
2002

Copyright - © 2002 by INESP

Coordenação Editorial: Ana Maria Iorio Dias, Iêda Maria Nobre de Castro

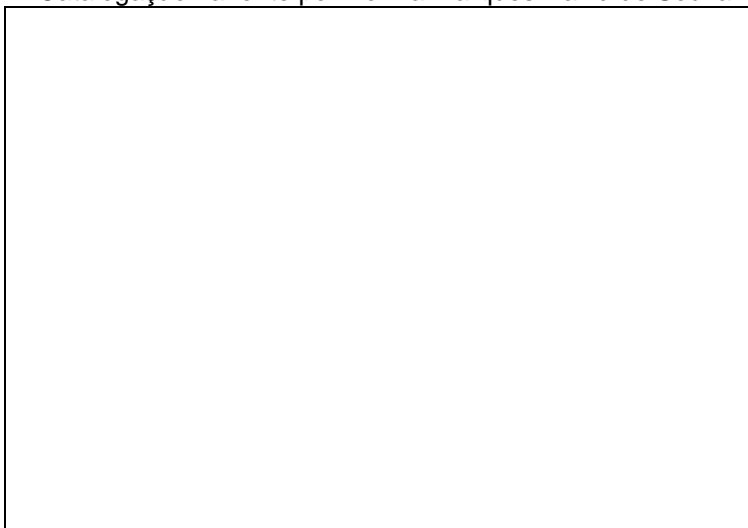
Diagramação: José Mário Giffoni Barros

Ilustração da Capa: Ronaldo Freitas

Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP

Textos: Depto. Revisão e Anais da Assembléia, Coord. Fátima Frota

Catálogo na fonte por Norma Marques David de Souza



Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Pontes Vieira 2391, Dionísio Torres,
Fone: 277-2911 - fax (0xx85) 277-2914
CEP - 60.130-241 / Fortaleza-Ceará Brasil
al.ce.gov.br/inesp - inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

Ao longo de décadas, dei aulas diariamente em instituições respeitáveis como o Colégio Estadual Joaquim Nogueira e no Colégio Justiniano de Serpa. Naquele período, fui me apegando cada vez mais à escola pública, principalmente por sua perspectiva democrática, permitindo a amplas parcelas da juventude, dos filhos do povo trabalhador, terem acesso ao conhecimento mais elaborado da escola formal.

Com o passar do tempo, apesar da expansão do ensino, temos assistido a um abandono disfarçado da educação pública, criando barreiras para que os filhos da classe trabalhadora tenham acesso a uma educação efetivamente de qualidade. Estão aí, os dados do SAEB demonstrando a existência de enormes parcelas de alunos analfabetos na 3ª, 4ª, 5ª e até na 8ª série do ensino básico.

Indignados com esse quadro, nos unindo a outros militantes dedicados à questão educacional, reunimos a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará junto com a Faculdade de Educação da UFC, o Centro de Educação da UECE, o Departamento de Educação da URCA e o Centro de Ciências da Educação da UVA e realizamos, de 13 a 15 de setembro de 2001, o I Fórum Interinstitucional sobre Educação Pública no Estado do Ceará, cujo tema central foi justamente “O Desafio da Qualidade”. Durante quase 3 dias, cerca de 500 participantes debateram intensamente as temas centrais inerentes à educação como financiamento, gestão, democratização e formação profissional.

Esta publicação traz na íntegra o interessantíssimo debate do I Fórum de Educação, com a exposição dos palestrantes e as opiniões dos debatedores. O leitor que não participou do evento terá a exata noção do que foi o Fórum e de sua importância para a educação pública no Ceará, cujo desdobramento foi a institucionalização do fórum como um espaço permanente de

articulação e mobilização da sociedade civil em torno da educação pública de qualidade.

Nessa tarefa, nos últimos 11 meses, foram realizados seis Fóruns Regionais de Educação nas cidades de Itapipoca, Aracati, Sobral, Iguatu, Crato e Tauá, reunindo um total aproximado de dois mil participantes que enriqueceram e muito as discussões. E tudo isto está desembocando no II Fórum Interinstitucional sobre Educação Pública, cuja realização é mais uma vitória dos que sonham com uma educação democrática, justa, libertadora e voltada para o verdadeiro desenvolvimento social, econômico e político do nosso Ceará.

Que a leitura desse relatório estimule e alimente nossa luta na defesa da educação pública de qualidade.

Deputado Chico Lopes
Membro do Comitê Executivo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| SUMÁRIO..... | 5 |
| FÓRUM INTERINSTITUCIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ – NOTAS INTRODUTÓRIAS..... | 7 |
| SAUDAÇÃO DO DEPUTADO WELINGTON LANDIM AOS PARTICIPANTES DO 1º FÓRUM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA..... | 9 |
| FALA DO SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCDOB)..... | 13 |
| DESAFIOS À EDUCAÇÃO NUMA SOCIEDADE GLOBALIZADA PROF. MANFREDO ARAÚJO DE OLIVEIRA - PALESTRA DE ABERTURA..... | 17 |
| FALA DO SR. PROF. CUSTÓDIO ALMEIDA (APRESENTANDO O LIVRO DO PROF. MANFREDO OLIVEIRA)..... | 33 |
| DIA 14.09.2001 (MANHÃ) - DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPASSES E PERSPECTIVAS PROFA. LUCÍOLA LICÍNIO DE CASTRO PAIXÃO SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS) - 1. PALESTRA..... | 39 |
| DEBATE – SÍNTESE DAS PERGUNTAS E DAS RESPOSTAS..... | 53 |
| DIA 14.09.2001 (MANHÃ) CONSTRUINDO MECANISMOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL - MESA REDONDA..... | 64 |
| DEBATE..... | 92 |
| DIA 14.09.2001 – TARDE - PAINEL GESTÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA MUNICIPALIZAÇÃO..... | 110 |
| DEBATE..... | 139 |
| DIA 14.09.2001 – TARDE - ALTERNATIVAS À AMPLIAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR - MESA REDONDA..... | 156 |
| DEBATE..... | 179 |

| | |
|--|-----|
| DIA 15.09.2001 – MANHÃ - PAINEL EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES | 190 |
| DEBATE..... | 222 |
| DIA 15.09.2001 – MANHÃ - PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: IMPASSES E PERSPECTIVAS - 2ª MESA REDONDA | 245 |
| DEBATE..... | 277 |

FÓRUM INTERINSTITUCIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A Assembléia Legislativa instalou, com solenidade, o Fórum Interinstitucional sobre Educação Pública no Estado do Ceará, ocorrido no período de 13 a 15 de setembro de 2001. De uma iniciativa do Deputado Chico Lopes, mas que recebeu o apoio irrestrito da Mesa Diretora desta Casa, o Fórum teve por objetivo refletir sobre os principais desafios para a construção da Educação pública de qualidade no Ceará. Durante os três dias, estiveram reunidos, além de parlamentares, professores, estudantes, entidades representativas de diferentes setores, sindicatos, universidades, para traçar caminhos seguros e inovadores para a educação no nosso Ceará.

O evento contou com a coordenação do INESP (Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará), órgão de Assessoria Técnica da Assembléia Legislativa, em parceria com a Faculdade de Educação da UFC (Universidade Federal do Ceará); do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará; do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri; e do Centro de Ciências da Educação da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Ressalte-se, também, o apoio recebido das Edições Paulinas, da Naturalis Trópicus, da Editora Vozes, do Café Serra Grande e da Qualigraf.

À abertura oficial do evento, estiveram presentes o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Wellington Landim; a Sra. Professora Lúcia Helena Fonseca Granjeiro, Diretora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará - UECE representando o Magnífico Reitor, Manassés Fonteles; o Sr. Professor José Rosa Abreu Vale, representando o Magnífico Reitor da Universidade

Estadual Vale do Acaraú – Uva; a Sra. Professora Valdete Tiziani Luma, Coordenadora da Universidade Regional do Cariri – Urca, representando também a Reitora Violeta Arraes; Sra. Professora Elza Maria Franco Braga, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal do Ceará, representando o Magnífico Reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra; Sr. Professor Marcondes Rosa de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Educação; o Exmo. Sr. Deputado Chico Lopes, autor da proposta deste encontro; lideranças, como a Professora Maria da Penha, pelo Sindicato APEOC (Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Estado do Ceará), a Professora Rosa da Fonseca, pelo Sindiute (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação) e o aluno Paulo Vinicius, da Universidade Federal do Ceará, representando a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas); o Professor Manfredo Araújo de Oliveira, primeiro conferencista do Fórum e o Professor Cústódio Almeida, apresentador do livro “*Desafios Éticos à Globalização*”, do Professor Manfredo de Oliveira, lançado na abertura do evento.

Comitê Executivo

SAUDAÇÃO DO DEPUTADO WELINGTON LANDIM AOS PARTICIPANTES DO 1º FÓRUM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ilustríssimos membros desta Mesa, quero saudá-los no nome do Professor Marcondes Rosa de Souza, Presidente do Conselho de Educação do Ceará. Senhoras deputadas, senhores deputados, educadores, convidados, estudantes, minhas senhoras e meus senhores.

Vivenciamos um momento privilegiado em nosso Estado. É perceptível a gestação de uma consciência coletiva sobre a importância da educação como condição para atingirmos uma sociedade mais justa, mais fraterna e com seus membros gozando verdadeiramente de uma plena cidadania. Indignada com o descaso do governo com o sistema educacional, a sociedade civil passa a intervir com mais altivez visando reverter essa perversa situação, questionando e exigindo do setor público o direito ao acesso a esse que é um dos mais antigos e sagrados direito do homem: o acesso ao conhecimento.

Exemplos desse despertar coletivo são contados às dezenas. Recentemente, entre os dias 9 e 12 deste mês, a Associações dos Magistrados e a dos Promotores de Justiça da Infância e da Juventude promoveram um encontro, no Ceará, para discutir a garantia jurídica do direito à educação.

A Assembléia Legislativa não tem ficado omissa a esse clamor popular. Desde que assumimos a direção da Mesa Diretora, em janeiro de 1999, ela vem desenvolvendo uma série de programas ligados à Educação com crescente participação da sociedade e efusivos resultados. Esses programas objetivam despertar a consciência cívica da juventude cearense e estimular sua participação política e cultural na história do Ceará.

Atendendo à nomenclatura geral de *Conhecendo o Parlamento*, o Programa é composto de cinco projetos, quais sejam:

A Escola e o Parlamento – Este projeto permite que os estudantes conheçam as dimensões formal-institucionais do Legislativo e o exercício do mandato dos Deputados, como possibilidade de apreensão dos valores éticos fundamentais à formação da cidadania e ao fortalecimento da participação política.

O Jovem e o Parlamento – Este projeto tem como meta estimular a formação plena da cidadania nas gerações futuras, visando repassar aos jovens o conhecimento da rotina parlamentar, participação nos estágios de elaboração das leis e fomentar a consciência da importância do Poder Legislativo.

A Universidade e o Legislativo - Aqui se pretende um encontro efetivo da Comunidade Universitária com o Parlamento, possibilitando a participação de estudantes, professores e servidores como assistentes das 14 Comissões Técnicas, sobretudo nos temas ligados à ética e à política.

A Comunidade e o Legislativo – Neste projeto, as lideranças comunitárias são estimuladas a participar de discussões sobre ética, política e sobre a importância do Legislativo na vida de cada cidadão.

O Concurso Literário “Conhecendo o Parlamento” - Destinado aos alunos matriculados nos níveis de ensino fundamental e médio das escolas públicas estaduais e municipais, objetiva distinguir, revelar e premiar os originais de autores nas categorias de redação e poesia sobre temas instrutivos e incentivadores da responsabilidade cidadã. Programa inédito no Brasil, o *Concurso Literário*, já na sua terceira versão, assumiu o desafio de atingir mais de 100 mil trabalhos.

O que estamos fazendo em favor da educação, fora todas as discussões que acontecem aqui na Assembléia Legislativa, é

certamente ainda muito pouco diante do volume de barreiras colocadas ao longo de nossa história no caminho dos cearenses.

Só uma conjugação malvada de interesse das elites poderia justificar tanta omissão, tanto desprezo com a educação, pois sabemos que essa demorada negligência pública esconde aquele velho medo de que um povo educado poderá escolher o seu próprio destino. Negar educação a um povo é interceptar sua capacidade crítica e fomentar seu esmorecimento cívico.

Por essas razões é que recebemos, com maior entusiasmo, os participantes deste Fórum sobre Educação Pública, proposto por um dos mais ilustres Deputados desta Casa, meu amigo, companheiro Chico Lopes, que, diga-se de passagem, tem um compromisso com o cidadão, com a ética, com o respeito, com as minorias do nosso Estado e do nosso País.

O Fórum, que tem como subtítulo o *Desafio da Qualidade*, define claramente a sua importância pela necessidade urgente de refletir a crise educativa e sua relação com a situação de pobreza em nosso Estado.

Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia da situação de pobreza do nosso Estado, 4 milhões e 100 cearenses ganham, em média, hoje, 80 reais por mês. A nossa tão querida, falada e decantada classe média, no Estado do Ceará, não chega a 3.4% da população e tem uma renda acima de 5 salários mínimos, apenas. Esse é o Estado que vivemos.

É hora de encarar com honestidade a questão da Educação no Ceará. Passou o tempo de discurso moderno sem aplicação. As palavras de efeito geram uma expectativa que não se concretiza, não se efetiva, não se desenvolve.

Minhas senhoras e meus senhores, é chegado o tempo de distinguir a ação educativa da mera instrução; educadores não são adestradores. A Educação é um ato de descobrimento, e só se pode realizá-la em um processo de formação que inclua o homem em meio social e ambiental, dando-lhe a consciência de que é o agente de sua história.

Este Fórum poderá ser um marco no processo de transformação da mentalidade educacional do nosso Estado. Pelo nível de seus conferencistas, de seus debatedores, pelos temas que compõem sua programação, pela seriedade com que foi formulado, temos a certeza de que alcançaremos os resultados ansiados pela população.

FALA DO SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCDOB)

Exmo. Senhor Presidente, Deputado Welington Landim; representantes dos Magníficos Reitores; prezados companheiros professoras e estudantes, senhoras e senhores; minha mulher, Valdizia Milhomen; minha filha Vanina e minha filha Professora Regina Cláudia.

O evento, desta noite, só é possível pelos novos ventos que rondam esta Casa. Estamos tendo, aqui, debates com trabalhadores, com grevistas da área de saúde, com estudantes. Agora, à noite, temos uma Audiência Pública com manifestação dos estudantes da UECE, com a participação do Professor e Deputado Artur Bruno, que chegou a uma conclusão para se negociar alguns pontos da UECE. Mas isso só acontece porque esta Casa tomou outros ares, passou a exercer a democracia como verdadeira representante do povo, e devemos isso ao nosso Presidente Welington Landim.

Este congresso só vai ser possível porque temos um compromisso com a democracia de sair da mesmice da televisão e começar a transformá-la na prática. Porque democracia é teoria, mas também é prática e juntam-se as duas. É por isso que vamos passar esses 3 dias discutindo esse assunto que acho importantíssimo.

Ao darmos início a este Fórum sobre Educação Pública, assumimos um compromisso de discutir as mais diversas opiniões sobre o tema com todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos com a questão educacional. Partimos de uma questão fundamental e que nos parece encoberta por números que expressam apenas uma face da verdadeira situação da Educação.

Queremos discutir a qualidade da Educação. Não nos conformamos com o que diz a propaganda oficial, mas convidamos os órgãos oficiais, para tratar a questão em conjunto

com os professores, estudantes, profissionais da área da Educação e, evidentemente, Parlamentares.

Diante de um tema tão importante, gostaria de levantar algumas questões que considero importantes para refletirmos e buscarmos a construção de uma Educação efetivamente pública, popular e democrática.

Em primeiro lugar, é preciso reconsiderar o verdadeiro significado e finalidade da Educação, o qual seja o desenvolvimento máximo de homens atuantes numa comunidade a que servem e que também os serve. Este é o ideal que deve iluminar a ação de todos nós, educadores, conduzindo-nos em direção à negação de práticas e processos educativos excludentes, ao mesmo tempo em que nos conduz à reafirmação do homem como sujeito histórico.

As excessivas centralização e burocratização do atual sistema educacional vêm tornando os gestores locais em meros executores de uma política educacional hierarquizada, por vezes arbitrária em relação às peculiaridades de cada região. Torna-se imperativo a criação de mecanismos de efetiva participação popular na formulação, acompanhamento e avaliação da política educacional.

Ao mesmo tempo, é necessário que seja dada maior autonomia ao Poder local para elaboração de políticas adequadas às reais necessidades da população. Precisamos democratizar os Conselhos de Educação, tornando-os participativos, deliberativos, permitindo-lhes exercer sua verdadeira função social.

As eleições para gestores escolares ainda são precárias e insuficientemente democráticas. O fortalecimento dos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis ou outras formas de organização política da comunidade escolar exigem uma mudança cultural que pode partir do cotidiano da escola, na medida em que sejam estimuladas práticas e vivências coletivas e sejam revalorizados, até mesmo redefinidos, os espaços sociais existentes na escola,

tornando-a mais atrativa, verdadeiros espaços de socialização e vivências democráticas.

Sem dúvida, muitas são as distorções geradas pelo modelo educacional adotado desde o início do Século XX. Entretanto, não é promovendo o “aligeiramento do ensino” de forma generalizada que vamos recuperar o tempo perdido. Pelo contrário, tal iniciativa pode contribuir para o agravamento da questão, promovendo um falseamento dos indicadores, distanciando-nos mais ainda da construção de soluções definitivas. É preciso preocupação, mobilização e engajamento popular na formulação de alternativas à Educação de Jovens e Adultos.

Resguardando-se alguns poucos avanços nessa direção, em particular no que diz respeito ao Ensino Fundamental, não há muito o que se comemorar. A Educação especial, inclusive, na escola pública, aparece como algo inatingível. Os obstáculos vão desde a ausência de arquitetura adequada à falta de professores capacitados. Nessa área, quase não se avançou.

A universidade, principalmente a pública, é ainda um sonho distante para os alunos provenientes de escolas públicas. A educação indígena, voltada para o fortalecimento da cultura de seus povos, caminha a passos lentos.

Democratizar o acesso passa pela eliminação de todos os elementos que contribuem para a discriminação e exclusão sociais, bem como pela garantia de recursos públicos suficientes capazes de ampliar o acesso, sem, contudo, comprometer a qualidade do serviço prestado.

Discordando dos dirigentes da política educacional vigente, reconhecemos que as condições de trabalho dos professores contribuem, senão diretamente, no mínimo indiretamente, de forma eficiente, para a melhoria do aprendizado.

A aprendizagem se constrói numa relação comunicativa e dialógica, mediante a qual professor e aluno se colocam como sujeitos do conhecimento. Defendemos, pois, a implementação de

uma sólida política de valorização do Magistério, que assegure, dentre outras situações, salário digno e compatível com a função, realização de concurso público e condições favoráveis de trabalho, com suporte tecnológico a serviço do professor.

A *precarização* do trabalho do professor, gerada pela terceirização e contrato temporário, fragiliza a relação professor versus aluno, na medida que causa insegurança em ambos, interferindo diretamente no processo de aprendizagem.

A Educação Pública está relacionada diretamente ao projeto societário que lhe dá sustentação. Sob esse ponto de vista, o projeto político-pedagógico da escola deve estar articulado, necessariamente a um projeto social mais amplo. Afinal, uma educação popular democrática não pode existir sem uma sociedade verdadeiramente democrática.

Educadoras e educadores, militantes e Parlamentares, dirigentes partidários, trabalhadores em geral, ao socializarmos nossas utopias em relação à Educação Pública de qualidade, compreendemos que o maior desafio é nos mantermos unidos, mobilizados, na perspectiva de forjar novos espaços de debate público sobre a política educacional, que nos permita construir, coletivamente, alternativas transformadoras, capazes de reduzir a defasagem entre a educação ofertada às classes trabalhadoras e suas reais necessidades.

Vamos ao debate, companheiros! Muito obrigado.

DESAFIOS À EDUCAÇÃO NUMA SOCIEDADE GLOBALIZADA PROF. MANFREDO ARAÚJO DE OLIVEIRA

PALESTRA DE ABERTURA

Senhores Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores, há uma pergunta que não pode ser eliminada, quando em nossos dias falamos em Educação: será que nos situamos, em nosso pensar e em nosso agir, realmente no mundo de hoje? Nosso mundo está passando por mudanças tão profundas que estão abalando as bases de nossa civilização, que podem levar, no fim do último milênio e no começo do novo, à construção das bases para um novo padrão *civilizatório*.

Não se anuncia hoje, por todas as partes, uma sociedade global, pós-industrial da informação e da comunicação em processo de planetarização? Uma civilização nova, na qual há de vigorar uma cidadania mundial e cósmica, que está sendo construída pela mediação da prática de pessoas, grupos e comunidade em todo mundo? Não é tão comum falar-se hoje de crise de paradigmas? Nossas agendas de discussão não estão repletas de temas novos, trazidos pelos processos sociais em curso? As questões levantadas pelos novos atores sociais e políticos não ultrapassam os padrões tradicionais de interpretação do nosso mundo? Não apontam todos eles para construção de um mundo novo como exigência – policêntrico, *transcultural* e multirreligioso? Não está emergindo uma nova consciência que indica ou aponta e exige a construção de uma humanidade nova?

Somos seres históricos. Isso quer dizer: somos, em primeiro lugar, situados em tradições, mesmo nas mudanças radicais, trazemos o peso do passado. Mas é fundamental que nos esforcemos para entender a dinâmica social do mundo presente, e

com consciência refletida poder dar a nossa contribuição na gestação da humanidade nova a que todos aspiramos.

Por isso eu gostaria de convidar, num primeiro momento, todos, que estão aqui, para um esforço reflexivo, no sentido de nos darmos conta, pelo menos em seus traços gerais, dos desafios que enfrentamos todos no mundo de hoje. E como é que tudo isso se reflete como desafio à educação.

A cultura contemporânea é, fundamentalmente, marcada pela hegemonia de uma visão da realidade, que é impregnada pelo espírito das Ciências modernas. Sem dúvida, a história dos últimos séculos demonstra com sucesso, uma influência cada vez mais profunda dessa ciência em toda as dimensões da vida humana, e uma convicção que marca, profundamente, o nosso mundo, que o saber, na realidade, é o saber empírico.

Ora, a primeira consequência daqui derivada é afirmação da falta de sentido para todo aquele saber que não se legitima na experiência, como a sua instância de validade última. O que significa dizer que a cultura hegemônica contemporânea é fundamentalmente uma cultura que tem, na experiência sensível, a sua referência à instância última de validade de todos os saberes articulados.

Isso significa uma transformação muito profunda do sentido do saber, que marca a nossa tradição ocidental. Porque o próprio objetivo do saber é transformado, quer dizer, não se trata mais, como era no passado, de um saber que quer situar, em primeiro lugar, o ser humano em sua realidade, através do conhecimento das estruturas fundamentais do real. Mas trata-se de um saber que tem como objetivo fundamental possibilitar a imposição da subjetividade sobre as coisas e sobre o mundo, isto é, trata-se do grande projeto moderno de manipulação de tudo pelo ser humano. Por esta razão, o objetivo fundamental das Ciências modernas é apropriar-se de informações que permitam ao ser humano um domínio cada vez maior sobre o real.

Nesse sentido, o horizonte que estrutura e orienta a nossa cultura é, no fundo, um horizonte tecnológico, isto é, trata-se de captar as conexões causais entre os fenômenos, de tal maneira que todos eles, fenômenos naturais ou sociais, transformem-se em matéria-prima da ação de ser humano no mundo. Quer dizer, o real é considerado como algo que não tem sentido em si mesmo, é algo que não tem uma essência, que não tem qualidades e que não tem fins, e o ser humano é aquele que atribui sentido, fim, a essa realidade.

Nossa civilização, em suas raízes, transformou-se numa civilização técnico-científica. Isso significa dizer que um tripé fundamental marca o mundo moderno, que é a vinculação entre a Ciência moderna, a técnica moderna e a Economia capitalista que constitui a estrutura *fundante* de nossas sociedades modernas.

Esse processo civilizatório tem uma determinada concepção do ser humano, que é subjacente: o ser humano é visto, acima de tudo, como um ser que tem necessidades, e a felicidade humana consiste, precisamente, na satisfação dessas necessidades. O que já podemos concluir de entrada, que milhões de pessoas, no nosso mundo, não atingem a vocação humana, propriamente falando, porque se tornam incapazes, por essa articulação dada ao mundo, de satisfazer necessidades elementares. Isto é, são reduzidas a não-pessoas, a não-seres humanos.

O saber, nesse contexto, só tem sentido na medida em que ele possa contribuir para a realização desse objetivo fundamental, isto é, para a efetivação de diversas formas desse tripé básico: Ciência, técnica e capitalismo.

Ora, por trás de todo esse processo há um objetivo fundamental, que constitui a razão de ser da vida humana: é a acumulação de riquezas. Vivemos numa sociedade cujo objetivo último é a valorização do valor. Quer dizer, a acumulação de riquezas constitui a razão de ser, em torno da qual se articulam as instituições, as estruturas e os processos sociais. Isso significa dizer que todas as questões humanas são transformadas em

questões técnicas e estão ligadas ao grande objetivo fundamental, que é aumentar a riqueza.

Neste contexto, a dimensão ética da vida passa ao segundo plano, atrofiada diante do grande objetivo novo, que deve marcar toda a estrutura da vida humana.

Ora, uma das grandes patologias da nossa sociedade, independente mesmo da análise da própria estruturação da sociedade capitalista, é a desproporção entre um enorme poder que o ser humano está adquirindo cada vez mais com o avanço tecnológico e o atrofiamento das questões éticas, ou seja, dos critérios que devem reger a responsabilidade nova que provém do próprio avanço tecnológico.

Toda essa estruturação moderna está tendo hoje uma forma nova. É aquilo vislumbrado no Século XIX e consolidado no Século XX, o capitalismo enquanto sistema mundial, através daquele processo de internacionalização, que os americanos chamaram de globalização. Os franceses são mais claros e chamam isso de “mundialização do capital”, porque é uma sociedade global, que no fundo é uma internacionalização do capital enquanto sistema.

Isso significa dizer o quê? Que as atividades econômicas se internacionalizaram, criando, em nível mundial, uma conexão intrincada dos diferentes mercados. É exatamente essa articulação internacional, hoje, que se tornou possível por aquilo que se chama a desregulação dos sistemas financeiros. De tal modo que hoje as finanças têm a condução de todo o sistema. Daí porque alguns economistas chamam o capitalismo contemporâneo de capitalismo cassino, porque a especulação global é que constitui o motor fundamental dos processos econômicos contemporâneos. Há trilhões de dólares girando o mundo à busca de lugares mais propícios a sua valorização.

Isso cria uma dependência nova, que é a dependência dos Países em relação ao financiamento de seus processos de desenvolvimento. Além do fato extremamente explosivo, nós

temos experiências, inclusive, no próprio Brasil, de que qualquer movimento nos mercados financeiros está em condições de liquidar com a economia nacional.

Uma das conseqüências mais graves dessa situação é que a internacionalização acelerada da economia diminuiu, consideravelmente, as possibilidades do controle econômico por parte dos Estados nacionais. De tal forma que as decisões mais importantes que afetam a vida de milhões e milhões de pessoas hoje no mundo, são tomadas sem qualquer controle democrático, no momento precisamente em que o mundo, através da revolução no campo das comunicações, transformou-se numa enorme conexão de redes globais.

A grandeza do processo produtivo hoje pressupõe investimentos gigantescos, o que está levando a um processo enorme de fusão de empresas. Tudo isso possibilitado pela nova revolução tecnológica. Nós todos conhecemos as inúmeras conseqüências disso: o desemprego estrutural em proporção dificilmente encontrada em outras épocas da história humana. E isso talvez constitua a questão central, social dos nossos dias, além do crescimento gigantesco das massas descartáveis, como conseqüência dessa revolução tecnológica, posta a serviço dos interesses no capital, e os Países que ficaram fora desse processo, perderam a sua significação no contexto desse tipo de economia.

Além disso, esse processo todo é justificado por uma teoria econômica, que se convencionou chamar de neoliberalismo, que defende a existência de um único mecanismo capaz de coordenar uma sociedade moderna, de economia moderna, que é o mercado, ou seja, o mercado no seu automatismo, que coordena, espontaneamente, as ações dos diferentes agentes através de uma lógica específica.

Ora, conhecemos, até por números, os resultados trágicos dessa forma de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. O Brasil, nosso País, tem 40,9% de sua população vivendo em situação de pobreza, com uma renda *per capita* mensal inferior a

60 dólares, ou seja, temos 9 milhões de famílias enfrentando, diariamente, o problema da fome; com quase 3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, 4 milhões e 400 mil entre 15 anos e 17 anos trabalhando e milhões vivendo nas ruas, sem nenhuma perspectiva de futuro.

Portanto, nosso País é, literalmente, um País de não-cidadãos, de não-pessoas, e foi, literalmente, invadido pela nova revolução tecnológica, o que agravou a dinâmica da economia interna, que já funcionava para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Ou seja, a nova estrutura socioeconômica, conduzida pelas políticas noeliberais com programas especiais de ajustes econômicos, sob a direção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, continuou gerando e aprofundando os níveis de desigualdades já existentes; aumentando o subemprego, a flexibilização e *precarização* do trabalho. Tudo isso, tornando inúteis ao processo de produção milhões de conterrâneos nossos, deteriorando a qualidade de vida de vastos contingentes populacionais, isso claramente mostrado nos indicadores de Saúde, Educação, Habitação, Saneamento, crescimento da economia informal, pobreza, exclusão, etc. Tudo isso se visualiza também pelo desenvolvimento brutal das mais diferentes formas de violência e da criminalidade organizada, do uso de drogas com milhões de vítimas. Esses processos provocaram recessão mundial sem perspectivas de crescimento sustentável.

Constrói-se, portanto, uma sociedade submetida única e exclusivamente aos imperativos da rentabilidade do capital, embora seja um dado extremamente positivo a volta dos processos de democratização depois da ditadura militar e o fortalecimento da sociedade civil.

Todas essas transformações fizeram Países e toda a América Latina incapazes de atingirem patamares mínimos necessários para que se possa falar de uma vida humana minimamente digna.

Ora, todo esse processo traz conseqüências graves para a Educação e para a prática educativa. Tudo isso tem conseqüências enormes sobre a cultura e o ensino. Antes de mais nada, o próprio impacto das novas tecnologias de comunicação, sob o contexto cultural dos nossos tempos. A palavra transforma-se em imagem.

Foi lembrado aqui o perigo de educar um povo que pensa. Então, é fácil mostrar a civilização sensória da imagem, e permite a transmissão de efeitos estéticos não-verbais e através disso não o cultivo do pensamento crítico, mas o cultivo de emoções, de sentimentos – como também não poderia deixar de ser – a sutil apresentação de valores, segundo os fins propostos por esse processo societário, que devem informar a condução da vida das pessoas.

No próprio processo do ensino, já começamos a sentir os efeitos daqui que Adam Shaff chamou de autômatos falantes, capazes de transmitir conhecimentos em diversos campos e de estarem programados para estabelecer um diálogo com os estudantes. Perguntas pairam no ar: como vai ser o ensino com a introdução agora acelerada das técnicas informáticas no próprio processo de aprendizagem? Qual a conseqüência de tudo isso para a formação das novas gerações? Como será a configuração da aprendizagem na era em que as funções – que, na tradição, eram cultivadas na escola, tais como a memorização de dados, desenvolvimento de habilidades como, por exemplo, os cálculos - estão sendo transferidas para as máquinas dotadas de uma supermemória artificial, que traz alívio a memória humana. Essas máquinas são capazes de fazer, em tempo mínimo, combinações operatórias com rapidez surpreendente e idealizar novos métodos de conhecimentos.

Uma questão nova, portanto, põe-se para o ser humano neste contexto: como é que vamo-nos situar nesta multiplicidade de dados? Aliás, alguns educadores têm chamado atenção para este problema: as pessoas ficam fascinadas com a Internet, ficam fascinadas com os dados e perdem-se nos dados, porque não

formam a consciência crítica para poder enfrentar essa multidão de dados que, em última palavra, tem a função de embotar o pensamento crítico. Então, como é que vamo-nos situar nessa multiplicidade de dados e, sobretudo, tomar posição? Como não ser simplesmente levado passivamente pelo o que aparece? Porque com a *absolutização* da razão instrumental, as pessoas estão cada vez menos desprovidas de critérios éticos para poder avaliar os diferentes dados com que se confrontam em suas vidas.

A tendência, então, hoje, é para um relativismo difuso que diz: tudo tanto faz, não importa, não há valores fundamentais, não há convicções, não há utopias, não há sonhos! Por quê? Porque este mundo já é a vitória do mundo verdadeiramente humano. Não precisamos pensar mais no mundo além deste! A vitória do capitalismo aparece, então, como espécie de plenitude da vida humana, para além da qual não importa mais pensar. E isso é uma coisa extremamente perigosa, porque onde o ser humano deixa de sonhar, já não existe mais ser humano; existe uma caricatura de homem.

Então, há tendência para esse relativismo difuso, inclusive, em virtude da própria consciência crescente da historicidade na vida humana, e conseqüentemente do seu conhecimento e dos valores que marcam a sua existência.

A tradição conheceu uma razão como instrumento crítico, que era uma razão una, que procurava unidade fundamental na vida humana. A cultura contemporânea diz: essa razão crítica, unitária, universal é um mito, ela não existe. O que existe é a multiplicidade, a contingência, a particularidade, a temporalidade. Portanto, não há projetos universais de defesas de valores universais. O que tem como conseqüência é a afirmação da impossibilidade da razão humana atingir dimensões universalmente válidas.

Diz-se hoje, como um valor fundamental, que estamos, definitivamente, confinados numa pluralidade de razões, de propostas, o que implica uma pluralidade insuperável de

interpretações do sentido da vida e de normas para orientá-la. Não há valores básicos. Daí uma divergência *ineliminável* e diz-se que isto é um valor fundamental que marca a nossa cultura: a pluralidade de cosmovisões, e, no fundo, toda a ética se transforma numa ética do consumidor, porque todos aqueles que podem ter acesso a essa sociedade, foram transformados em consumidores.

Antes de tudo, é necessário levar em conta que a Educação, neste mundo, repete-se mil vezes, implica fundamentalmente na instrução. Até se diz assim: como a forma de produzir hoje pôs no seu centro a Ciência, o saber, a Educação é uma produção dirigida pela ciências como instrução, para fazer as pessoas capazes de se inserir nesse processo, é uma questão fundamental. Veja bem, a Educação é aqui considerada central não em função da grandeza do ser humano, mas como instrumento de inserção na atual forma de produção. Então, diz-se: a Educação é instrução numa dupla perspectiva. Em primeiro lugar, ela é instrução material, enquanto aquisição de conhecimentos, enquanto aquisição de conteúdos e práticas, que tornam possível o exercício de determinadas funções na vida social. e em segundo lugar, ela é uma instrução formal, isto é, o desenvolvimento das capacidades humanas, para tornar o ser humano capaz de enfrentar as diferentes situações da vida.

É acima de tudo nesse aspecto que se dão hoje as mudanças radicais, a tal ponto de se falar de mudança do paradigma educacional. Ninguém vai querer negar que a Educação é isso também. Mas a questão central, aqui, é o emprego das novas tecnologias a serviço de um desempenho cada vez mais eficiente da energia cérebro-mental, justamente, através da mediação de instrumentos inteligentes. De tal modo que a interação com esses instrumentos tornou-se um problema básico da aprendizagem. São consideradas analfabetas, hoje, as pessoas que não têm familiaridade com os novos instrumentos tecnológicos. E o pior é que a cada dia mudam esses instrumentos

tecnológicos, e novamente nos sentimos analfabetos, completamente perdidos neste mundo de máquinas que, pouco a pouco, substituem a capacidade de pensar.

Então, o desafio imediato nessa esfera é repensar a instrução a partir da nova revolução tecnológica. A partir daqui, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre um desafio fundamental da Educação, nesse contexto que acabamos de descrever. O desafio mais grave não são as tecnologias em si mesmas, mas a tendência, que é constitutiva da civilização técnico-científica, a reduzir todo o processo educativo a esse tipo de instrução.

Ora, a própria crise que vivemos hoje, leva a humanidade a se perguntar sobre as razões de ser de sua vida, sobre os fins últimos de sua existência e do universo; quando a humanidade não precisa ter grandes compreensões da estrutura do mundo, mas basta ter um mínimo de sensatez para olhar o mundo e ver o grande poder tecnológico, e bilhões de pessoas passando fome, que qualquer ser sensato chega a conclusão que este mundo não pode estar num bom lugar, alguma coisa deve estar atrapalhada aí. Não é possível dar uma resposta às questões radicais de sentido da vida humana apenas com esse tipo de instrução de que falamos.

Isso tem a ver com uma outra dimensão essencial do processo educativo, que a tradição chamou de formação desde os gregos, onde o que está em jogo não é simplesmente adquirir conhecimentos ou capacidades, mas a orientação básica da vida, o problema de articular um sentido, um fundamento que possa situar e discernir todas as informações que o ser humano recebe em sua vida, e possibilitar a ele se situar na vida, na medida que seja capaz de colocar tudo num todo coerente de sentido.

Nesta esfera, a preocupação básica deixa de ser a qualificação do indivíduo competente para poder inserir-se nas instâncias sistêmicas da sociedade. Mas o que está em jogo é a própria construção do ser humano enquanto ser racional e livre. Daí porque, nesse nível, o problema essencial é a articulação de um quadro referencial básico, isto é, de uma visão dos princípios

supremos do ser, do conhecer e do agir que torne possível o conhecimento das estruturas fundamentais da realidade, que permitam ao ser humano detectar o sentido da natureza da sua própria vida, da sociedade, dos seus fins e dos seus objetivos, e que ajude o ser a legitimar a sua forma de inserção no mundo.

É a partir daqui que o ser humano pode preparar-se para engajar-se em sua vida na construção de mundos que sejam capazes de realizar o ser humano como ser humano, isto é, da construção das relações fundamentais que constituem a sua vida: a relação com a natureza e a relação com outros seres humanos, isto é, construir uma humanidade simétrica, igualitária, solidária, prazerosa.

A partir dessa problemática, podemos dizer que a tradição ocidental pensou a Educação como um processo de universalização. O ser humano, enquanto ser humano individual, empírico, contingente, finito, até arbitrário, particular, pela Educação, vai-se elevando ao reconhecimento da dignidade de cada ser, na sua diferença e vai-se elevando, quando a educação é verdadeira, ao reconhecimento da dignidade condicional de todo e qualquer ser humano, enquanto o ser que em sua finitude é portador consciente de valor absoluto e como tal é responsável pela integridade de toda realidade.

Portanto, educar-se é tomar consciência dessa estrutura fundamental da realidade e desenvolver a capacidade de pensar, para descobrir mecanismos, a fim de que o reconhecimento universal da dignidade de todos os seres, de uma maneira especial do ser humano, possa efetivar-se na vida humana. Enquanto não criarmos pessoas apaixonadas pela criação histórica desses mecanismos efetivadores de liberdade e de reconhecimento da dignidade, não nos educaremos.

Então, educar é abrir alguém para a comunhão básica com toda a realidade, com a natureza e o ser humano. A Educação emerge, tem sentido, enquanto aprendizagem de uma convivência universal. Isso implica uma ação numa dupla dimensão. Primeiro,

educar-se é aprender a cuidar da natureza. A modernidade, sabemos hoje, foi, profundamente, marcada por uma postura antropocêntrica; aqui o ser humano compreende a si mesmo como sujeito, isto é, como aquela instância que articula o sentido de toda realidade e como centro ao qual tudo deve estar referido. A natureza, destituída de valor, de essência, de qualidade, é reduzida a um puro meio para satisfação das necessidades e dos desejos humanos. O que desembocou numa exploração desenfreada de recursos naturais, provocando a destruição do Planeta, a eliminação de espécies, a degradação da vida humana. Hoje, a humanidade já sabe, desde o famoso relatório do Clube de Roma, que a universalização dos padrões de desenvolvimento e consumo do mundo capitalista desenvolvido, conduziria inevitavelmente a um apocalipse ecológico.

O crescimento demográfico, acoplado a uma série de fenômenos que são conseqüências inevitáveis da sistemática imposição do homem sobre a natureza e de sua destruição, como o aquecimento da atmosfera, a contaminação da água com produtos químicos, a diminuição dos produtos de alimentação em longo prazo, numa palavra, a vitória cada vez maior do homem sobre o outro, a natureza está conduzindo a humanidade a autodestruição, inclusive porque o ser humano é um ser da natureza.

Dáí porque se trata agora, em primeiro lugar, de educar, que significa refazer os vínculos rompidos com a natureza, redescobrir que ela também é marcada por princípios, que ela também tem sentido, que ela também é portadora de valores, que devem ser respeitados e que não podem ser destruídos sem razão, ou seja, só podem ser em função da vida humana que, enquanto ser racional e livre, portanto, ético, está no topo da hierarquia dos seres.

O programa das Nações Unidas para o meio ambiente, o Fundo Mundial para a Natureza e a União Internacional para Conservação da Natureza tentaram articular os princípios

fundamentais para exprimir essas exigências de uma postura nova em relação à natureza e que deveriam constituir uma grande direção na educação de hoje.

Primeiro, construir uma sociedade sustentável em todos os sentidos; segundo, respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; terceiro, melhorar a qualidade da vida humana; quarto, conservar a vitalidade do Planeta Terra; quinto, permanecer nos limites da capacidade do suporte do Planeta Terra; sexto, modificar atitudes e práticas pessoais frente à natureza; sétimo, permitir que as comunidades cuidem do seu próprio meio ambiente; oito, gerar uma estrutura nacional para integrar desenvolvimento e conservação; nove, construir uma nova aliança global, portanto, uma nova globalização.

Tudo isso pressupõe, em primeiro lugar, a capacidade de levantar algumas perguntas ousadas para a nossa civilização, e uma Educação que não chega a levantar essas perguntas, está, de alguma maneira, incapaz de responder aos desafios do mundo contemporâneo. Por exemplo: a vida humana está totalmente orientada para a necessidade e para os impulsos, os mais profundos, do ser humano. Os seres humanos estão orientados, em última instância, para uma acumulação cada vez maior de riquezas. Somos seres do acúmulo da riqueza ou há outras coisas que são fundamentais para a vida humana? O ideal supremo da vida humana é um crescimento e um consumo ilimitados? O desenvolvimento pleno da vida humana implica necessariamente esta forma de acumulação de bens? A quantidade tem que se submeter assim a qualidade dos produtos e, sobretudo, a qualidade da vida humana e do meio ambiente?

A economia do desperdício, que deixa milhões de pessoas passando fome, não deveria dar lugar a uma economia do suficiente, que não excluisse ninguém? Isso pressupõe que a relação ser humano versus natureza não seja pensada e efetivada como dominação, mas também como momento do processo de comunhão com a totalidade. Isto é, a relação do ser humano com

a natureza não precisa, necessariamente, ser só relação com algo de que ele tem necessidade para se reproduzir como ser orgânico, mas também com algo que é portador de valores intrínsecos. Então, temos que aprender de novo a nos relacionar com a natureza também no sentido estético, no sentido que vá além da relação de manipulação. Trata-se, de última instância, de efetivar na nossa vida a comunhão originária com todos os seres, inclusive com a natureza de que fazemos parte.

Por essa razão o ser humano é responsável pelo cuidar da natureza, pelo zelo com a sua integridade, pelo respeito aos direitos e aos seres naturais e ao equilíbrio do ecossistema. Nesse horizonte, a ética, entendida aqui como cuidar da natureza, constitui o centro de uma educação entendida enquanto formação, e emerge como esforço para tornar real a complementariedade entre o ser humano e a natureza, a reciprocidade e a convivência respeitosa com todos os seres.

Uma Educação à altura do mundo contemporâneo só pode realizar-se como prática de libertação, isto é, só pode se radicar, se ela for capaz de unificar, guardando a diferença, a luta contra a injustiça ecológica com a luta contra injustiça social, ou seja, cuidado com a natureza e reconhecimento da dignidade incondicional do ser humano são os dois pilares que devem marcar a Educação nos dias de hoje.

Sobre essa última questão, eu gostaria, ainda, de dizer umas palavras finais: antes de qualquer coisa, uma tarefa é o ser que só é ele mesmo, através da sua própria ação, aquele ser que se conquista, na medida em que ele é capaz de se elevar à comunhão com os outros seres humanos livres! Acho que nunca, como hoje, a humanidade tem que tomar consciência que é uma grande ilusão achar que se conquista liberdade explorando e pisando nos outros. O ser humano só é ser humano livre na medida em que ele respeita a liberdade de todos, porque só o reconhecimento de livres torna alguém realmente livre. Onde o humano se divide entre senhor e escravo, como é o nosso caso, não é possível

emergir a humanidade verdadeira. A conquista da verdadeira liberdade implica a eliminação de qualquer forma de negação do humano, que se efetiva nas diferentes formas de violência, a começar pelo processo produtivo e de discriminação, que degradam a existência humana.

A identidade própria do ser humano se produz pela mediação da constituição de uma sociabilidade que torne real, possível, efetivo o reconhecimento de todos os seres humanos como livres, autônomos, sujeitos conscientes. Nessa perspectiva, a autoconstrução da vida humana, que é a sua necessidade originária, passa por um processo de criação de um novo tipo de sociabilidade, uma sociabilidade radicada na solidariedade universal, fonte de um mundo novo onde os seres humanos possam viver humanamente. Isso implica a construção de novas instituições sociais e regras que criem um ambiente econômico, político, social e cultural capaz de erradicar a miséria, a pobreza no mundo e tornar possível o desenvolvimento humano integral.

A conquista da subjetividade e da autonomia passam pela comunhão dos seres humanos e, portanto, pela construção de uma estruturação da sociedade que torne essa comunhão possível. Ora, isso significa dizer que toda a Educação autêntica é um processo de Educação para a liberdade nas diferentes situações históricas. Daí porque liberdade só é liberdade se é luta pela construção sempre renovada de mundos enquanto espaços de sua possível efetivação.

A tarefa fundamental da vida humana é a construção correta sempre em contextos históricos diferenciados de suas relações fundamentais: as relações com os seres humanos e as relações com a natureza. A razão de ser de nossas ações, na história, e é para isso que a educação deve nos levar, é a produção de nós mesmos como sujeitos livres.

Uma Educação que se situa nesse horizonte é uma Educação da vida em sua integralidade. E a tarefa fundamental do educador é iniciar o educando na busca do seu rumo próprio da

vida, de sua identidade e da efetivação de ser um ser *irrepetível*. Essa Educação deve conduzir cada um a conquista de si mesmo em sua subjetividade, de tal modo que cada um possa fazer-se sujeito do seu próprio desenvolvimento, de sua própria formação, porém através da solidariedade universal, cósmica e social.

Obrigado!

**FALA DO SR. PROF. CUSTÓDIO ALMEIDA
(APRESENTANDO O LIVRO DO PROF. MANFREDO
OLIVEIRA)**

Boa-noite a todos. Na pessoa do Ilustre Deputado Chico Lopes, eu gostaria de saudar os membros desta Casa Legislativa e a todos os presentes nesta noite.

O Professor Manfredo Oliveira apresenta hoje à sociedade brasileira e aos leitores de língua portuguesa mais um livro no conjunto de uma obra, que já soma 13 livros publicados individualmente, dos quais 5 tratam diretamente da importância da ética para a realização da sociabilidade humana.

Também não podemos esquecer que, nos mais de 25 livros publicados em parcerias, em dezenas de artigos veiculados em periódicos especializados, o Professor Manfredo Oliveira sempre mostrou o lugar central da ética na vida humana; seja pela necessidade de estabelecimento de uma racionalidade capaz de dar respostas aos permanentes desafios individuais e coletivos, que marcam os cotidianos das pessoas e dos povos, seja pela necessidade filosófica de se legitimar, racionalmente, a ética com argumentos universalmente válidos, para todos os que recorrem à linguagem e ao diálogo como lugar de comunicação e de encontro.

O novo livro, publicado pela Editora Paulinas, intitulado “*Desafios Éticos à Globalização*”, revela a aguda percepção do Mestre Manfredo Araújo de Oliveira aos problemas sociais que marcam o nosso tempo e mostra o quanto esse grande pensador, atento aos acontecimentos das várias esferas da vida social: Economia, Política, Educação, Direito, Ciências e Tecnologia, etc...é capaz de pensar a diversidade, sem perder de vista as perguntas que fundam, eticamente, a filosofia ocidental: quem é o homem? Qual sentido da existência? Para onde caminha a humanidade? Quais as referências que devem ser eleitas para se tomarem as decisões necessárias de cada dia?

O tema do livro em questão já está presente no próprio título. Trata-se de mostrar que o ponto de partida da ética é a vida mesmo, a realidade humana, e, em nosso contexto específico, a realidade humana diante dos desafios da globalização.

Ora, para tratar desse tema, o Professor Manfredo começa mostrando que a ética não diz respeito apenas a alguns, mas, sim, a todos, na medida em que nossa condição humana exige, como tarefa permanente, a tomada de decisões nos mais diversos âmbitos da vida.

A própria ética, nesse sentido, em vez de ser pensada apenas como “invenção humana”, é definida como “condição humana”, pois se torna o lugar da viabilização da própria vida, o lugar onde se efetiva a conquista da humanidade por mulheres e homens vivendo em sociedades. Numa palavra, a ética é o lugar, mesmo da realização da liberdade.

O Professor Manfredo Araújo de Oliveira acaba de definir o homem, aqui, no seu discurso, como tarefa, ou seja, que tarefa é essa? O fato de não estarmos prontos, exige de nós uma conquista diária de nós mesmos; a isso se chama de liberdade. Portanto, quando o filósofo fala de ética, não a põe em lugar qualquer, ao lado de outros temas da Filosofia, mas sim em ponto de convergência de todos os temas filosóficos.

Nas palavras do Professor Manfredo, “A ética emerge como reflexão crítica, destinada a tematizar os critérios que permitam superar o mal e conquistar a humanidade do homem enquanto ser livre”. Sendo assim, ela é mediação para a humanização do ser humano, para a efetivação de um mundo humano, enquanto o mundo que torna a liberdade efetiva.

Seu objetivo fundamental é, então, estabelecer os marcos nos quais é possível configurar, em um mundo humano, subjetividade e intersubjetividades enquanto espaço efetivador de modernidade. O que é buscado, acima de tudo, são critérios que permitem aos seres humanos conduzirem suas vidas com a dignidade que os constitui como seres chamados à liberdade.

No nosso tempo, a palavra **globalização** tornou-se a palavra-chave das Ciências Econômicas e Políticas para se pensar realidade social. Nesse sentido, a ética deve-se fazer presente, para realizar as mediações necessárias à efetivação da humanidade nesse novo contexto de globalização. Ora, confrontar os desafios da mundialização da Economia, do Direito, da política e todas as muitas conseqüências decorrentes desse processo com a ética, exige uma análise cuidadosa do que hoje corriqueiramente, chamamos **globalização**.

O Professor Manfredo Oliveira realizou com maestria essa tarefa, e isso quer dizer que nós, leitores, podemos, com este novo livro, compreender melhor o que significa ética, globalização. E ainda, por que os processos de globalização exigem, em contrapartida, uma ética também global? Isto é, uma ética que possa transpor as fronteiras nacionais da mesma forma que a **globalização** transpõe, para ser capaz de dar conta de seus desafios.

Isso eu considero um dos pontos altos e centrais do livro, ou seja, na medida em que o Professor Manfredo elenca os problemas vivenciados hoje, no mundo, como problemas que dizem respeito a todas as pessoas, de igual forma ele reivindica a necessidade de se construir uma ética igualmente capaz de dar conta, de modo universal, dos problemas humanos.

Vale chamar atenção para o fato de que o Professor Manfredo não apenas constata a necessidade de uma ética global voltada para um mundo globalizado, mas se propõe, como filósofo, a legitimar, validar, racionalmente, uma ética universal.

Portanto, não se trata de éticas minimalistas pessoais, de microéticas. Trata-se de uma macroética capaz de dar conta dos problemas globais que o mundo vivencia hoje.

Portanto, ensina-nos o Professor que não é porque há desafios globais a ser enfrentados, tais como a miséria mundializada de forma alarmante, a dimensão igualmente mundial dos problemas ecológicos, a violência étnica e religiosa,

o esfacelamento da estrutura de trabalho, etc., que surge a necessidade de legitimar, racionalmente, uma ética global, mas a própria condição humana, que sempre se lança na conquista da liberdade, exige essa legitimação ética universal.

Portanto, os atuais desafios éticos põem em evidência a necessidade de uma ética mundial e de sua legitimação racional, mas essa exigência está arraigada na própria condição humana.

Para uma breve apreciação dos desafios enfrentados pelo Professor Manfredo em seu novo livro, gostaria de destacar um foco de sua análise, que trata da relação entre Economia e política. Ele mostra que, a partir dos anos 30 do século passado, Século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, houve um processo de politização da Economia. O que significa que passou a existir uma regulação macroeconômica da sociedade por meios de políticas tributárias, monetárias e sociais. Nesse sentido, a política indicava os rumos da vida social. E esse modo de fazer política ficou conhecido, no Ocidente, como as democracias de massa dos Estados de bem-estar social.

A partir dos anos 70, do Século XX, começou a se fazer uma inversão nesse processo, ou seja, uma substituição da política pelo mercado, o que nos dá como consequência, hoje, uma mercantilização de quase todos os âmbitos da vida social.

Há que se notar que a substituição da política pelo mercado põe em risco, como talvez nunca antes tenha se dado na história, a própria realização da liberdade humana enquanto tal. Com o comando do destino da humanidade transferido para o mercado, os indivíduos têm que abdicar daquilo que constitui a própria humanidade do homem; o fazer-se a si mesmo, dar a Lei para a si mesmo, que desde os gregos ficou conhecido como autonomia. E onde a liberdade não pode ser realizada, não há ética e, conseqüentemente, não há humanidade. Essa é uma afirmação contundente do Professor Manfredo Oliveira. O Professor Manfredo sustenta que sem espaço para realização da ética ocorre a desumanização do homem.

A política, que desde a República de Platão era o lugar da efetivação da humanidade, tornou-se, nos atuais tempos liberais da Economia, refém do mercado. Ela não tem mais a tarefa de configurar a vida coletiva, mas apenas de ajustar-se à Economia, ou seja, de subordinar-se às forças do mercado.

Mas esse é apenas um lado da globalização, o lado que aparece mais facilmente a cada um de nós. O lado perverso da globalização, e o Professor Manfredo nos mostra que esse estado funesto de coisas, que impossibilita a realização da ética no contexto neoliberal, é apenas uma dimensão do mercado, a dimensão evidente do fenômeno da globalização.

Nesse sentido, a primeira globalização é a da violência, em que o arbítrio e o poder clamam o lugar do Direito. É uma dimensão da globalização diretamente atrelada aos interesses hegemônicos e excludentes do capitalismo neoliberal. É um lugar onde a globalização mostra o seu lado funesto, por exemplo, de terrorismo internacional, e olha que o Professor Manfredo falou disso muito antes dos últimos acontecimentos.

Em se tratando da dimensão positiva da globalização, e aí há um outro lado da globalização que precisa ser observado, aquele que mundializa a solidariedade e a cooperação, o Professor Manfredo nos chama atenção para a necessidade de formar as pessoas e as sociedades para isso.

E aqui, entramos diretamente no tema da educação. Daí que as exigências da educação, em nossa época, são exigências, fundamentalmente, éticas. É hora de substituir, na educação formal, a mera instrução pela formação. Obviamente, não é uma substituição como troca, mas uma substituição enquanto ênfase. Portanto, também é hora de rever os currículos e mudar a escola. A escola deve estar preparada para desenvolver nos indivíduos a capacidade de descobrir a humanidade na própria condição humana, isto é, como nos diz o Professor Manfredo: “*O ser humano experimenta a si mesmo, como um ser que tem de ser*”.

Como algo que não encontra sem mais o seu ser já dado, mas antes como uma tarefa a se fazer o que suscita o desejo de ser.

A Educação precisa, urgentemente, assumir como seu objetivo fundamental, o de suscitar nas crianças e adolescentes o ético desejo de ser, que no mundo globalizado conduz à solidariedade e à cooperação. Daí porque uma escola baseada simplesmente na instrução, não é capaz de realizar essa tarefa.

Os desafios éticos de nosso tempo mostram-nos que se não nos mantivermos ligados à vida como princípio, poderemos caminhar para a autodestruição.

A consciência ético-ecológica que emerge atualmente, já nos mostra que isolados somos mais fracos; sem cooperação, enfraquecemos e quando não somos solidários, adoecemos e morremos. O outro lado do fenômeno da globalização, aquele que revela a nossa existência na forma de uma grande teia de vida, mostra que dependemos do outro para ser nós mesmos.

Parabéns, Professor Manfredo, por este novo livro, que nos chega providencialmente, nesses dias em que a dimensão violenta da globalização, na forma de terrorismo internacional, mostra o seu poder de destruição e a extensão do que nos ameaça, tornando o seu apelo ético tão imprescindível.

Muito obrigado por nos oferecer, mais uma vez, a oportunidade de aprender Filosofia.

DIA 14.09.2001 (MANHÃ)

**DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL:
IMPASSES E PERSPECTIVAS PROFA. LUCÍOLA
LICÍNIO DE CASTRO PAIXÃO SANTOS¹
(UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)**

1. PALESTRA²

Bom-dia a todos. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao convite da Assembléia Legislativa, do Deputado Chico Lopes, e dizer da enorme satisfação por estar aqui, hoje, falando com vocês sobre a democratização das Políticas Públicas em Educação.

Quero também lhes comunicar que, nós professores universitários das Instituições de Ensino Superior Federal, estamos em greve, juntamente com os funcionários e com os alunos, reivindicando melhores salários, mais verba para a Educação, ampliação das vagas no Ensino Superior, reposição de pessoal para dar suporte, e permitir realmente uma Educação de qualidade, enfim, lutamos por um ensino de qualidade e contra todas as ameaças que estão hoje postas em relação à consolidação, à possibilidade de existência de um Sistema Público de Educação neste País.

Dividi minha fala em algumas partes. Inicialmente vou colocar a questão da relação que existe entre Escola e Democracia. Para muitas pessoas e mesmo para os educadores, a escola é associada à idéia de democracia, uma vez pensada como

¹ A Professora Lucíola Santos é bacharela em Comunicação Social pela UFMG; licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais; mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo, doutora em Educação pela Universidade de Londres; professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; pesquisadora, tem vários trabalhos publicados, orienta dissertações e teses na área de currículo de formação docente.

² A mesa teve como presidenta a Professora Ana Maria Iório Dias (Vice-Diretora da Faculdade de Educação da UFC)

uma instituição que todos têm direito, possibilitando à população, de todas as camadas sociais, o acesso ao saber, e conseqüentemente, às melhores oportunidades sociais e profissionais.

De fato, Estadistas e políticos associam a ampliação do ensino escolar à melhoria das condições de vida da população. Em momentos de crise, de estagnação econômica ou mesmo de desenvolvimento, levanta-se a bandeira da Educação como instrumento eficaz, capaz de restaurar valores éticos, assegurar o crescimento econômico, oferecendo à sociedade e ao mercado cidadãos capazes de enfrentar desafios de diferentes ordens.

Esta visão otimista da Educação foi estimulada pelas idéias e esperanças que nasceram com a Revolução Francesa. A idéia era essa: o pensamento ilustrado pensava que o acesso à cultura ia permitir à população se opor à tirania, aos ditadores, a qualquer forma de exclusão política, social e intelectual.

No entanto, os estudos e trabalhos da década de 60 e 70 mostraram que a escola termina por reproduzir a estrutura de classe da sociedade. Evidência dessa reprodução está na semelhança que existe entre estrutura social e os níveis de escolaridade, ou seja, as pessoas com maior nível de educação se encontram nas camadas mais elevadas da população, de renda mais elevada, e as pessoas com menor índice de escolaridade estão entre aquelas camadas da população de menor poder aquisitivo.

Tanto a visão otimista sobre a Educação, como essa visão pessimista, hoje, estão sendo muito questionadas. Entende-se que podemos realmente melhorar a Educação, não que ela vá transformar o País, não que a Educação vá redimir a sociedade de todos os seus problemas sociais e econômicos. Entendemos, hoje, que as Políticas Educacionais têm que estar aliadas às Políticas Públicas, voltadas para a distribuição de renda, voltadas para a Saúde, para todas as questões sociais. Uma política de ampliação de empregos, políticas no campo da Saúde, voltadas para a

infância, voltadas para os idosos. Enfim, acreditamos que a Educação só pode melhorar. O Sistema Educacional só poderá ter um melhor desempenho se conseguirmos diminuir as diferenças sociais que existem neste País, pois a escola sozinha não dará conta de reverter ou de modificar todo esse cenário social.

Por outro lado, também reconhecemos que é necessário olhar para o interior da escola, e perceber, analisar e identificar como a escola transforma desigualdades culturais em desigualdades sociais. E é nesse sentido que muitos trabalhos, hoje, voltam-se para a escola, procurando entender as suas rotinas, as suas formas de organização, discutir o currículo da escola, discutir a relação entre professores e alunos, a forma como estes se relacionam com o conhecimento, com a cultura do seu tempo, enfim, inúmeros estudos procuram identificar os mecanismos, as formas, as maneiras que a escola, que a Educação, termina por excluir um grande contingente de pessoas da nossa sociedade, principalmente as pessoas das camadas menos favorecidas.

É importante entender quais os mecanismos, de que forma a escola atua, transformando essas diferenças entre as pessoas, as diferenças culturais, que provêm de um meio cultural mais sofisticado, de pessoas que vêm do campo, das periferias da cidade. É importante entender como a escola transforma essas diferenças culturais, essas diferenças de visões de mundo, de formas de comportamento, em diferenças sociais.

É estudando isso, é procurando entender esses mecanismos, que hoje temos uma série de medidas, uma série de propostas, de reformas educacionais, que visam uma Educação mais inclusiva. Dentre elas, destacamos as pedagogias mais ativas, os métodos de ensino centrados no estudante; a organização da escola em ciclos de aprendizagem, as propostas de gestão colegiada ou de gestão participativa no interior da escola, as mudanças nos currículos, de tal forma a propiciar uma Educação voltada para diferentes culturas, ou uma Educação com viés multiculturalista, enfim, essas são propostas que procuram

atenuar esses mecanismos de exclusão escolar. Gostaria de lembrar que quando estou falando de Educação, estou me referindo aos diferentes tipos de modalidades, e aos diferentes níveis de Educação, desde a Educação Infantil à Educação Básica, ao ensino superior, à Educação de jovens e adultos, à Educação profissional, enfim, às diferentes modalidades e níveis educacionais, sem dúvida.

Estamos falando muito sobre a relação entre Escola e Democracia, mas é importante entender que, quando falamos em Democracia, pensamos logo em participação. Então, gostaria de clarear em que sentido, estou falando em Democracia e em que sentido estou pensando em participação.

A discussão de uma Educação Democrática parte da idéia de que Educação deve articular-se a um projeto voltado para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma proposta dessa natureza pressupõe, antes de tudo, a compreensão do caráter contraditório da instituição escolar; uma instituição que reproduz e legitima certas formas de conduta, tipos de saber, hábitos e valores sociais, e ao mesmo tempo, também, oferece espaço para mudanças. Nesses espaços, uma pedagogia crítica pode ser construída, modificando e transformando a realidade escolar. Para isso a escola deverá organizar-se de maneira democrática com participação, diálogo e questionamento, com base na concepção de que o ser humano é um ator social. A Educação deve fortalecer e dar voz aos diferentes segmentos da comunidade escolar, pertencente aos diversos grupos sociais, dando oportunidade aos estudantes vivenciarem uma experiência democrática, e terem na escola um espaço democrático, onde possam se desenvolver e formar cidadãos democráticos, capazes de participar em todas as esferas da vida pública, como também com capacidade para resolver e colaborar na resolução de problemas sociais e, é claro, de resolver os seus problemas pessoais.

O sentido da Democracia precisa ser mais bem explicitado, uma vez que esse termo tem sido usado indistintamente, tanto pelos grupos mais progressistas, como pelos grupos mais conservadores. Antes de tudo é preciso dizer que o significado de Democracia, em uma proposta educacional crítica, baseia-se na idéia de aliar-se liberdade individual à justiça social. É preciso também lembrar que o conceito de Democracia está associado ao de participação; participação para a Educação Crítica é transformar as questões educacionais em questões públicas, onde diferentes vozes tenham possibilidade de articular seus discursos, estabelecendo um diálogo, nas quais as diferenças sejam respeitadas, tendo como objetivo a busca do bem coletivo.

Para o discurso conservador, a Democracia está geralmente associada aos processos de escolha, aos quais, muitas vezes, as pessoas não têm acesso ou quando conseguem defrontam-se com um conjunto limitado de alternativas já dadas, como ocorre, por exemplo, na eleição dos nossos dirigentes, na escolha do emprego, no uso de bens e serviços. Desta maneira, a participação no discurso conservador tem um objetivo diferente: as pessoas são chamadas a participar porque se tornam mais interessadas na implementação de soluções adotadas. Consideram que os problemas são mais facilmente resolvidos por aqueles que os vivenciam, reduzindo despesas e gastos. Desse modo, a participação está relacionada a mecanismos de cooptação ou de redução de custos. As pessoas são chamadas a participar, não porque dali emanaria uma nova decisão da participação de todos, se construiria um projeto novo, mas as pessoas são chamadas a participar para concordarem com propostas já previamente decididas e, nesse caso, esse tipo de participação é um mecanismo de cooptação, como eu já disse.

Toda política neoliberal fala também em participação, mas o objetivo é que as pessoas participem no sentido de aceitar o que já foi decidido, e terem mais entusiasmo de realizar aquilo, porque as pessoas que estão envolvidas num determinado problema têm

mais condições para dizer como resolver. Você, muitas vezes, descentraliza as decisões, e com isso reduz despesas, reduz gastos. Às vezes você descentraliza e fala: “*vamos centralizar o orçamento escolar, agora, as escolas é que vão administrar o seu orçamento*”. É claro que as escolas administrando seus orçamentos, haverá uma redução de gasto. Então, muitas propostas de participação não estão preocupadas, realmente, com a construção coletiva de um projeto, com a participação de todos nas definições dos rumos, na implementação de políticas, mas, esse tipo de participação diz respeito à eficiência, ao barateamento dos custos, enfim, está muito concentrado, ou muito limitado à idéia econômica de redução de custo, de menos gasto com a Educação.

Um projeto democrático de Educação está, pois, associado à idéia de emancipação, que conjuga liberdade com bem-estar social. Para isso, é importante que os espaços educacionais estejam abertos para acolher, encorajar o combate à todas as formas de opressão e subordinação dos diferentes grupos sociais e culturais, sejam mulheres, negros, índios, ou velhos. A escola faz isso quando, em seu currículo, em suas práticas e rotinas, abre espaços para todas as vozes de culturas silenciadas na tradição escolar, se manifesta e se articula na criação de novos discursos pedagógicos, que produzem novas formas de realizar a Educação escolar.

É importante ressaltar que, quando se fala em Democracia, as pessoas pensam logo nos seus direitos, reação que compreendemos perfeitamente, nas sociedades marcadas por tanta assimetria social, por tanta injustiça social, onde as pessoas passam décadas, séculos, submetidas, e quando se fala em Democracia, é justo que as pessoas pensem logo nos seus direitos. Mas, é importante lembrar que a Democracia começa com o reconhecimento dos direitos, mas consolida-se com a realização dos deveres. É por meio da realização de compromissos sociais e

políticos que as instituições e organizações sociais e políticas se desenvolvem.

Em síntese, Democracia em Educação está associada à idéia de construção de uma Pedagogia Crítica, marcada pelo compromisso de todos, que trabalham no campo da Educação, em consolidar um projeto de Educação inclusiva.

Gostaria de falar um pouco para vocês da relação entre Democracia e trabalho docente. É claro que, hoje, ao discutir com vocês sobre a democratização das Políticas Públicas em Educação, faço de um determinado lugar, do lugar de uma pessoa que trabalha com a formação de professores e com o currículo. Outras abordagens poderiam ser dadas, mas é claro que o meu discurso tem o viés da minha formação, e da minha prática.

Em relação às relações entre Democracia e trabalho docente, podemos dizer que, hoje em dia, diferentes estudos têm analisado a natureza do trabalho docente. Para alguns estudiosos, apesar dos constantes apelos da profissionalização docente, vários mecanismos de controle, exercidos sobre o trabalho desse profissional, têm levado à proletarização dos professores. Podemos dizer que não só os mecanismos de controle, mas também os salários aviltantes que recebem os professores de todos os níveis, desde a Educação Infantil até a Educação Universitária, têm contribuído para a proletarização desse segmento social.

Dizemos geralmente que o professor, quando entra em sala de aula, pode trabalhar livremente. Na verdade, os professores, quando entram em sala de aula, estão limitados por currículos, ou guias curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, que estão limitados pelas Políticas Públicas, por aquilo que estrutura, e define a forma de funcionamento das escolas. Eles estão limitados por decisões tomadas no interior também da própria escola, enfim, estão limitados por uma Política Educacional que define a forma de organização, e de funcionamento da escola. Então, essa liberdade

do professor em sala de aula é bastante relativa. No entanto, temos que pensar que o professorado deve está à frente, e deve opinar sobre as questões educacionais.

Se prestarmos atenção, as pessoas que decidem ou que trabalham na elaboração de projetos de Políticas Públicas, grande parte dessas pessoas não têm experiência nenhuma no campo educacional, grande parte dessas pessoas nunca esteve à frente de uma sala de aula, não saberia discutir realmente questões complexas, relacionadas à Educação Infantil, ao ensino-aprendizagem, ao currículo, enfim, são pessoas que não têm prática em relação à Educação, mas que terminam definindo como deve ser feito, e como deve ser realizada a Educação.

Eu ressaltaria que, hoje, temos no centro das decisões das Políticas Educacionais o Banco Mundial, que é um organismo Internacional, e que define as Políticas Públicas deste País. É o Banco Mundial que fala da necessidade de privatização do Ensino Superior; é o Banco Mundial que, hoje, estabelece que a formação inicial deve ser reduzida, e que deve-se investir mais na formação em serviço; é o Banco Mundial que dita que os livros devem ser melhorados, ao invés, muitas vezes, da formação dos professores; é o Banco Mundial que acredita não termos condições de ter professores competentes, e por isso, com livros bem preparados, bem elaborados, poderemos ter um material, que é a prova do professor, que mesmo mal preparado, consegue dar uma boa aula com esses livros.

No entanto, nós sabemos, já tivemos muitos movimentos na Educação, voltados para a melhoria do material de ensino, e eles se mostraram muito ineficientes; movimento da década de 60, principalmente dentro do movimento chamado de Tecnologia Educacional, quando houve uma grande preocupação com a melhoria do material de ensino, dos livros e etc. Isso não redundou em melhoria da Educação, porque o professor é aquele que está na liderança do processo educacional, é ele que tem que ser bem informado, ele é quem precisa participar das Políticas

Públicas, que tem que opinar, porque é ele que vai implementá-las.

Entretanto, também temos observado que economistas decidem o que fazer com a Educação, para que educadores implementem essas políticas, e este é um grande problema e uma questão importantíssima que temos que enfrentar. Nós vamos deixar, nós vamos permitir que o Banco Mundial, um banco cujo interesse é econômico, cuja preocupação é com a eficiência, com a redução de custos, que um organismo dessa natureza termine decidindo as prioridades e as formas de encaminhamento de Educação no nosso País?

Gostaria, agora, de comentar com vocês, um pouco, sobre a questão Democracia e Currículo. Como podemos pensar no currículo das escolas, em função de uma escola democrática?

Há muitos anos, diferentes movimentos sociais já se preocupavam com o seguinte: qual é o conhecimento que tem maior valor? Qual o conhecimento realmente útil para ser ensinado? Útil não no sentido utilitarista, mas no sentido de proporcionar às crianças e aos jovens uma Educação significativa, uma Educação que os prepare para a vida, para enfrentar os problemas sociais, os problemas econômicos, os problemas de ordem pessoal, enfim, todos os tipos de problemas que as pessoas se defrontam ao longo de suas vidas.

Quando falamos em um currículo voltado para a Educação Democrática, temos de pensar que este currículo deve, em primeiro lugar, ser pensado por aqueles que o implementam. Por isso, muitas vezes, criticamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares, porque elas foram implantadas de cima para baixo, do MEC (Ministério de Educação e Cidadania) para as escolas, e nesse processo não foi ouvida a comunidade. Além disso, consideramos que o Brasil é um País tão grande, um País continental com diferenças muito agudas de região para região, ou mesmo, entendemos que no interior de uma região, a decisão do currículo deve ser tomada

pela comunidade que vai implementar esse currículo. A idéia de que um currículo Nacional facilita a transferência de alunos, homogeniza, nivela, dá a todos pelo menos um mínimo, é bastante equivocada, porque não adianta você ter um currículo Nacional se ele vai ser interpretado, de forma diferente, pelas diferentes populações a que se destina; um currículo Nacional não vai ser lido da mesma forma em São Paulo, na capital, numa cidade do Interior de Sergipe, e no Piauí. Não adianta fazer um currículo Nacional, se vivemos num País de tantas diferenças. O currículo vai ter sentido quando se referir e procurar trabalhar com os problemas, com as questões as quais os alunos estarão envolvidos, naquela comunidade.

Eu diria ainda que é preciso o pessoal de uma determinada escola e o conjunto dos professores, à medida em que estiverem propondo, elaborando com as famílias, com os alunos, uma proposta curricular, se perguntem: *este conhecimento é realmente útil?* É preciso verificar se os conteúdos trabalhados nas escolas dão ênfase apenas aos aspectos cognitivos, como geralmente ocorre em muitas escolas do Brasil. É preciso verificar se esses conteúdos se voltam para aspectos estéticos, lúdicos, corporais, possibilitando a formação intelectual, social, emocional, o desenvolvimento de habilidades intelectuais e físicas, o gosto e o prazer pelas vivências sociais e lúdicas. É preciso verificar se esses conteúdos desenvolvem a capacidade de resolver problemas, se estimulam a responsabilidade pelas ações empreendedoras, formando a consciência dos deveres e direitos sociais e políticos.

Podemos ver que em muitos cursos, em muitas escolas, o que define o currículo é o livro didático. O professor pega um livro didático e segue-o. Nós temos que ver que esse é o empobrecimento do currículo escolar, porque além dos livros didáticos, muitas vezes, terem erros, apresentam-se defasados em relação à produção do conhecimento, contêm erros e equívocos e, muitas vezes, transmitem, ou deixam perpassar preconceitos de

diversas ordens, pré-julgamentos, e é importante que o professor, que os educadores se lembrem que o aluno para se desenvolver é preciso ser colocado diante da cultura do seu tempo, é preciso que ele tenha acesso aos meios de comunicação, às produções literárias, ao teatro, ao cinema, enfim, que ele possa dialogar, que ele possa usufruir, que ele possa emergir na cultura do seu tempo, naquilo que nós temos produzido em todos os níveis, no campo da Música, da Literatura, das Artes, das Ciências, enfim, a toda produção cultural da nossa sociedade. Só assim, poderemos desenvolver os alunos integralmente, tanto do ponto de vista intelectual, como do ponto de vista social, e do ponto de vista emocional. Temos de pensar quando falamos em Democracia e Currículo, podemos também pensar em Democracia e Ensino, pensando nas relações que se estabelecem na sala de aula.

Hoje, grande parte dos estudos, das pesquisas em Educação, demonstra que o aluno é o sujeito da aprendizagem, é o aluno que constrói o seu conhecimento, e somente com uma pedagogia centrada no aluno, vamos possibilitar a este a aquisição de conceitos, de valores e de atitudes, porque ele vai estar no centro, será o sujeito do saber e serão consideradas as suas dificuldades, a sua inserção cultural; tudo isso tem que ser considerado, se queremos realmente desenvolver um ensino democrático.

Apesar das duras críticas feitas, desde o começo do século XX, aos processos de ensino centrados na transmissão de conhecimento, dessa forma de ensino ainda está muito presente nas escolas, nelas, o professor coloca-se como fonte do saber a ser adquirido pelos alunos, naquilo que Paulo Freire chamava de Educação Bancária.

Uma Educação Democrática pressupõe que o docente organize seu ensino a partir de situações que desafiem o estudante, utilizando como objeto de ensino os problemas que os alunos trazem para a sala de aula. O papel do professor neste contexto é organizar situações de aprendizagem, oferecendo

recursos para que essa se realize, colocando desafios a serem vencidos, problematizando as soluções propostas, dando pistas que facilitem o percurso da aprendizagem.

Gostaria ainda de dizer que, para que propostas desse tipo se realizem, é necessário que as relações entre alunos e professores sejam democráticas; se o professor não é a única fonte do saber, se o professor não é aquele que domina todos os conteúdos, o currículo deve ser uma coisa negociada entre alunos e professores, o currículo vai se formando, vai realmente se constituindo na interação do professor com o aluno, no diagnóstico das dificuldades, dos interesses, das condições reais dos estudantes. É assim que o currículo vai se formando, numa relação simétrica entre professores e alunos, prevalecendo o diálogo, o respeito às diferenças. Que o professor dê voz a todos os alunos, que por tantos anos estiveram silenciosos na escola, dando-lhes oportunidade de se manifestar, de se colocar, porque é nesse exercício de valorização das pessoas, de ouvi-las, de saber que elas têm algo a dizer, de procurar entender sua forma de raciocínio, que nós conseguiremos aumentar a auto-estima das pessoas, fazendo com que elas se sintam cidadãs. Somente com uma pedagogia dessa, que valorize o estudante, que o reconheça como ser humano, dando-lhe condições de colocar-se, é que vamos realmente formar pessoas dignas, pessoas que se sintam não-subalternas, não-submetidas, não-intimidadas pelos outros, mas pessoas capazes de participar, de estarem presente nas diferentes esferas da vida pública, de acreditarem no seu valor e na importância da sua participação.

Finalizando, gostaria de falar algumas coisas em relação à Democratização Política Educacional. Como eu disse, uma política democrática pressupõe a participação de todos setores da sociedade. Nós sabemos que as pessoas de todos os níveis, as pessoas de todos os segmentos sociais estão interessadas em questões educacionais. No entanto, muitas vezes, chamamos as pessoas a participar somente na implementação de políticas. Às

vezes, temos Conselhos Municipais, Conselho Estadual, colegiado nas escolas, mas que terminam trabalhando em cima de diretrizes traçadas pelo MEC, porque, hoje, a Política Educacional está muito centralizada no MEC. O MEC tem, em termos de currículo, os Parâmetros Curriculares Nacionais para todos os níveis de ensino; o MEC tem um sistema de avaliação, o SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) para o Ensino Fundamental e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para o Ensino Médio, e o Provão para a Universidade. O MEC também, concentra, a política relacionada aos livros didáticos, sua seleção e aprovação. Enfim, fica para os Estados e para os Municípios uma pequena margem, uma pequena possibilidade de decisão. As Políticas Públicas estão todas centralizadas, todas definidas pelo Governo Central.

Portanto, nós temos é de lutar para que as Políticas Públicas deste País, em relação à Educação, sejam decididas por todos os setores e por toda a comunidade interessada na questão educacional ou seja, pais, professores, alunos. Todos nós devemos participar da Política Pública.

Concluindo, eu diria que a escola tem seu trabalho influenciado pelas Políticas Públicas, e as decisões mais amplas, no campo educacional, sejam em nível do Estado, seja em nível do País, é na sala de aula que os atores sociais criam e recriam as formas de organização e desenvolvimento do trabalho escolar. Por isso, esses atores sociais não podem ser esquecidos na definição das Políticas Públicas.

Nesse processo, a Educação ou as escolas, ou as comunidades educacionais, são os locais para os quais se convergem todas as idéias e propósitos das Políticas Públicas. Espera-se que o trabalho realizado nessas instituições se irradie para as outras esferas sociais, contribuindo para a melhoria da realidade do nosso País. No entanto, é necessário ressaltar que as escolas democráticas têm maior chance de existir em sociedades democráticas, nas quais as condições de vida e de bem-estar do

cidadão estejam em primeiro plano. É no exercício da Democracia que isso passa a ser considerado um valor a ser defendido e diariamente conquistado. A Democracia consolida-se quando a sociedade elimina as desigualdades sociais, incluindo mais pessoas no mercado de trabalho, nas decisões sobre os rumos de desenvolvimento econômico, social e cultural, nas formas de organização e de gestão das instituições e organizações públicas e privadas, na escolha de suas lideranças, contribuindo assim para melhoria social e a realização pessoal dos indivíduos.

Muito obrigada!

DEBATE³ – SÍNTESE DAS PERGUNTAS E DAS RESPOSTAS...

Professora LUCÍOLA SANTOS: Enquanto chegam as perguntas, quero levantar uma questão: estávamos comentando sobre o Banco Mundial. Pelo Banco Mundial, o Brasil não precisa mais investir em prédios escolares, o mínimo, só mesmo para manutenção. No entanto, a primeira coisa que pensamos, quando falamos em Educação Pública é que deveriam considerar a importância do prédio escolar. Só podemos dizer que estamos considerando, formando alunos para serem cidadãos, se os introduzirmos num prédio escolar realmente próprio para o desenvolvimento do trabalho educacional. Essa história de locais improvisados para a Educação, com salas de aula sem o mínimo conforto, sem ventilação, extremamente quentes, desconfortáveis, não teremos possibilidade de efetivar, realmente, um ensino de qualidade. É preciso que o prédio escolar seja um prédio bem construído, com boas salas de aula, ventilado, com biblioteca, com laboratório, com espaços para computador, para multimídia, enfim, temos de pensar que o prédio escolar é extremamente importante, porque é nele que os alunos e professores se encontram, e têm de garantir, de possibilitar, realmente, um ensino de qualidade, dando condições de trabalho para os professores, e oferecendo um conforto e uma possibilidade do aluno participar com interesse e com responsabilidade.

Uma outra coisa que o Banco Mundial tem enfatizado é que é mais importante trabalhar com a Educação continuada dos professores, tirando-os da escola, por um determinado período, para trabalhar com eles o desenvolvimento de habilidades, no uso da metodologia de ensino, eles acham que a Educação Inicial é uma educação com peso muito teórico, que termina

³ O debate também foi coordenado pela Professora Ana Maria Iorio Dias, da FAGED/UFC.

instrumentalizando pouco o professor. Mas esta é uma visão limitada, porque um professor formado apenas para dar aula, para executar políticas ditadas por outros, realmente não precisa de uma formação teórica, sólida. Mas um professor para ser realmente um agente, um educador, uma pessoa que tem liderança no campo educacional, e que sabe como trabalhar, precisa ter uma boa formação teórica, não só para entender as diferentes propostas pedagógicas, mas para saber como implementá-las, e se posicionar diante das Políticas de Governo a respeito da Educação.

Um professor que é capaz de entender as repercussões que uma determinada decisão política tem, no seu campo de trabalho, é um professor competente, é um professor que nós precisamos. Então, nós defendemos a necessidade de uma Educação Inicial, de uma Educação Acadêmica, sólida, para todos os professores.

Achamos que todo esse recurso, gasto com a avaliação de programas como o do SAEB, do ENEM, como o Provão, além de serem mecanismos extremamente controladores do trabalho, que as escolas desenvolvem, são processos muito caros, que estão procurando diagnosticar problemas de Educação que todos nós sabemos. Qualquer pessoa aqui, que for perguntada sobre os problemas da Educação básica do Ensino Fundamental, aqui no seu Estado, na sua cidade, todo mundo é capaz de responder! Os problemas do Ensino Superior todos sabemos! Então, não é uma questão de diagnosticar problemas e dificuldades. Ao invés de dizermos quem são os bons, para que continuem cada vez melhores, precisamos atacar os problemas, ajudar os que estão mais fracos a superarem os seus problemas, e esse dinheiro, que se gasta com o Provão, com o SAEB, com o ENEM, poderemos gastar na solução dos problemas da Educação, que já estão amplamente diagnosticados.

Portanto, são coisas que temos que discutir, repensar, se contrapondo às políticas do MEC, procurando, construir, realmente, uma Educação de qualidade, um ensino público que

permita a permanência dos estudantes na escola, e uma Educação realmente sólida, de qualidade, que instrumentalize as pessoas para todos os tipos de problemas que elas vão enfrentar ao longo da vida.

1ª pergunta⁴: Bom-dia, professora. Gostaria de saber a visão da senhora para a Educação e para os alunos de escolas públicas, aqui do Ceará, e de Fortaleza. No Ensino Fundamental eles têm o recurso da TV em sala de aula, com apenas um orientador. Qual a opinião da senhora? A senhora acha que isso é bom para o aluno, se ele sai realmente preparado do Ensino Fundamental, para chegar no Ensino Médio, e quem sabe, posteriormente, chegar ao Ensino superior?

Professora LUCÍOLA SANTOS: Tenho visto muitas restrições a esse investimento maciço que tem sido feito na Educação à distância. Eu contaria para vocês que as Universidades americanas, por exemplo, uma Universidade como a de Harvard publica todos os seus programas, a bibliografia etc. Aí você pode pensar: *mas eles não têm medo que outros copiem, fiquem bons, iguais a eles?* Não, ninguém tem medo disso. Por que? Porque eles sabem que aqueles programas não seriam nada, se não fosse a interação que existe na sala de aula, com os professores competentes que eles têm, com os alunos competentes que ele têm, através das discussões feitas em sala de aula. Acredito, pela minha experiência pessoal, aprendi mais nos corredores da Universidade, na participação, nos movimentos estudantis, do que propriamente na sala de aula.

A vivência com os colegas, a participação na vida universitária são fundamentais na formação do aluno, e também na vida escolar. Estou falando na Universidade, mas isso vale também para a Educação fundamental, para a Educação Básica, enfim, quantas coisas os alunos aprendem com os colegas, aprendem com os professores? Eles ouvem opiniões diferentes,

⁴ Feita pela Sra. Jaqueline Cavalcante.

eles interagem, eles vêem comentários sobre um filme sobre um livro, e tudo vai despertando curiosidade, o interesse, e formando o aluno.

Esse ensino pela televisão, à distância, é um ensino muito limitado porque a pessoa só tem contato com aquele material e pronto. A nossa experiência educacional, se formos lembrar, ao longo de nossa vida, foi toda enriquecida pelo contato com os colegas, pelo contato com o professor, pelo contato com colegas da mesma série, e de outras séries, pelas organizações e associações que vivenciamos no interior da escola, os grêmios estudantis etc. Enfim, a Educação à distância só em casos, absolutamente, eu diria, emergenciais se justifica. Não concordo com Ensino Básico ou Educação Fundamental à distância, porque o que temos é uma forma de baratear o ensino, porque de início, para produzir os programas, há uma grande despesa, mas, depois, a repetição daquilo vai barateando, barateando, até que o custo fica mínimo. É uma forma inadequada, que gera o reconhecimento do fracasso, da impossibilidade de se fazer Educação.

2ª Pergunta⁵: Bom-dia a todos. A professora falou que o currículo deverá ser construído a partir dos interesses dos alunos, das suas necessidades, e das questões sociais apresentadas por eles. A minha inquietação é como esse currículo deverá ser formulado pela escola, ou se deverá ser formalizado, se o mundo está em constante mudança, se as coisas mudam rapidamente. Então, como seria construído esse currículo de uma forma sistematizada, formalizada? Obrigada.

Professora LUCÍOLA SANTOS: Essa é uma questão importante. Nós falamos que defendemos a idéia de que o currículo deve ser construído pela comunidade escolar, partindo dos interesses dos alunos, das questões que são postas aqui, ali naquele meio, naquela cultura, mas, também sabemos que não

⁵ Feita pela Sra. Ana Noélia.

podemos trivializar a Educação. Muitas vezes, hoje, isso é entendido como uma forma de barateamento da Educação, e as pessoas trabalham com aquilo que os alunos já sabem, e a Educação termina ficando em aspectos muito superficiais. Diríamos que é uma posição populista, que leva a um miserabilismo acadêmico.

Na verdade, temos de pensar que, quando falo dos interesses dos alunos, muitas vezes, são muito imediatos. Temos de ver quais os seus interesses reais, a longo prazo, porque interessa às pessoas que elas desenvolvam a capacidade de raciocinar, de pensar sobre situações complexas, de trabalhar com situações, onde um grande número de variáveis estejam envolvidas, em dar respostas às questões que envolvem o desenvolvimento do pensamento abstrato. Então, tudo isso deve ser contemplado pelo currículo. Não é somente perguntar o que os alunos querem aprender, nós temos que pensar, também naquilo que levantei, pois o conhecimento é realmente útil. É útil porque ele instrumentaliza o estudante para a vida, porque permite o desenvolvimento dessas habilidades intelectuais, a capacidade de raciocinar, a capacidade de desenvolver, de trabalhar com raciocínio mais abstrato. Todas essas questões têm que ser consideradas.

Quero enfatizar, nesse sentido, que o currículo tem que ser significativo para as crianças, o contrário desse currículo que nós temos, um currículo de costas para a escola, que trabalha com o saber já cristalizado, já posto, sem que o aluno tenha possibilidade de ressignificá-lo, de repensá-lo. Estamos pensando num currículo que desafie os estudantes, que leve os estudantes a pensar, a elaborar, a construir o conhecimento. Isso só poderá ser feito, quando o currículo estiver em cima de problemas ou de situações significativas para os estudantes, que envolvam dimensões, aspectos, nos quais eles se sintam estimulados a trabalhar e a responder. É nesse sentido que eu falo num currículo elaborado pela comunidade.

3ª Pergunta⁶: Bom-dia. Como pode a Educação Pública tornar-se independente do MEC, com esse tacanho, o Banco Mundial, que é o nosso sofrimento de um modo geral? Como podemos nos livrar disso? Vivemos num Estado que tem uma Educação bem parecida com ele, haja vista o interesse da nossa Secretaria de Educação.

4ª Pergunta⁷: Bom-dia. A professora falava que não devemos deixar que um economista, o Banco Mundial, interfira na Educação, mas como, nós educadores, poderemos fazer para revidar, não aceitar essas instruções, essas ordens enviadas pelo Banco Mundial?

5ª Pergunta⁸: Professora, ainda sobre o Banco Mundial, a senhora falou sobre a questão da formação inicial, e da proposta do banco, das diretrizes do banco de trabalhar muito mais a tal da formação continuada em serviço. Creio que isso tenha um reflexo imediato nos cursos de formação de educadores, não apenas na pedagogia, mas nas demais licenciaturas. Estamos vivendo isso no Brasil inteiro, no Ceará temos vivido isso muito bem, com os cursos aligeirados de nível superior. Gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre isso, porque eu creio que isso tenha alimentado a lógica perversa de uma Educação excludente, que vai se refletir lá no Ensino Fundamental. Gostaria que você abordasse mais o reflexo desse aligeiramento do Ensino Superior, para o Ensino Fundamental.

Professora LUCÍOLA SANTOS⁹: Na verdade, falamos muito que o Banco Mundial decide, realmente é ele, mas, por uma omissão nossa, por uma ausência de propostas concretas nossas. A sociedade civil organizada, os educadores organizados, o Estado do Ceará organizado, em termos de Estado, e em termos de Secretaria de Educação, com propostas efetivas voltadas para

⁶ Feita pelo Sr. José Carlos.

⁷ Feita pela Sra. Eva Tavares.

⁸ Feita pelo Sr. Joan Edesson.

⁹ Respondendo às questões 3, 4 e 5.

melhoria da Educação e colocando, implementado essas propostas, é uma forma de mostrar que as decisões ou as políticas do Banco Mundial não vão prevalecer. Mas para isso, temos que ser criativos, que implementar, e elaborar políticas que realmente possibilitem a melhoria da qualidade de ensino. Acho que terminamos fazendo muitas denúncias e poucos propósitos. Por que? Nós só podemos nos defrontar com o Banco Mundial, fazendo propostas criadas por nós, sintonizadas com a nossa realidade, encontrando apoio político dos governantes, dos nossos dirigentes, para implementar essas propostas. Assim faremos frente ao Banco Mundial, com propostas por nós criadas, elaboradas, implementadas, com o apoio do Governo, seja Estadual ou Municipal. Mostraremos que somos competentes, que somos capazes de resolver os problemas da Educação.

Em relação a essas propostas de formação inicial de licenciaturas aligeiradas, eu diria que isso é concretização de uma política do Banco Mundial; o Banco Mundial não é alguma coisa exterior, não é alguma coisa que está lá fora, o Banco Mundial está aí, está se concretizando nessa política; o Banco Mundial é isso aí, é a realização de propostas de formação inicial aligeirada, às vezes em fins de semana, de forma precária, com professores mal preparados. Então, o que adianta, você tem o professor qualificado em nível superior, mas o professor que não está realmente habilitado, não está preparado para enfrentar os desafios das séries iniciais.

Eu diria que cada vez que eu estudo, que leio mais, e me envolvo com as questões educacionais, vou me sentindo com mais possibilidades de trabalhar com o Ensino Fundamental, com as séries iniciais. Ao invés de ser um trabalho simples, é um trabalho extremamente complexo, que exige do professor uma sólida formação teórica, um conhecimento das teorias pedagógicas, das Políticas Públicas, do papel social da Educação, um conhecimento dos conteúdos de ensino, da forma de ministrá-los, um conhecimento sobre a cultura da escola, sobre as relações

que se estabelecem no seu interior, enfim, um conhecimento das formas de financiamento da Educação, e de toda estrutura e funcionamento do ensino, de tal forma, que ele possa agir com independência, ser um professor criativo, crítico, que se posicione, que realmente possa somar e ajudar na melhoria da qualidade da educação pública.

6ª Pergunta¹⁰: Faço parte da UFC, do grupo de pesquisa sobre Educação no Campo. Gostaria de saber da professora como a Política Educacional pode implementar uma proposta de Educação permanente, nos assentamentos rurais do MST (Movimento dos Sem Terras) do Ceará, respeitando sua identidade de luta e autonomia, numa definição de escola e currículo que lhes interesse, e se a Assembléia Legislativa poderia contribuir nesse sentido.

7ª Pergunta¹¹: Quando me inscrevi, a intenção era fazer uma pergunta, vou fazê-la em seguida. Mas, em função da primeira questão feita, lá de cima, da resposta da professora, vou me permitir fazer um pequeno comentário. Naturalmente, em função da temática, me senti obrigado a fazer, já que ele fala a respeito do Telensino.

Quero frisar um pequeno aspecto, mas ele é importantíssimo, e eu não queria perder a oportunidade de estar nesse espaço, e contar com a possibilidade de ser ouvido por esta distinta e influente platéia, para aproveitar e fazer um comentário a respeito do Telensino, a partir da fala da professora, quando ela, mais de uma vez, nomeia e classifica o Telensino como uma Educação à distância, no que eu acho que ela está absolutamente correta.

Se assim o é, estamos, no caso do Estado do Ceará, diante de uma situação profundamente delicada: desde 1998, portanto, desde a vigência do tal FUNDEF, estamos com uma circunstância

¹⁰ Feita pela Sra. Ádila Suyane.

¹¹ Feita pelo Sr. Idevaldo Bodião.

de gestão irregular nos recursos do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério). Aqui me refiro ao dinheiro do FUNDEF que só pode ser aplicado no Ensino Fundamental presencial. Assim, se o Telensino é Educação à distância, nenhum centavo poderia ser-lhe destinado. É qualquer coisa na ordem de 100 milhões de reais por ano, não é pouco dinheiro em nenhum lugar do Brasil, e muito menos num estado pobre como o Ceará!

Professora Lucíola, antes de fazer a pergunta, quero dizer que é um prazer ouvi-la, nesta manhã de Sexta-feira, aqui nas terras quentes, das proximidades do Equador... (Risos) Ela é mineira e eu sou paulista.

Numa conversa com a professora Nora Krauser, da PUC/SP, acho importante nomear, porque ela esteve aqui no Ceará, nesse primeiro semestre, por conta de um grupo de pesquisa, do qual faz parte, que estava preocupado em pesquisar Gestões Públicas de Educação. Estou entendendo que esse é o nosso tema: Democratização das Políticas Públicas. E o Estado do Ceará foi um dos contemplados como um Estado dessa pesquisa, pois eram pelo menos cinco. Numa conversa, ela fazia o seguinte comentário: chamava a atenção para o fato de que determinadas bandeiras de luta, que estavam abrigadas no campo democrático popular, da democratização da gestão da escola, foram apropriadas pelo modelo vigente e se transformaram, na verdade, numa desconcentração, dizia ela, diferente de descentralização e democratização, que acabava transferindo para instâncias inferiores, responsabilidades de administrações extremamente limitadas.

Gostaria de lembrar, penso que não é do conhecimento da maioria, que esse Estado e esta Casa aprovaram, no ano de 1996, um fundo denominado FADE, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Escola, anterior ao FUNDEF que, entre outras coisas, cria, regulamenta e legaliza a possibilidade da escola fazer dinheiro, o que acho muito delicado. Muito obrigado.

Professora LUCÍOLA SANTOS¹²: Em relação à pergunta da Senhora Ádila, como podemos trabalhar com a questão da Educação no interior do MST? Considero que o MST, hoje, é um dos movimentos sociais mais legítimos. Um País como o nosso, com essa imensidão territorial, que continua insistindo em não fazer uma reforma agrária, que em todos os Países do Mundo, mesmo os Capitalistas, foi realizada, a questão da terra foi resolvida, no Brasil, a questão da terra é uma questão intocável. Quando se fala em reforma, quando se fala em mudança da situação fundiária nos defrontamos com mortes, com episódios extremamente violentos. Apesar do Brasil não ser hoje um País centrado na produção agrícola, podemos dizer que esse setor é extremamente conservador e extremamente poderoso, até hoje. Afinal de contas, os coronéis, que dominaram por tanto tempo a nossa política, continuam presentes, continuam *dando as cartas* e definindo os rumos do desenvolvimento Nacional.

Penso que, nós educadores, poderemos contribuir com o MST na elaboração de um trabalho conjunto de propostas que estejam adequadas, que estejam sintonizadas com as aspirações, com os desejos desse segmento social.

Entendo que cabe à Assembléia Legislativa fazer propostas e projetos políticos que dêem legitimidade aos processos educacionais, desenvolvidos no interior desses grupos, que dêem apoio e possibilidade de se consolidar um projeto educacional para um segmento que tem demandas específicas, que tem uma posição específica. É nesse processo que, tanto nós educadores, como a sociedade em geral, vamos ganhar muito, porque o MST, realmente, é pioneiro em desenvolver uma pedagogia diferenciada para os trabalhadores, e para as pessoas que desejam um trabalho no campo, que aspiram sair do conglomerado das grandes cidades, e se assentar, realmente, como trabalhadores do campo.

¹² Respondendo às questões 6 e 7.

Tanto a Assembléia como os educadores em geral, têm o dever e a grande possibilidade de ajudar a consolidar uma proposta educacional que sirva até de modelo para outros Países e grupos sociais que estejam vivendo a mesma situação.

Em relação à questão do ensino à distância, eu diria que concordo inteiramente, que não tem sentido pensar em Educação a distância, principalmente na Educação Fundamental. O processo de socialização do jovem, da criança, se faz com a ida à escola, com a convivência com os outros. Então, esse processo individual não é bom. Existe um autor americano que mostra que não é só através do conteúdo, mas, às vezes, na forma que ensinamos, que desenvolvemos a mentalidade do indivíduo possessivo, que é característico das sociedades competitivas, o indivíduo centrado em si mesmo, que não está sintonizado com o grupo social. Quer dizer, não são apenas os conteúdos, a competição social, mas até essas formas de ensino. Temos um ensino individualizado, em que o aluno está ali, às vezes, com um grupo de pessoas, mas interagindo muito mais com o monitor, com aquele material que já vem pronto, e que, no final, vai empobrecer muito a Educação. Vejo, realmente, como bastante limitado esse tipo de Educação.

Em relação a esse processo de descentralização da gestão nas escolas, etc., concordo com você inteiramente. Muitas vezes, o Governo, em nome da descentralização, em nome da participação de todos os segmentos, está se desresponsabilizando da Educação, ou seja, o Governo passa para outros setores os problemas e, com isso, vai se eximido da questão educacional, até mesmo, às vezes, do financiamento.

DIA 14.09.2001 (MANHÃ)

**CONSTRUINDO MECANISMOS DE
DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.**

2ª MESA REDONDA

Presidente: Professor Edvar Costa de Araújo, da UVA (Universidade Vale do Acaraú).

Debatedores: Deputado Estadual Chico Lopes (PC do B);
Professor Pedro Albuquerque, representando o Fórum de Educação Profissional;

Professor Anísio Melo, representando a Comissão Interinstitucional em Defesa do Direito à Educação de Qualidade e Social;

Sr. Guilherme Sampaio, representante do Fórum de Educação Infantil;

Sr. Roberto Santos, representante da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas);

Sr. Paulo Vinicius Júnior, representante da UNE (União Nacional dos Estudantes);

Sr. Francisco Josué Felício, representante da ACEC (Associação dos Cegos do Estado do Ceará);

Sr. João Irenildo, representante da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Cada representante das instituições que aqui estão dará continuidade ao nosso tema, *Democratização da Política Educacional – os Impasses e Perspectivas*, colocando as visões particulares, específicas, as questões pertinentes de cada uma dessas entidades, sobre a construção dos mecanismos de democratização da Política Educacional.

Na sua fala, a Professora Lucíola destacou os temas da relação da escola com a Democracia, que não se trata simplesmente de uma relação automática, mas de uma relação bastante concreta entre o que se passa na sociedade como um todo, e o que acontece na escola, uns influenciando sobre os outros. Por isso, a questão da Democracia e da participação está articulada a um projeto mais amplo de sociedade.

Também destacou a relação da Democracia com as condições do trabalho docente, a questão da conjuntura Nacional, a qual ela nos chamou também atenção, sobre o papel determinante que o Banco Mundial tem, na formulação e na implementação das nossas Políticas Públicas, especialmente a Política Educacional.

A democracia está relacionada à definição de um currículo por aqueles que realizam, que trabalham com ele, e à importância na participação de todos aqueles segmentos que têm interesse e trabalham com a Educação, na formulação das Políticas Educacionais.

São colocações que nos dizem que não se trata apenas de um receituário do que seriam Políticas Democráticas e Participativas no campo educacional, mas que colocam a participação e a democratização como possibilidades, como desafios, enfim, como problematização da *práxis* de cada um dos sujeitos individuais e sociais que participam do trabalho educacional.

É nessa perspectiva que vamos ouvir os diversos representantes dessas entidades, movimentos, que têm interesse numa Educação comprometida com a democratização, com a participação e, portanto, com uma sociedade melhor.

Cada representante terá 10 minutos para fazer a sua intervenção, e depois abriremos para as questões da plenária.

Iniciaremos, então, com o Professor Pedro Albuquerque, representante do Fórum de Educação Profissional.

SR. PEDRO ALBUQUERQUE: Bom-dia a todos, através do Deputado Chico Lopes.

Escolhi falar sobre essa questão, não aquela diretamente ligada à Educação, mas aos fóruns, à importância desses fóruns. Aqui me chamou muito a atenção a fala da Professora Lucíola, que coincidiu com o que eu penso sobre a questão da participação e da Democracia. Na ânsia de participar, criamos várias instâncias de participação – conselhos, fóruns, etc.

Alguns desses fóruns têm se constituído em espaço de lobby de empresas, de interesses individuais junto aos Governos, do que mesmo de discussão dos temas da Educação ou de outros correlatos – isso tem me preocupado! – ou têm sido apenas fóruns para troca de informações, o que também não tem muito sentido, se for só isso.

Os fóruns são importantes porque as instituições não são auto-suficientes, necessitam umas das outras. Também são importantes, porque você pode complementar programas, articular ações. O fórum é um espaço interessante, mas, como construí-lo nessa perspectiva que a Professora Lucíola colocou e com a qual concordo inteiramente?

Em primeiro lugar, teríamos que examinar qual o contexto histórico que aquele fórum está se dando, porque o papel do fórum pode mudar em função desse contexto. Neste momento, no Brasil, o contexto da realização desses fóruns e da Educação é um contexto de baixa auto-estima, produzida, estimulada, inclusive, pelos meios de comunicação – com a Rede Globo à frente – uma aparente falta de alternativa a esses modelos econômicos que estão aí, também estimulada pelos meios de comunicação, pela hegemonia total, que as forças econômicas dominantes exercem sobre os meios de comunicação.

Essa hegemonia é muito forte! E eu até ouvi, aqui, quando a professora Lucíola estava falando do Banco Mundial, algumas pessoas dizerem: *mas, e aí, o que vamos fazer? No lugar do Banco Mundial vamos ter o quê?* Quer dizer, é essa a expressão

das pessoas, como se não tivéssemos outras alternativas, a não ser essas que estão sendo impostas. Esse é o contexto.

Portanto, o papel desses fóruns, do Fórum de Educação, sobretudo, na minha avaliação, teria duas dimensões: Uma, um papel mais no nível macro, que seria pensar a Educação ligada a um Projeto de transformação social do País. Educação não pode estar deslocada disso. Quer dizer, a discussão da Educação deve servir para construir, já que não existe esse Projeto Nacional de transformação.

Na ausência, hoje, e aqui é uma das nossas debilidades, desse Projeto Nacional, a discussão da Educação, portanto, deve estar inserida nesse papel de transformação social. Não podemos deixar de discutir nesses fóruns o momento que passa o País, o momento que passa o Estado do Ceará. Por exemplo, já que o fórum é aqui no Estado do Ceará, não podemos deixar de discutir a perspectiva, que cenário temos de transformação, no Estado do Ceará, que possa favorecer à Educação.

Que papel a Educação, em qualquer área, em qualquer nível, pode exercer nessa necessidade de transformação social? O exemplo dos aviões, que derrubaram os dois grandes símbolos do capitalismo mundial, representa uma força simbólica dessa crise. Há uma crise profunda, nesse sistema, de insatisfação generalizada, uma crise em uma fase, que espero, eu penso, que talvez seja a última fase do Sistema Capitalista. Então, esses fóruns não podem estar alheios a essa situação, porque essa crise está aqui na nossa sociedade, nas violências, nos assaltos, nas classes médias, nas elites ricas que se fecham, que se guardam, que segregam, com medo da grande maioria; essa crise está aqui dentro, está aqui entre nós. Portanto, não podemos ficar alheios a isso. Essa é a primeira dimensão, a dimensão macro. O fórum não pode, portanto, deixar de discutir a relação entre Educação e transformação social na nossa sociedade.

Segundo ponto é a dimensão mais micro, e é aí onde os fóruns mais têm debatido; quando não é lobby, eles se voltam

mais para essa dimensão micro. E na dimensão micro, precisamos trabalhar melhor. E aí os fóruns deveriam escolher, definir, a partir da própria relação que eles devem ter com a sociedade, quais as propostas mais relevantes para a Educação, que advêm da sociedade, das várias instituições ou das discussões com os vários tipos de organizações sociais que nós temos. De personalidade da Educação, como o Professor Idevaldo Bodião acabou de falar, temos uma grande cabeça pensante como a da Senhora Ana Íório e tantas outras pessoas, que podem sugerir assim como as organizações, as mais variadas, que têm propostas importantes para a Educação, ressaltando também a Rosa da Fonseca, aqui presente e tantas outras pessoas.

Portanto, que propostas relevantes são essas que poderão ser implementadas agora? Não podemos desligar ao discutir o macro, ao discutir a relação entre Educação e transformação. Não podemos descuidar de que a Educação tem que ser tocada, e tem que ser feita nesse contexto, ainda, nesse processo de transformação, nesta sociedade injusta, desigual.

Que propostas são essas, relevantes, e que não estão sendo implementadas, que os governos fecham os olhos para elas? Diante dessas propostas, nós devemos, então, definir as bandeiras desses fóruns, e mobilizar a sociedade em torno dessas bandeiras. Portanto, é uma ação nitidamente política desses fóruns.

A outra, ainda no plano micro, são as propostas que existem nos corpos técnicos, profissionais, das Secretarias de Educação, por exemplo. Quantas propostas excelentes existem, muitas vezes, na gaveta; outras vezes, há uma aparente implementação, mas desviadas dos seus objetivos: são equipes técnicas excelentes que nós temos na Secretaria de Educação, formadas pelas Universidades, estão lá trabalhando, cabeças pensantes a serviço do Estado, a serviço da sociedade e, muitas vezes, não-ouvidas. Então, que propostas são essas que estão lá, que estão sendo implementadas e que precisam de um empurrão da sociedade? Não temos tempo para exemplificar, mas muitas

dessas propostas existem, e nós podemos desengavetá-las, ou então estão em fase de implementação, ainda desviadas e precisando fortalecê-las. O fórum deveria exercer o papel de também mobilizar a sociedade, as forças da sociedade, para fortalecer essas propostas.

Concluindo, eu diria que o fórum, portanto, a sua existência só tem sentido, esses fóruns da sociedade civil, se eles, primeiro, quebrarem qualquer estrutura de lobby que houver neles.

Segundo: tem que ser amplo, Democrático, sem preconceito, ouvindo todos os lados da questão. Governo, sociedade civil, todas as linhas ideológicas.

Terceiro, tem que exercer uma função eminentemente política, na minha opinião, traçada por esses rumos que eu falei: no plano macro, na relação entre Educação e transformação social; e no plano micro naqueles dois pontos: nas propostas relevantes advindas da sociedade, que podem até coincidir com as das equipes técnicas e aquelas produzidas pelas equipes técnicas profissionais. Muito obrigado.

SR. ANÍSIO MELO: Bom-dia a todos companheiros, companheiras.

Quero complementar: Comissão de Educação em Defesa da Educação de Qualidade Social. Esse social é que conseguiu trazer um ponto de convergência de várias entidades que se apresentam na defesa da Educação, na defesa de uma Educação de qualidade, diferenciada da que é apresentada pelo atual modelo, porque tem como característica a inclusão da maioria dos jovens, crianças da população brasileira, em geral, no processo educacional, que tem o papel de fazer a transformação social.

Este foi um desafio que esta Comissão, inicialmente conhecida como Comissão de Acompanhamento das Matrículas, há mais de três anos, no último ano, formatou, após várias discussões, que o nosso papel, a nossa responsabilidade não era apenas com a questão do acompanhamento, da fiscalização da

matrícula, e sim com a preocupação com o acesso, com a permanência e com a qualidade da Educação que se dava em nosso Estado. Essa Comissão tem se caracterizado, por isso que o companheiro acabou de colocar, por evitar que as vaidades, que as disputas de posições, as disputas de espaços que, infelizmente, em muito momentos, nós que fazemos o movimento sindical, o movimento popular, o movimento partidário, não conseguimos chegar à unidade. A conjuntura que se tem hoje no País e no Mundo nos chama à responsabilidade, e apesar das nossas divergências no campo da transformação social, das variadas táticas, estratégias que temos em relação a esse novo Mundo, nesse momento, estes fóruns, como o Senhor Pedro Albuquerque colocou, têm que ter a característica básica no respeito de que somos todos responsáveis, ampliando e dando uma perspectiva à sociedade de que podemos mudar. Porque essa matriz que aí está colocada, que hoje discutimos, especificamente, a matriz educacional, é ditada pelos organismos Internacionais, mas temos que frisar que existem os parceiros locais, os parceiros Nacionais, Estaduais e Municipais, que se coadunam com esse projeto Internacional, e tentam aplicar no nosso Estado, no nosso País, e nos nossos Municípios.

Esta Comissão tenta, apesar de todas as dificuldades, desnudar isso para a população. Na quinta cidade do País você ainda encontra escolas com profissionais não concursados, tanto no ponto de vista do magistério, como do suporte pedagógico; você ainda encontra crianças sem água potável, falta de merenda escolar, prédios inadequados ao processo ensino/aprendizagem; você encontra uma gama de fatores que nos fazem refletir que a quinta cidade do País ainda não tem uma Política Educacional definida, não tem uma Secretaria de Educação, e descentralizou de forma equivocada, facilitando, o que chamamos hoje, de proliferação das escolas anexas.

A partir das denúncias que a Comissão tem colocado para a sociedade, comecem a chegar as denúncias de que essas escolas

anexas não estão apenas em Fortaleza, mas em todo Estado do Ceará, com a questão do desrespeito aos concursos públicos, com a precarização da relação de trabalho, que se encontra em todo Estado do Ceará, através dos famigerados contratos temporários, da exploração do trabalhador que se identifica com a perspectiva de uma Educação de não-qualidade. Então, as denúncias que vêm sendo colocadas pela Comissão, têm esse caráter.

Como podemos influir nas Políticas Educacionais? É o tema aqui da Mesa. Ora, nós temos que ter essa visão. Primeiro, compreender que a matriz precisa ser transformada. E essa matriz tem a vinculação com os organismos Internacionais, e se estamos a par dessa situação, o que fazer se não temos, hoje, essa hegemonia para fazer essa transformação de imediato? Como atuar nas contradições da própria política oficial? Esse é um grande desafio. E para atuar nesse processo, sem perder essa perspectiva de uma mudança mais global da transformação social, precisamos criar mecanismos que, além de proporem, de serem propositivos, façam com que a sociedade parta da indignação para a mudança.

Esta perspectiva tem se dado na nossa Comissão. Achamos importantes essas manifestações, as denúncias, as passeatas, mas tiramos uma tática, também, das visitas *in loco*. A partir das visitas, da entrada nas escolas, pudemos perceber e ter a clareza maior do que está acontecendo com a Educação no Estado do Ceará, tanto do ponto de vista da Rede Estadual, onde os mecanismos de aceleração de aprendizagem se dão através dos ciclos, da aceleração. O *Tempo de Avançar*, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, tem por objetivo maquiagem números para os organismos Internacionais, desrespeitando o concurso público, a desvalorização o profissional do magistério, que não se efetiva, e a autonomia das escolas começa a ser desnudada.

No Município de Fortaleza, esse gerenciamento é feito com uma maior incompetência. Enquanto o Governo do Estado

consegue gerenciar, entre aspas, de forma competente, essa matriz, orientada pelo Banco Mundial, no gerenciamento, entre aspas, qualificado, nos Municípios, e no nosso caso, estamos atuando mais diretamente. O Município de Fortaleza não consegue nem gerenciar a política do Banco Mundial, a qual ele obedece, de forma qualificada. Então, enquanto o Governo do Estado frisa de forma, entre aspas, qualificada e consegue gerenciar e maquiar essa coisa da Educação de qualidade, que está num processo de transformar o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza não tem a competência de gerenciar esse processo de política, a qual está submetido.

Isso tem que ser colocado muito claro. E aí, o que fazer? A companheira que me antecedeu, Professora Lucíola, colocava que precisamos ter propostas. E a sociedade construiu essas propostas. Nós podemos até qualificá-las mais, continuar a discussão, e fazer o processo dialético, construindo uns CONEDs (Congressos Nacionais de Educação), com propostas alternativas ao Plano Nacional de Educação, que o Governo Federal tenta implantar na sociedade.

Nós construímos essas propostas diferenciadas através de experiências em escolas, no Conjunto Palmeiras, em Messejana, no Bom Sucesso, com os professores e a comunidade. Infelizmente, não conseguimos romper, passar adiante, torná-las mais coletivas. Elas precisam ter um canal, um fórum, que canalize todo esse potencial.

Temos que discutir na Comissão que se tenha os vários fóruns, mas que trabalhem na perspectiva de construir um grande fórum, pois a experiência do fórum social, mundial, é a experiência macro da organização dos trabalhadores, hoje. Os Partidos Políticos, por si só, não vão fazer essa transformação; os sindicatos, por si só, não vão fazer essa transformação; o movimento popular, por si só, não vai fazer essa transformação. Portanto, esses elementos têm que ser acatados por um fórum que faça essa canalização, atuando na nossa diversidade. Não

podemos acabar com as identidades, com as velocidades, com os limites que cada organização tem, que cada ser humano, na sua subjetividade, tem, mas temos que ampliar a nossa perspectiva e ampliar esse fórum para que, a partir do consenso de que a matriz tem que ser modificada, possamos construir mecanismos alternativos para não só propor, mas ação prática, construir uma sociedade diferente, na perspectiva de que a Educação por si só não muda, mas a Educação é um dos elementos essenciais nesse processo.

Nós, da Comissão, temos que ter esse caráter. Nas nossas reuniões, temos nossas divergências, mas tentamos afunilar para um ponto que nos unifica: a matriz que está aí não corresponde aos interesses dos trabalhadores, por isso tem que ser modificada. E nós, como sociedade civil, devemos caminhar para essa unidade.

Era essa a palavra da Comissão Interinstitucional em Defesa da Educação de Qualidade Social.

SR. PAULO VINÍCIUS JÚNIOR (UNE): Bom-dia, sou vice-presidente regional da UNE do Ceará, Piauí e Maranhão. Quero agradecer o convite para participar das duas Mesas deste Fórum em que a UNE vai se pronunciar. Quero também saudar todos os membros da Mesa e o Plenário.

Quanto à questão da democratização, há uma pergunta que, pela vastidão do tema, não pode deixar de ser feita: em que democratização estamos falando? Quero abordar três aspectos: o primeiro, é, inclusive, o que o Pedro Albuquerque já falou, a questão da possibilidade de termos, enquanto País de Terceiro Mundo, um projeto próprio de Educação que atenda os interesses do nosso povo e, portanto, ligado à discussão da soberania onde é mais atingido, na medida em que toda a Política Educacional brasileira é definida, não baseada num modelo que nós queremos ou nos interesses do nosso povo, mas por uma cartilha. Inclusive, a União Nacional dos Estudantes teve a oportunidade de fazer um Seminário Latino-Americano de Educação, junto com a

Organização Continental Latino-Americana de Estudantes, e elaborou uma profunda análise do documento do Banco Mundial, documento que fala das experiências do ensino superior na América Latina, que propõe caminhos desenvolvidos exatamente no nosso País. O documento chega a chocar, quando você vê o esboço pelo fato de se adequar plenamente ao discurso do nosso Ministro Paulo Renato, do nosso Presidente, e às políticas concretas que são desenvolvidas no Telensino, no ensino superior, nos cursos sequenciais, na formação abreviada de pedagogos, que só vêm para o nosso Estado, na medida em que, na verdade, dão um mapa, que é muito maior do que o nosso País, que foi seguido a partir do Chile do Pinochet e vem disseminando por esse País. Então, primeiro esse aspecto da possibilidade de ter, pelo menos, um Projeto Educacional voltado para os interesses do nosso povo.

A segunda questão é a questão do nosso Estado mesmo, quer dizer, da democratização no nosso Estado, e dos 98% da mentira descarada de dizer que, aqui no nosso Estado, temos a situação mais democrática do ensino, que estaríamos democratizando a Educação, quando, na verdade, inclusive o professor que me antecedeu, o Anísio, já falou que há um mascaramento desses índices. E mais do que isso, companheiros, vão fazer 16 anos que esse Projeto está no nosso Estado, e eu acredito que, os últimos 7 anos, foram terríveis as conseqüências do modelo aplicado no nosso País e que compromete até a nossa base energética. Nos últimos 15, 16 anos para frente, também serão sentidas, terrivelmente, as conseqüências de uma Política Educacional voltada, de fato, para a integração e para um Projeto maior para o nosso Estado, porque, essencialmente, é disso que se trata!

Vemos a situação, por exemplo, das Universidades Estaduais, da UVA (Universidade Vale do Acaraú), da URCA (Universidade Regional do Cariri), da UECE (Universidade Estadual do Ceará) e ficamos nos perguntando como é que nós, Estado do Ceará, um Estado Nordestino, um Estado Brasileiro,

na periferia do Mundo Capitalista, podermos aspirar qualquer condição de desenvolvimento sem ter investimento maciço na Educação, com um Projeto estratégico que se liga, portanto, a uma discussão muito maior do que a sala de aula, uma discussão política sobre o rumo que queremos, ou seja que os estudantes, os professores, os reitores, as universidades, os pedagogos querem para o nosso Estado, qual a perspectiva que apontaríamos para o nosso povo. O projeto de desenvolvimento tem que ser construído de maneira compartilhada pelo povo cearense, é disto que tratamos.

Quero colocar, também, que as três dimensões estão ligadas à questão da democracia no interior das instituições. Temos quatro Universidades Públicas no nosso Estado e, lamentavelmente, têm várias tutelas, várias imposições colocadas, entre as quais a famigerada imposição da lista tríplice e a famigerada desigualdade na participação dos três segmentos, na condução do ritmo e na perspectiva da Universidade. Se é verdade que a Universidade não pode funcionar em função de si própria, se é verdade que a Universidade tem que funcionar no diálogo permanente com a sociedade que ela está inserida, não poderá funcionar, portanto, somente em função da nossa estrutura acadêmica que, muita vezes, se distancia do cotidiano do povo, também é verdade, companheiros, que não é possível construir uma Universidade que fale tanto com o povo, onde os estudantes não têm espaço, onde não há igualdade nas decisões, e onde essa comunidade não é chamada a construir um Projeto de autonomia e mais que isso, que sirva para dar resposta aos interesses do povo.

É importante falar que a democratização também tem a ver com a possibilidade do povo ter acesso à Universidade, quer dizer, as pessoas das escolas públicas, tendo acesso à Universidade Pública, passam colocar, concretamente, dos bancos da sala de aula, as demandas que sentem em seus bairros, na sua casa.

Essas três esferas se interrelacionam, e o desafio num momento como este, em que nos encontramos – UFC, a UECE, a URCA, a UVA, estudantes, professores, Parlamentares, os Partidos, a juventude – é apontar no sentido de tornar esse diálogo mais ousado, porque o momento que o nosso Estado vive e que o nosso País também está vivendo e que o próprio Mundo vive, é um momento muito assustador, pelas mudanças radicais, pelo susto que tivemos quando vimos o World Trade Center cair.

Então, se nos assustamos, às vezes, com as mudanças repentinas que vivenciamos nos últimos dez anos, é preciso dizer, também, que esse momento de grave crise é um momento prenhe de vitalidade, de possibilidade de transformação. Um diálogo franco entre os pedagogos, profissionais de Educação e as Universidades pode apontar caminhos muito maiores do que somente uma mudança educacional. Ele pode gerar uma demanda concreta da sociedade para construir esse nosso Estado que nós queremos, e esse novo País que nós queremos, a partir do diálogo franco da sociedade civil, propondo, inclusive, para o próximo pleito Estadual e Nacional, caminhos que a comunidade universitária, os professores, os estudantes e o povo organizado, através das escolas e faculdades, possam exigir para a Educação.

Está na hora de elaborar um projeto popular e democratizado para a Universidade, para a Educação Pública no nosso Estado, porque está na hora de pensar um novo caminho para o nosso Estado. Nesse sentido, a União Nacional dos Estudantes quer contribuir com a proposição da construção, como foi feito em Minas Gerais, agora, pela União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, pela UNE, pelos DCEs (Diretório Central dos Estudantes) da UFMG, e pela Universidade Estadual de Minas Gerais: foi elaborado, lá, um plano emergencial para as Universidades Estaduais Mineiras. Poderemos, a partir dessa iniciativa aqui, iniciar uma discussão franca entre os professores, Universidades, e estabelecer uma pauta, colocar no papel as demandas da sociedade, e apontar novos caminhos.

Os estudantes têm contribuído com a sua luta e a sua disposição de participação, não somente nas passeatas, como mostrei esses documentos, mas também através da elaboração de um novo caminho para as Universidades. Acho que nós podemos, essa comunidade toda reunida, com esse propósito de mudança efetiva e de transformação de benefício para o nosso povo, apontar um caminho que se converta, mais na frente, em uma demanda social que altere os rumos do nosso Estado e do nosso País.

A UNE se propõe a isso e conta com parcerias. Inclusive, eu estava conversando com o pessoal da Executiva de Pedagogia e se dizia que urge o povo cearense dizer qual é a Escola Pública que quer, porque de propaganda no Aeroporto estamos cheios.

SR. JOÃO IRENILDO: Bom-dia a todos. Como já foi dito, a Professora Teresa Leitão não pôde vir, porque teve um pequeno acidente, mas vou tentar contribuir com esse debate.

Falar sobre as Políticas Públicas da Educação, aqui no Estado do Ceará, para nós, até que não é tão difícil, porque temos vivido na pele, nesses últimos 15 anos, as experiências, que têm funcionado muito na base da imposição, da propaganda, como o companheiro se referiu aqui.

Ao entrar nessa discussão, não podemos fugir ao que a professora colocou, na conferência anterior, sobre a relação que tem que ser feita com as políticas implementadas, acompanhadas, incentivadas do Banco Mundial, do FMI para os Países do Terceiro Mundo. Cabe uma pergunta: que tipo de Educação queremos? Educação para quê? Temos que pensar que tipo de Educação queremos, que tipo de homem queremos, e que tipo de sociedade queremos.

Entra uma questão que é a medida que os Governos das três esferas, Estadual, Federal e Municipal vêm implementando, por exemplo, o FUNDEF: Por que foi aprovada em 1996/97 essa Lei que financia o Ensino Fundamental até a oitava série? A questão da municipalização, aqui no Ceará tivemos em 1995,

1996, um debate, inclusive aqui na Assembléia, que aprovou um Projeto de Lei que regulamenta essa questão da Municipalização, que eles chamam de “correção de fluxo”, que são os milhares de jovens expulsos da escola, que hoje buscam novamente, mas que, na verdade é a exclusão desses jovens, porque, na medida em que apenas se dá um certificado, pelo tempo que ele passou na escola, ele não aprendeu, não se preparou para nada, e muito menos para o trabalho.

O problema da aceleração, que tem sido implementada no Brasil todo, para justificar o atraso das crianças à escola. Aqui no Ceará e, me parece, no Maranhão também está implantando o Telecurso 2000, assim como é até uma coincidência, o Telensino, que foi universalizado em 1993 pelo Governo Ciro Gomes, o que tornou obrigatória a questão da gestão democrática.

Todas essas questões estão relacionadas à questão maior, que é o modelo de Educação no País, e do incentivo dessas esferas, dessas instituições Internacionais, Banco Mundial, FMI.

Temos que levantar também a questão da avaliação que vem sendo implementada no Estado do Ceará, porque, agora, a avaliação não é mais pelo rendimento do aluno e acompanhado pelo professor, dependendo da série, mas apenas é dado um conceito ao aluno de AS, que é Aprendizagem satisfatória, ou ANS, Aprendizagem não-satisfatória. Esse sistema é apenas empurrado, de certa forma, *de goela abaixo*, tanto para os professores como para os alunos, para justificar a promoção que, na verdade, é automática.

Tudo isso está relacionado com essas medidas que vêm sendo implementadas. Elas estão sendo implementadas em função da crise do Sistema Capitalista que vem enfrentando, como já foi citado por outros oradores, uma crise profunda do sistema, em que as verbas, os recursos públicos para os serviços, como Educação e Saúde, estão minguando. E para fazer frente a essa falta de dinheiro, entra a justificativa da equalização dos recursos,

tendo portanto, que administrar melhor o dinheiro, para poder atender às demandas.

Agora, a questão que se coloca é numa esfera mais complexa. À medida que se substitui a mão-de-obra humana pelas máquinas, esse sistema está fadado a bancarrota. Caberia para nós um desafio: pensar um novo tipo de Educação. Até hoje fomos formados e temos essa carga pesada sobre todos nós, na Educação para o trabalho, que não está na perspectiva, no horizonte do sistema, o emprego para essa massa de gente. Portanto, educar para que? Temos que mudar o eixo da Educação: ao invés de ser Educação para o trabalho, teremos que pensar uma Educação para a emancipação do indivíduo.

Vínhamos fazendo, no SINDIUTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação), essa discussão, no sentido de contribuir para essa reflexão: a Educação como está não satisfaz à sociedade, ao Estado, nem a nós, educadores e alunos, ela tem que ser mudada. Agora, a perspectiva, na visão do Poder do sistema, não é essa a transformação. É administrar, equalizar e empurrar de *goela abaixo*, com a propaganda, inclusive.

O desafio maior seria pensar uma Educação de novo tipo. Estamos discutindo no SINDIUTE o que seria essa Educação para emancipação, ao invés da Educação para o trabalho, o que daria um sentido maior.

A CNTE e o SINDIUTE, como seccional da CNTE no Estado, têm tomado iniciativas no sentido de fazer esse chamamento, com apelos, convocações e a luta em si, inclusive de rua. A CNTE tem realizado uma discussão com as outras entidades de terceiro grau, em torno de um Plano Nacional Alternativo, o modelo que foi aprovado no Congresso, mas vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. E um dos vetos é o que impede o Brasil de aplicar 7.1% do PIB (Produto Interno Bruto) com a Educação. Hoje, o Brasil aplica, apenas, algo em torno de 4, 4.5% do PIB com a Educação. Então, como

fazer Educação sem recursos? E aí vem a questão das condições de trabalho, do salário do professor, enfim, tudo.

Então, há um movimento Nacional, e o SINDIUTE vem dando uma contribuição no sentido de derrubar esses vetos. Mas não basta só derrubar esses vetos, teríamos que ir mais além, porque, na nossa compreensão, não basta só a Educação para a exclusão. Temos que mudar o eixo e o sentido da própria Educação. Conferências anuais, nós temos realizado a cada ano, num Estado que é determinado com antecedência, fazendo esse debate, colocando a questão da Educação. Fizemos ano passado e está prevista agora, para o dia 3 de outubro, a marcha Nacional da Educação. E como participamos no ano passado, estamos organizando, também, esse ano, para Brasília.

Por último, uma pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde do trabalhador em Educação tem, inclusive, levantado dados interessantíssimos relacionados ao trabalho, que levantou nessa pesquisa uma doença que tem afetado os trabalhadores, de modo geral, que lidam com o público, mais em especial o magistério, a Síndrome de Burnout, que leva a pessoa a desistir de tudo, que se assemelha, inclusive, ao Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que não tinha estímulo para nada. Segundo essa pesquisa, 48% dos trabalhadores em Educação estão afetados por essa síndrome. Então, como fazer da Educação um instrumento de transformação, se o professor está acometido, a metade, praticamente, de uma síndrome que faz dele um morto-vivo?

Essas questões ficam aqui como um desafio para nós. Entendemos que a única maneira de provocar na sociedade, nas pessoas, o sentimento de incorporar isso, é a luta, é a mobilização, e isso o SINDIUTE tem feito com uma certa competência. Obrigado.

SR. GUILHERME SAMPAIO: Bom-dia. Sinto-me privilegiado em ter sido convidado para esta discussão, porque acredito que precisamos aproveitar o mais profundamente possível o exercício da possibilidade do diálogo sobre questões

tão profundas que afetam a sociedade, que afetam a humanidade, que afetam a Educação.

Seguindo a preleção que o Senhor Pedro defendia, em relação aos trabalhos dos fóruns, das Comissões interinstitucionais, como a que represento aqui, e concordando com essa preleção, com esse cuidado, eu diria que nós temos que valorizar, fomentar, cada vez mais, esse tipo de espaço, com motivação comprometida, não com sectarismo, não com a visão individualista, não com uma visão de lobby, como defendia o Senhor Pedro, mas com uma visão comprometida com o coletivo, com a mudança e, sobretudo, capaz de gerar atitudes, comportamentos e posicionamentos como os que vêm sendo defendidos até aqui.

Corrigindo a apresentação, eu represento a Comissão Interinstitucional de Educação Infantil, e não o Fórum. Essa Comissão integra várias instituições no Estado do Ceará, preocupadas em discutir as Políticas Públicas de Educação Infantil, preocupadas em trocar informações acerca desse tema, preocupadas em provocar a sociedade para essa discussão, que reflete um grande crime cometido pela sociedade brasileira em relação às nossas crianças.

Há um desrespeito ao direito básico da criança, de ser cuidada e educada, um desconhecimento do que representa a infância na formação do homem, uma miopia gerencial, que não nos permite enxergar o que representa a Educação Infantil para os próximos passos da Educação, para o Ensino Fundamental, para a capacidade de continuar aprendendo durante a vida, para a estruturação da personalidade. Há uma falta de capacidade em perceber o reflexo do acesso a esse nível de ensino, a esse direito básico, na economia, no acesso a renda, no bem estar social futuro. Nesse sentido, estamos numa dívida terrível com as crianças do Brasil! E eu acho que exemplificaria, de uma forma muito paradigmática essa dívida, aquele triste evento da creche de Uruguiana, que aconteceu há algum tempo, onde uma turma toda

morreu queimada, pelas condições de funcionamento lamentáveis, para um estabelecimento que se propõe a receber crianças.

Não há nenhuma vinculação de recursos, no orçamento público, para atender à infância, para atender à Educação Infantil. E não obstante, toda essa crise que se coloca, concordando com o Pedro, que se reflete não só aqui na nossa Educação, na nossa vida, mas que se propaga num âmbito muito mais amplo, cujas raízes se identificam com o que acabamos de viver essa semana, com esse atentado terrível que deixou tantas vítimas.

Crise que se traduz no egoísmo, que pauta as relações entre as pessoas, as relações entre as instituições, as relações entre as Nações. Crise que chega a um ápice e que, Deus nos permita, possamos acordar diante da eminência de problemas tão traumáticos para a humanidade. E quem sabe, por baixo dos escombros deixados por essas explosões, possamos encontrar formas, princípios, espaços para transcendê-la.

Infelizmente, o que fomos capazes de construir até aqui gerará conseqüências que trarão conflitos e ainda muitos sofrimentos, muitas dificuldades, muita injustiça, muita miséria e muita exclusão. Mas, essa perspectiva preocupante deve alimentar uma postura proativa, realista, mas uma postura, ao mesmo tempo, capaz de apontar caminhos. E um desses caminhos, ao meu ver, na discussão da nossa Comissão, é encontrar formas de garantir o acesso à Educação Infantil de qualidade, a respeitar esse direito básico da criança. E nesse sentido, eu faria um desafio à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no sentido de colocar em pauta alternativas que possam garantir um estímulo do Estado à aplicação de recursos Municipais em Educação Infantil.

Nesse sentido, quero adiantar que a nossa comissão desenvolve, agora, uma proposta que, em breve, será apresentada a esta Casa. E nós não podemos, sob a desculpa de que inconstitucionalmente este ou aquele nível de ensino não nos diz respeito, no âmbito do Estado, do Município ou no âmbito Federal, fechar os olhos para essa injustiça cometida contra as

crianças brasileiras; injustiça que coloca em risco o nosso futuro, injustiça que castra os nossos potenciais, e injustiça que, ao meu ver, só será transcendida se formos capazes de estabelecer o diálogo. E não só quando fomos capazes de estabelecer o diálogo entre os que pensam da mesma forma, mas quando tivermos a ousadia de convidar aqueles que também não pensam como pensamos, e termos a ousadia e a ingenuidade construtiva de acreditar que será possível desarmar os espíritos e estabelecer um diálogo construtivo.

É com esse espírito que me integro na Comissão Interinstitucional Infantil, e desenvolvo esse trabalho de reflexão, de discussão; é com esse espírito que participo deste momento, hoje, acreditando que cada palavra dita aqui, que cada reflexão, que cada discussão, são passos importantes no sentido de construir novas possibilidades de convivência social, acreditando, também, que essa discussão refere-se à discussão maior, como já mencionamos, no que diz respeito ao drama planetário.

Não quero deixar de aproveitar esse espaço para convidar todas as escolas e educadores cearenses a estarem engajados no movimento lançado pela Associação Cearense de Creches, Pequenas e Médias Escolas, e pelo Sindicato de Escolas Particulares do Ceará, através do qual estamos propondo para todas as nossas escolas filiadas, que dediquem a próxima semana ou iniciem, a partir da próxima semana, uma discussão profunda sobre o que realmente significa, o que aconteceu essa semana no Mundo, para que não tenhamos uma avaliação limitada disso, e situemos historicamente essa grande crise. No dia 18 de setembro, Terça-feira, sete dias após esse atentado, todas essas escolas estarão paralisadas, às 9 horas. Nesse dia, as escolas que aderirem a essa proposta poderão liberar o uso do uniforme das suas crianças, e às 9 horas estaremos fazendo uma prece conjunta, transmitindo uma energia Universal pela superação desse conflito. Quero convidar vocês a propagarem essa proposta, e nos dar as mãos para transcendermos essas dificuldades tão terríveis, que

teremos que ultrapassar, para construir uma convivência saudável. Muito obrigado.

SR. FRANCISCO JOSUÉ FELÍCIO (Associação dos Cegos): Bom-dia a todos. Quero agradecer, inicialmente, pelo alerta que a professora Itelvina Marli – professora da Universidade Estadual do Ceará e Diretora da Associação de Cegos do Estado do Ceará, inclusive ela está presente na Plenária – por ter me alertado no que diz respeito à realização deste fórum. Agradecer ao Deputado Chico Lopes por não ter criado nenhum obstáculo para estarmos aqui presentes, participando, e colocar para vocês que nós, portadores de deficiência, também temos um pensamento com relação à questão da construção de mecanismos democráticos na Política Educacional.

Muitas vezes, as pessoas criam uma impressão negativa dos portadores de deficiência, como se ele fosse uma pessoa totalmente alienada desse contexto, mesmo porque nós somos vítimas dessa situação. Temos a consciência de que esse tema merece uma profunda reflexão, uma vez que a Política Educacional deste País não tem sido democrática até hoje, se partirmos da premissa de que o índice de analfabetismo ainda é muito grande, ao contrário do que afirmam os meios de comunicação, ou seja, o Governo Federal, Estadual e Municipal colocam que esse problema tem diminuído, mas isso, se formos a fundo, é uma coisa bem contraditória.

É contraditório, primeiro, pela falta de escolas: falam na construção de escolas mas, na realidade, ainda faltam muitas escolas para atender à demanda. Segundo, porque há o interesse de que o povo brasileiro não evolua, ou seja, não tenha uma informação crítica do que está acontecendo ao seu redor, principalmente em se tratando da vida política deste País. Lamentavelmente os acontecimentos que ocorrem não são mostrados na íntegra, a começar pela nossa própria história do Brasil que, nós sabemos, nem sempre é contada como deveria ser,

que esses acontecimentos que estão aí, como desvios de recursos e outras coisas são coisas que vêm lá detrás.

Nessa questão da Educação, nesse contexto, estão inseridos os portadores de deficiências, onde a questão da Educação escolar, destes, tem se dado mais por uma ação voluntária de abnegados ou técnicos que ficam lá nas instituições de deficientes, que vivenciam a problemática desses segmentos que, na realidade hoje representam uma parcela bastante significativa da nossa sociedade, do que propriamente por uma iniciativa governamental. Na realidade, o que se tem de concreto, hoje, é muito mais o resultado de lutas de pessoas que estão ali empenhadas, com dificuldades, mas que tentam mostrar um trabalho que, na realidade, não se vê muito a ação nesse sentido. Por exemplo, a nova Lei de Diretrizes e Bases de dezembro de 1996, que tem no seu bojo uma proposta de Educação Especial mais abrangente, que seria voltada mais para uma Educação inclusiva, essa Lei, entretanto, se depara com o total despreparo das escolas da Rede Pública nos seguintes aspectos: primeiro, a questão da inacessibilidade, uma vez que a estrutura física da maioria dessas escolas não permite o livre direito de ir e vir do deficiente, ou seja, não estão preparadas, não têm banheiro adaptados, coluna no meio das passarelas, escadas etc. Eu, às vezes, uma pessoa de cadeira de roda, não pode subir, não pode ter acesso. Sabemos que há algumas escolas públicas que estão sendo reformadas, por exemplo a Escola Juarez Távora, porém, na sua reforma, não contempla a questão da acessibilidade dos companheiros portadores de deficiência motora.

Segundo, é a questão da falta de equipamentos adequados para atender a demanda dessa clientela: os cegos, muitas vezes, precisam de impressoras Braille em suas escolas, os deficientes auditivos precisam de pessoas que denominem os sistemas de sinais, e isso não acontece. E o mais agravante consiste no total desconhecimento dos profissionais da área de Educação, pelo menos na sua maioria, incluindo professores e técnicos, dentre

outros, no que concerne à realidade dos deficientes, observando-se a especificidade de cada área. É como se, de repente, fôssemos vistos como uma sociedade à parte, quando, na realidade, somos parte de uma sociedade produtiva. É inadmissível que os órgãos públicos, federais, Estaduais e Municipais, incluindo as Universidades, continuem omissos diante dessas questões aqui citadas, pois, pelo que me consta, existem profissionais conhecedores desses problemas, que necessitam de apoio financeiro, no sentido de implementar ações que propiciem aos portadores de deficiência um atendimento digno e, sobretudo, com respeito a essas escolas. No entanto, há a alegativa da falta de recursos financeiros, para a execução de medidas que possam viabilizar mudanças nesse contexto, quando, na realidade, percebemos que o que falta mesmo é o interesse dos Governos no sentido de fazer valer os nossos direitos.

Consideramos indispensável, por exemplo, a participação das entidades envolvidas com a causa que, por conseguinte, não devem ser excluídas das discussões para a implementação de ações, para que possamos ter uma inclusão de fato e de direito e, por conseqüência, uma Escola Pública Democrática.

Quero finalizar minha participação dizendo que a Assembléia veja a possibilidade de discutir a questão das Universidades, sobretudo, pois é o ponto de partida, para colocarem, nos seus currículos, disciplinas voltadas para a área de Educação Especial, porque o que se sabe é que os profissionais, de todas as áreas, em sua maioria, são pessoas que, lamentavelmente, não sabem encarar um portador de deficiência. Esse é um aspecto.

A segunda coisa que nos preocupa é a questão da inclusão: que seja providenciada com mais rapidez, porque, muitas vezes, quando chega um deficiente numa escola pública, o professor coloca a mão na cabeça, juntamente com o diretor, e não sabem o que fazer. Então, precisamos ser mais respeitados, porque somos cidadãos, não somos diferentes.

Agradeço a oportunidade que me foi ensejada. Muito obrigado.

SR. ROBERTO SANTOS: Quero saudar a todos os presentes, saudar a Mesa, parabenizar o Gabinete do Deputado Chico Lopes e a Assembléia, as Universidades, pela realização deste evento.

Acho que a Educação, a forma como ela é tratada, pode ser tomada como um reflexo do nível de respeito que o Governo tem com os cidadãos, com a população, com aqueles que eles governam. E não é só a Educação, mas todas as áreas sociais, hoje.

A Educação, hoje, no nosso País, a Política Educacional está sendo usada como cabo eleitoral para as eleições do próximo ano, se encontrando, portanto, numa situação vexatória. Mais da metade dos estudantes do Ensino Básico não concluíram o curso, e há estudantes no terceiro ano do ensino médio com nível de estudante de quarta série; o ensino infantil, então, aqui em Fortaleza, como já foi mencionado, está praticamente todo privatizado.

Quando entrei no movimento estudantil fazíamos muitas colocações com relação às deficiências, à debilidade do serviço público da Educação. Mas, se antes reclamávamos por questões que ainda persistem, como a democracia na escola, como a questão dos conteúdos não estarem voltados para as nossas reais necessidades, da forma engessada da escola, hoje, o que nós temos não é simplesmente uma escola engessada nos conteúdos, nas relações, em se ouvir a comunidade escolar, na verdade, está muito pior a situação: falta carteira, falta professor, parede de escola caindo e matando estudante, falta teto. É muito pior! A situação do ensino, hoje, demonstra uma situação, realmente, de abandono, particularmente em nossa cidade, mas não só em Fortaleza, porque as condições são piores se formos ver, no caso, as comunidades indígenas, e vários Municípios no Interior do nosso Estado.

Como se não bastasse tudo isso, conseqüentemente, a Escola Pública, o professor, o aluno, ficam com a auto-estima baixa o que torna o estudante da Escola Pública, hoje, sem a perspectiva de ingressar numa Universidade Pública. E mesmo aqueles que têm essa perspectiva são barrados pelo funil do vestibular, pois, há mais de 20 anos, não entra um estudante da Escola Pública na Faculdade de Medicina da UFC. E não só lá, mas em vários cursos que estão elitizados. Portanto, essa Escola Pública, a cultura, são tratadas de uma maneira pró-forma – faz uma pecinha aqui, comemoração em datas comemorativas – assim como o esporte que quase inexistente. Não tem esporte, não tem arte, não é trabalhada a questão cultural, os conteúdos são engessados, e até mesmo o professor, hoje em dia, foi tirado de sala de aula porque um monitor de televisão toma o lugar dele.

Essa escola, que parece mais um teatro, um fazer de conta, é a que aparece na propaganda oficial, é a que é usada como brinco nas propagandas oficiais, mas que todos nós sabemos a situação em que se encontra. É nessa situação que o Governo do Estado e a Prefeitura ainda tentam fechar escolas, como a prefeitura, mais uma vez, vem dando demonstrações de querer fechar o Colégio Municipal Filgueiras Lima – hoje estão terminando as comemorações do cinquentenário dessa escola – e o Governo do Estado querendo fechar o Instituto de Educação, outra escola tradicional, que presta serviço de qualidade, cuja comunidade educacional tem sempre estado à frente no questionamento desse modelo, pela construção de uma Educação mais cidadã, mais próxima das nossas necessidades.

Quero também colocar que nessa questão, por exemplo, do acesso à Universidade, temos o poder público, como a Prefeitura de Fortaleza, que tira quase todos os recursos do Ensino Médio para investir em medidas que vão contra preceitos mais

básicos, pedagógicos, como é o caso do *Nossa Vez*¹³. Mas, se o próprio Governo Federal toma atitudes como o ENEM¹⁴, responsabilizando o aluno pela sua incompetência, pela sua ingerência e fazendo com que a Escola Pública chegue ao estado em que está, e querendo avaliar o ensino a partir apenas do resultado, sem querer saber como está a biblioteca, como andam as condições de trabalho do professor e outras coisas...!

É esse quadro geral que se coloca à sociedade. No Congresso Nacional há acumuladas várias propostas para reduzir a maioria penal para até 14 anos, e proposta de emenda para condicionar a idade penal a exame psicológico. Então, aí, não há mais nem maioria. Na verdade, há um ambiente em que a Educação é apenas uma das áreas onde se traça uma política perversa de exclusão social, que atinge os trabalhadores, atinge em cheio a juventude. É um Governo que prefere investir em presídio que em escola, que fecha a porta da Universidade, que não garante escola suficiente, que fecha as portas da cultura. Por exemplo, o combate, hoje, à meia entrada, que se dá no País, vem diretamente disfarçado, também, nessa medida provisória do Governo, que é colocada como algo que vem ampliar o direito, mas que, na verdade, no seu conteúdo, faz parte dessa estratégia. Então, se fecham todas as portas para essa juventude, e querem abrir justamente a porta de uma cela de prisão, para essa mesma juventude sem escola.

Hoje, o estudante é tratado como número, a preocupação maior é maquiagem a realidade, produzindo bons resultados, em detrimento do aprendizado dos conteúdos. Dessa forma, é importante que a sociedade se mobilize, não como o Governo coloca, na questão do voluntariado, para que construamos a escola que queremos, uma escola que forme cidadãos conscientes,

¹³ Curso Pré-Vestibular organizado pela Prefeitura de Fortaleza (nota da equipe organizadora).

¹⁴ Exame Nacional do Ensino Médio – organizado pelo INEP/MEC (nota da equipe organizadora).

questionadores, que construam no dia-a-dia, a cada momento, num processo de transformação, o verdadeiro educar. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PC do B):

Elaboramos por escrito o nosso ponto de vista, auxiliado pela Professora Iêda Castro, que se encontra em Cuba, e pelo Professor Joan Anderson.

Gostaria de falar sobre a questão do financiamento da Educação, no que todos devemos estar atentos! Na palestra da professora de Minas Gerais, quando ela se referiu ao Banco Mundial, ela estaria falando em dinheiro, em números - e não é, sem dúvida, que a Secretaria de Educação, por coincidência, o seu subsecretário é um economista e fiscal da Receita Estadual. Não é muita coincidência? Antes, a auditoria era feita por auditor educacional; hoje, é feita por auditor financeiro, que entra na nossa sala de aula e eu não sei o que ele vai fazer lá.

Diria que a questão da Democracia já foi bastante discutida aqui, e eu levanto alguns pontos: os grêmios são feitos a partir de uma necessidade dos estudantes: ou ele vem de fora para dentro do colégio, ou ele é cooptado pelos diretores de colégio para serem constituídos de pessoas boazinhas, que não protestam, que não criam confusão? Essa é uma reflexão de Democracia. É democrático contratar um professor temporário, que já entra desempregado? Qual o estímulo que ele tem em vestir a camisa da Educação? Isso é democrático?

E por aí nós vamos vendo uma série de questões democráticas, inclusive pergunto nós, professores, também agimos democraticamente dentro da sala de aula? Será que quando não dá certo, não impomos a nossa posição de professor (e o resto que se dane!)? É democrático isso, também? É democrático cercear as pessoas dos conhecimentos e aliená-las no que vem escrito pela Secretaria de Educação ou Ministério?

Vamos começar a fazer reflexão a partir de nós, agentes transformadores, que fizemos opção por essa profissão, e nem

tanto os diretores que começam repetir, por mais democráticos que sejam, as diretrizes que vêm da Secretaria de Educação. Eu pergunto: para que fizemos Administração Escolar? Alguém aqui já fez concurso para Administrador Escolar, embora tenha diploma?

São essas questões as quais não gostaria de aprofundar muito, porque estamos aqui para ouvir.

Achamos que as inquietações do Senhor Pedro Albuquerque são pertinentes. Este aqui foi fruto do FUNDEF, foi fruto da minha experiência em sala de aula, e eu sempre ficava com dificuldades para chegar num congresso desses, pois tudo vinha de cima para baixo! E se não tivermos cuidado, aqui também vai ser.

Quero me colocar à vontade, para que vocês façam perguntas, pois vamos tirar uma agenda, daqui, no final do congresso, e colocar isso na prática! Porque se Educação é importante para o desenvolvimento do País, o Tasso Jereissati está na nossa frente! Um abraço.

DEBATE

PERGUNTA nº 1¹⁵: Boa-tarde. Quero, primeiro, parabenizar o Deputado Chico Lopes pelo absoluto sucesso deste Fórum que, com certeza, dará uma grande contribuição para a melhoria da Escola Pública do Estado do Ceará. Parabéns ao Deputado Chico Lopes e à Assembléia Legislativa.

Quero convidá-los para, no dia 27 deste mês, às 19 horas, aqui na Assembléia Legislativa, neste Plenário, o lançamento do livro de nossa autoria, intitulado: ***Educar é Preciso: 100 Passos em Direção à Cidadania***. São 100 artigos que já publicamos na Imprensa, a maioria deles sobre Educação. Gostaria muito que os colegas professores e professoras, bem como alunos e alunas, aqui presentes, estivessem festejando conosco a publicação desse livro.

Quero colocar alguns pontos que considero centrais. Primeiro lembrar o que o Deputado Chico Lopes falou no final, que parece tão importante ou até mais que este Fórum, que é a nossa agenda. Não podemos fazer deste Fórum mais um seminário que acontece sobre Educação. Este fórum tem que ser um marco na Educação Pública do Estado do Ceará. Para ser um marco, ele só vai se concretizar se construirmos uma agenda permanente de debates. Já temos aqui a Comissão Interinstitucional pela Escola Pública de Qualidade Social, há outros Fóruns, e temos que concentrar todas essas instituições para construir a nossa agenda e sairmos com propostas concretas para o Legislativo, para o Executivo, para a sociedade encampar lutas que estamos encampando aqui. Este Fórum só faz sentido se a sociedade cearense se envolver em torno das questões que estamos levantando.

A primeira questão que quero levantar é a questão da Universalização. Creio que houve alguns avanços, não podemos deixar de reconhecer, mas, foram avanços extremamente

¹⁵ Feita pelo Sr. Deputado Artur Bruno (PT).

limitados. Se é verdade que houve uma quase Universalização do Ensino Fundamental, se forem verdadeiros os números do Governo, o Ensino Infantil, como bem se colocou aqui, basicamente está privatizado no Estado do Ceará, portanto, uma questão séria para a nossa agenda. No Ensino Médio, nós temos em torno de 30% dos jovens entre 14 e 17 anos, na escola. É outra questão séria, e tem que entrar na nossa agenda.

Desde já quero lançar um desafio a todos os presentes, para apoiarem um Projeto Indicativo, de nossa autoria, porque estamos lutando para que a SEDUC (Secretaria de Educação Básica) implante, pois é uma vergonha para o Estado do Ceará o aluno de Ensino Médio não ter, o material didático! É obrigação do Governo do Estado dar material didático, livros, gratuitamente, para os alunos do Ensino Médio. Proponho que este Fórum coloque na sua agenda, como bandeira de luta, o material didático, já para o ano que vem, já que tem recursos do Banco Mundial para isso.

Não podemos considerar, como alguns Governos estão colocando, que o problema da Educação no Brasil não é um problema de financiamento (vamos ter um debate à tarde) - é sim, também. Nós temos, como quer o Plano Nacional de Educação, que duplicar os investimentos em Educação no País. Nós temos que garantir, no mínimo, 10% do PIB para investimentos em Educação e não 5%, como hoje o Governo compromete.

Segunda questão, me parece que esta é a razão maior deste Fórum: a Qualidade da Escola Pública. Recentemente, Deputado Chico Lopes, nós concluímos uma pesquisa nas Universidades Cearenses, uma contribuição da UFC, UECE e da UNIFOR, pesquisamos as três, não temos ainda os dados da UVA e da URCA, mas fiquei abismado. Pedro Albuquerque, você que tem lutado por isso, hoje, 80% dos alunos que concluem o Ensino Médio no Ceará são alunos de Escola Pública. Apenas 20% são egressos da Escola Privada. E no ingresso da Universidade é justamente o inverso: vimos que a grande maioria dos alunos de

algumas Universidades, vou citar alguns cursos, por exemplo, Medicina, na UFC, nos últimos anos, só entrou um aluno da Escola Pública. No ano 2000, Odontologia, entraram três; Comunicação Social, nenhum; Psicologia, nenhum no ano de 2000. Na UECE não é diferente nos cursos mais disputados, não estou falando dos menos, a quase totalidade são alunos que vêm da Escola Privada. Isto é uma vergonha para o Estado do Ceará, e não podemos mais conviver com isso!

Estamos propondo, eu e o Deputado Acilon Gonçalves, um projeto polêmico, inspirado no professor Pedro Albuquerque, na UNE, UMES, UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), e queremos discutir, não queremos o apoio já, mas queremos o debate sobre a reserva de vagas – 50% – das Universidades Estaduais para os alunos egressos da Escola Pública. Alguns irão dizer: *mas não seria mais importante lutar pela qualidade?* Sem dúvida, nós queremos as duas coisas. Lutar pela qualidade significa melhoria de salário de professores, infraestrutura, metodologia, didática, enfim, tudo isso. Vamos lutar por isso! Mas enquanto não conseguirmos uma Escola Pública competitiva, com as melhores escolas particulares, vamos continuar mantendo essa injustiça brutal e injustificável que é dar as melhores vagas das faculdades mais disputadas para os alunos das seis, oito escolas privadas de Fortaleza.

Portanto, quero pedir que o Fórum incluísse, na sua agenda, o debate, não precisa haver apoio neste momento, queremos trazer a sociedade para debater, assim como as Universidades, queremos os prós e os contras, mas estamos convencidos de que é um projeto importante que deve ser debatido.

Por fim, não está na pauta deste seminário, até pelas nossas limitações, mas creio que, no próximo, com aprofundamento, teremos que discutir o Telensino do Estado do Ceará, discutir e rejeitar, porque estou convencido que um dos maiores males da Educação Pública, no Estado do Ceará, foi

justamente o Telensino e, portanto, nós educadores e educadoras não podemos mais conviver sem o debate, e sem a reflexão. Aqui temos o professor Idevaldo Bodião, que fez uma tese de doutorado sobre o assunto, temos especialistas Nacionais, e não dá mais para conviver com essa mediocridade que é o Telensino no Estado do Ceará. Muito obrigado pela paciência de vocês.

PERGUNTA nº 2¹⁶: Boa-tarde! Sou aluna da UECE, de Administração Escolar, que é uma habilitação da Pedagogia, e faço parte também da Rede Pública, nas instâncias Estadual e Municipal.

Não podemos deixar de comentar que a UECE, atualmente, se encontra numa situação não muito favorável, a Imprensa já divulgou algumas vezes a questão das greves de estudantes, manifestações dentro da própria Universidade, comentando a respeito do fechamento do RU¹⁷ e outras coisas mais que são reivindicadas, entre elas, como estamos vendo, no Fórum, a questão de uma Educação de qualidade e, claro, gratuita, já que é pública.

No entanto, observamos que existem Universidades que se dizem públicas, que cobram preços não tão baixos, no caso, o valor de 130 reais, outras mais, pela mesma graduação. Aí eu questiono, será que seria por ser em caso de regime especial? Ou será que seria o início de uma privatização que lutamos tanto para não ter nas Universidades? Seria bom que nos questionássemos contra isso.

Outra questão: procuramos primar pela qualidade de ensino, no entanto, vemos que, infelizmente, não é muito isso que acontece. A prova é que este Fórum está sendo realizado para repensar essa qualidade de ensino, quando as estatísticas provam que, a cada avaliação feita com o aluno, essa qualidade vai reduzindo. Aí eu pergunto, como se pode ter incentivo, enquanto

¹⁶ Feita pela Sra. Eniran Souza

¹⁷ RU = Restaurante Universitário (nota da equipe organizadora)

professor, para lutar por uma qualidade de ensino, quando temos que lutar pela própria sobrevivência, juntamente com isso?

Observamos que, infelizmente, participantes do Fórum são mais aquelas pessoas que estão realmente lutando por essas causas, pela causa da Educação Pública, gratuita e de qualidade, com professor melhor remunerado, com escola melhor aparelhada, professores motivados, e coisas do tipo. Então, me vejo perguntando: será que, de repente, não estamos sendo direitos demais, deixando de dar o valor a nossa Esquerda, e colocando, no Poder, pessoas que não se comprometem com os nossos compromissos sociais? É um questionamento que quero lançar à platéia e para nós mesmos nos questionar. Será que estamos fazendo o nosso papel social, enquanto professor, ou só estamos achando que é o outro que tem que fazer? A mudança tem que partir do outro? Se não tomarmos iniciativas, quem vai lembrar de nós, um dia? Obrigada.

PERGUNTA n° 3¹⁸: Sou de Sobral, trabalho como Diretor de Escola do Município, e contratado temporário do Estado.

Uma das questões que eu perguntaria para a Mesa é sobre a questão da legalidade, ou, pelo menos, de direitos mais assegurados para os contratos temporários, que já há uma discussão, em nível da Assembléia, sobre isso. Em cima do que a colega colocava, as Universidades, que também estão apoiando essa discussão do seminário, o que fazer para que elas realmente sejam públicas? Só tem o nome de pública, mas se paga taxas absurdas, para mim altíssimas, e eu quero até questionar se isso é legal ou não. As Universidades Estaduais, que são públicas, ou se dizem públicas, cobram essas taxas. O que a União dos Estudantes, por exemplo, pode fazer, juntamente com a Assembléia Legislativa? Porque a questão legal tem que passar por esta Casa.

¹⁸ Feita pelo Sr João Martins.

PERGUNTA nº 4¹⁹: Boa-tarde! Quero somente me identificar, sou Maria Moreira, conhecida como Mazé, lá de Caucaia. Acho que algumas pessoas me conhecem.

Quero parabenizar a Casa pelo Espaço Democrático, em nome dos dois Deputados que se encontram presentes, Deputado Chico Lopes e Deputado Artur Bruno; não é puxando o saco, mas são pessoas de muitos anos de luta.

Quero dar uma dica e fazer uma pergunta à Mesa, em relação à questão da Educação. Sempre coloquei na minha luta a questão de que a Educação é a mãe, a Saúde e outras Políticas Públicas são filhos. Uma mãe bem estruturada tem como amamentar, como dar um carinho para os seus filhos, mas, quando a mãe é maltratada, os filhos, como nós vemos, estão preparados para as ruas, e não para a vivência.

Em Caucaia, quero colocar aqui, desculpem a emoção, estamos sofrendo na pele a história de muitas escolas com anexos; nas escolas que já têm mais de 10 anos, a Prefeitura, agora, nessa última gestão, inventou de colocar anexo. Por exemplo, uma escola que é lá da comunidade, que tem 180 ou 250 crianças, é anexada a uma outra escola. Quero perguntar a vocês, não quero fazer crítica o Prefeito, ao Secretário ou a quem quer que seja: isso é constitucional?

Por exemplo, já fui diretora de escola e sei quanto custa você assumir uma direção de escola, onde você sabe que vai trabalhar com recursos humanos, ou seja, professores, funcionários, inclusive os alunos, e com problemas que você tem até que dizer: já chega! Quando fui diretora, perdia o sono com essa preocupação na minha escola. Pergunto a vocês: como é que eu sou diretora de uma escola e vou coordenar mais cinco ou seis escolas anexas a minha, se a distancia entre elas é de quatro quilômetros, seis quilômetros, onde ficam apenas os professores,

¹⁹ Feita pela Sra. Maria Moreira.

os alunos, e uma coordenadora, coitada, que fica dependendo da outra diretora, ou do diretor, ou de quem quer que seja?

Quero que seja colocado neste Fórum que eu admiro demais, estou aqui por esse motivo, que se dê um basta nesses abusos, que considero um abuso perante a Educação! Se fôssemos ver tudo, se não fosse o FUNDEF, entre outras coisas, que aprendemos muito, não sabíamos nem o que seria isso. E para melhor dizer, há muitas coisas que somos desconhecedores, porque não há uma divulgação.

Quero deixar esse meu apelo e resolver neste Fórum essas questões de anexos. Há muitas outras coisas, mas essa dos anexos é a pior barbaridade que eu já vi na minha vida! Por exemplo, uma diretora corre atrás de alguma coisa para a sua escola e terem que ir atrás para fazer na das outras? Fica uma coisa meio alienada! Desculpem porque coloquei isso com muita clareza. Vocês podem ver uma coisa pequena, mas mexeu muito, não somente com a Mazé, mas com vários alunos que chegaram até nós pedindo apoio, e algumas diretoras também.

Sou da Federação dos Conselhos e Associação Social da Comunidade de Caucaia, e temos 152 comunidades filiadas. Por esse motivo, muitas escolas passaram para nós, inclusive com algumas pesquisas que fizemos. Muito obrigado.

PERGUNTA nº 5²⁰: Boa-tarde a todos. Também quero registrar a importância desse evento, porque todos os espaços abertos, para se discutir essas questões, sempre são muito importantes.

Estaremos participando, amanhã de uma das mesas redondas, mas gostaria de já adiantar alguma coisa, pegando um pouco do que já foi colocado.

Fiquei muito atenta, ontem, com a conferência do Professor Manfredo, quando ele colocou uma questão que deve realmente balizar a nossa discussão, e que o professor Irenildo

²⁰ Feita pela Sra. Rosa da Fonseca.

também fez referência na sua intervenção. Que tipo de sociedade nós queremos, que tipo de pessoa humana, e que tipo de Educação, portanto?

Escutei, aqui, o representante da UNE dizer que é preciso ter um projeto popular, democrático, e encaminhar as pessoas a votarem no próximo ano, em candidatos, que possam assumir esse compromisso, assim como algumas companheiras falaram sobre isso. Está na hora de dimensionarmos a natureza da crise que estamos vivendo minha gente! Quando foi colocado, ontem aqui, pelo Professor Manfredo que a Economia, hoje está comandando a vida das pessoas, e o Estado não tinha mais o papel, que tinha antes, de regular a sociedade, tentamos colocar isso nessa nota, porque achamos importante que todos possam ter acesso e refletir, inclusive participar desse movimento.

Não temos direito, historicamente, de continuar alimentando a ilusão de que, nos marcos do Sistema Capitalista, vamos conseguir resolver o problema da Educação e da vida das pessoas. Não temos esse direito! A barbárie já está implantada! O que aconteceu, recentemente, aqui no Ceará e no mundo, são expressões disso. O assassinato dos Portugueses, o crime lá do Cariri, e a ação dos Estados Unidos, onde pessoas humanas são usadas como arma e como alvo de uma ação, em que pese no ponto de vista de quebrar a inviolabilidade dos Estados Unidos, mas, o que representa, em termo da humanidade, aquilo ali? É barbárie, gente!

Nós, do SINDIUTE, temos feito uma reflexão muito séria sobre isso e temos nos esforçado para levar essa discussão, quando promovemos, no ano passado junto com o Instituto de Filosofia da Prática, um Seminário de Teoria Crítica e Radical, sobre a Crise do Capitalismo e da Emancipação Humana, porque entendemos que, realmente, a Educação, nos marcos desse modelo que aí está, não tem como contribuir para resolver o problema da humanidade.

Nós, educadores, e aí faço referência ao que o Deputado Chico Lopes comentou, temos alertado o pessoal sobre isso: que tipo de Educação estamos desenvolvendo quando dizemos aos nossos alunos: estude, para ver se você tem vez nesse mercado de trabalho cada vez mais excludente! Quer dizer, estamos alimentando a concorrência, a competitividade, o querer ser melhor do que o outro, para poder ter vez, quando na verdade o que temos que fazer, dentro da idéia de Educação que tenha como base a ética? Qual seria a ética? A ética da emancipação, de podermos contribuir para que os alunos se dêem conta de que não estão tendo vez, não porque são incompetentes, nem porque são esforçados, nem porque não estudam, mas porque estão sendo excluídos por um sistema que está na sua fase historicamente final, e que não vai sair de cena, se as pessoas humanas não se colocarem como sujeitos para acabar com isso.

É essa reflexão que queremos fazer, como também um chamamento, para que possamos, todos juntos, no que pese todas as divergências de visão que temos, fazer com que a Educação, realmente, seja um instrumento de emancipação humana. Para que os alunos e nós próprios possamos nos constituir como sujeitos para romper com esse modelo irracional, desumano, que não tem perspectiva nenhuma, e construirmos, efetivamente, uma sociedade onde essa ciência, essa tecnologia, possa ser colocada a serviço do ser humano, inclusive para nos realizar efetivamente como pessoas humanas.

Ao lado disso, naturalmente, que todas as questões colocadas, possamos radicalizar nas suas conquistas. Não podemos aceitar o Telensino, concordo com o Deputado Artur Bruno, está na hora de dar um fim ao Telensino e ao Telecurso 2000, gente! Isso é uma vergonha, realmente! Não podemos aceitar mais isso! Nós, do SINDIUTE, já tivemos muitos confrontos, inclusive, companheiros foram presos aqui dentro desta Casa, na luta contra a Municipalização forçada, contra o FADE (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Escola),

contra toda essa desgraça que está aí. No entanto, temos que somar forças para esse enfrentamento, colocando na perspectiva da ruptura desse modelo político que aí está totalmente falido e construirmos uma sociedade onde as pessoas humanas não deleguem a outros o poder para manter esse sistema que está aí, mas, como sujeitos, construirmos a verdadeira Democracia direta, onde todas as pessoas humanas possam decidir sobre o seus destinos. Vamos à luta!

SR. JOSUÉ FELÍCIO: Quero aproveitar essa oportunidade para duas questões: Primeiro, estamos comemorando a semana social dos cegos, que começa amanhã, dia 15, até o dia 21. Essa semana começou com o surgimento da primeira escola de cegos no Brasil, o Instituto Benjamim Constante, em 1854, e vamos desenvolver uma programação na associação: amanhã, teremos um jantar de adesão, a partir das 18 horas, com atrações, com os próprios cegos participando e sendo os artistas; dia 17 teremos um debate sobre a questão da Educação Especial; dia 18 sobre a questão da inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho.

Teremos outras atividades, e no dia 21, por ocasião do Dia Nacional de Luta das pessoas portadoras de deficiência, discutiremos sobre o Papel de Desenvolvimento Associativo, na atual conjuntura, dos portadores de deficiências. A nossa Associação fica situada na Rua Coronel Ribeiro da Silva, 769, Monte Castelo, bem próximo à Bezerra de Menezes.

A segunda questão, é que eu gostaria de fazer uma denúncia bem rápido: naquele encontro que houve, em 1994, quando todos os Países assinaram a questão da Educação de Qualidade, eu gostaria de registrar que, para vocês tomarem conhecimento, em se tratando de escolas especiais para cegos, somente o Município de Fortaleza tem um trabalho desenvolvido pelas instituições. Isso é vergonhoso, porque, nos outros Municípios do Estado não existe sequer uma sala especial, voltada para a questão do portador de deficiência visual.

Em alguns Municípios existem algumas APAEs²¹ funcionando e algumas escolas de surdos, mas que não atendem o universo de pessoas portadoras de deficiências existentes no Estado do Ceará, que é muito grande. É muito vergonhoso saber que a Educação é para todos e, no entanto, os companheiros cegos e outros deficientes estão órfãos em alguns Municípios do Estado, porque a Educação não chega a eles. Quer dizer, estão lá na rede ouvindo rádio, quando poderiam ser pessoas produtivas, cidadãs, e somos totalmente excluídos dessa questão. Isso é extremamente vergonhoso, fico até constrangido de denunciar, mas é um fato que eu não poderia deixar de registrar. Muito obrigado.

SR. ANÍSIO MELO : Algumas questões foram colocadas e nós vamos aprofundar na continuidade desse Fórum. Em relação à denúncia que foi feita com relação aos anexos de Caucaia – quero deixar para todos o telefone da Comissão Interinstitucional que visita os anexos em Fortaleza – fez-se um Relatório, um vídeo, encaminhou-se, junto ao Conselho Estadual de Educação, ao Ministério Público, e tem-se acompanhado e conseguido alguns resultados em relação à reversão desse quadro: 0800-85-77-77, é o telefone para triagem das denúncias encaminhadas para a coordenação e para o Plenário da comissão. As entidades que fazem parte da coordenação: CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), o Sindicato APEOC (Associação dos Professores do Estabelecimento Oficiais do Estado do Ceará), FACED e SOMA (Secretaria de Ouvidoria Geral do Meio Ambiente).

Em relação ao companheiro que falou sobre os contratos temporários, a questão da legalidade ou não desses contratos, nós acompanhamos de perto, entramos com ações no Ministério Público, e em relação a essa questão específica do contrato temporário em detrimento dos concursados, e sobre a própria

²¹ Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (nota da equipe organizadora)

implementação desses contratos, há uma Lei aprovada aqui na Assembléia Legislativa, n.º 22, do dia 24 de Julho de 2000, que coloca os seguintes critérios para os contratos temporários: só poderão ser implementados nos casos emergências, e há uma hierarquia: primeiro, com a ampliação da carga horária dos professores efetivos; segundo, existir no banco de concursados o aproveitamento dos concursados; terceiro, uma seleção pública simplificada; e quarto, análise de currículo.

Quem está nos contratos temporários? O que sabemos é que esses contratos não estão regularizados, não foram assinadas as carteiras e nenhum outro tipo de contrato. Estamos com mais uma provocação no Ministério Público do Trabalho, na figura do Dr. Antônio Parente, cobrando do Governo do Estado a formatação dessas contratações temporárias, para definirmos, realmente, o que é temporário e o que é definitivo, e quem ficar nos contratos temporários, naqueles casos emergenciais, tenha a sua situação regularizada, assim como os concursados assumam as carências definitivas. Amanhã, às 15 horas, no Sindicato da APEOC, teremos uma reunião de trabalho com relação a essa questão específica.

SR. ROBERTO SANTOS: Com relação à questão das taxas, isso não é exclusivo das Universidades; faz parte, na verdade, de um processo de privatização que se dá pela retirada do poder público na questão da Educação: vemos isso no Ensino infantil, na questão das creches, e na falta de vaga na Universidade. Há casos como a cobrança de taxa de manutenção em escolas, aqui em Fortaleza, e mais de uma vez isso foi denunciado, se não me engano, houve notícia desse tipo, este ano ainda.

Cobrança de taxa para matrícula já aconteceu algumas vezes, aqui em Fortaleza e em Minas Gerais, e até um tempo atrás tornou-se prática comum. No Paraná, há Escolas Públicas que estão cobrando mensalidade, pois o processo de privatização, lá, já está bastante adiantado. Aqui temos o FADE (Fundo de Apoio

ao Desenvolvimento Escolar) que vai surgir junto com o Conselhos Escolares. O FADE, na verdade, é a porta de entrada para o setor privado custear algumas coisas na Escola Pública, permitindo a retirada do Governo do Estado de parte desse financiamento, quando vamos ter que ficar pagando a mesma quantidade de impostos. Fica aquele questionamento: para onde vai esse dinheiro?

Essa questão da privatização é complicada, porque as empresas não vão se contentar somente em ser parceiras da escola, e isso vai influir, conseqüentemente, nos conteúdos e na questão de desviar quem pode lutar para entrar na Universidade, para se tornar mão-de-obra barata.

SR. JOÃO IRENILDO: Embora tenha pouca gente, vai ser gravado, vai servir para a agenda. (Risos). Quero fazer uns comentários, primeiro, dentro daquela visão que expus, que os Fóruns devem definir as bandeiras mais relevantes. Aqui temos algumas, e uma que eu ressaltaria como mais relevante, e com certeza vai ter muita dificuldade, não só na área conservadora, mas também na Esquerda.

Lembro-me do Ex-Reitor e Ex-Governador Cristóvão Buarque, que me disse que, quando foi eleito Reitor da Universidade de Brasília, a grande reivindicação na cidade era a eleição do Reitor, a questão da escolha, aquilo que a professora Eunice disse. Na hora em que ele assumiu e tirou o paletó, a comunidade universitária achou que aquilo era mudança, o fato dele ter sido eleito e ter tirado o paletó. Quando o mesmo foi fazer a mudança, aí o negócio foi difícil, aqueles que o tinham apoiado começaram a combatê-lo.

Nessa proposta do Deputado Artur Bruno de 50% das vagas das Universidades Públicas para as Escolas Públicas, digo o seguinte: deveria ter um sistema público fechado, Escola Pública e Universidade Pública 100%, mas vamos para os 50% . Já expus isso para os meus alunos, vi manifestações de várias pessoas, mas essa é uma proposta, Deputado Chico Lopes, que a sociedade tem

que assumir, não como solução do problema, mas para quebrar a castanha e começar a questionar isso mais diretamente. Isso é uma agenda, e digo mais, sou o Coordenador Executivo do Fórum Estadual de Educação Profissional, e o Diretor da Escola do CEFET, Professor Mauro Oliveira, denuncia que o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará) está se elitizando, que já se deve reservar essas vagas para as Escolas Públicas, e só não implementou ainda Deputado, porque lhe falta apoio da sociedade, porque na própria instituição há dificuldades.

A outra questão que eu levantaria é sobre a cobrança de taxas, e as dificuldades de recursos para a Educação. Outro problema grave, também, na Educação, é que os cursos de pós-graduação, os mestrados, doutorados, estão sendo pagos nas Universidades Públicas, onde há possibilidade de se abrir mais vagas nesses cursos de pós-graduação, e não se abre. Portanto, há uma tendência muito conservadora dentro das instituições. Onde estão os recursos disponíveis para isso? É o Banco Mundial? Há um fundo público, aqui no Brasil, que se chama FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), são 45 bilhões de reais.

A maior parte desse dinheiro está indo para as grandes empresas Multinacionais e Nacionais, Anísio, e até sugiro você colocar na CUT (Central Única dos Trabalhadores), porque, infelizmente, as entidades sindicais estão recebendo esses recursos, também do FAT, e tratando de projetos como se fossem birôs de serviço, e isso é um desvio das entidades sindicais. Eles também estão servindo para calar a boca de intelectuais nas Universidades, que estão se calando em função do complemento de salários. Eu, particularmente, tenho me recusado sempre a partilhar disso aí, de complementar salário com o FAT. É uma questão de princípio. Dificulta-me a vida? Dificulta. Mas é uma questão de princípio.

Portanto, estão gastando dinheiro com o FAT, na qualificação de vários tipos de cursos que não valem nada, não

qualificam nada, é dinheiro saindo pelo ralo, e nós estamos calados diante disso, estamos sendo cúmplices.

Por fim, quero falar sobre o anexo. Não poderia deixar de falar, porque sou um dos responsáveis pela criação de anexos, coloco aqui, Deputado, na agenda, o meu pescoço para ser cortado na guilhotina. Como não há mais tempo, não vou me estender nisso, é uma questão muito mais complexa, complexa demais! Anexo é uma emergência, dentro de uma calamidade. Um anexo de dez anos não é mais anexo, já é uma escola, isto é, uma escola ruim, péssima. Anexo foi uma emergência diante de que? Numa situação estrutural, histórica, muito séria.

Vocês sabem quem financia a Escola Pública aqui no Ceará e no Brasil todo, hoje? O Banco Mundial! E com o dinheiro que nós vamos pagar. A renda Nacional, pessoal, tem sido gasta pelo Governo para outros investimentos, ao qual se acrescenta agora um outro item, que é o pagamento da dívida. Então, o Banco Mundial financia o que? Construção de meio fio, viaduto, construção de escola? E quando tudo isso é pago em real? Você constrói uma escola, compra tijolo, e o tijolo é pago em real, mas nós vamos pagar em dólar. Isso faz parte da nossa soberania, isso é uma questão de soberania. Quando eu estava na prefeitura, construí dez escolas financiadas pelo Banco Mundial. Não saiu nada para a prefeitura, mas saiu para o povo brasileiro. Dívida aumenta a dívida e diminui a nossa soberania. Então, é uma questão profunda. Quando é que uma escola anexa está ligada à soberania? Vamos discutir isso na agenda, pois é uma questão importante para ser discutida pela sociedade.

Por fim, Deputado, meus parabéns, foi um grande seminário, foi uma grande iniciativa, e que se reproduza na sociedade. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PC do B): Tudo aqui é importante, mas na parte da tarde será muito mais porque quando se fala em dinheiro, mexe no bolso de todo mundo, aí se entende melhor as coisas do que, às vezes, as questões teóricas.

Quando eu digo: por uma Educação Pública, Popular e Democrática, eu me bato porque não é gratuito, o povo paga. Então, não pode ser Universidade gratuita. O trabalhador, lá na roça, às vezes, não entra nem numa escola primária, porque quando ele produz, os impostos vão para o Governo para voltar em forma de bens e serviços, mas estou falando teoricamente, porque essa história de dizer que as coisas são públicas, gratuitas, não existe isso elas, tem um custo, mesmo é no Socialismo.

Voltando para a UVA, URCA, elas seguem um plano que o Governo do Estado implanta com competência, que é a agenda do Banco Mundial. O Ceará é primeiro em tudo: na prostituição infantil, no analfabetismo, ganhamos do Piauí, sem nenhum demérito para o Piauí; em saneamento básico, estamos no vigésimo lugar e o Piauí é o décimo nono, quer dizer, tem melhores condições que o Ceará. E como somos melhores em tudo, porque fico com vergonha de dizer que lá em Minas Gerais fizeram implantação disso e daquilo, porque copiaram da Secretaria de Educação, eu digo: se aqui não presta, lá deve está bem pior! Porque copiar o que não presta é falta de competência até para isso!

Por exemplo, não sou uma figura simpática ao Senhor Teodoro, digo isso abertamente, porque ele também o diz abertamente: “bem que eu gostaria que ele simpatizasse com os meus olhos verdes, mas ele não simpatiza”. O que eu posso fazer? Foi ele quem primeiro colocou a privatização da Universidade no Ceará, através de um instituto chamado IVA (Instituto Vale do Acaraú). Eu me lembro, vocês ainda não eram nascidos, mas eu estudava na cartilha do ensino rápido que tinha: O Ivo, ovo, era assim aquelas cartilhas, eu só me lembro do Teodoro através daquelas cartilhas. (Risos) Porque ele criou a UVA, OVA, IVA e aí vocês vão entender o financiamento. (Risos).

Gente, o professor colocou 100 milhões. Para nós, que ganhamos 800 reais, 400 reais, troca aí, para ver quantos anos vamos passar para ganhar isso? Multiplica ou divide! Entretanto,

o dinheiro da Educação deve ser discutido, ele não vai para a ponta, e é por isso que não temos dinheiro.

Gostaria de fazer uma reflexão sobre o que é Estatal e Público, porque estão enganando o povo. O IVA é público, não tem fins lucrativos, seria bom também discutir as ONGs (Organização Não Governamental). Esse Fórum é para ser aberto, se vai agradar a A,B, ou C, quem gostar come muito e quem não gostar come pouco, portanto, vai ter uma agenda para discutir e sair das mesmices. Estive representando a Assembléia, só fizeram uma vez e terminaram, no Fórum das Universidades Públicas e Privadas do Ceará. Dei sorte, o presidente era do PSDB, não pôde ir nesse dia, e eu fui no seu lugar.

O Senhor Liberato, que agora é Reitor, foi condenado pelo Tribunal de Contas por comprar carros para o Estado e ficar para ele. Esse é o Reitor de uma Universidade que, publicamente, saiu combatendo outro Reitor, que não coordenava com a questão dele. Foram tantos elogios de certos Reitores aqui, do Ceará, que eu fiquei com vergonha, porque ele é Reitor de uma Escola Pública, e quando determinado segmento da sociedade começa a me elogiar, fico logo preocupado e digo: estou fazendo as coisas erradas; quando ele me critica, eu digo: estou acertando, o meu referencial, geralmente, são essas coisas. Então, que diabo é que quer um Reitor, de Escola Pública, nessas esquinas, pois cada um funda uma faculdade agora, nesses botequins que estão vendendo diploma, a elogiar os Diretores da Escola Pública? Está errado!

Portanto, você vê que a URCA, que não usa os mesmos meios porque está começando agora, tem dificuldade. A UECE, que está começando agora, está com dificuldade. Mas, há duas UVAs, uma que funciona lá em Sobral, com dificuldades, e essa que funciona aqui em Fortaleza. Agora, há uma coisa criativa, não tem campo de extensão. E uma Universidade sem extensão é um negócio belíssimo, não é isso? Esse Fórum foi feito para discutir isso, sem preconceito, sem nada, e com divergências mesmo! Há

coisas que foram colocadas que eu vou discutir, porque eu posso ir para o inferno, mas por omissão, não.

Boa tarde, e vamos para o segundo tempo.

DIA 14.09.2001 - TARDE

**PAINEL GESTÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA
EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA
MUNICIPALIZAÇÃO**

PRESIDÊNCIA: DEPUTADO ESTADUAL CHICO LOPES (PCdoB).

MODERADORA: Professora Edite Colares (UECE)

DEBATEDORES: Professor Artur Pinheiro (presidente da UNDIME – União dos Dirigentes Municipais da Educação); Sr. José Irineu (Presidente do Conselho Estadual do FUNDEF – Fundo de Investimento para o Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e representando a APRECE (Associação dos Prefeitos do Ceará); Dr. César José Rodrigues (do Tribunal de Contas dos Municípios); a Professora Gláucia Albuquerque (da UECE – Universidade Estadual do Ceará); e o Professor Maurício Holanda (da UFC – Universidade Federal do Ceará).

SR. ARTUR PINHEIRO: Inicialmente, gostaria de agradecer a Assembléia Legislativa, pelo convite para que a Undime pudesse participar deste debate, como também, parabenizar por esse Evento, que é mais uma prova de que a Educação, hoje, está sendo uma preocupação da sociedade brasileira. É muito importante que o Parlamento esteja conosco, nessa luta por uma Educação de qualidade.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa, na pessoa do seu Presidente e do Deputado Chico Lopes, que foi o autor da proposta de realização deste debate. O nosso tema, que trata do Regime de Colaboração, e passa pela questão da Municipalização do Ensino, faremos algumas considerações, e acreditamos que no debate teremos um aprofundamento, e este será mais rico, fazendo com que tenhamos uma tarde muito importante para o Ensino.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) cria o Regime de Colaboração, e no caso especificamente do Ceará, esse Regime de Colaboração foi iniciado com a Municipalização do Ensino em alguns Municípios, antes mesmo da implantação da LDB, e depois, essa dinâmica, esse processo serviu de base para o estudo da futura Lei do Fundef, que é do final de 1996.

Com o advento da LDB, houve uma modificação na estrutura da Secretaria da Educação do Estado, com a criação dos Credes - (Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação) a extinção das antigas Delegacias, e a ampliação do sistema, com a criação de mais alguns Credes.

A aproximação dos Credes, fortaleceu, de certa forma, o Regime de Colaboração entre o Estado e o Município nas regiões. Na Lei de criação dos Credes, uma de suas finalidades foi favorecer a municipalização da Educação.

Outro marco que podemos colocar nesse processo, foi o Concurso Único para professores da Rede Pública, que aconteceu em praticamente todos os Municípios da Rede Estadual, e teve a adesão de cerca de 160 Municípios com o Estado, e que depois proporcionou um programa de formação pelas quatro Universidades, que foi o Magister Ceará. Muito embora, no Magister, cada qual, Estado e Município, paga a sua conta, mas o processo, do ponto de vista pedagógico e de gestão, foi bastante avançado. Esse processo envolveu os Municípios, as quatro Universidades, os Sindicatos e a Secretaria da Educação Básica, e isso fez com que tivéssemos esse processo de formação dos professores acontecendo com qualidade. Diferente do que estava acontecendo, digamos assim, aleatoriamente, quando estavam sendo tomadas as iniciativas dos Municípios e de Universidades, de acordo com as necessidades locais.

Outro ponto que podemos destacar, é que esse processo fez com que tanto os Credes, o processo de formação dos professores, o Concurso Único, e, paulatinamente, o Ensino Fundamental, fossem repassados para os Municípios, e hoje

estamos com cerca de 65% da matrícula do Ensino Fundamental completo, e acima de 90%, do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

Hoje estamos com uma preocupação muito grande, nos Municípios e Estados, em relação ao processo de alfabetização, porque se constata que há uma escolarização onde, muitas vezes, o aluno, na 4ª série, não atingiu ainda o processo de escolarização, e devido a isso, instituímos o que chamamos de Ciclo da Alfabetização, que seria os três primeiros anos do Ensino Fundamental, o Ciclo I.

Porque a Secretaria da Educação implantou o Ciclo de Formação na sua Rede, alguns Municípios estão com esse sistema, mas nessa parte dos primeiros anos do Ensino Fundamental, estamos trabalhando em conjunto, pelo menos do ponto de vista pedagógico. E a Undime tem participado desse Seminário, dessa discussão do Ciclo de Alfabetização, e no próximo ano, o Governo Federal já está estudando a implantação do Profa, que é um Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, e que vamos ter em conjunto: a Rede Municipal, o Estado e o Governo Federal, na capacitação dos professores, que é uma lacuna que temos, na formação dos nossos professores, em relação à alfabetização.

E esse processo é, na sua maioria, centralizado nas matrículas dos Municípios, onde esse processo inicial, no Estado do Ceará, na rede pública, está acima de 90%, e sob responsabilidade do Município.

Temos um Programa que, basicamente, está sendo sustentado pelos Municípios, que é o Programa do Transporte Escolar, muito embora o Ceará tenha sido um dos primeiros Municípios em que a transferência dos 50% para o salário-educação, tenha sido feita por Lei, aprovada pela Assembléia Legislativa, mas esse recurso não é suficiente para o pagamento, o custeio do transporte escolar. E nós, dos Municípios, temos o recurso parcial, do salário-educação, para a complementação do

transporte da Rede Estadual, e na carona do transporte do Ensino Fundamental, estamos também levando os alunos do Ensino Médio, por conta da universalização do Ensino.

O número de pessoas que está terminando, hoje, o Ensino Fundamental, é bastante crescente, e tende a universalizar-se, também, no Ensino Médio. A demanda do Ensino Médio atualmente, é muito grande, e os Municípios estão contribuindo com o Estado nesse processo, não como gestores do Ensino Médio, porque hoje o Ensino Médio, praticamente, é todo de responsabilidade do Estado, mas colaboramos com o transporte, prédios, instalações, e damos apoio ao Ensino Médio, nos nossos Municípios.

O Senhor José Irineu, que é um estudioso do assunto, vai colocar isso também, que o Município, por ser o ente da Federação que está mais próximo da população, tem uma responsabilidade muito grande, arcando com um peso muito grande, perante à Federação.

O Governo criou o Programa Bolsa- Escola, e todo o processo de registro, cadastramento, organização, é feito pelo Município, e isso tem um certo encargo, e da mesma forma a merenda escolar. Na merenda escolar chega o recurso, que é exclusivo para a compra desta, mas o pessoal, o transporte, fica por conta do Município. E os Municípios estão com muito trabalho, tendo erros, evidentemente, nessa caminhada, mas estamos procurando cumprir com o nosso papel, nessa parceria. E o último exemplo que poderíamos dar, dessa relação Estado/Município, está acontecendo, hoje, em cima de uma Lei aprovada pela Assembléia Legislativa, que é a Seleção dos Diretores das Escolas Públicas. Há três anos, eram só as escolas do Estado, e hoje, temos cerca de 80 Municípios que aderiram ao processo de seleção das escolas públicas de seus Municípios. Começou segunda-feira, dia 10, e está terminando, hoje, há uma participação muito grande de inscrições, inclusive, para a Rede Municipal, e só para dar um exemplo, ao sair daqui já tínhamos

distribuído acima de 100 fichas, onde o atendimento será até às 18h, e provavelmente tenhamos que voltar amanhã, para atender aqueles que hoje estão na fila, em Maranguape, e deve estar acontecendo isso, também, em todas as sedes dos Centros Regionais.

A população, a comunidade escolar e os professores, aderiram maciçamente a esse processo. Os recursos que contamos são do Fundef, do salário-educação, e hoje, na área da Educação dos Jovens e Adultos, alguns Municípios têm recursos com base na matrícula do ano passado, mas é um recurso minoritário. Nós temos o “Recomeço”, que está também financiando uma parte da Educação de jovens e Adultos, e ainda temos uma outra parceria com a Secretaria de Agricultura, Secretaria da Educação e a Secretaria de Planejamento, que é, exatamente, para colocar na sala de aula, os agricultores e trabalhadores da Zona Rural, que perderam a safra no ano passado. Nós já temos mais ou menos o percentual dessas pessoas, e essas Secretarias já fizeram o cadastramento, e agora, no mês de setembro, vamos ver quem está na escola, e os que não estiverem nas escolas, abriremos vagas nas escolas, em outras salas de aula, para que todos que estiverem nesse processo de perda da safra, que vão receber uma remuneração por parte do Governo Federal, possam, também, estar na sala de aula.

Mais uma vez o Município foi chamado e está atendendo a esse apelo, está contribuindo com as outras esferas governamentais, para o atendimento dessa população sofrida do Estado do Ceará.

Então, em linhas gerais, era isso que gostaríamos de colocar inicialmente, e ficamos para discutir com os colegas, no momento do debate.

SR. JOSÉ IRINEU: Primeiramente quero saudar a Mesa, principalmente em nome da sua Coordenadora, a Senhora Edite Colares, e parabenizar os promotores desse Evento importante, saudando a todos os presentes e agradecendo pelo título de

“Professor”, que me sinto muito honrado, porque na verdade, sou um Prefeito e economista, mas fico muito honrado com o título dado.

Em relação à questão do financiamento e a gestão da Educação, gostaria de tratar, primeiro, da questão do financiamento e mostrar o que vejo como mais sério, até para desmistificar alguma coisa. Nós temos problemas seriíssimos de financiamentos, porque se pegarmos a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, veremos que só temos recursos garantidos para o Ensino Fundamental. Muita gente fala que o Município tem 10% garantido para a Educação Infantil, e não é verdade, porque você é obrigado a universalizar o Ensino Fundamental, e se sobrar recursos, aí aplica-se na Educação Infantil.

Nós temos o recurso do Fundef, que obrigatoriamente é aplicado no Ensino Fundamental, e temos aqueles 10% das nossas receitas, que podem ser aplicados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Da mesma forma acontece no Estado, onde o Ensino obrigatório do Estado, também, é o Ensino Fundamental, que tem como prioridade o Ensino Médio, mas só após ter trabalhado em colaboração com o Município, tendo universalizado o Ensino Fundamental.

O Estado pega 15% das suas receitas e aplica no Ensino Fundamental, só que o recurso do Fundef do Estado, é suficiente, apenas, para pagar o Magistério do Ensino Fundamental. Então, as demais despesas do Estado, as despesas administrativas, os funcionários, a ampliação de escolas, desde que sejam do Ensino Fundamental, já estão entrando na parcela dos 10%. Tem um crescimento forte no Ensino Médio, no Estado, mas não tem o recurso garantido para o Ensino Médio, já que ele está com seu recurso comprometido no Ensino Fundamental.

Por outro lado, o Estado tem a dificuldade da transferência dos seus recursos humanos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, porque tem que, primeiro, capacitar os seus professores,

para que fiquem habilitados para a sua passagem para o Ensino Médio. O Município faz uma pressão para que o Estado assuma o que, constitucionalmente, seria a sua responsabilidade ou a sua prioridade, que seria o Ensino Médio, mas o Estado sente as limitações, porque não tem esse recurso do Ensino Médio mantido.

A grande questão que existe entre o Município e o Estado, hoje, é do transporte escolar, onde o Município arca com todo o transporte escolar, e na verdade, o Estado deveria arcar, pelo menos, com o recurso do transporte escolar do Ensino Médio, e não tem tido essa condição de arcar.

Felizmente ou infelizmente, nós do Município, estamos mais sujeitos à pressão, porque os jovens estão mais em contato direto com a Administração Municipal, e independente de ser ou não responsabilidade do Município, este acaba tendo essa obrigação de fazer o transporte escolar. E muita gente acha, porque temos o recurso da cota estadual do salário-educação, que teríamos condições de arcar com essa despesa, mas é preciso, primeiro, que tenhamos a grandeza desses números. Se o Fundef representa 630 milhões de reais para este ano de 2001, a cota estadual do salário-educação é de menos de 50 milhões, que são divididos conforme o número de alunos da Rede Estadual ou Municipal. O certo é que, mesmo existindo um convênio, uma lei que faz a divisão desse recurso, é uma quantia muito pequena e que anda longe de ser o suficiente para bancar o transporte escolar.

Então, temos essa grande dificuldade, que é a do transporte escolar, e temos a dificuldade de, pelo fato de estarmos sobrecarregados, principalmente com as despesas do transporte escolar no Ensino Fundamental, sobra poucos recursos do Município para a Educação Infantil, quando está provado e comprovado que a Educação Infantil deveria ser o marco inicial de todo o esforço das Administrações Públicas, para capacitar as nossas crianças, os nossos jovens, onde deveríamos apostar muito

na Educação Infantil, e o Município, hoje, dos 10%, dificilmente tem mais que metade disso, para apostar na Educação Infantil, em função dos encargos, principalmente na questão do transporte escolar.

Então, fica o Estado com o problema do Ensino Médio, que precisa ser resolvido, e isso teria que passar por uma alteração na Constituição Federal, assim como tivemos o Fundef, temos que ter algum recurso para o Ensino Médio, e assim, também, como fica o problema da Educação Infantil, para que se tenha recursos garantidos. Porque essa história de dizer que os 10% é da Educação Infantil ou os 10% do Estado é do Ensino Médio, na verdade isso não ocorre, porque, constitucionalmente, o único Ensino obrigatório é o Ensino Fundamental, e você só aplica na Educação Infantil ou no Ensino Médio, se sobrar recursos.

Na questão da gestão, temos dificuldades observadas. Primeiro, é a questão da qualificação do pessoal, do processo lento, que exige recursos, também, para essa qualificação. Sabemos que pela Lei, nos foi dado cinco anos para a habilitação de professores, e esses cinco anos, financeiramente, foram resumidos em quatro, porque o Fundef só foi implantado a partir do ano de 1998 e não de 1997, e estamos encerrando o prazo dos quatro anos, e não temos todo o pessoal qualificado, conforme era previsto na LDB, na Lei do Fundef.

Dentro dessa dificuldade da administração, da gestão do pessoal, há uma outra dificuldade, porque haverá uma redução do número de professores, porque um maior número de jovens, que num primeiro momento estavam fora da escola, uma boa parte retornou, assim como aqueles que ao invés de concluírem em oito anos o Ensino Fundamental, passaram dez, doze, quatorze anos para concluírem. Então, qualquer Município tem 40%, 50% a mais do número de professores, hoje, do que terá necessidade daqui a quatro, cinco anos.

Então, fica o dilema: como vou preparar um concurso para todos os professores que necessito hoje? E se o fizer, como vou

agir daqui a quatro, cinco anos, quando necessitar só de 70% desses professores?

Se por um lado será reduzido o número de professores do Ensino Fundamental, temos o crescimento paulatino, também, no número de professores na Educação Infantil, já que haveria uma tendência da ampliação do número de crianças nas escolas, na Educação Infantil. E também a questão na Educação de Jovens e Adultos, já que existe uma tendência da ampliação do número de jovens e adultos na escola, e isso exigiria, também, um número um pouco superior e significativo de professores.

Então, na verdade, ainda temos a dificuldade de lidar, de saber qual o número ideal de professores para os nossos Municípios. Estamos lidando com diversas variáveis: o número de alunos do Ensino Fundamental, da Educação Infantil, e também da Educação de Jovens e Adultos, nos traz essa dificuldade para definirmos o número correto de professores necessários nos Municípios.

A questão do transporte escolar, que nos referimos aqui, poderia ter sido resolvida, porque existe um Artigo da Lei que prevê o custo-aluno conforme o critério de ruralidade. Você tem hoje um custo-aluno para a 1ª à 4ª série, tem outro de 5ª à 8ª, e outro na Educação Especial, e poderíamos ter, como está previsto na Lei, o critério de ruralidade, onde o aluno transportado é o aluno da Zona Rural, porque o aluno de Zona Urbana não é transportado, e se você tem um Município mais urbano, por exemplo, como Fortaleza, que só tem Zona Urbana, então não tem custos para a Administração Municipal, de transporte escolar, e acaba gastando menos por aluno, do que gasta um Município que tem 2/3 de sua população na Zona Rural. E não é justo que um Município que só tenha Zona Urbana, receba o mesmo valor, por aluno, que um Município que é predominante rural, que vai gastar com alunos no transporte!

Se pegarmos a relação aluno/professor, no caso do Estado do Ceará, veremos que a mesma é de 32 alunos por professor, e

no Município de Pereiro, onde sou Prefeito, mesmo com o uso intensivo do transporte escolar, consigo colocar 22 alunos por sala de aula. Temos defendido que seja alterado no Artigo, que haja um custo mais elevado para o aluno proveniente da Zona Rural, porque já ajudaria muito aos Municípios.

Em relação à questão da merenda escolar, sabemos que o Estado, onde tem uma escola, este tem 2.000 alunos, 1.500 alunos; o Município tem a escola pulverizada na Zona Rural, com escolas com 22 alunos, 50, 30 alunos, e é muito mais difícil você fazer essa divisão. Porque se tenho 1.500 alunos numa só escola, num mesmo local, posso ter um sistema de acondicionamento da merenda escolar, a merendeira bem treinada, capacitada, até dimensionar a quantidade a ser preparada, porque está tudo num só lugar, e a Escola Municipal, e, principalmente, num Município predominante rural, você tem essas dificuldades, é muito mais complexo você administrar a merenda escolar num Município rural do que num Município urbano.

Essas dificuldades devem ser levadas em consideração, e darmos a mesma oportunidade para os mais diversos tipos de Municípios, sabendo fazer algumas alterações que possam privilegiar esses Municípios rurais.

Por fim, a questão da qualidade. Se em determinado momento, o problema era levar a criança para a escola, e essa etapa foi vencida; a qualificação do professor, essa etapa está sendo trabalhada, e ainda tem a questão do transporte escolar, quer dizer, tudo resolve muito a questão da evasão, mas tem outra coisa que precisa ser resolvida, a questão da repetência, que é a somatória de todos esses itens que estamos falando. Acho que vai melhorar muito esses indicadores, evasão e repetência, em função do Programa Bolsa-Escola, onde a criança tem que comparecer, tem aqueles 85% da frequência, e acreditamos que irá reduzir muito esse problema da evasão e da repetência.

A questão da Bolsa-Escola, além de todo o trabalho administrativo que o Município tem, quando o Governo faz a sua

propaganda, passa para a população a imagem de que toda criança que estivesse dentro daqueles critérios, e toda família que estivesse dentro daqueles critérios determinados, estariam assegurando os recursos da Bolsa-Escola, e não é verdade! É definido pelo Governo o número de famílias e crianças que seriam beneficiados pela Bolsa-Escola, como, por exemplo: o meu Município tem 1.600 famílias que se enquadram dentro dos padrões da Bolsa-Escola, mas só existe o cadastro, garantido pelo Governo Federal, para 1.200 famílias. Então, sobram 400 famílias, apesar de ter sido feito o cadastro, e a propaganda induz, como se a família fosse receber aquele benefício, e no final o ônus fica para o Prefeito e para Município, porque ninguém foi explicar para as famílias que o Município não tem culpa. Quer dizer, todo o controle de acompanhamento, de frequência, de elaboração de cadastro, trimestralmente prestando contas das crianças que compareceram, é do Município, além do ônus de passar para a população que todos tivessem direito ao recurso, e depois o Prefeito fica acuado, porque não conseguiu repassá-los, porque na cabeça das pessoas, estava lá como se toda criança tivesse direito ao recurso. Obrigado.

SR. CÉSAR JOSÉ RODRIGUES: Muito boa-tarde a todos. Inicialmente, quero cumprimentar a Mesa, parabenizar os organizadores do Evento, o Deputado Chico Lopes e o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Welington Landim, agradecer o convite e dizer que o Tribunal sempre está presente nesses acontecimentos importantes.

Nós queremos falar a respeito da competência da fiscalização. Evidentemente que tem todo esse questionamento da gestão, dos recursos, das dificuldades que os Prefeitos têm em administrar os recursos, as carências, as dificuldades que os professores encontram, etc.. Mas precisamos ter o cuidado de saber se os recursos estão, realmente, aplicados naquela finalidade a que se destinam, e essa tarefa é dos Tribunais de Contas e dos Conselhos Municipais de Educação, principalmente.

A primeira etapa da fiscalização deve competir ao Conselho Municipal de Educação, e posteriormente, às Câmaras Municipais e Tribunais de Contas. Ainda hoje existe uma polêmica grande, sobre a quem compete fiscalizar os recursos da Educação, notadamente os recursos do Fundef, e essa polêmica tem causado problemas e prejuízos para a fiscalização desses recursos.

É possível que até determinados administradores infratores, possam sair ilesos, diante das falhas e irregularidades cometidas e diante dessa polêmica que surgiu, em função da competência da fiscalização dos recursos, principalmente do Fundef, mas é preciso que se entenda de onde vem a origem dos recursos.

O Artigo Nº 212, da Constituição Federal, estabelece que 25% dos impostos arrecadados pelos Municípios, incluindo as transferências constitucionais pertencentes a esse Município, devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Por outro lado, a Emenda Nº 14, que instituiu o Fundef, diz que 15% dos recursos do Município, deverão ser retidos, automaticamente, para a conta do Fundef, e que esse recurso deverá custear o Ensino Fundamental.

Cada esfera de Governo tem a sua competência de arrecadar determinados impostos. A título de exemplo: o Município arrecada o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto Sobre Serviços), ITBI (Imposto de Transferência de Bens Imóveis); no Estado: ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto de Veículos Automotores), e na União: Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, dentre outros, de maneira que não há um acúmulo de tributos com a mesma competência.

A Constituição diz que compete à União, arrecadar Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, e esses dois impostos formam um bolo, que vai ser dividido entre

Estados e Municípios, e 21,5% do Imposto de Renda e IPI, arrecadados pela União, são distribuídos para os Municípios, em forma de Fundo de Participação dos Municípios, e isso apenas para dar um exemplo.

Então, a Constituição diz que pertence aos Municípios, essa parcela dos impostos arrecadados pela União, ou seja, a União arrecada e passa para os Municípios, em atendimento a uma determinação constitucional. O primeiro questionamento que se faz, é que se esses recursos pertencem aos Municípios, porque a União se mete com esses recursos? Mas, tudo bem, o Fundef é uma coisa extremamente salutar e necessária.

Se não bastasse isso, surgiu a polêmica que uma vez que a União faz uma complementação, onde esses 15% que são retidos desses impostos - estou dando o exemplo do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) - e se esse recurso ainda não for suficiente para cobrir os 350 reais, em média, do custo estipulado para o aluno/ano, a União faz a complementação, de maneira que o aluno vai custar menos que esse valor que forneci, a título de exemplo.

Temos uma informação da Secretaria de Controle Externo, do Tribunal de Contas da União, aqui no Ceará, que nos informou através de um relatório, apurando as irregularidades que foram, na verdade, feitas aqui na Assembléia Legislativa, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e esses relatórios estão sendo apreciados pelo TCU (Tribunal de Contas da União), e tivemos acesso à decisão Nº 481/2001, do TCU, que relata sobre os 21 Municípios que foram considerados como Gravíssimos, aqui, no Estado do Ceará. E aí está o problema, no nosso modo de ver: de repente um Prefeito passa a ser fiscalizado por mais de um Órgão, ou seja, ele vai responder por uma irregularidade, diversas vezes.

Muitas vezes é bom, porque evita que haja desvios dos recursos públicos, mas isso pode trazer alguns problemas. Quer dizer, nas barras judiciais, aquele administrador que cometeu determinadas irregularidades, pode não ser condenado, em função

de um erro processual, porque há um conflito de competência. Nós temos um trabalho feito por um Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, do Senhor Pedro Ângelo, com a colaboração do nosso técnico, Senhor Luiz Mário Vieira, que foram pessoas que se anteciparam no estudo do Fundef em todo o Brasil, mostrando, claramente, a competência da fiscalização dos recursos do Fundef, que é dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, no caso, do TCM, onde houver.

Procuradores da República de Pernambuco fizeram um estudo e provaram que, realmente, a competência de fiscalizar esses recursos é da Justiça Estadual e Municipal. Por outro lado, o Professor Jorge Ulisses Jacobi Fernandes, que é um estudioso na área pública, entende da mesma forma, aliás, todos esses técnicos e juristas que citamos, entendem, claramente, que a participação do TCU seria apenas para administrar a questão dos coeficientes, a distribuição desses recursos, e fiscalizar o repasse, para saber, efetivamente, se esse recursos chegaram no Município, e foram colocados à disposição deste; e ao TCM e TCE (Tribunal de Contas do Estado), caberiam a fiscalização da aplicação desses recursos.

Por que então o TCU passou a fiscalizar esses recursos, se a parcela maior pertence, efetivamente, aos Municípios, e por conseguinte, cabe aos Tribunais de Contas dos Municípios fiscalizar esses recursos? A questão que se coloca, nesse momento, é do problema que isso poderá gerar, se de repente o mal administrador passar ileso, diante das irregularidades encontradas nas CPIs da Assembléia Legislativa, que teve um trabalho exaustivo, bastante cansativo, do qual tive a honrosa satisfação de participar, como técnico do TCM, e vivenciei de perto o trabalho, as dificuldades, inclusive nos finais de semana, à noite, havia noite que saíamos, daqui, de madrugada, e esse trabalho poderá ir de água abaixo, dada essa confusão de decidir a quem compete a fiscalização.

Os Órgãos deveriam fazer uma nova análise, de quem é a competência de fiscalizar esses recursos, para que não haja um prejuízo muito maior, no objetivo da finalidade destes, e que a criança beneficiada, possa, realmente, receber um Ensino de boa qualidade, e os profissionais do magistério recebam a parcela que lhe é devida, uma vez que a maior incidência de irregularidades constatadas pela CPI do Fundef, foi aquela parte da não-aplicação dos 60% que eram destinados aos professores.

Era só isso que queria colocar, e coloco-me à disposição, para algum questionamento final. Muito obrigado.

SRA. GLÁUCIA ALBUQUERQUE: De antemão, esclareço que as reflexões aqui trazidas se respaldam, por um lado, na experiência de docência na disciplina Política e Planejamento Educacional em cursos de formação de professores, que vem me permitindo uma aproximação com a realidade educacional de alguns municípios cearenses; por outro, na experiência de pesquisa que desenvolvo como aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira na UFC, que tem como fulcro a dinâmica das relações estabelecidas entre ESTADO (SEDUC/CREDE)/SEM/ESCOLA no que diz respeito ao planejamento educacional.

Considerando que o pano de fundo dos debates acerca do tema Gestão e Financiamento da Política Educacional no contexto da Municipalização ultrapassa a dimensão estritamente educacional, esta discussão nos remete a mudanças estruturais que acontecem no contexto macro-econômico, refletindo em todas as esferas da vida social. Nesse sentido, é preciso situar o espaço local (município/escola), destacado hoje como os grandes viabilizadores da política educacional, no plano nacional e internacional.

O debate contemporâneo, ao expressar orientações postas internacionalmente para a agenda educativa brasileira, tem empregado a expressão municipalização do ensino no sentido de transferência da rede de ensino de um nível da administração

pública para outro, geralmente da estadual para a municipal. Com efeito, a municipalização é concebida como sinônimo de descentralização. Tal concepção se distancia do entendimento da municipalização como a iniciativa, no âmbito do Poder Municipal, de expandir suas redes de ensino, ampliando o nível de atendimento por parte desta esfera da administração pública.

Na perspectiva da municipalização como transferência de rede de ensino, esta aparece como solução racional de combate aos desperdícios de recursos; na educação brasileira. A proposta é transferência de rede desconectada da discussão sobre fontes de recursos. Para gerir a rede (estadual) que lhe é transferida, o município recebe um montante de recursos. A opção mais aceita para estimar o total de recursos a ser transferido é o mecanismo já familiar de todos, não por acaso absorvido pelo FUNDEF: fixa-se um custo-aluno e transfere-se recursos proporcionalmente ao total de alunos atendidos. Por esse mecanismo, a esfera que faz a transferência de rede se desobriga de suas responsabilidades no atendimento e na garantia da manutenção de padrões de qualidade de prestação dos serviços educacionais, reservando para si a tarefa de repasse de recursos.

Aqui a idéia de municipalização é reduzida à transferência de encargos de uma esfera a outra, o que não significa, necessariamente, democratização, sentido com o qual é positivamente percebido pelo senso comum, diante do argumento utilizado de que, se a população está mais próxima do centro de tomada de decisões, os encaminhamentos são sempre mais democráticos.

Não percebo - é importante destacar - que a descentralização em si represente um problema (opinião pessoal), mas antes a forma como vem acontecendo, na medida em que vem de cima, do centro, atropelando o que está posto, impondo uma nova lógica.

Ao analisar os documentos governamentais na década de 1990, infiro que a centralização aparece como coisa do passado,

obstáculo superado. Principalmente a partir de um determinado momento, que localizamos em 1995 (período denominado por VIEIRA/2000 como tempo de explicitação de rumos do projeto educativo em curso) observa-se o seguinte movimento: uma descentralização que vem do centro e um regime de colaboração de cunho autoritário. Silenciam-se as vozes que se fizeram sentir em momentos anteriores de grandes discussões sobre as questões educacionais, e o Governo Federal toma as rédeas. Diz o que, quando e como devem acontecer as novas regras do jogo.

Este movimento no cenário nacional começa a ser explicitado através de uma trilogia de leis: Emenda Constitucional n.14, LDB n. 9394/96 e Lei n.º 9.424/96 -FUNDEF, onde são explicitadas as condições para levar adiante o processo de recentralização da política educacional. Este novo marco legal institui mecanismos no sentido de descentralizar a gestão e o financiamento e centralizar o processo de avaliação e controle do sistema educacional. Nessa lógica, a centralização da avaliação do sistema, manifestada pelos exames padronizados para todos os níveis SAEB, ENEM, ENC - pretende ser o instrumento que propicia, ao centro do sistema, capacidade de indução de políticas. Este redimensionamento faz que, quem define o que será examinado passe a deter o poder indutor sobre o conjunto do sistema educacional, sem ter que arcar com o ônus de eventuais insucessos na gestão direta.

A revista VEJA, de 12/09/OI/Educação, ressalta a revolução silenciosa que vem se dando na educação, destacada como "um grande transatlântico governamental" que tem como comandante o ministro Paulo Renato. A matéria situa o FUNDEF, dispositivo legal responsável pela movimentação de 17 bilhões de reais no ensino fundamental público em 2000, como a estratégia que liberou o MEC de rugas com a equipe econômica pela obtenção de recursos. Nas palavras de Romualdo OLIVEIRA (2000:85), o FUNDEF é o que se poderia chamar de *verdadeira*

jóia da coroa das medidas de políticas educacionais difundidas nesta década.

A municipalização forçada a partir do poder central (União) tende a, pelo menos em curto prazo, criar situações de grandes desencontros das redes estaduais e municipais, assim como malversação de recursos. As páginas dos jornais de muitos estados brasileiros têm estampado denúncias nesse sentido, fato confirmado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) promovida por esta Casa.

O Plano Nacional de Educação (PNE), ao tratar do financiamento e gestão, procura desfazer a imagem equivocada de que a vinculação de recursos para a educação prevista pela Constituição Federal e pela LDB pode representar um valor elevado para a educação, destacando que os impostos não constituem sequer a totalidade de recursos orçamentários. O Plano propõe maiores investimentos para a educação, matéria que foi objeto de veto presidencial. Dentre os nove vetos de metas que anunciavam maiores investimentos em educação, vale destacar: *eleva na década, através do esforço conjunto da União, estados e municípios, o percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados "a educação, para atingir o mínimo 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, a razão de 0,5% do PIB, nos quatros primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano".*

O argumento para tais vetos apóia-se na justificativa de que contraria o disposto na Lei Complementar n.º 101/2000, por não indicar fonte de receita correspondente e não está em conformidade com o plano Plurianual (PPA). Enfim, todos os vetos foram justificados em nome da não-previsão orçamentária e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme publicou a Revista Educação n.º 239, março 2001, o Presidente da República anuncia que a elevação de investimento deverá ocorrer à medida que crescerem a economia

e a arrecadação de impostos. O Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, defendeu a atitude do Presidente, evocando a Lei de Responsabilidade Fiscal: *não podemos comprometer despesas sem identificar fontes (...) a execução das metas do PNE terão que ser incluídas na orçamento elaborado todo ano.*

Através de uma política de focalização, que visa não mais a atingir as populações pobres em geral, mas antes a segmentos específicos, a União tem inventariado uma série de projetos especiais vistos como possibilidades de somar recursos adicionais à instância local no desafio da universalização do ensino com qualidade.

O MEC financia, hoje, projetos específicos voltados para programas como: Aceleração de Aprendizagem, Educação de Qualidade para Todos, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Cultura Afro-Brasileira, Paz na Escola, Atenção à Criança. Através destes programas, o MEC cria o que Janete AZEVEDO (2001) intitula de um verdadeiro mercado estatal, que o município deve recorrer em busca de ampliação de recursos. O que ocorre hoje, na verdade, é uma inversão na política de educação básica, onde o princípio orientador da política educacional é o da focalização. Em pesquisa realizada em 2000, a autora citada, arrola 14.905 projetos cadastrados em busca de recursos adicionais. No entanto, neste ano, o MEC fez convênios com apenas 3.834 projetos. Dá para se imaginar a frustração dos gestores que preencheram planilhas complicadíssimas, que demandam tempo e burocracia para, ao final, terem seus projetos rejeitados. Nas palavras de um gestor municipal: *esses projetos parecem ser pensados com endereços certos, excluindo a princípio alguns municípios.*

A questão do financiamento envolve outras aqui não contempladas, a exemplo do aporte de recursos que chegam via empréstimos internacionais e do mecanismo de articulação entre o público e o privado. No primeiro caso, indaga-se: e o custo destes empréstimos, a quem cabe financiar?

É preciso refletir sobre o significado da gestão e financiamento no contexto da municipalização em curso. Todos os municípios, igualmente, têm evidenciado o mesmo potencial para exercer sua autonomia, como está previsto no marco legal? Têm evidenciado o mesmo potencial para receber a transferência de rede que lhe foi conferida? Autonomia em Salitre é a mesma coisa que autonomia em Sobral e Crato? A grande maioria dos municípios cearenses, diante da incapacidade técnica de aplicarem os recursos, tem ficado nas mãos de escritórios, os quais, na maioria das vezes, compreendem melhor a dinâmica do Município do que os gestores locais. Quais as consequências deste fato? O que significa para o Secretário de Educação ser ordenador de despesas, responsável por legitimar o processo de aplicação de recursos, diante da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando muitos passos são dados fora da Secretaria de Educação e o controle de despesas é tutelado pelo prefeito?

Frente a este quadro, apontamos como desafios:

- gerar competência técnica/gerencial nos municípios (secretários e sua equipe) para que estes possam exercer sua autonomia em relação à organização do sistema de ensino. Registra-se que o PRASEM/ Programa de Apoio aos Secretários de Educação - em sua terceira etapa
- PRASEM III, vem dando sua contribuição. Todavia, é preciso pensar em formação continuada, de outra natureza, para gestores de sistemas educacionais; ações nesse sentido vêm sendo encaminhadas pela UECE, por solicitação da UNDIME, ao sistematizar o Curso de Especialização em Formação de Gestores de Sistema que tem como público-alvo os secretários de educação dos diferentes municípios cearenses e seus assessores.
- fortalecer o trabalho em equipe no sistema educacional do município, de modo a garantir a continuidade do processo. Ou seja, o secretário competente é aquele

capaz de gerar outras competências ao seu redor, pois ele sozinho não consegue dar conta do sistema;

- garantir a liberação dos recursos da educação em tempo hábil, de forma a possibilitar a execução das ações programadas (independentemente de ter caixa único e contabilidade centralizada no município);
- qualificar os membros dos conselhos (CME, conselhos escolares) para que possam exercer seu papel, na qualidade de instância fiscalizadora;
- pedir que recursos adicionais (UNIÃO) voltados para a política de focalização possam ser negociados em função das necessidades do município.

Por fim, salientamos que pesquisas diversas vêm identificando na dimensão local, políticas macro (de focalização, compensatórias) sendo re-significadas na construção de um espaço público que poderá edificar a esperada cidadania emancipatória, que põe as respostas educativas na perspectiva do desenvolvimento humano. Assim, outro desafio que se apresenta para o município é criar uma memória do sistema - indicadores, registros de experiências que permitam pensar ações macro para médio e longo prazos, o que já vem sendo feito em alguns municípios.

SR. MAURICIO HOLANDA: Uma boa-tarde a todos, espero que o efeito do almoço tenha passado, a sonolência, porque estou com a responsabilidade de interagir, com todos, nesses temas.

Antes de entrar no tema específico da Mesa de hoje, quero parabenizar também esta Casa, pela iniciativa e por saber que essa não é uma iniciativa episódica. O interesse dessa Casa Legislativa pela Educação do Ceará, se manifestou de forma exemplar, na realização da CPI do Fundef, entre 1999 e 2000. Eu digo, exemplar, porque para algumas pessoas parecia que, porque aqui havia uma CPI, teria gente mais desonesta do que nos outros lugares. E circulando pelo País, interagindo com Secretários

Municipais do Norte e Nordeste, e dos outros Estados, pude perceber o seguinte: aqui tem CPI, porque há mais gente disposta a coibir os abusos que são generalizados no País.

E para mim, ter uma CPI onde podíamos falar o que estava errado, era um motivo de me sentir honrado de ser cearense. Eu quero dizer que dentro dessa linha, espero que esta iniciativa do Fórum não seja a derradeira iniciativa de interesse desta Casa, pelo tema da política educacional. Até porque temos sancionada, agora, a Lei Nº 10.172, do Plano Nacional de Educação, que convida o Estado e os Municípios a atualizarem os Planos Decenais, feitos em 1993.

A manifestação é necessária, e queremos ver resolvidos, nos próximos dez anos, esse problema. E convido essa Casa a ser uma liderança na construção de um Fórum mais público, mais amplo, de discussão e esclarecimento dessa agenda política, que é para o País.

E também quero cumprimentar a Mesa, na figura das pessoas do Dr. José Irineu e do Professor e colega Artur, porque são aqui, nessa Mesa de Gestão Pública da Educação no Município, as representações encarnadas de Gestores Municipais, profundamente engajados na qualificação do Município, como um ente capaz de gerir a coisa pública, e construir um novo padrão de democracia para este País. Os dois estão, não de hoje, na construção dessa nova compreensão e dos consensos que têm sido possíveis neste Estado, com relação à educação.

Vou fazer um exercício de mapeamento dos assuntos tratados, e assim, expor uma visão pessoal, para contribuir com o debate ou suscitar alguns pontos polêmicos, no real sentido da palavra.

Municipalização como descentralização. A Senhora Gláucia Albuquerque já apresentou uma das leituras possíveis da Municipalização, que chamo de a leitura com a razão desconfiada, que tem suas razões de ser, dada a forma como, às vezes, as

instâncias centralizadas, particularmente a União e os Estados, têm-se comportado, na condução de processos descentralizadores.

Mas tenho, também, uma leitura que varia, que é uma variação dessa, que não nega os motivos para as desconfiças, mas que vê o potencial do processo de Municipalização, no sentido de que na minha convicção, pessoal, o Município é o terreno onde pode nascer, frutificar, crescer uma planta chamada democracia, neste País. Toda e qualquer democracia sólida, que se sustenta e tem vida real para além dos diplomas legais, esta tem a base numa democracia que se vive no locus da existência real das pessoas e na organização do Poder local. E creio que é um grande desafio e um grande convite para nós, brasileiros, construirmos uma democracia de outra qualidade, que tenha substância, a partir de uma repactuação das relações que se iniciam no local de existência concreta e real de cada cidadão, que se chama Município.

Existem dois eixos que confluíram para o atual processo de descentralização de Municipalização no Brasil. Existe o fato de que nos anos 80, estávamos, felizmente, graças a Deus, experimentando a transição de um Regime Político Autoritário, Ditatorial e Centralizador, para formas de manifestação da vontade plural, para formas de manifestação das vontades silenciadas. E a descentralização, neste caso, foi imediatamente identificada como democracia, e não sem razão de ser!

Na Década de 90 agregou-se um outro eixo. Então, a tendência descentralizadora, da qual a Municipalização de algumas políticas sociais é uma expressão, que foi a reflexão em torno da eficácia e da eficiência da ação governamental, uma matemática, às vezes, simplista, mas não desprovida de fundamento, quando argumenta que o recurso administrado de forma descentralizada, permite ações mais resolutivas, mais baratas, mais adequadas às necessidades específicas de cada grupo beneficiário, sendo mais fácil de controlá-lo.

Então, fala-se que hoje existem certas coisas que são consensos mundiais, como, por exemplo: amor de mãe, democracia... E acrescentaria a descentralização. O problema é que existem diferentes versões e implicações, do que é cada uma dessas coisas. Para uns, democracia é votar e ir para casa; para outros, democracia é votar e acompanhar a ação dos mandatários, e intervir, diretamente, cotidianamente, no controle do que se faz, em nível de ação pública e de defesa de interesse público.

Então existe, efetivamente, duas versões do que seja a descentralização: uma versão é nitidamente democratizante e outra, nitidamente desresponsabilizadora, demissionária. Mas acho que não poderia identificar quem está mais acima, como o vilão, e quem está mais abaixo, como a vítima do processo, porque acho que todos nós jogamos, simultaneamente, ou alternadamente, tendo às vezes o papel do vilão ou o papel da vítima. Precisamos resolver isso, na nossa cabeça, começando com a necessidade de resolver, um pouco melhor, as relações do nosso pacto federativo. Porque na hora que nos desagrade alguma proposta que vem de cima, imediatamente argüimos que isso fere a autonomia. Mas na hora que queremos ver acontecer alguma coisa que pessoalmente nos agrada, e não temos o poder de realizar, e de imediato alguém que estaria numa instância acima, poderia, neste momento, tranqüilamente, admitimos a intervenção, e não refletimos, não discutimos sobre o ferir a autonomia.

Então, acho que precisamos ser mais exigentes conosco mesmo, porque não dá para ficarmos nessa contradição! Tem hora que queremos que o MEC entre nas Prefeituras e apure as irregularidades de um determinado Prefeito; e tem hora que argumentamos que tal coisa não tem razão de ser. Do jeito que está, não dá! Sobra “cacique” para pouco índio, e, às vezes, há vácuo de autoridades. E nem uma coisa nem outra, é verdadeira à democracia. Querem que eu dê um outro exemplo? Entendemos que o Município, como diz a Constituição, é um Ente Federado,

plenamente autônomo, não deve obediência nem a Governos Estaduais nem ao Governo Federal, e temos que ser capazes de resolver os nossos problemas e as nossas diferenças principais, no âmbito do Município e na relação que se estabelece entre o Executivo e Legislativo Municipal, no controle dos cidadãos sobre as ações do Município.

Mas quando alguma coisa acontece, e desagrada a nossa visão particular de mundo, então achamos que é legítimo que alguém venha, interfira, e intervenha no Município, porque atenderia aos nossos desejos imediatos! Mesmo que seja para atender aos interesses imediatos, se fere a autonomia municipal, fere, mesmo, qualquer que seja o mérito da questão. E o que fere é inadmissível!

Outro exemplo: todo mundo sabe que há muitas razões para aplaudir e muitas razões para interrogar os Cursos de Formação de Professores, que estão colocados, hoje, no Brasil. De repente o Governo do Estado, o Executivo Estadual, diz para a Universidade do Vale do Acaraú: “*Não se abre mais vagas de Regime Especial*”! E todo mundo aplaude. Eu não aplaudo, sabe por quê? Porque isso é intervenção autoritária! Não importa se o mérito é justificável ou não, o lugar de onde deveria ter saído essa solução, não era da instância imediatamente superior. Acho que temos que assumir, com responsabilidade, o nosso discurso de autonomia. E acredito que no momento em que nós, munícipes, nossos Municípios se requalificarem para conduzirem a gestão competente e responsável dos recursos e dos interesses do bem comum, sairemos desse emaranhado. Não é à toa que o colega do TCM diz que de repente surge um problema de ineficácia, por conta da duplicidade, da superposição não-coordenada de agências de controle. De repente fica-se buscando qualquer saída e não pergunta-se muito, qual é a matriz operacional que está por trás daquela saída!?

Mas quero ir adiante, senão não deixo a oportunidade de vocês me replicarem. De fato, o regime de colaboração, hoje, é a

palavra-chave para entendermos a gestão das políticas municipais de Educação. O Município é, na minha opinião, o protagonista, o personagem principal dessa história.

Mas ele não é único e nem precisa ser único, porque a ação indutora ou condutora, preferencialmente, do Estado ou da União, ou, diria melhor, uma ação coordenadora das instâncias mais amplas, que permitem, inclusive, que se veja os pares, articule-se os pares, e a mesma é necessária. E, efetivamente, o regime de colaboração oscila entre momentos de verdadeiro diálogo e momentos de imposição - mais ou menos velada - do Estado sobre o Município ou da União sobre o Estado e o Município. E precisamos ter a coragem de apontar, quando isso acontece.

Mas, sem dúvida nenhuma, o regime de colaboração é a única condição possível de transcendermos determinada situação, para uma política gerida e feita no Município, trazendo uma solução que seja nacional. Porque não dá para pegarmos os cinco mil e tantos Municípios brasileiros, e entender que estes são microcosmos isolados.

Em relação aos avanços da Educação no Brasil, nessa Década, é inegável que houve avanços e que estes, que são da ordem da inclusão das massas na escola e no processo político brasileiro, começaram na Década de 30, e tiveram ciclos mais ou menos claros, de serem identificados, e vivemos na Década de 90, um ciclo bem acelerado de inclusão das massas brasileiras na escola. Garantiu-se o acesso ao Ensino Fundamental!

Agora, existem algumas questões a serem resolvidas. Primeiro: que o Ensino Fundamental seja prioridade, ninguém discorda; que a prioridade se torne um absoluto, ao ponto de “cegar” a gestão pública, vindo esta a se omitir, gravemente, com relação às outras necessidades, isso aí já dá o que pensar.

Então, hoje nos deparamos com um grande desafio, que é melhorar a qualidade do que se faz no Ensino Fundamental, onde professores, pais, alunos e gestores assumam que é inadmissível

que uma criança brasileira passe quatro anos na escola, e saia analfabeta! Não há forma mais insidiosa de negar o seu direito, não à escola, mas ao aprendizado, do que essa. Então, o desafio vai desde resolver esse problema, que começa com a responsabilização social de cada ator da Educação, com isso, que é para mim vergonhoso, mas passa, também, pela solução da expansão quantitativa e igualmente qualitativa, da Educação Infantil e do Ensino Médio.

Não dá para achar que estamos fazendo o que devemos, porque garantimos o atendimento à faixa etária de sete a quatorze anos, porque, pelo amor de Deus, há duzentos anos, quando não havia televisão, quando o papel impresso era muito restrito, é que se admitia que sete anos seria a idade de se começar a estudar e estar na escola. Isso é inadmissível! E é tanto que em qualquer País, pouquinho, mais pretensioso em termos de projeto social, universaliza-se a partir dos cinco anos de idade. Mas além de universalizar a partir dos cinco anos de idade, é necessário garantir uma escola para jovens.

Provavelmente, um dos grandes problemas político-educacionais desse primeiro decênio que começa, se chamará: a convivência respeitosa e não-violenta dos jovens nas escolas. Quem é professor sabe disso, porque, às vezes, tem medo de entrar na sala de aula. E se ignoramos o cotidiano da sala de aula, não seremos capazes de definir esse, que é, talvez, um dos problemas mais sérios de política educacional, não diagnosticado. E isso tem a ver com uma escola para jovens que ofereça uma perspectiva de futuro, para estes nossos jovens que vão conviver com a sociedade globalizada e seus males, como o do desemprego estrutural.

Um outro aspecto que gostaria de colocar, é o problema da Educação no Brasil e como este se apresenta em cada um dos níveis ou modalidades de ensino. A primeira coisa que eu acho complicado é a seguinte: estamos precisando de uma visão sistêmica de financiamento. Vimos resolvendo as coisas por

pedaços, e acho que o Fundef foi uma belíssima solução, fundamental, mas agora já não dá, o Fundef vai completar cinco anos, já dá até para cantar parabéns, porque não dá para continuarmos pensando por pedaços! Temos que pensar de maneira sistêmica.

Não adianta resolvermos os problemas do Fundef, quando não se resolve os dois anos antes da entrada no Ensino Fundamental, e dois anos depois, na saída do Ensino Fundamental. O discurso, hoje, na política educacional brasileira em geral, é um discurso minimalista. Em que sentido? Cumpriu o mínimo? *Está bom, cumpriu o mínimo, está na Lei!* Mas se quisermos sair do atraso ou recuperar o tempo perdido, precisamos ter a coragem de dizer que não dá para pensar só em termos de mínimo. *Mas isso é idealismo, é impossível!* É impossível como? Existem Estados que dizem que topam gastar, pelo menos, 30%. E por que apresenta-se 25%? É um número cabalístico? Existem Municípios que gastam 40% com Educação. E não estou, aqui, fazendo um discurso voluntarista, de dizer que não se gasta porque não se quer, mas é um consenso das forças sociais que decide o tamanho desse mínimo, e se quisermos fazer com que seja mais, temos que fazer com que seja mais!

Uma coisa específica que quero levantar, aqui, é com relação ao financiamento e à concorrência que existe, para o financiamento dos níveis, porque é de 15% para o Ensino Fundamental e 10% para todo o resto, como o Ensino Superior, o Ensino Infantil, mas quem se permite pagar a folha de inativos com os 25% da Educação, para a manutenção e desenvolvimento do Ensino, não está fora da Lei, porque a Lei se omitiu gravemente sobre isso. Mas, responsabilmente, se você for seguir o espírito da Lei, seria um compromisso de todo e qualquer Estado.

E me refiro a Estado, porque a questão da Previdência dos inativos, nos Municípios, não é tão séria. Todo Estado brasileiro tem a obrigação de encontrar um jeito de pagar aos seus inativos

da Educação, com recursos da Previdência, dos seus Institutos de Previdência, e não dos 25% destinados à Educação, porque essa é uma fatura que não é pequena, e que está roubando - desculpem-me a expressão - dinheiro, que era para estar sendo aplicado nas escolas e na Secretaria de Educação, a grosso modo.

Infelizmente, vou ter que encerrar, teria muito mais para dizer, mas o tempo não me permite, porque temos uma programação.

DEBATE

Pergunta nº 01²²: Na verdade, quero falar da democratização da gestão. Acho que estamos discutindo hoje à tarde, o que está ligado à questão do que discutimos pela manhã, da democratização.

Falou-se, aqui, de uma coisa importante: que há Municípios e há “Municípios”. E pego os dois Municípios referidos, como Sobral, por exemplo, que tem a coragem de dizer que vai acabar com o Telensino e brigar com a SEDUC (Secretaria da Educação Básica) para fazer isso. Já o Município de Salitre não tem! E não tem, porque vai enfrentar a pressão da Delegacia de Ensino, que mudou de nome, mas a concepção é a mesma, continuam pressionando os Municípios a cumprirem a política educacional do Estado. A relação então, Estado/Município, no Ceará, é extremamente autoritária!

O Secretário de Educação do Ceará, Senhor Antenor Napolini, falando em relação aos projetos do Banco Mundial, disse o seguinte: os Municípios pagam a conta, mas não participam das decisões. Em relação à política educacional do Estado, é a mesma coisa: os Municípios pagam a conta, mas a decisão é tomada na SEDUC, e empurrada goela abaixo aos Municípios.

Para encerrar, quero dizer que concordo inteiramente com o que o Dr. José Irineu diz, em relação à Bolsa-Escola. É verdade! Os Municípios também estão pagando a conta, por uma irresponsável propaganda do Governo Federal. E aí faço uma provocação saudável ao Senhor Prefeito: que junto com os outros, responsabilize, criminalmente, o Presidente da República e a União, por propaganda enganosa, com relação à questão da Bolsa-Escola!

²² Sr. Joan Edesson.

Pergunta nº 02²³: Boa-tarde. Quero fazer um comentário, dar uma notícia, e depois farei uma pergunta. Penso que vou fazer isso em três minutos. O comentário diz respeito à fala do Senhor Maurício, com a qual quero concordar e discordar. Ao concordar, vou pegar um ponto em que você me remete à fala do Dr. José Irineu, com relação às aplicações.

Todo o raciocínio que o Dr. José Irineu fez, aqui, com relação aos 25%, operava, basicamente, na lógica dos 25%, como sendo aquilo que poderia ser usado. Eu reitero e concordo com uma lógica proposta pelo Senhor Maurício, quando falou que o que está na Constituição é o que deve ser gasto, no mínimo, e ninguém pode, precisa ficar restrito àquilo.

Todas as contas dos Municípios que conheço, que têm avanços significativos na Educação, significam em investimentos da ordem de 30% ou mais. Ninguém teve avanço com 25%. No que eu discordo. E para discordar, vou contar uma historinha, seria bem rápido. Eu estive no mês de julho em Natal, num Encontro desses, de Professores de Física, e tive um passeio no parque da cidade de Natal - que seria o nosso Parque do Cocó - um parque ecológico-urbano. Em dada altura, na caminhada, vi umas 15 ou 20 moças com cara de quem estava assistindo aula, e um rapaz com uma pastinha e um diário de classe. Surpreendi-me que no diário de classe estava escrito: Universidade Estadual Vale do Acaraú. Achei que estava encontrando ali um cearense, e comentei: Rapaz, mas você por aqui!? E começamos a travar um diálogo completamente incompreensível, porque ele falava uma coisa e eu entendia outra. Resumo da ópera: aquele professor que estava dando um Curso na UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), não sabe nem onde fica a Cidade de Sobral nem o Rio Acaraú.

Penso que talvez, a forma - e poderia concordar com você - não tenha sido a melhor. Mas se esta foi a única, isso significa

²³ Sr. Idevaldo Bodião.

dizer que alguém que deveria ter se manifestado, estava se omitindo. Não há como concordar com o funcionamento desses cursos breves da UVA. Um dos orgulhos que tenho, é de nunca ter sido convidado para dar aula ali!

Com relação à fala da Senhora Gláucia, gostaria de dar uma notícia: de passagem, a Senhora Gláucia falou a respeito dos vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação. Tramitado em Congresso, o Plano Nacional de Educação se transforma em Lei, que define a nossa política educacional nos próximos dez anos. Esse Plano, na forma de Lei, foi levado ao Presidente da República, e ele apresentou alguns vetos. Aquele que é o veto mais importante, é o que impede um aumento progressivo dos investimentos na Educação. Nós estamos investindo qualquer coisa na ordem de 3,7%, 3,8% ou 4%, e que se pretende, com o Plano Nacional de Educação, é um aumento progressivo, até chegarmos a 7,1% do PIB (Produto Interno Bruto), o que quer dizer quase dobrar os recursos, porque o número é bastante significativo.

Atendendo à política econômica, o Presidente da República vetou. Há uma movimentação nacional para a derrubada dos vetos presidenciais. Isso volta a tramitar na Câmara Federal e no Congresso Nacional, e há a possibilidade de derrubar estes vetos presidenciais, há um movimento nacional para isso, e seguramente, na quarta-feira, estaremos com um grupo de entidades para trabalharmos com a representação no Ceará, da campanha nacional contra os vetos do Presidente ao Plano Nacional de Educação. E cabe lembrar que um dos Deputados Federais que tem-se mostrado reticente a isso, é o nosso Deputado Federal, cearense, Roberto Pessoa.

A minha pergunta estaria dirigida ao Dr. José Irineu, e aqui espero estar falando como representante do Conselho de Fiscalização do FUNDEF. O FUNDEF define que se aplique, hoje, determinado índice de recursos, e no entanto, há razoável concordância que fosse aplicado o índice de correção proposto na

própria Lei do FUNDEF, e esse valor deveria ser quase o dobro, do que está proposto. A pergunta é: Por que o Governo descumpra uma Lei que ele mesmo aplica? A outra pergunta: o que tem sido feito para que este venha a cumprir a Lei que ele mesmo agrega? E seguindo o espírito do colega que me antecedeu, a sugestão é que utilizemos, a partir desse Encontro, instrumentos legais, legítimos, como a Procuradoria, a Promotoria, para instar o Governo Público, o Governo Federal, a cumprir a Legislação do FUNDEF, que significaria pagar 600 e tantos reais, por aluno, ao ano.

SR. JOSÉ IRINEU: Com relação à questão do custo/aluno, na verdade a estimativa que se tem, é que seriam por volta de 600 reais, 630 reais, considerando toda a receita dos impostos - ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), FPE (Fundo de Participação dos Estados) - do Brasil inteiro, dividido pelo número de alunos do Ensino Fundamental do País e, realmente, o curso teria um custo nessa faixa.

Nós, do Conselho Estadual do FUNDEF, não só do Ceará, mas da grande maioria do País, temos nos manifestado, solicitando, reivindicando para que o Governo Federal, provocando o MEC, cumpra o que está previsto na Legislação. Muito embora haja divergências com relação a se o Fundo que se fala, é um Fundo Nacional, ou se são 27 Fundos menores. Na nossa concepção, seria um Fundo Nacional, que está previsto na Lei, e o Governo, na verdade, deveria repassar, fazer o complemento para os 600 reais, 630 reais. Aqui no Estado do Ceará, se continuar a receita do jeito que está, este ano o Governo Federal entraria com zero, não haveria qualquer complemento. Então, se o Governo Federal repassasse o que está previsto na Lei, não estaríamos discutindo, sequer, a questão do transporte escolar, essa questão de ruralidade, e daria para fazermos a nossa parte. Quer dizer, daria para o Município, para o próprio Estado, que está repassando, este ano, por volta de 220 milhões, transferindo

para os Municípios. E com certeza, isso vai fazer falta para o Estado, no Ensino Médio. E se o Governo Federal repassasse, fizesse o complemento, definisse o custo do aluno, naquilo que está previsto na Legislação, com certeza não teríamos este problema. A nossa posição, inclusive, em recente Encontro de Conselhos Estaduais em Brasília, foi de reivindicação e de exigir que o Governo Federal repasse o valor correto.

SR. ARTUR PINHEIRO: Quero também, fazer uma complementação ao que o colega Idevaldo Bodião falou, em relação aos vetos ao Plano Nacional de Educação. A Undime participa dessa mobilização, e estamos, em nível nacional, fazendo uma campanha, pedindo às pessoas que escrevam para os seus Deputados Federais e Senadores, para que os mesmos derrubem o veto do Presidente ao Plano Nacional de Educação. Pedimos até que se faça cartões, cartas manuscritas, inclusive, a taxa é mais barata, porque parece que é uma tarifa social.

Por isso vamos diversificar, universalizar essa campanha, pedindo às pessoas para escreverem aos seus Deputados, a partir dos seus Municípios, para que esse veto venha a ser derrubado no Congresso Nacional.

SR. MAURÍCIO HOLANDA: Quero dizer ao Senhor Idevaldo Bodião, que ele me fez o favor de colocar a questão do valor/aluno, que era uma das questões que estavam, aqui, na pauta. Porque acho que é muito flagrante, essa coisa de como a União tem-se omitido, tem capitaneado um processo de equalização do financiamento da Educação, altamente decente, e se omitido daquela parte que lhe tocava.

Mas quero colocar, também, que não é por falta de gente entrando, inclusive, com ações junto ao Ministério Público e até ao Supremo Tribunal Federal, que isso não tem acontecido. Isso é, exatamente, uma questão de densidade da correlação de forças. Para termos a clareza de que essa questão está levantada. Para vocês terem uma idéia, as 27 Unidades da Federação, de alguma maneira se beneficiariam se isso fosse cumprido, mas a correlação

de forças políticas no Congresso, ainda não foi suficientemente favorável a cumprir, decentemente, a Lei que a própria União colocou. Acreditamos até que num quadro de reeleição, como o do ano que vem, achamos que é um bom momento para aproveitar uma correlação de forças mais favoráveis. E concordo com você. Eu acho que quanto mais cada cidadão brasileiro se manifestar, conhecer a Lei, entender o que significa, se manifestar no sentido de argüir o cumprimento da Lei pela própria União, melhor para nós.

A questão, realmente, não quero polemizar, mas quero deixar marcado duas coisas: uma, que não tenho razões para defender o Curso de Regime Especial A ou B, mas também não tenho razões, ou pelo menos a minha leitura não é tão negativa, de que simplesmente esses cursos são ruins e com isso deviam acabar, mas acho que podemos até, num segundo fórum, dar um tratamento privilegiado a isso.

O que não me satisfaz na solução, é que algo altamente questionável e que suscitava uma questão na sociedade, só tenha sido resolvido porque o Governador se pronunciou pessoalmente. Isso é que me deixa triste, que nós, como sociedade, ainda não sejamos suficientemente organizados para articular uma voz, ou ampliar uma voz que já vem circulando, há dois anos, no sentido, se não da extinção, mas da melhoria, da qualidade e de um tratamento mais responsável.

Então, foi só nesse sentido. Porque também acho que esta confusão de termos a clareza de defender o arranjo democrático, mesmo, é muito importante. Vou pegar um gancho, me permitam, por favor. Posso até renunciar a todas as outras falas, mas quero falar em relação a esta confusão de quem controla o quê? Entristeceu-me, uma das manchetes de um jornal de grande circulação, num dia posterior às últimas eleições municipais, porque dizia assim: *“Seis Prefeitos cassados pela CPI, foram reeleitos”*.

O que me entristeceu em relação ao problema da manchete, foi o nível de desinformação. Porque a manchete dava a idéia que este Poder Legislativo cearense, teria poder para ter cassado, ter desabilitado aqueles Prefeitos, quando sabemos que isso é atribuição do Poder Judiciário. E fica algo, como se as pessoas ficassem desacreditando no Poder Legislativo Estadual, pensando que ele não fez o que tinha que ser feito, porque não quis, quando, na verdade, há um problema de instâncias e de competências de Poderes, que precisa estar na cabeça de cada um, para cobrarmos de cada um, conforme a sua responsabilidade e as suas atribuições.

Então, essa confusão não contribui, realmente, para o avanço da democracia, no sentido de que precisamos entender quando, por exemplo, se justifica o Estado ter que intervir no Município. Porque, às vezes, soa muito bonito, parece muito bonito intervir, mas a intervenção é feita, porque é num Município cujo partido não é do bloco que governa! Então, temos que ver onde os arranjos e o exercício da competência de cada um é feito, no sentido de garantir o respeito às normas democráticas, e onde isso é feito de forma ambígua, gerando confusão e interdesrespeito, ao poder de cada instância.

Pergunta nº 03²⁴: O meu questionamento vai para o Dr. José Irineu. Ele fez para todos nós, um retrato de como os Municípios agem, os trabalhos realizados pelas Prefeituras e as suas dificuldades. Com base no que o Senhor falou, gostaria que explicasse o porquê da não-aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo TCM, justamente no setor educacional?

Pergunta nº 04²⁵: É a respeito do dinheiro que é gasto com o transporte escolar, a origem desse dinheiro, de onde vem, e a fiscalização, cabe a quem? ao Município ou ao TCM? Porque há

²⁴ Sr. Luís Antônio Barbosa.

²⁵ Sr. João Martins.

Município que em vez de ter transporte de qualidade, há muito mais carroça do que transporte mesmo! É aí onde está a qualidade, e acho que é por aí que começa a qualidade do Ensino: no deslocamento para a escola.

E quero reforçar o que se disse a respeito do Projeto Bolsa-Escola. Acho que os Prefeitos talvez estejam pegando muito menos pressão do que os gestores escolares, que estão diretamente enfrentando os pais, e as respostas que às vezes vêm, da própria Secretaria, do próprio Município a que não são condizentes com o que foi feito na época da discussão e do cadastramento nas comunidades.

Pergunta nº 05²⁶: Boa-tarde a todos. Quero mais fazer uma intervenção, do que propriamente uma pergunta, a pessoa da Mesa. Quero também registrar a presença do CA (Centro Acadêmico) de Pedagogia da UECE (Universidade Estadual do Ceará); do CA de Pedagogia da UFC (Universidade Federal do Ceará); do CA de Pedagogia da Urca (Universidade Regional do Cariri); do Diretório Central dos Estudantes de Pedagogia da UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú) e da Executiva Estadual de Pedagogia da UVA-Sobral.

Queremos esclarecer algumas coisas. Vocês devem ter visto estas faixas do Diretório Central de Estudantes da UVA, aqui, no Plenário, a faixa da Executiva em que afirmamos que “Educação não é uma mercadoria”. Eu queria agradecer a fala do Professor Idevaldo Bodião, e dizer que a Executiva Estadual de Pedagogia acredita que a fiscalização não deve ser do Governo do Estado, em relação ao FUNDEF. Nós acreditamos e temos defendido que seja o Ministério Público que investigue para onde vão todas estas verbas, e que a Assembléia Legislativa também investigue, juntamente com todas as entidades representativas da Educação.

²⁶ Sr. Paulo Henrique.

E queremos dizer que somos solidários às pessoas que estão matriculadas nestes Cursos de Licenciaturas Curta e Breve. Até existe uma confusão muito grande, alguns documentos da UVA dizem que é Licenciatura Curta, e outros documentos dessa Universidade dizem que é breve, outros dizem que é Licenciatura Plena, e existe uma confusão muito grande.

Nós queremos dizer que a Executiva Estadual de Estudantes de Pedagogia do Ceará, e a Executiva Nacional, discordam radicalmente de como esses cursos acontecem em Fortaleza e no Brasil. Esses cursos são rechaçados, estão proibidos em vários Estados, inclusive, na Cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, já existe toda uma briga na Assembléia Legislativa daquele Estado, para tentar tirar esses Cursos de Natal, e nós achamos que os professores têm que ser formados. Mas é importante, inclusive, que a Assembléia Legislativa investigue, se são realmente professores, todos os que estão matriculados, porque, aqui, em Fortaleza, temos milhares de pessoas que nem professores são, e estão fazendo o Curso de Pedagogia em Regime Especial, em regime de férias e finais de semana. Isso é uma discussão profunda que estaremos travando aqui, amanhã, com todos os CAs de Pedagogia. Obrigado, e a Executiva estará sempre atenta, para combater a formação ali gerada, seja em qualquer curso.

Pergunta nº 06²⁷: Meu nome é Eudes Guimarães, faço parte do Movimento Comunitário e “achei interessante”, entre aspas, quando o conferencista colocou o seguinte: “que na Educação Infantil, o dinheiro é aplicado quando sobra”. Pasmem vocês, como é que está a Educação do nosso País: “quando sobra”! Porque nós sabemos que a criança, na sua primeira formação, que vai dos dois anos até oito anos de idade, é onde esta pega toda a formação da sua vida. E é por isso que temos hoje, nas favelas, o pessoal jogando dominó, numa hora dessa,

²⁷ Sr. Eudes Guimarães.

jogando baralho, a mãe se prostituindo, e essa responsabilidade nós temos, porque é para o futuro do nosso País.

Desculpem-me se me alonguei um pouco, mas quero até dizer que temos que refletir em cima disso, que é de suma importância, porque temos aqui um companheiro que é Presidente de Creche, e eu fui Diretor da Creche do Bairro Rodolfo Teófilo, porque nós somos ligados à Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, onde, pasmem vocês, temos 57 centavos para fornecer cinco alimentações, por dia, a uma criança. Aumentou pouca coisa. E então ficam cobrando das entidades comunitárias, para que esta cumpra, realmente, com aquele cardápio todos os dias, para as crianças. É um negócio sério. Tem uma companheira, aqui, que trabalhou em creche-escola, e ela sabe muito bem da realidade.

Então, questiono: como será o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, das nossas crianças, se a Educação Infantil é tratada desse jeito? Que qualidade vamos dar à Educação daqui a alguns anos? Nenhuma! Vai ser o mesmo dilema que estamos discutindo hoje, e daqui a dez, quinze anos, onde vamos discutir a mesma coisa. Isso é fruto da irresponsabilidade daqueles que fazem o nosso País, a começar pelo Presidente da República, dos Prefeitos e Vereadores incompetentes, que temos, até hoje, em nosso País. Por isso foi implantada em nosso País a questão da globalização, que está aí.

E esses temas que foram discutidos, hoje, proporia ao Deputado Chico Lopes e à Assembléia Legislativa, que fossem discutidos, exaustivamente, porque dessas discussões podemos tirar algum encaminhamento, mas nos aprofundaríamos, para resolver todo o problema das questões da Educação em nosso País, a começar por Fortaleza.

E só para finalizar, quero dizer que quando a escola recebe o dinheiro, muitas vezes só chega a metade para o aluno, porque tem Diretor incompetente, que bota a metade do dinheiro no bolso, na questão da licitação. Isso foi provado, aqui, na CPI

do FUNDEF, onde foi descoberto que em algumas escolas, de algumas Prefeituras, estavam metendo a mão no dinheiro da Educação Infantil e botando no bolso. Foi colocado isso aqui e provado na CPI.

E além do mais, acontece o seguinte: as promessas de empregos para um e para outro. É por isso que tem gente que nem é professor, e está fazendo curso, para que sejam efetivados em determinadas escolas, Municipais e Estaduais. Lá no Centro Comunitário Rodolfo Teófilo, foram indicadas seis pessoas para a escola, destituindo toda a Diretoria, e sabem por quê? Porque aquela escola no Centro Comunitário é conhecida no Bairro Rodolfo Teófilo como sendo de Oposição ao Senhor Prefeito Juraci Magalhães. E por força nossa, fizemos um abaixo-assinado com mil e quinhentas assinaturas, mas a Prefeitura está querendo tomar os prédios construídos pela comunidade. Então, são essas questões que colocamos aqui, para discutirmos ainda mais. Agradeço o tempo e a paciência de vocês. Muito obrigado.

Pergunta nº 07²⁸: Boa-tarde. Eu quero aqui colocar - o que todo mundo já sabe - é que todo fato histórico acontece em três dimensões: do espaço, do tempo e entre as pessoas. A fala do Dr. José Irineu me tocou num fato, que é a questão do espaço. As políticas educacionais não contemplam a questão do espaço, de onde acontece a Educação, haja vista que Municípios eminentemente rurais, recebem a mesma quantia que recebe de estabelecimentos de Ensino localizados numa área urbana, onde as salas têm, em média, 30 a 40 alunos, e na Zona Rural; às vezes tem somente 50 alunos numa escola, e a localidade não tem culpa de possuir apenas 50 alunos.

Portanto, temos salas com dez, doze, quinze alunos, a um custo altíssimo. Porque o custo básico, tanto faz ter quarenta alunos numa classe como dez, o professor tem que receber o mesmo salário, porque não tem culpa disso; no entanto, o custo

²⁸ Sra. Maria Isa.

desse aluno sobe, consideravelmente. Se considerarmos que a manutenção do Ensino para o qual é destinado 40% do dinheiro do FUNDEF, no máximo, que isso dá alguma coisa em torno de 10%, e alguns alunos custam 40 reais ao mês, para se gastar com transporte, da localidade onde moram, para a escola, então, é inviável, só com vara de condão, e isso é desconsiderado.

A outra questão, é que estamos em 2001 e temos que correr atrás do prejuízo, porque não foi feita a Reforma Agrária, não foi feita a Reforma Social, e a Reforma Educacional tem caminhado, passando por maus momentos. Nós passamos do tempo em que o Poder estava do lado de quem tinha a posse da terra, do tempo em que o Poder estava do lado de quem possuía os meios de produção, e hoje, o Poder está do lado de quem detém a tecnologia, e ainda estamos engatinhando com números, não digo assombrosos, porque tem melhorado, mas com índices de analfabetismo, de evasão, com uma Educação que ainda não responde às necessidades dos dias atuais, e muito se tem o que fazer, com relação a ela.

A questão do financiamento da Educação. O Japão, para se reestruturar, chegou a investir mais de 50% dos seus impostos na Educação. Nós estamos num patamar de 25%, num País onde se pagar Imposto de Renda é alguma coisa desencorajada, porque o povo não acredita que o que vai se pagar de impostos, seja revertido para a população de forma adequada.

Nós dizemos, também, que a função da escola consta, basicamente, da socialização do conhecimento sistematizado, e da Educação para a cidadania, de uma cidadania que deveria ser emancipatória. Porém, a formação dos nossos professores - e não é culpa deles - ainda deixa muito a desejar. Eu não sei qual dos palestrantes que falou que ainda se observa que, após quatro anos de escolarização, temos crianças incapazes de ler e escrever. Portanto, é inócua uma escola dessas. Porque uma escola que após quatro anos, a criança que consegue permanecer na escola durante quatro anos, tendo as suas faculdades mentais, a sua

capacidade intelectual normal, não conseguir sair alfabetizada, ou pelo menos lendo, escrevendo e vendo o que acontece, alguma coisa está errada!

Dizemos que a escola deve educar para a participação, mas as políticas educacionais são traçadas lá em cima, sem levar em conta os segmentos que deveriam participar, porque, diretamente afetadas por essas políticas, não participam da elaboração destas, elas são impostas de goela abaixo. E então perguntamos: Será que essa escola estaria preparando para a participação, quando ela não a induz? A própria gestão escolar, que deveria ser uma gestão participativa, é onde a participação existe de direito, e não existe de fato! É como ensinar uma criança a nadar, sem que ela se molhe e sem que ela entre dentro d'água!

Então, como posso ensinar um cidadão a participar, se a escola, que é o espaço por excelência para que ele aprenda a participar e se eduque para a participação, não lhe é dado espaço para que ela aconteça? Nesta questão, às vezes algumas medidas são tomadas, mas, por exemplo: tratar desiguais igualmente, é uma forma de escamotear a Justiça, uma maneira legal de cometer injustiça. Então, a escola precisa rever estas questões das diferenças sociais, da participação das pessoas e questionar que políticas são essas, e se voltar para a realidade da escola, para que essa realidade ilumine as nossas políticas.

SR. JOSÉ IRINEU: Acho que fui o mais provocado aqui, e tem uma pergunta que é a respeito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que vou deixar para o César, que ele conhece melhor essa situação. Mas nós temos aqui a questão do transporte escolar, da Educação Infantil, que foi colocado a questão de fiscalização de qualidade do transporte escolar. Eu vejo nessa situação, tanto no transporte escolar, como na Educação Infantil, a questão da responsabilidade.

Quando não se quer fazer alguma coisa, você encontra um culpado ou transfere a responsabilidade. Todos nós sabemos que antes da instituição do FUNDEF, era atribuída, ao Município, a

culpa pela criança estar fora da escola, a culpa pelo professor receber um salário miserável. Quase todo Município, hoje, do Interior do Estado, recebe, pelo menos, o dobro do que recebia antes do FUNDEF, e com isso conseguiu colocar toda criança na escola, conseguiu melhorar o salário do professor, que ainda é baixo, mas que duplicou em quase todos os Municípios.

A questão da qualidade do transporte escolar, passa pelo mesmo problema, porque o recurso que se tem é o transporte que se pode dar e não adianta quereremos... Lógico que existe: o Município que não está fazendo o máximo que poderia fazer, mas pelo recurso que se tem, dizer que o Município pode colocar o transporte numa melhor qualidade, é transferir uma responsabilidade que ninguém vai fazer, porque não tem esse recurso! É aquela história que eu falei: se o Estado, se uma escola da Zona Urbana, coloca 40 alunos na sala de aula, a receita do Município é em função do aluno que está em sala de aula. Então, se tenho 40 alunos por sala de aula, é lógico que tenho uma receita muito elevada, e posso ter um sistema de ensino muito melhor; e se tenho 20 alunos por sala de aula, é lógico que não vou dar a mesma qualidade que se dá a um Município que tem 40 alunos por sala de aula. E tem 22 alunos já usando, intensivamente, o transporte escolar.

Então, acho demagógico, acho que é se querer transferir uma responsabilidade, sem querer resolver o problema. O problema do transporte escolar passa pela questão de se compreender o que é um Município predominantemente Rural e um Município Urbano. Quer dizer, não tem sentido querer dar o mesmo custo/aluno ao Município Rural e ao Município Urbano. Então, essa é a questão do transporte escolar.

E a questão da fiscalização, você tem tanto o Conselho Municipal do FUNDEF, quanto o Tribunal de Contas, que é quem fiscaliza a questão da utilização dos recursos. Quem está mais próximo disso, é o Conselho Municipal do FUNDEF, e tem o

TCM, mas não entra na questão da qualidade, é uma questão de consciência.

Em relação à Educação Infantil - e aqui, Educação Infantil e do Ensino Médio - não estou dizendo que só se deve aplicar quando sobra, não! Estou dizendo que só se aplica quando sobra, porque há a responsabilidade criminal, porque é obrigatório universalizar esse Ensino, o Ensino Fundamental! Então, se você não tem um recurso exclusivo da Educação Infantil, todo mundo fará aquilo que é obrigatório, que é universalizar o Ensino Fundamental. Ele vai dimensionar a intervenção dele na Educação Infantil, de acordo com o recurso que lhe sobra, após a aplicação no Ensino Fundamental. E isso vale para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Quando o Estado não trabalha a questão do transporte escolar no Ensino Médio, e primeiro, não é uma obrigação, da mesma forma que é o Ensino Fundamental. Então ele vai fazer aquilo que é obrigatório, e se os recursos que lhe sobram permitirem, trabalha a questão do Ensino Médio, na busca da sua universalização, e também na questão do transporte escolar, que é lógico que o Estado faria.

Então, acho que temos que definir o recurso destinado para o Ensino Médio, definir o recurso para a Educação Infantil, assim como ter a definição do recurso e a obrigatoriedade da aplicação no Ensino Fundamental.

SR. CÉSAR JOSÉ: Respondendo a pergunta feita, é preciso entendermos que o Tribunal de Contas é um Órgão auxiliar de Poder Legislativo Municipal. Não vamos entendê-lo como Órgão auxiliar, sendo um órgão dependente. Não se trata disso. É um Órgão auxiliar, porque é um Órgão técnico. Então, o Tribunal, nas contas de Governo, emite um parecer prévio, um parecer, apenas, um parecer técnico. E a Câmara Municipal faz um julgamento político do Prefeito.

Então, o Tribunal dá um parecer prévio, se for pela desaprovação das contas, a Câmara Municipal poderá derrubar

esse parecer do Tribunal, por dois terços, ou seja, a maioria qualificada. Então, o que o Tribunal fez, no caso citado da Prefeitura de Fortaleza, é que, evidentemente, no Artigo 70 e Artigo 71, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), tem as despesas que podem ser contempladas nos 25%, e as que não devem ser contempladas nos 25%. E o Tribunal excluiu algumas coisas que a Prefeitura de Fortaleza, se não me engano foi isso, tinha colocado dentro dos 25%. Daí porque o percentual aplicado foi abaixo dos 25%. Mas como quem faz o julgamento político do Prefeito é a Câmara Municipal, os Senhores Vereadores acharam por bem, pela maioria qualificada de dois terços, derrubar o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, que é um parecer técnico.

Por outro lado, devemos ressaltar que isso é um julgamento, o parecer prévio do Tribunal sobre o gerenciamento da coisa pública. Mas a partir do momento que o Prefeito se torna um ordenador de despesas, ou seja, ele autoriza, efetivamente, as despesas, ou o Secretário Municipal é ordenador de despesa, então o Tribunal faz o julgamento, e não mais só um parecer prévio. Então, quando o administrador público é ordenador de despesa, o Tribunal julga as contas dele, e aí não cabe mais o crivo da Câmara Municipal.

SR. ARTUR PINHEIRO: Quero falar só um pouco sobre a questão do transporte escolar, uma questão que estamos discutindo em nível nacional.

Nós tivemos um Encontro de trabalho em Fortaleza, no início do mês, e essa discussão vai para uma reunião em outubro, em Belém, e no final do ano teremos uma proposta. E esta proposta sinaliza, no sentido do Governo Federal contribuir com o financiamento e com a manutenção do transporte escolar, porque nós, Secretários de Educação, estamos sendo pressionados também, pelo Ministério Público. Existem casos até de intimação, para cumprir o que está no Código de Transporte, que elenca como devem ser os critérios do transporte escolar, e com os

recursos disponíveis, não dá para cumprir essa meta, pelo menos na maioria dos Municípios, principalmente nesses rurais, que têm que cobrir grandes distâncias.

E quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade e parabenizar a Assembléia Legislativa por esse exemplo, desejar a todos uma boa conclusão deste Seminário.

SRA. GLÁUCIA ALBUQUERQUE: Gostaria de destacar todo o descompasso registrado no encaminhamento da política nacional, tanto do Município do Estado, onde acredito que tem um foco, que é, exatamente, a forma como a descentralização vem sendo feita: de cima para baixo, imposta. E o local, nós que estamos discutindo Educação, acredito que temos que ter sensibilidade para analisar o que está posto.

É muito simples fazermos a leitura de que não resolve-se, porque não se quer. Quando temos a compreensão que esta camisa de força tem seus antecedentes, uma matriz diferente, precisamos nos mobilizarmos, e acho que isso aqui é um Evento que faz esse papel, porque afinal de contas, a política se desenha num jogo de forças, entre a sociedade política e a sociedade civil. Nós precisamos fazer esse papel, com certeza.

DIA 14.09.2001 – TARDE

**ALTERNATIVAS À AMPLIAÇÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E
SUPERIOR**

1ª MESA REDONDA

PRESIDÊNCIA: Sr. DEPUTADO ESTADUAL CHICO LOPES (PCdoB)

MODERADOR: Sr. JUAN EDESSON

EXPOSITOR: Prof. Valter Garcia (Educador e Diretor do Instituto Paulo Freire, em Brasília. Foi Coordenador do Centro de Educação da PUC (Pontifícia Universidade Católica) e Secretário do Planejamento do Ministério da Educação, onde também teve funções de responsável pela área do livro didático e Coordenador da área de Educação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

DEBATEDORES:

- Prof. José Vitorino de Souza, Diretor de Ciência e Formação da FUNCAP (Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa) e SECITECE (Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará);
- Deputado Estadual Mauro Filho, Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;
- Deputado Federal Inácio Arruda, do PCdoB.

SR. VÁLTER GARCIA: Boa-tarde a todos, gostaria mais uma vez de agradecer os organizadores desta reunião, e cumprimentar os dirigentes da Assembléia Legislativa por essa iniciativa, que me parece, da mais alta relevância para nós educadores, que entendemos a Educação como um ato político, no pleno sentido da palavra, e que, portanto, um Evento como

este, seguramente amplia as possibilidades da Educação, como política pública relevante.

Eu vou, dentro do tempo que disponho, procurar levantar algumas questões, tentando identificar o objeto deste debate, que são as alternativas de ampliação de recursos destinados à Educação. E quero dizer que não sou pessimista, sou uma otimista militante, e ao chegar aqui, já fiquei mais contente ainda, quando vi o Projeto do Deputado Inácio Arruda, propondo a ampliação dos recursos federais, da ordem de 18 para 22 milhões, em termos constitucionais, para tentar corrigir essa aberração que foi o veto, que foi apostado ao Projeto aprovado pelo Congresso, que estabelecia como meta, a fixação de 7% do PIB (Produto Interno Bruto).

O veto está dentro da lógica que preside a atual política brasileira, que é uma época de restrições, e que, portanto, já estabelece alguns bloqueios, ou tenta estabelecer alguns bloqueios, de saída, em função dos próprios compromissos internacionais que o País assume, dentro desse modelo globalizado, a partir dos anos noventa. Não é segredo para ninguém, isso está na Imprensa, diariamente, que o Brasil gasta mais em pagamento de juros e de parcelas da dívida, do que gasta nas políticas sociais relevantes, como Saúde, por exemplo. E, portanto, analisar esse tema, implica já admitirmos que temos dificuldades, que temos limitações, e que, portanto, é dentro deste contexto, que temos que analisar como buscaríamos meios de aumentar a importância da Educação como política pública.

Sendo que na área da Educação Superior, temos uma dificuldade adicional. Eu já participei, em 1987 fui relator de um Seminário Internacional, em Caracas, sobre a Educação - “A Crise da Educação na América Latina” - em que um dos principais economistas do Banco Mundial me disse, claramente, que era um luxo Países, como o Brasil, quererem dar Educação Superior, sem cobrar nada dos estudantes, era um luxo inaceitável, e que deveríamos investir em Educação Pública no

Ensino Fundamental. Eu disse-lhe: Pois é, talvez essa seja a sua visão, de um País Colônia, que tem que se manter assim, para que outros possam se manter hegemônicos.

Então, há um claro sentido nos organismos internacionais, que o País deixe de investir em Ensino Superior Público, e isso está em vários documentos, e a crônica diária registra isso.

Portanto, hoje, no Brasil, teríamos algumas dificuldades para pensar na ampliação dos recursos. Alguns, por exemplo, como o finado Senador João Calmon, que tinha estudos feitos pela UNAFISCO, que é a União dos Agentes do Fisco Federal, de que o Brasil arrecada apenas metade do que poderia arrecadar, em matéria de impostos, onde há uma sonegação generalizada e que, se aumentasse a base de arrecadação, se poderia aumentar os recursos. Mas esta não é uma medida puramente voluntarista, porque a mesma está inserida dentro de um contexto político mais amplo, que não se conseguiria resolver de uma hora para outra, e, evidentemente, isso vem melhorando, mas não é uma medida que se implante, automaticamente, até porque não é por acaso que estamos discutindo a Educação aqui, hoje, isso está dentro de um conjunto de forças.

Portanto, se propõe, habitualmente, soluções, que diria que têm um caráter mais conservador, que seriam o de melhorar o que existe, até porque costuma-se dizer, inclusive, por parte das autoridades governamentais, que já temos os recursos suficientes, só que gastamos mal. Eu acho que uma coisa não exclui a outra, porque gastamos mal, sim, mas gastamos pouco também, e isso tem que ficar claro. O Brasil gasta, segundo as melhores estimativas, em torno de 4,5% do Produto Interno Bruto em Educação.

Estudos clássicos - a partir da Década de 30 até a Década de 60, e existem vários estudos feitos nos Estados Unidos - mostraram que os recursos aplicados em Educação, foram os que mais renderam, em termos, sobre qualquer outro tipo de investimento, sejam investimentos em produção, em indústrias ou

em aplicações financeiras. Os recursos em Educação, então, seriam os que mais produzem efeito, em termos de produção de riqueza, de geração de novos recursos.

Portanto, essa é uma constatação indiscutível: a médio e longo prazo, é o investimento que melhor resultado traz. Segundo: é de que a perspectiva que se tinha na Década de 50, era de que a Educação continuaria sendo a fonte mais importante de crescimento nas décadas seguintes, e que ela chegaria num ponto em que, com o investimento em Educação, deixaria de ser tão importante assim, na medida em que as necessidades básicas da população já estariam sendo atendidas, pelos mecanismos criados pelo próprio desenvolvimento do País, e que, portanto, esses investimentos poderiam ser reduzidos. E isso é importante dimensionar, pelo seguinte: é comum ouvirmos, hoje, inclusive do Ministro da Educação e do próprio Presidente da República, que dizem que 4,5% é o que investem os Países desenvolvidos e, portanto, o Brasil não precisa investir mais. Só que eles se esquecem, digo que isso é uma meia verdade ou é uma meia mentira, porque durante décadas, estes Países investiram 10 ou mais por cento do Produto Interno Bruto, e na medida em que a política educacional reproduz os seus efeitos sobre as políticas de saúde, de saneamento, de habitação, sobre as demais políticas sociais, inclusive, sobre as políticas de emprego e renda, elas não necessitam que esses investimentos sejam crescentes, porque mantêm uma certa estabilidade, até porque a rede física se mantêm estável, a partir de um determinado momento, porque o crescimento da população, também tende a diminuir e se manter estável, portanto, é natural que assim seja.

Mas não passamos por essa fase, não tivermos esse choque de investimento, e portanto, continuamos em débito com as novas e as futuras gerações. E essa falta de investimento, essa incapacidade de tomar decisões políticas que nos levem a decisões corajosas que, efetivamente, coloquem a política educacional como uma política determinante para as demais

políticas, nos levam a criar soluções que podem ser interessantes nas suas concepções, mas que mudam, relativamente pouco, através de certos arranjos e de certos artifícios. Os Deputados que vão comentar, aqui, a minha fala, podem ser testemunhas disso, e inclusive dei um depoimento na Câmara Federal, como dirigente de entidade, em todos os momentos que estávamos discutindo o Projeto de Lei do FUNDEF, ficava claro que o recurso do Salário-Educação não entraria nesta conta, uma vez que ele é um recurso adicional provindo da contribuição das empresas.

Então, quaisquer outras fontes de recursos, não tocariam no Salário-Educação, portanto, teríamos que ter recursos novos na Lei do FUNDEF. O que faz o Senhor Presidente da República? Veta o dispositivo que impedia a utilização deste recurso. Então, como costumamos dizer nas nossas reuniões, trocamos seis por meia dúzia, o MEC trocou as fontes dos recursos do FUNDEF, e, hoje, a contribuição do MEC é quase zero, para os recursos do FUNDEF, que são os recursos da cota Federal do Salário-Educação.

Portanto, esses arranjos assim, oportunistas, têm mudado muito pouco, embora tenhamos que reconhecer, também, que o FUNDEF trouxe uma melhoria relativa, na medida em que obriga, de uma forma mais determinante, a utilização de parte da arrecadação nos Estados, Municípios e da cota Federal, para o pagamento do salário dos professores, os sessenta por cento.

Mas de qualquer maneira, ainda não é uma solução definitiva, porque se você olha, e existem algumas discussões que indicam que a adoção de um único critério, num País extremamente desigual, praticamente mantém ou acentua a desigualdade, na medida em que você pega as transferências dos recursos para os Estados, e os Estados que mais recebem esses recursos, são os Estados do Sul e Sudeste, em detrimento dos demais, que talvez necessitassem de um critério mais afirmativo de distribuição, no sentido de correção das desigualdades regionais que esse era o primeiro objetivo do Salário-Educação.

Portanto, estamos diante de algumas dificuldades que valeria a pena examinarmos. Mas gostaria, para não fugir ao tema do nosso debate, até para dar uma oportunidade aos que vão debater essa minha apresentação, que poderíamos tentar criar alguns mecanismos, que, eventualmente, poderiam melhorar a utilização e até a ampliação dos recursos destinados à Educação. Por exemplo: acho que há uma iniciativa da Câmara, Federal interessante, que é do Fundo Nacional de Educação Básica, FUNDEB, e me parece uma iniciativa, que, inclusive, supera esse discussão retrógrada que ainda mantemos, em razão do nosso atraso educacional - Ensino Fundamental, Ensino Médio, por exemplo - que os Países do primeiro mundo já superaram, ao final da Primeira Guerra, criando um sistema único de Educação para todos, com 12, 13 anos de Educação obrigatória, sendo um direito para todos. Então, isso facilitaria.

E ao mesmo tempo, também, se criasse algum mecanismo em nível Estadual, que permitisse uma definição conjunta de Estado e Municípios, para atendimentos de determinadas metas para o Ensino Fundamental ou Ensino Básico como um todo, ou seja, através de uma Lei Estadual, ou de um mecanismo, onde pudesse haver esse encontro das políticas que são estabelecidas pela Lei Maior e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo em vista que há uma intervenção intempestiva do Ministério da Educação, em nível dos sistemas, tanto Estadual, como Municipal, que não estabelece a necessária articulação, que deveria existir, por parte do Ministério da Educação em relação a essas políticas: o dinheiro da escola e uma série de outras iniciativas, por exemplo, a atuação desses financiamentos externos, que sobrepõem, muitas vezes, as estruturas existentes no Estado, para fazer determinadas intervenções pontuais que se esgotam, na medida que se esgota o programa. E que talvez estejam, em muitos casos, provocando um processo de desmobilização em relação a certas metas que poderiam ser consensualmente estabelecidas, entre Estado e Municípios.

Eu acho que os Deputados poderão, certamente, no Ceará, encontrar soluções que permitam uma unificação das políticas, em relação a certas metas que possam ser consensualmente estabelecidas em nível do Estado, e isso, evidentemente, passa por negociações políticas que envolvam todos esses atores interessados.

Outra questão que me parece importante, seria a fixação de metas, visando a profissionalização do professor, em termos de formação, carreira e valorização social. Eu costumo dizer que temos uma política de financiamento de táxis, mas não temos políticas, sem nenhum demérito aos taxistas, não estou querendo desmerecê-los enquanto profissionais, para que o professor possa ter sua casa própria. Então, como é que o sujeito pode querer ingressar numa profissão, permanecer nela, e se realizar como profissional, se ele não tem a perspectiva de viver de um salário que lhe permita ter uma casa? Por que não? Ou ter o seu carro? Enfim, ter alguns mecanismos, que lhe permita, inclusive, se aperfeiçoar, se aprimorar enquanto profissional.

Uma outra iniciativa, porque acho que essa poderia ser feita em articulação, com os Tribunais de Contas, ou com os próprios Legislativos, em relação à questão dos recursos, poderia, por exemplo, prever a criação de algum fórum ou de algum mecanismo, para o acompanhamento e identificação das necessidades de recursos para a área educativa, e inclusive, isso poderia estar acoplado à Saúde e a políticas sociais em geral, para que não tenhamos que ficar, por exemplo, presos a essas intervenções, às vezes, intempestivas, porque se você não estabelece mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação permanentes, inclusive, que capacitem as pessoas, os agentes públicos, a melhor utilizar, adequadamente, esses recursos.

Então, me parece que, além disso, a fixação da meta da profissionalização do professor como uma meta bem definida, que tenha um efeito multiplicador importante, sobre a questão da qualidade, deveríamos prever, também, mecanismos que

ampliassem a duração da jornada diária de trabalho. Não adianta o Ministro vir a público, dizer que já universalizaram o Ensino Fundamental, para o Ceará acho que chega em torno de 90%, mas vamos qualificar qual é essa universalização? Quantas horas o aluno passa na escola? Dizia-me, hoje, uma colega nossa do Ceará, que está acompanhando algumas experiências de trabalho que são desenvolvidas, e tanto no Ceará quanto em qualquer outro lugar, é assim mesmo. Você tem uma série de atividades paralelas, que rouba tempo da atividade de ensino/aprendizagem, e isso precisaria ser qualificado.

Em Países muito mais pobres que o Brasil, os alunos permanecem, pelo menos, seis horas por dia na escola, e qual é o problema? Com isso você poderia resolver vários problemas, por exemplo, que constituem uma verdadeira fobia, como dar comida para as crianças, criando todo tipo de mecanismos compensatórios, em detrimento da atividade pedagógica, que a médio e longo prazo, o processo educacional é muito mais eficiente do que essas eventuais ajudas. E em todo programa de ajuda, que não tem um prazo para começar e para terminar, o mesmo fica muito complicado, em termos da sua eficácia, porque deveria existir durante um tempo, para que as pessoas pudessem mudar a sua condição social, para não depender mais daquele tipo de benefício.

Então, são metas que se poderia tentar estabelecer, independentemente de que pudesse haver programas de ajuda e assistência, mas não ao aluno, porque o aluno é sujeito de direito educacional, e não cliente de programas, e acho que isso tem que ficar claro, também, se estamos pensando no texto constitucional que identifica que a Educação é um direito de todos, e, às vezes, as políticas neoliberais tentam encarar o indivíduo como um beneficiário de um programa, e é muito diferente a condição de um e de outro.

Com relação à Educação Superior, me parece que a coisa é mais complicada. A única experiência que conheço, e que não sei

se já foi discutida, aqui, no Estado do Ceará, mas talvez valesse a pena pensar, é a experiência paulista, que é o meu Estado de origem, que depois de muita negociação, discussão, se estabeleceu um percentual sobre a arrecadação de impostos do Estado, como mecanismo de financiamentos das Universidades Estaduais.

Isso teve uma vantagem, na época em que a moeda era valorizada, e tem uma vantagem, agora, porque há uma redução na arrecadação, mas eventualmente, isso até se poderia compensar, fixando um padrão mínimo de remuneração ou de repasses, quando houvesse uma diminuição desse percentual. Qual a vantagem nisso? Teria uma certa estabilidade no desenvolvimento das Instituições Públicas do Estado, de tal forma que os programas de pesquisa seriam planejadas com um certo tempo maior, até porque muito desses projetos demandam uma duração maior e uma certa estabilidade na continuidade desses recursos.

Portanto, isso deveria ser examinado, certamente poderia ser feito por Lei Estadual, na medida em que a autonomia do Estado sobre as suas Universidades é indiscutível.

Com respeito às Universidades Federais, não vejo grande perspectivas, principalmente para quem vive em Brasília, como eu. Há uma nítida preocupação em marginalizar esse setor, até porque é um setor extremamente crítico, e que tem um potencial muito grande de autonomia, e está sendo ameaçada sob várias formas. Portanto, acredito que em relação às Universidades Federais, parece que está se tentando, também, criar algum mecanismo de repasse de recursos, em função do número de alunos e número de professores, criar uma equação. E esses burocratas do MEC, não sei de onde eles descobriram isso, até porque os estudos que conheço não falam nisso, que o Brasil gasta o que gasta qualquer Universidade americana. Talvez haja algum excesso, mas no geral, o custo médio do aluno de uma Universidade brasileira, é muito parecido com uma Universidade

do mesmo padrão dos Estados Unidos. E não se pode dizer que as Universidades Públicas Federais, sejam Universidades com um mal desempenho, muito pelo contrário, porque no geral, elas têm o melhor desempenho do sistema educacional, e isso tem que ficar registrado, e não precisava fazer Provão, para se descobrir essas coisas.

E, além do mais, há uma permanente pressão dos Organismos Internacionais, principalmente do Banco Mundial, para que se estabeleça a cobrança de anuidade. Aqui tenho uma distinção de princípios. Primeiro, porque a Universidade Pública não é gratuita, é financiada pelos impostos do contribuinte. Deveríamos ter um certo cuidado nessa questão da fixação de quotas. Eu defendo a tese de que se tivéssemos uma Educação de qualidade para todos, você não precisaria ficar inventando artifícios. Outro dia estava discutindo um assunto com a minha filha, quando ela dizia que iria defender, se a coisa continuasse desse jeito, porque era quota para pobre, quota para preto, quota para amarelo, daqui há pouco você vai começar a estabelecer quotas, e perde, completamente, os referencias que justificariam a existência destas, embora, eventualmente, você possa ter um outro critério compensatório, mas por princípio, temos que investir mais, abrir vagas na escola pública. Até o final da Década de 50, a universidade pública tinha mais vagas do que a universidade particular, e hoje a universidade pública responde, acredito, por não chega a 18% das vagas que são oferecidas no Ensino Superior brasileiro, e a tendência é piorar cada vez mais.

Então, é evidente, você começa a criar problemas, mas se você não amplia as vagas na escola pública, o sistema de quotas vai limitar cada vez mais o acesso, até porque o universo de estudantes está aumentando cada vez mais. Então, você deveria discutir um pouco mais essa questão de quotas, porque embora se possa ter situações necessárias, de correção, em algum momento, mas você teria que aumentar, significativamente, os investimentos

na Educação Básica, para que pudesse ter essas oportunidades, efetivamente, mais iguais para todos.

Em relação às Universidades Federais, recordo-me que na Década de 80 apareceu uma tese que se tornou absolutamente inviável, na medida em que isso foi lido, e alguém lembrou que se poderia pensar na estadualização das Universidades Federais, só que o Governo, quando pensa em estadualizar, pensa em passar os encargos, e não repassá-lo. Então, essa tese, no empobrecimento geral dos Estados, é absolutamente inviável, até porque o Estado, no caso o Ceará, já tem três Universidades, se não me engano, com as quais ele pode se preocupar e melhorar a qualidade e as condições de funcionamento.

E apenas reforçando uma tese que me parece importante, sobre a articulação do sistema de Educação Superior, enquanto Ciência e Tecnologia. Eu acho que o Ceará sempre esteve com essa preocupação, pelo menos tenho acompanhado os trabalhos aqui. E há um sistema que acredito que deve ser comentado também, mas é um registro interessante de ser feito, até porque essa articulação, seguramente melhoraria, e melhora, a capacidade do Estado em se articular com os Organismos Federais e Internacionais de cooperação em Educação Superior, Ciência e Tecnologia, não só para o desenvolvimento de projetos de maior curso, mas, também, para o efeito multiplicador que isso possa ter, a todo sistema de Educação, Ciência e Tecnologia.

Isso também ajuda, esses projetos de mais longo curso, com essa articulação, e permite a manutenção de quadros mais estáveis, sem contar que isso permite a renovação de equipamentos, bibliotecas, e outras áreas que depende da atualização constante.

Eu quero mais uma vez agradecer, e espero que meus debatedores sejam indulgentes com essa pequena colaboração. Muito obrigado a todos.

SR. JOSÉ VITORINO DE SOUSA: Boa-tarde. É um prazer muito grande estar aqui. Em primeiro lugar, quero saudar a

Mesa, na pessoa do Joan Edesson, meu colega de Universidade, e em segundo lugar, agradecer o convite da comissão organizadora deste Evento, e saudar a vocês, alunos, professores e administradores escolares, e outros coordenadores, dentro dessa área.

A FUNCAP se sente, realmente, agradecida com esse convite, que é uma oportunidade para divulgarmos essa marca, FUNCAP, entre os educadores, porque inicialmente, a FUNCAP era ligada muito mais aos cientistas da área de Física, de Química e de Geologia, e a Educação em geral, não tinha muito acesso.

Desde 1994, quando a FUNCAP foi instalada, essa Fundação vem desenvolvendo atividades na área de financiamento a pesquisas, e dentro de sua principal atividade, que é a pesquisa, ultimamente sofreu uma reformulação e tomou o nome de Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Queremos ressaltar que a área de Educação, também, é tecnologia, que existe tecnologia na área de Educação, e existe, também, Ciência, na área de Educação. Há alguns que são usuários da Ciência, na área de Educação; e há outros que são produtores da Ciência. Então, todos estão envolvidos, dentro desse Projeto FUNCAP.

A missão da FUNCAP é Pesquisa, Extensão Tecnológica, Capacitação de Recursos Humanos em todas as áreas, inclusive Educação, Geração e Desenvolvimento de Tecnologia, também dentro da área de Educação, e com isso, o Governo do Estado vai ter condições de saber, em cada fim de semestre, em cada fim de ano, quantos alunos realmente tem, e isso é parte da tecnologia.

E outra função da FUNCAP, é a Difusão de Conhecimentos Científicos e Técnicos, com a área de Educação. E quais são as nossas ações? As nossas ações principais são: dar bolsa para o estudante, bolsa de iniciação científica, dentro da Universidade, na área de Educação, onde o professor pode requisitar uma bolsa à FUNCAP, para trabalhar com o aluno,

levantando aquela vocação científica, dentro da sua área de Educação; e bolsas na área de Mestrado e Doutorado.

A FUNCAP tem como dado principal, na área de Mestrado em Educação Brasileira, da UFC, temos 10 bolsistas de Mestrado. Na UECE, em Mestrado em Educação Especial, tem quatro bolsas, na área de Educação. A UNIFOR (Universidade de Fortaleza) tem Mestrado em Psicologia e Saúde, com sete bolsas; e a UVA, com Mestrado em Gestão Educacional, tem 2 bolsas da FUNCAP.

Então, além disso, temos bolsas em outras áreas, como a bolsa de transferência de Tecnologia, que são bolsas concedidas na área de Ensino Superior, e temos, aproximadamente, umas 10 bolsas nessa área de Ciência e Tecnologia. Então, isso é mais ou menos o que a FUNCAP faz.

Além disso, trabalhamos, não é de agora, mas desde a sua fundação, a FUNCAP tem uma responsabilidade, também, com a Tecnologia, não só na transferência de Tecnologia, como na produção de pesquisa na área de tecnologia, porque muitos de vocês não sabem como começou a Ciência, aqui, no Brasil, pois os primeiros cientistas brasileiros eram Físicos e Matemáticos. Por que Físicos e Matemáticos? Porque, naquele tempo, eram os primeiros que estavam preparados a entrar dentro dessa formação científica. Hoje, nós damos bolsa, também, para a Filosofia.

Então, dar bolsa, também, na área de transferência de tecnologia, porque não adianta você ter um conhecimento, se não serve para melhorar a qualidade de vida do povo, e esse é um consenso que todo mundo está chegando nesse novo Século. Já se tinha isso, embrionariamente, mas nesse novo Século estamos explicitando isso. Existe a pesquisa básica, a FUNCAP financia, mas quer que essa pesquisa básica esteja, no mínimo 80%, compromissada com o mercado de trabalho. Vamos deixar de ter medo de falar nessas palavras: “mercado”, “indústria”, “escola”, porque o mercado ou a indústria são os elementos que sustentam a sociedade, daí é que vêm os impostos, é que vem tudo.

Antigamente, tinha verdadeiro horror em ganhar dinheiro com a pesquisa, e já tive discussões grandes com Físicos, quando coloquei numa pesquisa minha, uma ajuda de custo para o Coordenador da Pesquisa, e me criticaram, dizendo que o pesquisador já é pago pela Universidade, que não precisa de mais dinheiro, e hoje em dia essa discussão acabou. Hoje, todo mundo, toda comunidade científica defende que o pesquisador precisa ganhar dinheiro, porque é o seu meio de sobrevivência.

Falando sobre a FUNCAP, quero entrar na questão do debate, que o debate é, principalmente, sobre a ampliação de recursos financeiros. Realmente, temos trabalhado com o CNPq, com os CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o MEC, FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Científico), com o Governo do Estado, o dinheiro da FUNCAP é do Governo do Estado. Mas existem outros dinheiros difusos no Brasil, que não são captados pela comunidade, tanto científica como comunidade escolar, que são do Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde financia Educação e Saúde, vocês sabiam? Poucos professores, mesmo das Universidades, sabem disso, que o Ministério da Saúde tem dinheiro para ajudar a Educação e a Saúde. Além de outros segmentos do Governo Federal. Então, deveríamos procurar esse dinheiro, que está muito difuso, que cabe à Educação, e é isso que a FUNCAP está fazendo agora.

Para terminar, quero dizer que só de segunda-feira para cá, estive numa reunião na FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), numa reunião que seria considerada exótica, há quatro anos, com empreendedores da Alemanha, que estavam querendo entrar em contato com a FUNCAP, quer dizer, estamos procurando diversificar essa base de financiamento, na área da Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURO FILHO (PPS): Boa-tarde a todos, quero cumprimentar o nosso

Moderador da Mesa, Professor Joan Edesson, e cumprimentar o palestrante, o Professor Valter Garcia, que brilhantemente nos compartilhou do seu pensamento, que falou tão explicitamente sobre a FUNCAP; e o companheiro e amigo, batalhador, Deputado Federal Inácio Arruda.

Antes de mais nada, quero agradecer a Comissão Organizadora, em especial, ao Deputado Estadual Chico Lopes, porque foi dele que partiu o convite para participar deste Evento que, com certeza, vai dar uma colaboração significativa ao Estado do Ceará.

Sou economista, professor da Universidade Federal do Ceará, portanto, tenho um viés mais econômico, mas essa parte, agora, que trata de alternativas à ampliação dos recursos financeiros para a Educação Básica e Superior, acho que teríamos uma colaboração a dar.

Tenho sido convidado, nesses últimos doze meses, para discutir essa questão em diferentes áreas, como a área da Educação, a área da Saúde, a área do gasto social, especificamente falando, e assim por diante. No meu modo de entender, o problema no Brasil, está muito mais atrelado à definição do modelo econômico propriamente dito, do que a essas questões que poderemos discutir lá na frente.

O Brasil não tem problema de arrecadação! Nos últimos 12 anos ele saiu de uma carga tributária de 23% do PIB, para 33%, e nunca se arrecadou tanto neste País! Fato que todos tenhamos conhecimento. E isso, fruto de quê? De aumento de alíquota de Imposto de Renda; aumento de alíquota de CPMF (Contribuição Sobre Movimentação Financeira); aumento de alíquota de COFINS (Coordenadoria de Fiscalização), e assim subseqüentemente. O povo brasileiro tem se acostumado a aceitar aumentos de alíquotas, para financiar determinados gastos, e vou já falar, porque quando você tem imposto para financiar um determinado gasto, que assim a sociedade deseja e exige, tudo bem, mas quando esses impostos são destinados a outras

ramificações, e vou falar sobre elas, acho que aí cabe, verdadeiramente, uma discussão.

Portanto, o Brasil dos 200 bilhões de reais, que foi o valor que arrecadou durante o ano passado, retirando as transferências de Fundos Constitucionais, as transferências dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, a União arrecadou, líquido, 138 bilhões de reais, no ano passado. E todos esses dados que darei, são do exercício de 2000, portanto, dados bem fresquinhos, para que possamos sair, hoje, pelo menos com esses dados.

O Governo Federal tenta colocar como o grande responsável pelo desequilíbrio fiscal do Estado, o Servidor Público Federal, e é bom que se diga e se desmistifique logo essa questão, porque no ano passado, a União gastou 39,8% da sua receita líquida com o pagamento de Pessoal, que está há 7 anos sem reajuste salarial. As despesas do Governo Federal são discriminadas entre Pessoal, Custeio, Investimento e Dívida.

O Custeio da máquina, a energia, o carro, a gasolina, etc., o dia-a-dia da máquina da União, custa, aproximadamente, 32 bilhões de reais/ano, e em Investimento, que era para ser a grande alavanca de ação, de intervenção do Estado na economia, em 2000 se gastou 12 bilhões, e nesse gasto estão incluídos, obviamente, o pagamento de Pessoal, o custeio da máquina, e, portanto, de Investimento, uma parte menor, na qualificação orçamentária.

Então, o grande componente de caixa do Governo Federal, chama-se pagamento da dívida pública brasileira. Do Descobrimento do Brasil, a janeiro de 1995, portanto, quase 500 anos de existência do nosso País, se construiu uma dívida de 63 bilhões de reais. Nesses 7 anos, vocês têm idéia para quanto essa dívida foi? Para 600 bilhões de reais! E não estou falando dívida do setor público, que seria um pouco melhor, estou falando da dívida do Governo Federal, separando o Governo Federal dessa história.

Essa política é o que tem ensejado ao Brasil, ser a segunda maior taxa de juros do mundo, com a maior condição de desigualdade de renda, com a terceira pior desigualdade de renda, dos 162 Países que foram medidos, segundo um índice que os economistas usam, para medir a desigualdade. O Brasil, portanto, tem a terceira pior distribuição de renda do Brasil, e para onde estão indo esses recursos?

Em 2000, o Brasil despendeu, somente com o pagamento de juros da dívida pública, 87 bilhões de reais. Portanto, esse é o primeiro ponto que gostaria de deixar claro: o nosso País não tem problema de recursos, não existe esse problema, o que existe, na realidade, é a escolha para onde esses recursos devem ser direcionados. E aqui, no Brasil, temos a mania de definir percentuais, porque, no meu entender, a prioridade de um Governo é visto pelo volume de recursos destinados no Orçamento, e quando se destina 25% para a Educação, primeiro se irá discutir de que receita.

Então, para a Educação é 25% da Receita Tributária, própria da receita transferida; da Lei de Responsabilidade Fiscal, aí entra receita de convênios, receita patrimonial e assim por diante, e cada um tem uma receita a definir, e para cada ponto que você examinar, perceberá que há uma diferença que precisaria ser corrigida, e essa correção já significaria um maior volume de recursos. Bastava se mudar na Constituição, o conceito de Receita, que é definida para Educação, igual ao conceito de Receita estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, só aí aumentava 38% nos Estados e Municípios, e não precisava fazer, absolutamente nada, porque os recursos já existem.

Estive presente ao Seminário anterior, e me recorde que alguém do lado esquerdo, perguntou à Mesa anterior, por que não se cumpria? Porque Leis existem várias! O FUNDEF estabeleceu, a preços de 30 de junho, que era para se estar investindo no Ensino Fundamental, 638 reais, e se está colocando apenas 363 e 381 reais. Então, não precisa estar inventando Lei, para aumentar

o volume de recursos, vamos cobrar o que está aprovado, o que já é Lei, o que já está vigindo, senão ficaremos pensando mil formas de buscar dinheiro para a Educação, quando, na realidade, esses recursos já estão aí.

No Estado do Ceará, por exemplo, as Universidades, por uma determinação constitucional, que dos 25% da Educação, 5% seriam destinados ao Ensino Superior, e isso não é cumprido! Quando vão apurar o dinheiro que é repassado para a Assembléia Legislativa e descontam, tiram vários pontos, que em si, interpretam que deve ser retirado, para se calcular os 2%, e na realidade, é importante discutir alternativas, e aqui e acolá escutamos pessoas dizendo que devemos procurar mais empréstimos, e continuamos tomando empréstimos de Organismos Internacionais, onerando o Erário, seja ele Municipal, Estadual ou Federal.

O Brasil se acostumou a ter metas na área fiscal. Hoje, há meta para a inflação para os próximos quatro anos, há meta de endividamento do setor público nos próximos quatro anos, que o Governo nunca cumpre, e há meta de superávit primário. E gostaria de ver no Brasil, não uma definição de percentual de gastos na Educação, mas por exemplo, definições de qual é o percentual de analfabetos, aqui, no Estado do Ceará? Trinta por cento? Então vamos reduzir para 25% em 2 anos, ou então para 23%, estipular uma meta de alcance, e vamos definir os recursos para se alcançar aquela meta, e não ao contrário, alocar 25%, e aí fica todo ano essa conversa, com o desvio dessa ou aquela interpretação, e assim por diante.

Então, se o Brasil pudesse alcançar, na área social, metas específicas, não só na área educacional, mas na mortalidade infantil, por exemplo, e me permitam dizer que hoje é de 30 mortes por 1000 crianças nascidas vivas, deveria ter uma meta, como a de em 5 anos, reduzir para 18 por 1000, e encontrar os recursos para se chegar até lá.

Acho que é uma questão de modelo, se não se discutir o modelo, o resto é conversa fiada. Muito obrigada.

SR. DEPUTADO FEDERAL INÁCIO ARRUDA (PCdoB): Boa-tarde a todos, quero agradecer o convite da Assembléia Legislativa para este importante Seminário, essa iniciativa de um educador, “cabra” bem simples, mas firme na defesa desse interesse maior do povo brasileiro, que é garantir a Educação, o Deputado Chico Lopes que está ali, tranqüilo, sentado, ouvindo aqui as nossas conversas.

Depois das intervenções brilhantes que aqui presenciamos, não sou economista, nem professor, você imagina nossa dificuldade, mas também percebi que é uma espécie de Mesa a favor, quer dizer, uma Mesa que se formou, onde é impossível hoje, praticamente, se defender esse modelo que aí está, e um Seminário como este, é o que podemos chamar de impulsionador, para que possamos abraçar as bandeiras que obriguem o Estado a cumprir o que já está posto na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e mesmo nas Leis Orgânicas Municipais. Então, já há um conjunto de consenso entre nós.

O segundo passo, e acho que podemos avançar mais, é demonstrar a necessidade de derrotar essa política imposta ao nosso País, pelos agenciadores externos, que levam o mundo ao caos, não só o nosso País, porque segundo apontam vários economistas internacionais, haverá um colapso dessa política defendida, atualmente, entre os Países Centrais, com um crescimento negativo nas suas economias.

E isso resultou que, depois do desastre de terça-feira, dos atentados terroristas aos Estados Unidos, um economista, em entrevista à Rede de Televisão Globo News, em Nova York, perguntado sobre a situação econômica pós-atentado, comentou que primeiro haverá a solidariedade com as vítimas, as milhares de vítimas, mas em seguida, solicitarão as 20 bilhões de dólares ao Congresso Norte-americano, que ao invés de oferecer os 20 bilhões de dólares que o Presidente dos Estados Unidos pediu,

deu 40 bilhões, mais 20 bilhões de dólares, e demonstrar que tipo de modelo temos no mundo: um modelo da barbárie.

Depois de milhares de mortos, vão à televisão e vão à mídia, e dizem que foi ótimo, do ponto de vista econômico, porque nesse caos econômico que o capitalismo e o neoliberalismo têm levado o mundo, uma das alternativas para eles, não é melhor distribuir a riqueza, não é garantir mais qualidade de vida para os povos, que têm, como base, esses atos, essa situação de desagregação social, de miséria, de fome, de analfabetismo, de precariedade do Sistema de Saúde, e essa é a base que sustenta o terrorismo, que sustenta o narcotráfico e que sustenta a lavagem de dinheiro no Brasil e no mundo; essa é a base central, essa distribuição draconiana da riqueza produtiva. Quer dizer, uns poucos detendo bilhões e até trilhões, e a maioria esmagadora do povo, sem ter, absolutamente, nenhum meio de alcançar, pelo menos liquidar com o seu analfabetismo, é isso que assistimos no mundo de hoje.

Por isso, considero que é justo e correto o caminho que estamos defendendo aqui, o problema central nosso, e podemos, do ponto de vista de alcançarmos resultados, e é nesse sentido que eu trouxe um estudo da Comissão Mista de Orçamento, mostrando, primeiro, a expansão da Receita Tributária, onde aumentamos, barbaramente, a nossa arrecadação e a relação entre Educação e esses gastos ficaram praticamente congelados na Educação.

Então, um crescimento vertiginoso, com uma estagnação das Receitas destinadas para a Educação. Se colocarmos a Educação como uma questão central, e não o pagamento de juros, a vinculação com os banqueiros. Porque no Brasil, tudo está mal! Está mal o salário dos servidores, o salário do setor privado, a Saúde, está mal a Educação, as empresas comerciais, a indústria está mal, a agricultura está mal, mas os banqueiros nacionais e estrangeiros estão rindo, estão bem, estão ótimos; esse é que é o problema do Brasil, esse é que é o nosso problema.

Por isso que é justa a afirmativa do Deputado Mauro Filho, em relação à questão do modelo atual, porque, sem alterar esse modelo, não tem como resolvermos esse problema. Nós lutamos no dia-a-dia para minorar, vamos tentar segurar o que tem, elastecer um pouco mais, criar uma confusão lá dentro do Congresso Nacional, para ver se aumentamos as vinculações destinadas à Educação; se incluímos a Educação Infantil, que foi abandonada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, porque nenhum deles cuida das crianças, de 0 a 6 anos, de forma adequada, largaram-nas à própria sorte. Não tem Constituição, nem Federal nem Estadual, todos se desobrigaram dessa responsabilidade básica, que é cuidar, hoje, e principalmente, depois que os pesquisadores, os cientistas, os estudiosos encontraram a situação de que a formação das pessoas começa exatamente, hoje, na barriga da mãe, no ventre materno, que começa a se formar. E quando você tem uma criança de 2 a 4 anos que, majoritariamente, no Brasil, não tem acesso à escola, enquanto que alguns poucos conseguem esse acesso, você vai aumentando esse fosso, e não tem, absolutamente, nenhum índice que resolva essa realidade crucial que estamos vivendo no Brasil.

Então, queremos fazer aqui a nossa apresentação, neste sentido. O nosso País foi obrigado a gerar superávites primários brutais, e é algo inaceitável para um País com a economia em dificuldades, como está o Brasil. E só agora, no ano 2001, o Deputado Mauro Filho apresentou a situação do ano de 2002, agora, absurdamente, em junho de 2001, já alcançamos o índice exigido pelo Fundo Monetário, e continuamos arrojando as contas públicas! Já superamos a meta em quase 8 bilhões, passamos de 8 bilhões da meta estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional, tamanha é a subserviência apresentada pelo Governo brasileiro, diante da pressão das agências multilaterais, que, estando seus Países Centrais e comandantes dessas agências, estagnadas, do ponto de vista econômico, impõe aos Países em desenvolvimento ou em condições de crescer,

regras que os impede completamente de prover, minimamente, necessidades básicas do seu povo, e essa é uma necessidade básica do povo brasileiro.

Por isso quero reafirmar que o centro da nossa luta, está na alteração do modelo econômico, do modelo político que adotamos, particularmente, com o Governo do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que foi o responsável em colocar, na prática, em escala geométrica, as exigências impostas pelas agências multilaterais, que nos levaram a esta situação.

Nós saímos de uma dívida de 60 bilhões, estamos com mais de 600 bilhões de reais de dívidas, e pagamos juros exorbitantes a cada ano, somas exorbitantes, o que não reflete em queda da dívida, porque a dívida só tem aumentado, fora a entrega de todas as empresas, onde privatizarão quase tudo, resta apenas uma parte do setor de geração de energia, porque, diante do “Apagão”, ficou meio difícil privatizar o resto, mas ainda estão insistindo nisso; o setor de esgoto, que nunca imaginei que fôssemos vender os esgotos, mas estão à venda, no Brasil, os esgotos e o setor do serviço de água.

Então, tomamos a iniciativa de propor duas Emendas à Constituição, mas é dentro dessa luta nossa, é na luta da resistência, da resistência a esse modelo em curso, de que é importante ampliar, porque tem margens sim, tem dinheiro sim, sobra dinheiro no Brasil! O arrojo e contenção dos gastos públicos, para gerar o superávit primário, têm demonstrado que tem dinheiro de sobra no Brasil, e estão fazendo caixa eleitoral já, agora, para o Senhor Fernando Henrique Cardoso, para fazer gastos enormes no próximo ano, talvez bilhões, que eles vão gastar, para tentar impor o seu candidato, seja ele quem for, mas estão fazendo esse caixa, agora, e parte desse superávit, podem ter certeza, será gasto com Cartão-Saúde, Cartão-Bolsão, Cartão-Miséria, Cartão-Esmola, cartão de toda ordem, no próximo ano.

Concluo, porque o meu tempo já passou, dizendo que tomamos essas duas iniciativas que foram apresentadas a vocês, são duas Emendas Constitucionais, que têm como fundo, ampliar as receitas destinadas ao setor de Educação, os recursos, e atender a uma questão chave hoje: nós precisamos cuidar da Educação Infantil, e as crianças de 0 a 6 anos, precisam ter um lugar adequado, e não falta dinheiro no Brasil, e precisamos arrancá-lo, com muita luta.

E são fóruns como este, seminários como este, atitudes como esta, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que jogam o papel destacado na luta em defesa de colocar a Educação, efetivamente, como prioridade no nosso País. Muito obrigado.

DEBATE

Pergunta nº 01²⁹: Boa-noite a todos. Estamos aqui presentes, professores, alunos e funcionários da Faculdade de Educação de Crateús, e vimos ter uma audiência com o Magnífico Reitor, a respeito de alguns problemas graves que enfrentamos, especialmente em relação ao Curso de Ciências, da instalação imediata deste curso, já que o Edital do Vestibular da UECE saiu esses dias, sem constar deste curso, e era promessa da Reitoria, que sairia para as Cidades de Itapipoca e Iguatu.

A Faculdade de Educação de Crateús tem 18 anos de existência, e funciona apenas um Curso de Pedagogia. A Reitoria alegava que o nosso espaço não era adequado para um novo curso, porque ele não é nosso, é outra luta que estamos travando, que é a construção da sede própria da Faculdade, mas já temos as salas suficientes, no momento, para albergar esse novo curso.

Então, queríamos fazer esse comunicado, vimos hoje, o Reitor não estava, nem o Vice- Reitor, falamos com o Pró-Reitor de Graduação, estaremos novamente aqui, quarta-feira, às 15hs da tarde, a audiência já está marcada, estamos tentando uma audiência, também, com o Secretário de Ciência e Tecnologia, e não admitimos que a nossa Faculdade, como tendo 18 anos de existência, tenha somente um curso funcionando. Até porque se torna cada vez mais difícil para os pais dos jovens, mandarem seus filhos para outras cidades, devido às dificuldades financeiras de mantê-las fora de sua casa. Obrigado.

Pergunta nº 02³⁰: Boa-noite. Gostaria de fazer algumas considerações, como, por exemplo, quando comentou-se no início do debate, que deveria-se ter melhores condições de vida para o professor. No entanto, em nível de concurso, já ocorrido este ano, o que podemos perceber, é que as coisas não funcionam bem

²⁹ Sr. Rômulo Soares.

³⁰ Sra. Eliane Souza.

assim. Por exemplo: professores que já deram entrada para a seleção, com nível superior, tiveram, posteriormente, que procurar o próprio Órgão, para dar entrada nessa gratificação, porque o nível que eles se inscreveram já não vinha incluso. Como é que pode?

Fica-se perguntando: Como é que se pode pensar em melhoria de vida para o professor, quando ele, além de ter que lutar pelas gratificações, ainda precisa, dentro da escola, estar submetendo-se a quotas, porque a escola não manda verbas suficientes para as atividades sociais dos alunos? Quer dizer, já se ganha pouco e ainda tem que se fazer quotas mensalmente, para conseguir o que a escola precisa. É bem interessante isso.

Outra questão: fica-se observando bem quando a pessoas, no seu dia-a-dia, através dos seus partidos, fazem trabalhos de apoio ao Governo presente, e, no entanto, no seu discurso, as vejo falar contra este Governo, e me questiono: será que somos do Governo, na base de “faça o que eu digo e não faça o que eu faço”? Não dá para entender.

Outra questão também, é a respeito das bolsas que são adotadas nas Universidades, e podemos perceber, debatendo, aqui, enquanto alunos da Universidade Estadual do Ceará, que a UNIFOR, sendo uma entidade privada, recebe mais bolsas, tem mais direito a bolsas do que a própria UECE, e se questiona: quais os critérios para essa adoção das bolsas? Por que uma Universidade privada tem um direito maior do que a pública?

E uma outra questão, é quanto ao tema em si, da mesa redonda. Viemos para cá, sabendo que o tema desse debate seria: “Alternativas à Ampliação de Recursos Financeiros, para a Educação Básica e Superior”. Não podemos deixar de comentar que todos os assuntos debatidos foram muito importantes, mas alternativas para essa ampliação, desculpem-me os presentes, com todo o respeito que lhes tenho, mas foram poucos os que apresentaram alguma proposta.

Pergunta nº 03³¹: Boa- noite. Sou estudante do Curso de História da Universidade Regional do Cariri, e quero colocar uma questão e acho que acontece na maioria das Universidades do Ceará, nas Universidades Públicas, que é a cobrança de taxas.

Qualquer que seja a necessidade de documentos de um aluno, dentro da Universidade, ele só adquire, mediante o pagamento de taxas, e observamos que as Universidades Estaduais do Ceará estão sucateadas, e pergunta-se onde vão parar esses recursos cobrados através de taxas? Algumas faculdades, como a nossa, estão enfrentando uma reforma na sua infraestrutura, uma ampliação física, e a grande pergunta que fica, é se há alguma legalidade para a cobrança de taxas, dentro de uma Universidade Pública?

Pergunta nº 04³²: Quero parabenizar o Deputado Chico Lopes, pela iniciativa, os professores e alunos que estão aqui presentes.

Sobre as pesquisas em todas as Universidades, perguntaria de que forma se dão? Quais os critérios? Existe uma idade máxima? E de que forma são distribuídas as bolsas?

SR. WALTER GARCIA: Não tenho muito a comentar, só gostaria de registrar que considerarei, extremamente importante, as colocações que foram feitas pelo Professor José Vitorino, pelo Deputado Mauro Filho, pelo Deputado Inácio Arruda, e quero reforçar a importância dessa questão que se coloca, em termos de modelo, porque pelos estudos internacionais que temos, houve uma redução de todos os investimentos no Ensino.

Quer dizer, uma década que deveria ser de investimentos para melhorar a Educação, provocou, exatamente, o efeito contrário. Houve uma redução dos investimentos na Educação, na América Latina, e estamos criando mais um plano, para os

³¹ Sra. Cristiane Figueiredo.

³² Sra. Cristiane Duarte.

próximos 10 anos, só que, agora, já estamos pedindo a ajuda da sociedade, e acho que, realmente, o caminho é por aí.

E não entendi muito bem a fala em relação à pesquisa, colocada pela Senhora Cristiane Figueiredo, porque em pesquisa, há uma máxima que se diz que se aprende a pesquisar, pesquisando. É mais ou menos a história do gato: você joga na parede, se miar, é gato! Então, não existe uma receita para ensinar pesquisa. Imagino que qualquer critério de concessão de bolsas para pesquisas, de iniciação, deve ser mediante um Projeto de Introdução do aluno nesse universo, que pode ser muito bem sucedido ou dar errado, porque é um investimento que você faz, na nova geração.

SR. JOSÉ VITORINO: Existem vários tipos de bolsas, como as bolsas de Mestrado e Doutorado, onde o critério utilizado é o seguinte: a Universidade, ou o indivíduo, faz a proposta para a FUNCAP, e a FUNCAP tem um conjunto de professores chamado Comitê Assessor ou Comitê Avaliador, e antes de enviarmos para esse Comitê Avaliador, enviamos para um relator, indicado precisamente para esse aspecto, e esse relator faz uma avaliação do trabalho, da pesquisa, e envia para esse Comitê. Esse Comitê faz outra relação, e nos envia.

Então, diante desse parecer é que distribuímos essa bolsa de Mestrado e Doutorado. Sobre as quotas, se referem à iniciação científica. A iniciação científica é para familiarizar o aluno com a pesquisa, porque, geralmente, essa palavra “pesquisa”, é um termo que assusta, e existe a bolsa de iniciação científica, para familiarizar o aluno com o trabalho, com o processo de produção do conhecimento.

Então, essa bolsa, a FUNCAP utiliza o sistema de quotas, e cada Universidade tem uma quota, que é mais ou menos distribuída conforme o número de doutores e ou mestres. Porque não podemos distribuir a bolsa, para quem, teoricamente, não está preparado para orientar. Em todo o mundo, o único critério de

apreciação da capacidade de pesquisa, é a titulação e a produção, é o professor ser um doutor e ter uma produção dentro da área.

A UVA tem 25 doutores, então colocamos uma quota tal, de conformidade com esses 25 doutores. A URCA tem mais ou menos 7 a 10 doutores, e colocamos de conformidade com este número de doutores ou mestres, mas também damos bolsa de iniciação, para quem tem mestrado. A UNIFOR tem doutores, não sei o número, acho que mais ou menos uns 50, mas dentro deste pacote, cada Universidade recebe a sua quota.

Diante desse critério, que embora o dinheiro seja estadual, a Universidade que tem mais quota é a Universidade Federal do Ceará, que é a mais qualificada, do ponto de vista de professores-doutores. A UFC tem 400 doutores e 700 mestres, então, é a Universidade que leva a maior quota. Mas pode-se perguntar: por que não beneficia as Universidades Estaduais, já que o dinheiro é estadual? É a grande discussão, dentro da comunidade. Se a FUNCAP fizer isso, seremos bombardeados de todo o lado. A solução seria criarmos grupos emergentes, e a comunidade científica internacional criou esse sistema, é um grupo que não tem muita titulação nem produção, e vamos jogar dinheiro nesse pessoal, para, dentro de pouco tempo, qualificá-los.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PPS): Acho que foi feita uma intervenção pela Professora Eliane Souza, e acredito que a Mesa não pode deixar passar em branco essa intervenção, já que o nosso Seminário é para discutir alternativas à ampliação dos recursos financeiros, e acho que talvez ela não tenha entendido, porque o que precisa ser questionado é o modelo de aplicação desses recursos, porque não adianta, nada, você arrecadar 33% do PIB, para pagar 100 bilhões de reais à agiotagem nacional e internacional, e esse é o primeiro tema que temos que discutir hoje.

Acho que foi muito claro, para manter no cotidiano brasileiro, porque só a uniformização do conceito de receita, de onde seriam aplicados os 25%, isso, por si só, já aumentariam em

36% os recursos para o Ensino Fundamental. Talvez você não tenha escutado.

E terceiro, ouvi uma pergunta de alguém, não sei de quem foi, quando foi feita uma pergunta aqui à Mesa, e uma pergunta que não foi respondida, que foi a questão: faltam recursos para o Ensino Fundamental? São poucos, os 15%? Bastaria que a União aplicasse o que manda a Lei, que é aplicar, você dividir o bolo total, pelo número de alunos, onde dariam R\$ 638,40, e estão sendo gastos apenas 363 reais!

Então, aqui foram discutidas várias alternativas, agora, temos que descobrir qual é a melhor. Porque, no meu modo de entender, respeito as outras opiniões, mas acho que a briga tem que ser feita, só que como vai ser uma briga política, é muito mais palatável você aumentar esse volume de recursos, de uma maneira mais acessível, politicamente, do que propriamente, aumentar, por exemplo, de 25% para 40% e ponto final. A minha colocação é que estamos acostumados a só definir isso. Acho que no meu conceito, no meu raciocínio, deveríamos tentar a inversão da definição. Deveríamos definir onde é que queremos chegar? O analfabetismo é 30%? Quero chegar a 23%! E os recursos, temos que encontrá-los, e esta foi a minha modesta contribuição.

SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA: Quero fazer, também, duas observações breves. A primeira é relativa à questão, à extensão dos cursos da Universidade Estadual, da Universidade Federal e das outras Universidades Públicas. Acho que não é mais possível termos uma Universidade Estadual, com um Curso de Veterinária feito, exclusivamente, em Fortaleza, e não é mais aceitável. Mesmo o Curso de Agronomia, da Universidade Federal do Ceará, não é mais aceitável que permaneça, exclusivamente, em Fortaleza, porque precisam compreender que têm que jogar um papel no desenvolvimento do Estado como um todo, e por isso precisam se localizar no Interior do Estado do Ceará.

Além de outros cursos fundamentais, que têm sido cobrados pelos centros, pelas faculdades e que querem ampliar a sua capacidade, e têm espaço para isso, hoje, tem espaço e precisam crescer.

O segundo momento é uma observação em relação aos professores, porque também não é admissível que continuemos com a contratação de professores, que são professores temporários, que já vão completar sete anos como temporários, e, pelo amor de Deus, isso não é ser temporário mais! Isso é uma brincadeira de mal gosto, com a Educação do nosso Estado.

Então, acho que essa é uma batalha grande, de grande porte. E chega-se a situação em que os temporários já são concursados, são concursados e não conseguem entrar na rede pública de Ensino, através do concurso que prestaram, e que estão aptos para serem convocados e o Estado do Ceará não os convoca, em nenhuma dessas instâncias.

É brincadeira o que se faz nesse terreno, e aqui todos são conhecedores, e aqui não é problema de percentual de recursos, é uma questão de respeito com os cidadãos do Estado do Ceará e com os profissionais desta área.

E por último, em relação ao problema dos recursos que, efetivamente, digamos assim, existem, e que vamos lutar de forma entrincheirada, para ampliá-los. Agora, uma chaga de um País subordinado, em que o Presidente tem que imitar o Presidente de outro País, no caso, o Presidente americano, a isso chama-se de uma espécie de subordinação na última instância. Numa situação como essa, numa situação como a que estamos vivendo no Brasil, com o problema de garantir os recursos necessários para a Educação Infantil, para a Educação Básica, para a Universidade, isso está, irremediavelmente, ligado ao problema do modelo, que é o nosso grande problema. Se não alterarmos, do ponto de vista político, o Governo vai dizer que está tudo bem, vai dizer que está às mil maravilhas.

Então, se não alterarmos o curso desse modelo, não tem como você garantir que para cá, venham os recursos que possam resolver a questão da Educação, só muita luta do povo brasileiro, de forma entrincheirada no Brasil, para que possamos garantir aquilo que é de direito da sociedade. Quer dizer, se estabelecem metas inflacionárias, isso o Governo sabe fazer muito bem, mas metas de analfabetismo não são; metas de formação de pesquisador e cientista não são; metas que possam garantir que os professores sejam contratados por concurso público; metas para derrubar a mortalidade infantil e garantir que se tenha uma saúde adequada, porque, embora seja questionável se estabelecer num País como o nosso, metas sociais, não é questionável se estabelecer as metas econômicas, mesmo que para isso você tenha que liquidar com o social, que é isso que eles estão fazendo no nosso Brasil.

Então, temos que alterar esse modelo, e termos metas sociais. Quantos anos leva para isso? Vamos estabelecer e perseguir esse objetivo, como Nação, como um País que se respeita, e que não convoca Deputados e Senadores para discutir a crise dos outros, só porque foi convocado lá nos Estados Unidos! Convoquem o Congresso Nacional para discutir por que foram vetados, no Plano Nacional de Educação, a garantia dos recursos, para que o tal plano de 10 anos possa ter alguma serventia, e esse é o objetivo central de um País que se respeita.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PPS): Houve uma pergunta de uma pessoa, que não me lembro quem foi, que perguntou para onde vão os recursos das taxas que se paga nas Universidades, e eu digo para esta pessoa, que as taxas vão para o Erário, e depois são devolvidas, via Orçamento.

Pergunta nº 05³³: Entendo que os problemas da Educação no Brasil, foram diagnosticados ou estão sendo diagnosticados. E várias são as propostas de soluções. O que pergunto à Mesa, é

³³ Sr. Luiz Antônio Barbosa.

como aplicar essas propostas de soluções, numa sociedade que, justamente, por falta de Educação, torna-se passiva, e onde muitas entidades sindicais, organizações estudantis e associações ligadas à área de Educação, estão manietadas pelo regime opressor de Fernando “Hitler”, em nível federal, e a Tasso Jereissati, em nível estadual?

Pergunta nº 06³⁴: Quero manifestar o meu protesto à política do Governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente considerando o fato que temos 1,7 milhões de pessoas, cuja renda é superior à de 85 milhões de brasileiros. Então, pergunto: qual é o destino, qual é a visão que o Governo tem, quando coloca, diante da sociedade, o provão, a Bolsa-Escola, a Alfabetização Solidária, enquanto vemos o número de pessoas que estão fora da escola, evadindo-se dela? E o resultado disso, é que, também, os professores estão sendo desconsiderados, no papel de educadores.

Então, considero que neste País, Educação não é prioridade, e temos que quebrar o modelo de uma política extremamente radical contra o educador, e levantar a nossa voz em defesa daquilo que temos de maior valor: a própria Educação.

Pergunta nº 07³⁵: Na qualidade de um professor vinculado a um programa de Pós-Graduação, sinto-me citado na fala do Professor José Vitorino, e gostaria de exercer o meu direito de resposta.

Durante a fala do Professor José Vitorino, acredito que ele nos apresentou uma concepção de pesquisa e de pesquisador, que talvez, no meu entendimento, ele tenha se excedido, ao dizer que esta é a concepção de todos da Universidade. Gostaria de dizer que existe um contingente enorme na Universidade Federal do Ceará que não pactua com este modelo de pesquisa e modelo de pesquisador, apresentado pelo Professor José Vitorino, e precisamente por isso, estamos em greve neste momento!

³⁴ Sr. Pio Barbosa.

³⁵ Sr. Idevaldo Bodião.

SR. JOSÉ VITORINO: Não sei onde fiz a concepção de pesquisa, claro que tenho a concepção de pesquisa, mas na minha exposição, não sei onde disse essa concepção que foi citada. Falei apenas no que a FUNCAP financia, dentro dessa concepção.

Pergunta n° 07 (continuação)³⁶: Está gravado, o senhor disse que todo mundo tem uma concepção de pesquisa, com a qual nós devemos ganhar dinheiro com a pesquisa, e esta não é a minha concepção!

SR. JOSÉ VITORINO: Gostaria de encerrar, porque ele não está sendo concreto, está apenas levantando um problema, e não está dizendo qual é essa concepção que falei. Se ele disser, poderei falar.

SR. DEPUTADO MAURO FILHO (PPS): Quero só agradecer, mais uma vez, ao convite do Deputado Chico Lopes, que dá uma contribuição enorme para esta Casa, para o Estado do Ceará, e realmente, tem sido uma participação bastante intensa de todos vocês, e espero ter colaborado com os demais debatedores. Obrigado.

SR. DEPUTADO FEDERAL INÁCIO ARRUDA (PCdoB): Quero agradecer, também, a essa grande iniciativa do Deputado Chico Lopes, à aceitação por unanimidade da Casa, do seu Presidente, Deputado Wellington Landim, que tem aberto as portas da Assembléia Legislativa, para que o debate vivo, possa ocorrer, e à minha expectativa de que mantenha-se, com muita firmeza, a bandeira da Educação, nas ruas do nosso Estado, bem hasteada e em pé de guerra. Se eles querem guerra lá do outro lado do mundo, na base da retaliação, nós queremos guerra em defesa da Educação! Muito obrigado.

SR. JOSÉ VITORINO: Quero agradecer o convite à FUNCAP, e reafirmar aqui, que me contive ao tema da Mesa Redonda, às alternativas e ampliação de recursos financeiros para a Educação Básica e Superior. Eu não falei sobre a teoria da

³⁶ Sr. Idevaldo Bodião.

pesquisa, embora tenha condição de falar sobre isso, porque sou formado, além da área de Geologia, sou Doutor na área de Geologia, e tenho uma formação filosófica. Não fujo ao debate, só que este não é o ambiente para debates nesse sentido.

SR. WALTER GARCIA: Obrigado, Professor Joan Edesson, quero também me associar a essa homenagem ao Deputado Chico Lopes, pela feliz idéia de tomar esta iniciativa; aos meus colegas da Mesa, que foram bastante benevolentes, e saio, realmente, satisfeito com este debate, pois acho que debates como estes, ampliam os espaços da Educação, sobretudo com a presença desses colegas professores, estudantes e lideranças comunitárias, que acreditam na Educação, como um instrumento de promoção da cidadania e da transformação social.

Mais uma vez, muito obrigado por esta chance de estar aqui com vocês. E como o Moderador da Mesa afirmou, com essas palavras encerro esta reunião.

DIA 15.09.2001 - MANHÃ

**PAINEL EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO
CEARÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES**

PRESIDÊNCIA: DEPUTADO ESTADUAL CHICO LOPES (PCdoB).

MODERADORA: Professora ZULEIDE QUEIROZ (URCA)

CONFERENCISTA: Professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da UNB (Universidade Nacional de Brasília), e presidente do ANDES – Sindicato Nacional.

DEBATEDORES: Professor Mauro Oliveira, diretor do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará) - Ce; Professora Maria do Socorro Osterne, Pró-Reitora de Planejamento da UECE; Deputado Estadual Paulo Linhares (PSDB), presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e Paulo Vinícius Júnior, representando a UNE (União Nacional dos Estudantes) - Ce.

Nesta manhã começamos discutindo um dos níveis da educação no Brasil, que assim como a educação infantil e o ensino médio, por consequência de uma política educacional localizada e intencional, dirigida pelo Banco Mundial, não tem recursos para a sua manutenção e sustentação. Então, falaremos, agora pela manhã, da Educação Superior. Nesse sentido, gostaria de anunciar a nossa Mesa, dizendo que a intenção maior desse trabalho será fortalecer o movimento das universidades federais, que nesse momento se encontram em greve, bem como discutir a possibilidade da unificação dessa luta com as três universidades estaduais, que no nosso entender, estão em pior situação que as universidades federais. Assim, as resistências que acontecem nas três universidades estaduais, muitas vezes são isoladas, entre os

próprios estudantes e professores dessas universidades, e não tomamos conhecimento, como é o caso do movimento dos alunos da UECE (Universidade Estadual do Ceará) e do movimento dos professores substitutos da URCA. Eu gostaria de parabenizar o gabinete do Deputado Chico Lopes, através dos seus técnicos, que incentivaram a nossa participação nesse encontro. A Universidade Regional do Cariri, aqui representada por 43 alunos, no dia de nossa chegada aqui em Fortaleza, não tínhamos alimentação e nem combustível para retornar ao Crato: graças ao apoio do pessoal do gabinete do Deputado Chico Lopes, nós conseguimos ficar no local do evento. (...) Então, com a palavra o Professor Roberto Leher.

Professor ROBERTO LEHER: Bom-dia a todos. É uma enorme satisfação estar com todos vocês. A ANDES está passando, nesse momento, por um enfrentamento muito difícil, mas apesar desse enfrentamento hoje estar mais agudo no setor das universidades federais, seguramente é o mesmo enfrentamento que está presente em todos os cantos do País. Em outras palavras, a luta das universidades estaduais do Ceará é essencialmente a mesma luta das universidades federais, guardadas, obviamente, as especificidades históricas, mas essencialmente é a mesma luta, assim como é a mesma luta dos nossos companheiros que vão iniciar uma greve no Estado do Paraná. As universidades estaduais do Paraná vão entrar em greve, assim como provavelmente as universidades estaduais da Bahia entrarão em greve ainda em outubro.

Inicialmente eu gostaria de saudar as entidades que promoveram este fórum, que viabilizaram este fórum, que nesse momento, obviamente, está muito atual, os temas são muito candentes, são muito importantes, e a realização desse fórum seguramente é um marco importante na luta em defesa das universidades públicas. Então, a participação de todos os companheiros e companheiras que estão viabilizando este fórum, obviamente é muito importante, assim como é importante a

participação daqueles companheiros e companheiras estudantes que estão vindo a este fórum. É um gesto político, organizar um fórum e participar do fórum, enfim, é um ato importante de afirmação política de um processo.

Vou tentar fazer algumas pontuações sobre as tendências do ensino superior brasileiro, para depois tentarmos analisar a situação mais específica aqui das universidades estaduais. Se pensarmos, em linhas gerais, no nosso sistema universitário brasileiro, que a rigor talvez nem pudéssemos usar a expressão “*sistema*”, porque ele não tem essa organicidade, mas enfim, se pensarmos nas universidades brasileiras, vamos ver que algumas tendências são importantes, que algumas variáveis são importantes para a nossa análise, e a primeira delas, que eu acho que nós nunca poderemos perder de vista, é que nós temos universidades muito jovens. No Século XVII, na América Latina já existiam 12 instituições universitárias, e no Brasil só vamos ter universidade, no sentido próprio do termo, no Século XX. A rigor, a primeira universidade propriamente dita é a Universidade de São Paulo, que é de 1934. Aqui do lado, na Argentina, a Universidade de Córdoba existe desde 1620, 1630, aproximadamente. Então, observem que a nossa história, que a nossa formação social tem uma especificidade, em relação à América Latina: o Brasil é o último país da América Latina, a ter um sistema, ou a ter pelo menos universidades, e isso é um dado muito importante para a nossa análise.

A segunda característica da universidade brasileira, que é muito importante, é que ela está entre as mais privatizadas do mundo. O Brasil está talvez entre os 10 países, ou pouco mais que isso, onde as universidades são mais privatizadas. A tendência, no Brasil, foi oposta à tendência da maior parte dos países do mundo. Se pensarmos, por exemplo, nos Estados Unidos, que em geral são utilizados como um exemplo de que o mercado resolve todas as esferas da vida, são utilizados como um exemplo onde a livre iniciativa venceu, veremos que o espírito do capitalismo esteve

presente. Nos anos 40, metade das universidades dos Estados Unidos eram universidades privadas, e mesmo após uma série de Governos que tiveram a postura liberal muito acentuada, vamos chegar, na década de 90, com apenas 22% das instituições universitárias privadas, nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, nos anos 40, praticamente 80% da oferta do ensino era público, e hoje nós temos quase que o inverso, nós temos praticamente 70% da oferta do ensino superior, no setor privado. Nos Estados Unidos a tendência foi oposta, eles passaram de 50% do setor privado, para 22%, e nós passamos de 25%, nos anos 40, para 70% na área privada. Então, esse é um traço muito acentuado da história e do percurso das instituições de ensino superior no País e, obviamente, esse processo de privatização muito acentuado vai ter rebatimento nas universidades públicas, que sofreram e ainda sofrem uma pressão brutal no processo privatizante, e nisso nós vamos falar um pouco, mais adiante.

O terceiro ponto que me parece muito significativo para a nossa análise, é que as nossas universidades são para poucos. Atualmente nós temos 10% dos jovens entre 18 e 25 anos, no ensino superior, não é na universidade, é no ensino superior de uma forma geral, e essa taxa de 10% é muito mais baixa do que na Argentina, do que no Uruguai, do que em Portugal e do que em países que têm um desenvolvimento econômico semelhante, ou até inferior ao do nosso País. De fato a universidade brasileira é para poucos, e se tomarmos como referência, um conceito mais próprio de universidade, vamos ver que a rigor, poucos estão em universidades.

Finalmente, tem um outro traço, que é muito importante: apesar disso tudo, apesar das marcas históricas, claramente se percebe que a universidade não está presente na tradição educacional brasileira, a universidade não está presente enquanto projeto das classes dominantes, nem no Século XIX, como aconteceu em vários outros países. E nós temos uma universidade de alta qualidade, eu não tenho dúvida em afirmar que a

universidade brasileira, com todas as suas mazelas e dificuldades, o que, de certa forma, é um paradoxo, ela é uma instituição de alta qualidade. Nós temos um sistema universitário que hoje permite um estudante sair aqui da universidade do Estado, e ir estudar em uma universidade do Primeiro Mundo, e fazer o seu curso de mestrado, ou de doutorado, enfim, ele tem condições de ter interlocução com as áreas mais avançadas de conhecimentos. E isso é verdade praticamente em todas as áreas, mesmo em áreas onde a questão dos equipamentos, onde a questão dos investimentos na técnica da pesquisa é muito importante, e nós temos pouco desenvolvimento técnico na pesquisa, mais ainda assim, a formação teórica dos nossos estudantes tem assegurado condições de um intercâmbio com as ciências mundiais de ponta.

Em outras palavras, mesmo na área da Física, nós não temos um acelerador de partículas nem semelhante ao que existe na Europa e nos Estados Unidos, e o acelerador de partículas é fundamental para estudar matéria subatômica, então os nossos doutorandos vão para os centros de pesquisas mais avançados, e em poucos meses eles estão absolutamente integrados, e fazem bons trabalhos, e muitas vezes fazem tão bons trabalhos, que há uma pressão forte para que eles fiquem lá, e não voltem mais para o nosso País. Esse elemento é fundamental, para não perdermos de vista que existe uma construção feita, não tanto pelo Estado, mas muito mais pelos próprios professores, pelos próprios estudantes, que tem feito diferenças muito acentuadas, que tem feito diferenças muito importantes.

Essas tendências gerais, essas características gerais do nosso sistema, das nossas universidades, sofreram modificações muito importantes, sobretudo no final dos anos 80, início da década de 90, e isso ficou muito perceptivo, ainda que, pelo menos desde o início dos anos 80, mudanças já vinham sendo feitas no sistema de ensino superior, que produziram conseqüências, na minha avaliação, muito negativas. Essas

tendências que estão em curso, essencialmente decorrem de uma situação que vocês conhecem seguramente, e que é chamada, genericamente, de “*Políticas do Consenso de Washington*”. Pelo menos desde a década de 80 que nós temos reformas que vão acontecendo no País, e no primeiro momento nós ainda não caracterizamos essas reformas como reformas propriamente neoliberais, mas pelo menos desde 1982 a América Latina vem incorporando e vem se submetendo a uma série de medidas de políticas econômicas, e não só de política econômica, mas de concepção de Estado, que vão marcando muito acentuadamente o Estado, em todos os países da América Latina.

Particularmente nós temos como referência importante de data, o ano de 1982, quando com a chamada “*Crise da Dívida*”, os países da região foram obrigados a fazer acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com o Banco Mundial, e no momento desses acordos com o FMI e com o Banco Mundial, para a renegociação da dívida de 1982, os países latino-americanos acertaram como condicionalidade, essa expressão é muito importante, acertaram como condição para que o Banco Mundial e o FMI dessem o aval para a renegociação da dívida, uma carta geral de programas, que ficou conhecida como “*Políticas de Ajuste Estrutural*”. Essas Políticas de Ajuste Estrutural aconteceram também no Brasil, mas no Brasil tinha uma especificidade nesse período da década de 80, porque era o momento em que as classes populares, em que os movimentos sociais estavam em um processo de afirmação política, estavam em um processo de organização, era o momento em que se formava a Central Única dos Trabalhadores (CUT), era o momento em que nós tivemos as “*Diretas Já*”, onde houve uma mobilização de massa, talvez a maior da América Latina, em toda a história da América Latina, onde tivemos mobilizações com mais de 1 milhão de pessoas, e toda essa efervescência política colocou o Brasil, de certa forma, em descompasso com os outros países da região. Então, chegamos no final da década de 80,

precisamente em 1988, com uma Constituição que não era uma Constituição assentada na ideologia neoliberal, diferente do que estava acontecendo no Chile, na Argentina, e mesmo no México. O diferente desses países é que no Brasil nós chegamos, em 1988, com uma política social, pelo menos em termos de concepção, muito mais avançada e muito diferente do que seriam as políticas neoliberais.

Em 1989, esse marcador é importante, tivemos a famosa reunião do Consenso de Washington, onde o Brasil foi representado por 3 personagens, que explicam muito que tipo de coalizão de classe já estava no poder naquele período. O Brasil foi representado, na época, por um cidadão chamado Luís Carlos Bresser Pereira, que depois veio a ser Ministro da Fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi um dos operadores da reforma do Estado. O segundo personagem era Marcílio Marques Moreira, que veio a ser Ministro da Fazenda de Collor de Mello, e o terceiro era Pedro Malan, que também dispensa apresentações.

Reparem que quando o País foi convidado a participar dessa articulação política chamada Consenso de Washington, a representação brasileira já incorporou esses personagens, portanto, muita gente pensa que há descontinuidade entre a Nova República e o Governo Fernando Henrique Cardoso, e se analisarmos a composição de classe que está presente nessas coalizões de poder, vamos ver que fundamentalmente não houve ruptura da Nova República com o período neoliberal mais marcado, que é o período Collor de Mello/Fernando Henrique Cardoso. Essas políticas estavam em gestação no período da Nova República, e não casualmente essas pessoas se apresentaram ao País.

Por que estou falando do *Consenso de Washington*? Porque essa política que foi encaminhada no Governo Collor de Mello, de maneira forte, é a política que redefine, de maneira profunda, o Estado, e aqui vamos ter uma mudança muito forte,

em relação à perspectiva de construção de uma universidade pública no País.

O final da década de 80 marcou um período de descontinuidade, em relação ao ensino superior brasileiro. Foi o momento em que, isso fica claro no período Fernando Henrique Cardoso, foi o momento em que conceitualmente o Estado foi repensado, e na formulação de Bresser Pereira, que foi o Ministro que fez a reforma do Estado, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e essa reforma não foi somente no âmbito federal, ela teve rebatimento imediato nos Estados, Bresser Pereira disse que o Estado devia redefinir suas atividades, e ele definiu 2 blocos que são características típicas desse Estado: o primeiro bloco foi o óbvio, foi o grupo dirigente do Estado: o Presidente da República, a alta burocracia, o alto Ministério, a assessoria superior, o Supremo Tribunal. Paradoxalmente nós tínhamos uma situação exótica, porque Bresser Pereira disse que entre as atividades dirigentes do Estado, não estava o Parlamento, é importante observar isso, e não ocasionalmente o Parlamento, no período neoliberal, foi tão frágil, porque Bresser Pereira colocou isso muito claramente. Há atividades que Bresser Pereira caracterizou como atividades exclusivas do Estado, que é a repressão, o uso da força, o uso legítimo da força, ou seja, são as atividades das Forças Armadas, da Polícia e do Judiciário, ligadas à repressão, e também a atividade de arrecadação de impostos, que só o Estado pode fazer. Essas seriam as atividades próprias do Estado.

Há, também, todo um conjunto de atividades que Bresser Pereira chamou de atividades não exclusivas do Estado, as competitivas. O que significa competitivas? São atividades que o mercado é quem vai escolher qual a melhor forma de organização. E ele colocou como serviço, e é importante destacarmos a palavra “*serviço*”, ele colocou “*serviço não exclusivo do Estado*”, e competitivo, e ele deu como exemplo de um serviço não exclusivo do Estado, e competitivo, as

universidades, e essa concepção teve uma repercussão muito forte na política do ensino superior brasileiro.

É importante registrar também essa primeira geração de reformas neoliberais, que vêm desde a década de 80, e que eu usei como marcador temporal, a Crise da Dívida de 1982, e que vai até 1996, 1997, dependendo do marcador que queiramos utilizar. Essas reformas que chamamos de Reformas de Ajuste Estrutural, vão levar inclusive à mudança da Constituição brasileira. Não é uma mudança de superfície, é uma mudança, de fato, estrutural. Então, toda a reforma foi feita, inclusive a própria Constituição Federal foi modificada naqueles aspectos que para o capital são imprescindíveis, e um deles é a questão da desregulamentação dos direitos do trabalho, que vamos ver isso, muito fortemente, na política do Ensino Superior, no final da década de 90.

Com relação a desregulamentação dos direitos do trabalho, só em relação à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), há mais de 50 medidas, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que flexibilizam o trabalho. E uma outra dimensão importante é a mudança do trabalho no setor público, que a mudança na Emenda Constitucional n.º 19 modifica a fundo, porque com todo o trabalho, com toda a construção política feita nos anos 80, no período de resistência, nos avanços dos movimentos populares no Brasil, vamos ter uma perda aí.

No setor público, qual foi uma das conquistas mais fortes na Constituição de 1988? Foi fundamentalmente a conquista do Regime Jurídico Único. A conquista do Regime Jurídico Único assegurou princípios básicos da nossa condição de servidores dos direitos da cidadania, ou seja, nós deixamos de ser empregados de alguém, para ser funcionários, ou seja, ser servidores do Estado, mas não de um governante especificamente, nós somos servidores do Estado, temos estabilidade, temos aposentadoria integral, porque isso decorre de uma arrecadação que nós fazemos, que dá conta do pagamento dessa aposentadoria integral, e fundamentalmente nós adquirimos a estabilidade, o que, no

Estado, não é pouca coisa. E como todos nós sabemos que o Estado brasileiro é um Estado patrimonialista, ou seja, é um Estado que tem chefes, a conquista da estabilidade, eu diria que é uma conquista republicana. Com a Emenda Constitucional n.º 19, pode ser possível novamente a coexistência no Estado, do funcionário que não tem estabilidade, com os funcionários celetistas e com os funcionários que são servidores públicos. Mas segundo o Plano Diretor da Reforma do Estado, apenas aquelas atividades típicas do Estado, que eu falei naqueles dois primeiros blocos, podem ter a estabilidade, todas as outras atividades devem ser, segundo o Plano Diretor da Reforma do Estado, uma atividade que o mercado regula.

Concomitantemente a essas reformas que estão sendo feitas, vamos ter também, na década de 90, uma mudança de orientação da política educacional. E qual é essa mudança? Vou citar dois exemplos que são falas do Presidente da República e do Ministro da Educação, que creio que expressam, de forma muito clara e muito contundente, a política educacional que está em curso. A primeira dessas falas é do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, que diz, numa entrevista, que o seu Governo tem duas prioridades educacionais: a primeira é o ensino elementar, na verdade ele utilizou a expressão “*ensino primário*”, e que ontem, no debate na Rádio FM Universitária, eu dava exemplo, para fazer referência do que ele chama de educação primária: eu diria que é a educação das primeiras letras, que existia no Império, ou seja, não é uma educação para todos, é uma educação muito degradada, muito superficial. E a segunda prioridade, segundo as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é frear o crescimento das universidades federais.

A segunda fala, que eu acho que capta bem esse sentido geral da política hoje em curso, é feita pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, que afirma o seguinte: “*Sob o ponto de vista econômico, seria muito mais racional terceirizar a formação no País.*” É fazer como na Coréia, ou seja, se eu preciso ter técnicos

em determinada área, seria mais racional eu pagar essas pessoas para estudarem em outros países. E ele diz o seguinte: *“A idéia de que o País deve ter um desenvolvimento científico - tecnológico próprio, é uma idéia dos anos 50, que não cabe mais na modernidade, porque hoje o conhecimento está disponível no mercado.”* Quer dizer, se eu precisar de um determinado conhecimento, eu compro esse conhecimento, e é muito mais barato eu comprar do que eu desenvolver uma tecnologia própria. Então, claramente nós temos uma política que é antiuniversitária, no País.

Em relação às universidades estaduais, vou tentar fazer uma conexão com as universidades federais. Qual é a perspectiva das universidades estaduais, nesse processo todo? Bom, as universidades federais se beneficiaram de um processo onde o Estado entendia que a universidade era necessária no País. Particularmente essa política está presente, digamos, do segundo Governo de Getúlio Vargas até, com muitas contradições, os Governos militares, sobretudo o Governo Ernesto Geisel. Esse período que vai de Getúlio Vargas até Ernesto Geisel foi o período onde as universidades federais foram formadas. Fundamentalmente, nesse período que vai de Getúlio Vargas até Juscelino Kubitschek foi o momento onde quase todos as universidades federais do País foram formadas.

Como foi que as universidades federais foram formadas? Vocês conhecem bem, porque seguramente vocês conhecem essa situação. As universidades federais foram formadas a partir de escolas isoladas, escolas estaduais ou escolas privadas, que foram agregadas pelo Estado. Eram instituições separadas espacialmente, e com o processo de federalização, quer dizer, quando o Governo disse que tais e tais escolas formariam a Universidade Federal do Estado X, não apenas ele agregou esse conjunto de instituições de naturezas diferentes, algumas privadas, algumas estaduais, algumas federais, na mesma instituição, na Universidade Federal, mas fez mais, colocou espacialmente, ou

agregou espacialmente, essas instituições, e houve a construção de prédios, houve a construção de cidades universitárias. Então, as universidades federais se formaram por justaposição de instituições preexistentes, e isso levou a uma situação de heterogeneidade brutal, mas a história nos mostra que com essa heterogeneidade nós podemos construir, historicamente, no processo político, condições para que ela assuma um perfil institucional universitário.

Concretamente nós tínhamos trabalhadores que eram funcionários estaduais, e tínhamos trabalhadores que eram funcionários privados, e no processo de construção das universidades federais nós chegamos, em 1987, com o Plano Único de Cargos e Remuneração de Salários, onde todos os professores passaram a ter a mesma carreira e os mesmos direitos, segundo a titulação. Esse processo ganhou força no Governo militar, com a concepção conservadora, e é importante pontuar que é uma concepção conservadora da universidade, de que a universidade deveria estar atrelada ao Projeto Nacional Desenvolvimentista, no período do Juscelino Kubitschek, mas é no período do Governo militar, no processo de modernização conservadora, onde vamos ter o surgimento da pós-graduação, então, com a pós-graduação essas instituições federais se afirmaram. Já as universidades estaduais vivem um processo diferente, porque temporalmente foram formadas depois. A maior parte das universidades estaduais foram formadas já no momento em que o Estado não viu mais a universidade como estratégia. Então, vamos ter exatamente o processo inverso, em vez de uma política de justaposição, de agregamento de instituições, dentro de uma mesma orientação e de construir parâmetros comuns, vamos ter o oposto, ou seja, as universidades estaduais hoje sofrem um processo de “balcanização”, ou seja, a pretexto da democratização do acesso, há a fragmentação espacial das universidades estaduais, e uma brutal diferenciação, em termos de carreira.

Daí que nós temos hoje, nas universidades federais, a mesma situação: uma política onde temos um grande contingente de trabalhadores que são professores temporários, com contratos por tempo determinado, ou seja, sem direitos e sem perspectiva de carreira, e temos uma política fortemente resistente às carreiras, dentro das instituições estaduais. Enfim, é dentro desse escopo, que temos que pensar na luta, e temos que ter como referência, como processo histórico mais imediato, a luta pela reunificação da carreira, e sobretudo por um amarramento institucional, para que essas universidades estaduais possam ter o mesmo processo de crescimento e de desenvolvimento que tiveram as universidades federais. Quer dizer, acho que esses são os principais desafios, hoje, e isso obviamente envolve uma luta contra essas políticas neoliberais que hoje estão em um processo de fragmentação, que estão induzindo à fragmentação e à diferenciação das nossas instituições universitárias. Obrigado.

Professor MAURO OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Quero saudar o Deputado Paulo Linhares; a Professora Maria do Socorro Osterne, da UECE; o Professor Roberto Leher, do ANDES; o nosso ex-aluno Paulo Roberto, e a nossa moderadora, a Professora Zuleide Queiroz. Quero saudar a representação feminina aqui presente, por sinal muito bem representada, na pessoa da nossa Professora Maria Luíza, aqui presente, e quero saudar os homens na pessoa do meu ex-Professor Chicão, já bastante aplaudido aqui neste Plenário.

Bom, gostaria de dividir o meu tempo, primeiro dando algumas informações que são pertinentes, no que dizem respeito à educação profissional, e que talvez não sejam do conhecimento de todos.

O CEFET, a antiga Escola Técnica, o casarão verde da Avenida 13 de Maio, na verdade é uma instituição quase centenária, é uma instituição que tem 92 anos, é mais antiga que a Universidade, é bom que se diga, e durante esses 92 anos o CEFET mudou de nome, começando com Escola de Aprendizés

de Artífices, e para surpresa de todos, na sua criação diziam que era para os deserdados da sorte, era essa a definição que tinha na época. Claro que essa mentalidade mudou, e ao mudar o nome de Escola de Aprendizes de Artífices para Escola Industrial, depois para Escola Técnica, e hoje para Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, cada vez que mudou de nome, agregou à sua missão, algo mais.

Desta feita a Escola Técnica, até então conhecida como uma referência no ensino técnico, também passou a ter nível superior. E não sei se é do conhecimento de todos, mas a educação de nível superior, de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes Básicas), pode ser feita pelo caminho universitário, que é o caminho tradicional, porque quando se fala em ensino superior, acho que em 95% dos casos se pensa no caminho da universidade, mas a educação de nível superior também pode ser feita pelo caminho da chamada educação profissional, bem definida no capítulo 3 da LDB. Nesse sentido, é importante dizer que o profissional que o CEFET forma não é o intermediário entre o técnico e o profissional universitário, na verdade são dois caminhos diferentes para a formação de um profissional. Eu me recordo que quando a Escola Técnica se transformou em CEFET, e nós chamamos toda a comunidade para comunicar o fato novo, de que a Escola Técnica agora também formaria nível superior, um aluno que estava na quadra, perguntou: *“Professor, é nível superior mesmo?”* E eu disse: é, rapaz! E ele perguntou: *“E se eu for preso, eu vou para uma cadeia especial?”* Aí eu disse: não que queríamos incentivá-lo a tal ato, mas segundo a Lei vigente, você também teria direito a uma cadeia especial.

O nosso modelo hoje é um modelo diferente. O CEFET tem o Ensino Médio e tem o Ensino Técnico. Nós temos, hoje, dois cursos de nível superior, que é o curso de Telemática e o curso de Mecatrônica, aqui em Fortaleza, e o curso de Automática na cidade de Juazeiro do Norte, e nós temos também em andamento, na cidade de Cedro, o curso de Automação Industrial.

O fato é que estamos, para o próximo ano, verticalizando as áreas de turismo, hotelaria e meio ambiente, que são as próximas a serem verticalizadas. A palavra verticalização é importante, porque ela traduz um pouco o modelo do CEFET.

No modelo do CEFET, o aluno faz o vestibular como se faz na Universidade, e dependendo do curso de três ou quatro anos, ao final ele recebe um diploma de nível superior em tecnologia: Tecnologia de Telemática ou Tecnologia de Mecatrônica. Não devemos confundir com uma experiência, talvez não de muito sucesso, que foi a Engenharia Operacional, porque esse sim, era o nível intermediário entre o nível superior e o nível técnico. No nosso caso não, nós fazemos esse esforço de explicar para a comunidade, que não é a quantidade de anos, três ou quatro anos, que na verdade qualifica a formação, mas o diferencial é que nessa caminhada de três, quatro anos, no meio do caminho, se o aluno, por qualquer razão, não puder continuar, ele pode sair com o diploma de técnico. Então, pode parecer estranho, porque é do desconhecimento da maioria das pessoas, o fato do CEFET ter esse modelo diferente, mas isso acontece porque nós temos esse modelo que permite. Repito, é uma formação de nível superior, em três ou quatro anos, dependendo do curso, e no meio do caminho, como nós temos uma equivalência, a parte inicial do curso coincide com a formação técnica, e ele tem essa opção, e esse tem se revelado, para os objetivos do CEFET, um modelo interessante.

Sem adentrar no mérito, porque esse modelo não é a essência, isso poderia ser uma palestra à parte, eu gostaria, então, de gastar os meus últimos 5 minutos, com a essência do debate, que são as ameaças. Então, o CEFET é uma instituição federal de ensino técnico e de ensino superior, e ela sofre os mesmos problemas estruturais que as universidades brasileiras sofrem, que eu não vou repetir aqui, porque é do conhecimento de todos: a questão salarial, a questão orçamentária...

Gostaria de pontuar que dentre essas ameaças, a que mais nos preocupa, e talvez até para ajudar no debate, diz respeito à qualidade do ensino. A instituição tem interesse em manter a sua qualidade de ensino, essa é a razão pela qual nós estamos inclusive aqui, e o CEFET possui hoje, um quadro de docentes privilegiado, de 60% de mestres e doutores, e a grande ameaça está aí, porque de um certo tempo para cá, como nós todos conhecemos a questão salarial em especial, nós temos perdido a presença desses professores na instituição.

Concordamos, a exemplo da universidade, que a qualidade do ensino superior depende da realização da pesquisa, e o que nós temos presenciado, o que temos constatado é que por razões, em especial por questões salariais, o nosso professor tem sido alvo das instituições privadas, que começam a atraí-lo de várias maneiras. Por exemplo, na área de telecomunicações, que é uma área altamente quente, no momento atual, todos os nossos professores já foram convidados a também “*darem a sua contribuição ao ensino privado*”.

Eu digo ameaça, na medida em que começamos a perder um pesquisador que teoricamente, na sua dedicação exclusiva, deveria estar dentro da instituição, deveria estar fazendo pesquisa, e de certo modo, ao criar esse ambiente de pesquisa, a exemplo do modelo universitário, deveria nos proporcionar uma qualidade de ensino.

O que o CEFET tem feito? Adentramos, então, numa questão polêmica, porque nós tínhamos dois caminhos: ficar observando esse afastamento do nosso pesquisador, atraído por cursos extras, atraído pelo mercado, que começa a atraí-lo no seu terceiro expediente, que às vezes se transforma também no seu segundo e terceiro expedientes. E chegamos a ter casos de professores em que o próprio mercado fazia com que ele desse a sua aula e se “*descompromissasse*”. E todos sabem que não é fácil dizermos para ele: “*olha, você tem um compromisso de 40 horas de dedicação exclusiva*”, porque esse não é um argumento

suficiente para convencer o colega, com esse salário que ele tem aí, para manter a família dele, e essa história toda que nós conhecemos. Então, o que o CEFET tem feito - eu reconheço que adentramos num ponto polêmico - é que enquanto brigamos por mecanismos como esse aqui, e por outros mecanismos lícitos, por uma melhoria salarial que possa nos ajudar a manter o nosso profissional na instituição, eu não digo que o CEFET resolveria o problema, mas de certo modo acabaria com a hipocrisia de fazer de conta que o seu professor não está fora do CEFET.

Então nós temos tentado, e talvez eu me arrependa de usar o termo “*institucionalizado*”, mas vou me arriscar, para poder ser mais explícito. Nós temos tentado fazer com que algumas ações que o nosso professor fazia fora da instituição, por razões que nós já explicamos, que ele fizesse com a cumplicidade da instituição. Isso é polêmico, porque de certo modo, na hora que ele deixa a sua pesquisa para ir para essa atividade extra, a qualidade do ensino diminui, a qualidade da missão diminui. Mas o CEFET entende que isso é uma ação pragmática, porque se ele já faz lá fora, achamos que ele fazendo com a cumplicidade da instituição, e aí, naturalmente, iniciamos uma polêmica, o teremos mais perto da instituição.

Eu, então, encerraria a minha participação nesses 10 minutos que me foram dados, dizendo que me preocupa muito a questão da permanência, de como manter bons profissionais que são responsáveis pela qualidade do ensino, em instituições, seja na universidade, seja no CEFET, com os salários que aí estão. Então, antes de finalizar, quero fazer uma espécie de defesa dessa decisão da instituição, porque é muito fácil dizer: “mas ele tem dedicação exclusiva, e ele tem que ficar lá”, é fácil dizer isso, mas na prática, não é fácil para um gestor, convencer alguém que está dizendo que não está dando para manter a família com aquele salário. E tem sido essa a ação do CEFET. Enquanto brigamos, como eu falei, por mecanismos mais tradicionais, contra os problemas que afligem, que já foram citados pelo Professor

Roberto Leher, o CEFET tenta um modelo, eu não vou dizer que é um modelo diferente, mas eu diria que outras instituições também fazem algo parecido, mas nós estamos tendo a coragem, a tranqüilidade de dizer que temos tentado institucionalizar, depois eu me arrependo desse termo, essa relação do professor, para aproximá-lo, enquanto não temos realmente os mecanismos ideais, que seriam salários justos, com uma política correta, em relação ao ensino superior.

O CEFET mantém-se, hoje, como uma instituição de qualidade, no entanto eu me sinto, na qualidade de gestor da instituição, com a obrigação de dizer que me fico extremamente preocupado com a manutenção dessa qualidade. É claro que ela atinge também os outros segmentos, que é o ensino técnico e o ensino médio, mas se não tivermos fatos novos, não sei até quando o CEFET, a exemplo das universidades, poderá manter essa qualidade de ensino, que até então tem caracterizado as instituições de ensino superior. Muito obrigado.

Professora MARIA DO SOCORRO OSTERNE: Bom-dia a todos. Quero, antes de iniciar a contagem do meu tempo, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Professor Roberto Leher, e cumprimentar todos os participantes desde fórum: professores, alunos, servidores, educadores, pessoas que estão discutindo essa questão, nesses dois dias e meio, e agradecer ao Fórum Interinstitucional Sobre Educação Pública no Estado do Ceará, à Assembléia Legislativa, através do gabinete do Deputado Chico Lopes, e à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, o convite que me foi formulado, para estar aqui, participando de um tema de uma importância tão grande, hoje, na realidade brasileira, que é a Educação Superior Pública no Estado do Ceará: Possibilidades e Limites.

A fala do Professor Roberto Leher foi extremamente importante, para que pudéssemos afunilar um pouco o tema, para a questão das possibilidades e dos limites na educação superior no Estado do Ceará. Ele fez uma análise estrutural e conjuntural da

situação do ensino superior público no Brasil, e essa reflexão que ele fez é um ato muito importante, porque não podemos dissociar esse tema, do próprio significado histórico, daquilo que se convencionou chamar “*A Reforma do Ensino Superior Brasileiro*”, que por sua vez vai alterar profundamente a autonomia das universidades públicas, porque por trás de toda essa temática tem uma questão que é fundamental, que é a questão da autonomia das universidades públicas, hoje, com certeza, um tema extremamente fecundo, para que nós possamos pensar nos limites e nas possibilidades do ensino superior público brasileiro, naturalmente, no qual se situa o ensino superior público do Estado do Ceará.

Mas para atender ao tema, quero pontuar pelo menos seis situações atuais complicadoras da vida universitária e das instituições públicas de ensino superior, nesse momento. A primeira situação, que é crucial, que é fundamental, é a questão do financiamento, é a questão do investimento, da crescente insuficiência de recursos financeiros para atender ao ensino superior público.

A segunda situação seria essa pressão por demanda de vagas no ensino de graduação, haja vista todo esse processo de reestruturação produtiva, o que se configura nessa realidade que o Ricardo Antunes chama de “*O Novo Mundo do Trabalho*”, essa exigência da especialização, essa especificidade que caracteriza hoje esse novo mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, que vem no bojo de toda essa conjuntura que foi trabalhada com tanta lógica, pelo Professor Roberto Leher. Então, para mim, esse foi um outro grande problema das universidades estaduais públicas, que ainda não podemos chamar de sistema estadual de ensino superior, apontando para a necessidade de programas de melhoria e de inovação do ensino de graduação. Quer dizer, há essa pressão pelo aumento do número de vagas, e ao mesmo tempo uma necessidade premente de programas de melhoria e de inovação do ensino de graduação nas universidades públicas.

E aqui eu abro um parêntese para uma autocrítica: é lógico que eu tenho como referência, a Universidade Estadual do Ceará, porque pertencço aos seus quadros, mas sei que é um problema das outras universidades do sistema estadual. As nossas universidades estão reagindo ainda muito vagarosamente, muito lentamente, por toda uma situação que caracteriza a sua própria natureza, nesse momento, à necessidade de um constante processo de revisão nos currículos dos cursos de graduação, para que os profissionais possam de fato dar conta dos imensos desafios que estão sendo colocados, esses imensos desafios nos quais estão imersas as populações brasileiras, nordestinas e cearense, e que decididamente, as área de conhecimento, todas elas, estão se tornando, progressivamente, devedoras.

A terceira situação, que eu acho que é muito significativa também, aliás eu acho que é um dos pontos que está doendo mais, que é uma das questões mais perversas, dentro das universidades, é a precarização da modalidade contratual dos nossos professores, apontando para a necessidade da implantação de uma política efetiva e de estratégias de admissão e de capacitação dos corpos docentes das universidades públicas.

A quarta situação seria a impossibilidade que nós estamos tendo, de implantação, de ampliação, de renovação e de uma satisfatória manutenção de toda a nossa infra-estrutura, de todos os nossos equipamentos, considerando a velocidade do desenvolvimento científico e tecnológico. As universidades não estão acompanhando essa contemporaneidade dos avanços tecnológicos e científicos, puxados pelo progresso da ciência. E para não detalhar muito essas questões, eu colocaria também, nessa questão da impossibilidade de ampliação e de otimização dos recursos, a questão da insuficiência, da defasagem, da não atualização de todo o nosso recurso, de todos os nossos acervos bibliográficos. Essa é uma outra questão importante.

A quinta situação seria o baixo investimento, seria a inexistência de um planejamento orçamentário e financeiro, no

planejamento das universidades, para atender a uma efetiva política de assistência estudantil. Essa também é uma questão importante. Nós temos um dado, a partir da última pesquisa que fizemos dentro da Universidade Estadual do Ceará, sobre o perfil sócio-econômico dos alunos da UECE, em que 68% do nosso alunato, considerando os alunos de graduação, pertencem às classes C, D e E, usando o critério da Abipemi, são alunos carentes: carentes de alimentação, de recursos, de espaço, de livros, e na verdade nós não temos nenhuma dotação orçamentária, nós não temos nenhum planejamento financeiro para fazer valer uma efetiva política de assistência estudantil.

E a sexta situação é um ponto muito significativo, haja vista o papel social das universidades. Nossas formas de articulação e de interação das universidades com a sociedade, em seus entornos, ainda são muito precárias, e as universidades não estão conseguindo de fato cumprir o seu papel social, enquanto universidades públicas, que é devolver para a população, aquilo que é investido nas universidades, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

E depois de levantar esses seis pontos, gostaria de voltar, para finalizar, à questão da autonomia, que oferece um pano de fundo para todas essas questões que eu levantei aqui. Então, o que percebemos, a partir dessa lógica que hoje preside a vida das universidades públicas? É que hoje a autonomia universitária não é a autonomia universal conquistada nas nossas Cartas Constitucionais federal e estadual, hoje essa autonomia universitária, na linguagem oficial do Governo Federal, se reduz à gestão de receitas e de despesas. Significa, de fato, que as universidades deverão ter autonomia, quando o Governo Federal apontar para essa necessidade da autonomia. É uma autonomia para captar recursos de outras fontes, e fazer parceria com empresas privadas, à proporção em que o Estado se retira da esfera do financiamento, exatamente fazendo a defesa, porque isso fica difícil para a população entender, porque o Estado faz o

discurso da autonomia, se retira da cena do financiamento, exatamente fazendo a defesa em nome da autonomia universitária, e na hora exata em que ele se torna um Estado avaliador; nunca se falou tanto em avaliação institucional universitária.

Quem hoje não conhece o Exame Nacional de Cursos, mas particularmente chamado de Provão, Provão que na verdade não tem avaliado de fato as nossas universidades? Então, o Estado se retira da cena do financiamento, se torna um Estado avaliador do desempenho das instituições públicas, as quais, diante das drásticas reduções orçamentárias e financeiras, começam a aparecer como ineficazes, como improdutivas, e a qualidade das universidades passa a ser medida como competência e excelência para atender as necessidades de modernização da economia e do desenvolvimento social.

E só para finalizar, me refiro a um artigo maravilhoso da Marilena Chiauí, muito conciso, mas extremamente profundo, que se chama "*Universidade Operacional*", no qual ela diz que hoje essa qualidade da universidade é medida por três critérios: *quanto é que uma universidade produz, em quanto tempo, e qual é o custo*, ao invés de perguntarmos o que de fato a universidade está produzindo, como é que ela está produzindo, para quem e para que ela está produzindo, e a quem está servindo, hoje, a produção das universidades.

Então, para concluir definitivamente, sabemos que não podemos pensar na idéia de universidade contemplativa, sem pressão de demanda, porque sabemos que isso é coisa do passado. A universidade não pode ser avaliada somente pela sua contribuição absoluta ao desenvolvimento da ciência, porque ela se tornaria uma instância contemplativa. Tampouco ela pode ser medida pelo papel que ela deverá ter no desenvolvimento do microambiente onde ela se situa.

E é importante colocar, dentro dessa questão da autonomia universitária, que toda formação profissional deverá situar-se para

além das necessidades capitalistas de mercado, ainda que as incorpore. Por quê? Porque uma formação profissional superior, embora ninguém vá se formar para ficar desempregado, é lógico que nós estamos e devemos ficar em sintonia com o mercado, mas ao mesmo tempo distanciado desse mercado, porque uma formação profissional superior vai muito mais além de atender ou estar a reboque de uma conjuntura de mercado.

Então, quero deixar essas reflexões, porque o meu tempo já estourou, mesmo que eu tenha reduzido drasticamente a minha fala, para que poderemos participar do debate. Muito obrigada.

SR. DEPUTADO ESTADUAL PAULO LINHARES (PSDB): Bom-dia. Inicialmente quero cumprimentar o Deputado Chico Lopes, por essa iniciativa. Eu, particularmente, como Presidente da Comissão de Educação e como Relator da Comissão Especial do Ensino Superior, estou preparando um relatório final, que pretende sugerir caminhos e possibilidades para a universidade no Estado do Ceará. Então, eu gostaria de fazer algumas reflexões, e dar um foco na questão do Ceará. Evidentemente que esse foco precisa levar em consideração a reflexão sobre a universidade, as chamadas “*quatro evoluções*”, pelas quais o mundo passa hoje. Há uma mudança muito grande nas ciências e nas tecnologias, há uma mudança muito grande na questão do financiamento das universidades, com o Estado, nas relações com o novo mundo de trabalho, que foi levando aqui pela professora, e com o mundo da aprendizagem dos saberes.

Há uma mudança muito grande na forma como aprendemos, com a velocidade da informação, hoje. Então, eu acho que essas quatro grandes evoluções impactaram e mudaram as universidades no mundo todo. Acho que a discussão se tornaria muito complexa, se fossemos evoluir aqui, no curto espaço de tempo, para analisar o impacto dessas quatro mudanças sobre a universidade. Especificamente, quero dar um foco na questão da quantificação, ou seja, nós temos uma população jovem ainda, e que precisa da taxa de escolarização bruta, ou seja, pegamos a

população que tem de 20 a 24 anos, e analisamos qual é a parte dessa população, que está na universidade. Esse é o indicador universal, para se avaliar o tamanho da universidade.

Para vocês terem uma idéia, vou só situar rapidamente: os países asiáticos têm 55% dessa população jovem, na universidade; os Estados Unidos têm 55%; a França tem 50%; a Inglaterra tem 48%; a Bolívia tem 23%; o México tem 15%, e o Brasil, hoje, tem 14,8%. Nós vamos chegar, então, à seguinte questão: nós temos, hoje, matriculados, numa população que tem de 20 a 24 anos, 14 milhões 408 mil 919 pessoas, esses são dados de 1998, mas podemos fazer uma progressão aí, de 2 anos, que não altera significativamente. No Nordeste nós temos a matrícula de 310 mil estudantes na universidade, para uma população de 4 milhões de pessoas de 20 a 24 anos, ou seja, retificando, no Brasil nós temos 2 milhões de estudantes matriculados, para uma população de 14 milhões 408 mil, e no Nordeste nós temos 310 mil estudantes matriculados, para uma população de 4 milhões, ou seja, nós temos uma taxa de 7,6% no Nordeste, uma das taxas mais baixas do mundo, nessa área.

Do ponto de vista da dependência administrativa, no caso do Estado do Ceará, a nossa população nessa faixa etária que precisa da universidade, era de 573 mil 855 pessoas, isso em 1998, e hoje nós estamos chegando na faixa de 600 mil estudantes, na faixa etária de 20 a 24 anos, e nós temos hoje, 8,6% dessa população, na universidade, ou seja, cerca de 50 mil alunos estão na universidade, quer dizer, é um pouco acima da taxa nordestina.

Então, o que se considera fundamental, hoje, é se pensar do ponto de vista do crescimento, e aí eu acho que é fundamental uma luta política para que tenhamos esse crescimento. Vou falar, especificamente, como é que penso em projetar esse crescimento, tendo em vista a participação das universidades estaduais, das universidades federais e das universidades privadas aqui no Ceará. Nós teríamos que pensar em 10 anos, isso é o mínimo que

considerou os grupos de estudos, porque precisamos atingir uma taxa de 30% dessa população na universidade. Estou incluindo cursos profissionais superiores, como o CEFET, etc. Então, precisaríamos crescer, no Ceará, em 10 anos, de 50 mil alunos para pelo menos 250 mil. Nós precisaríamos incorporar na universidade, no Ceará, em 10 anos, 200 mil vagas, incluindo aí o sistema federal, o sistema estadual e o sistema privado. Esse é um desafio inacreditável!

Agora vamos analisar do ponto de vista da dependência administrativa. A universidade pública estadual, no ano de 1999, no Ceará, tinha 23 mil 338 alunos; a universidade federal tinha 14 mil 172 alunos, e o sistema privado tinha 17 mil 499 alunos. Isso em 1999. De lá para cá deu uma puxada no sistema privado. Isso significa, eu estava fazendo um cálculo aqui, rápido, esses números ainda estão sendo elaborados pela Comissão, isso significa que nós temos cerca de 66% dos nossos universitários, na universidade estadual ou na universidade federal, no sistema público, hoje, e 34% no sistema privado. Acho que podemos dar um aumento aí, para uns 40%, nesses últimos 2 anos deve ter tido um aumento de 100% para o sistema privado. Então, estou trabalhando esses números com 60% dos universitários no sistema público com 40% no sistema privado.

Repetindo, hoje nós temos 24 mil alunos no sistema estadual, perto de 15 mil alunos no sistema federal, e atualizando, temos cerca de 20 mil alunos no sistema privado. Do ponto de vista de titulação acadêmica, temos 36% dos professores graduados; 31% especialistas; 17% mestres e 16% doutores. Segundo os mesmos dados, a relação aluno por docente em exercício, é a seguinte: a UECE tinha 14.567 alunos em 1999, a professora pode me corrigir, e 543 docentes, e a relação aluno/professor era de 26,8; a UVA (Universidade Vale do Acaraú) tinha 4130 alunos e 162 docentes, e a relação era de 25,5; a URCA tinha 4349 alunos e 121 docentes, e a relação era de 33,9; a UFC (Universidade Federal do Ceará) tinha 14.182 alunos

e 1558 docentes, e a relação era 9,1; a Unifor (Universidade de Fortaleza) tinha 14.864 alunos e 704 docentes, e a relação era 21,1.

Do ponto de vista financeiro, é fundamental destacar a relação gasto por aluno e por docente, em 1999. O orçamento executado da UECE era de R\$ 46.093.086,00; o número de alunos era 14.567; o custo por aluno era R\$ 3.164,00; eram 543 docentes em exercício, e a relação aluno/docente era de 26,8. O orçamento da UVA era de 7 milhões 552 mil; o número de alunos era 4130; o custo por aluno era R\$ 1.828,0; eram 162 docentes em exercício, e a relação aluno/docente era de 25,5. O orçamento executado da URCA era de R\$ 7.816.000,00; o número de alunos era de 4349; o custo por aluno era R\$ 1.797,00; eram 121 docentes em exercício, e a relação aluno/docente era de 33,9.

Basicamente, o que quero deixar aqui, como reflexão, é que temos que fazer um esforço político, já que esta é uma Casa política, para mantermos a relação de pelo menos 60% dos alunos na universidade pública. Isso aí já seria uma grande vitória, ou seja, seria manter o crescimento das universidades estaduais e federais, para mantermos uma proporção, porque sabemos que a universidade pública é mais democrática, e para mantermos todas as vantagens da universidade pública.

Portanto, a relação ideal seria manter um terço dos alunos nas universidades estadual, no caso aqui nós temos um percentual bem maior; seria manter um terço dos alunos na universidade federal, que seria um alívio nas contas do Estado, e um terço na área privada. Para atendermos a demanda que temos aí, vamos precisar, então, fazer com que a universidade estadual que nós temos aí, cresça três vezes mais, em 10 anos; a universidade federal, que não tem tido uma elasticidade grande, cresça também três vezes mais, deixando a demanda da área privada crescer naturalmente, porque ela já está crescendo sem precisarmos fazer esforço nenhum.

Só pontuando agora a questão do ponto de vista orçamentário, a Constituição Estadual reza que 5% do orçamento da educação devem ser destinados ao ensino superior. Nós temos aí, nesse momento, a Comissão de Finanças vai nos fornecer esses dados, temos uma divergência de leitura e de interpretação, mas há um consenso de que esse número só chega, hoje, a 3%, ou seja, dos 5% que reza a Constituição Estadual, o Estado está investindo apenas 3%. O ideal para começarmos uma luta política, é que fixássemos a meta do Estado de São Paulo, que é de 9% de investimento no ensino superior, para que pudéssemos ter uma condição de crescimento aí.

Portanto, acho que é um desafio político, independente do que possamos discutir aqui nos nossos desafios de qualidade, que acho que são imensos, e que passam pelas quatro evoluções que eu falei agora há pouco. Temos aí uma tarefa social importante, que é expor à sociedade, a importância de termos 30%, pelo menos, nos próximos dez anos, dessa nossa taxa de escolaridade de nível superior, e acabar com esse trauma que temos, que nos foi colocado nos últimos anos, de que temos que considerar que universidade é coisa de elite, e democratizar a universidade. Acho que temos dificuldade em pensar nesse crescimento muito grande da universidade.

E, finalmente, a necessidade de incorporarmos à universidade, esses grandes desafios das mudanças tecnológicas que impactam sobre esses novos saberes. Um grande problema apontado por Edgar Morin, que é um sábio respeitado, eu particularmente sou admirador do Edgar Morin, que preparou um relatório muito importante, para o Governo Francês, é a questão da especialização. Uma universidade que se torna cada vez mais formadora de especialistas que não têm a percepção do todo, que não têm a capacidade de leitura do todo, então, esses especialistas se tornam cada vez mais vazios, e como a especialização muda muito rapidamente, como muda rapidamente o objetivo de especialização do mercado, essa universidade dá um tipo de

aprendizado que rapidamente não valerá nada. Se calcula que o saber universitário que é dado hoje, num prazo de 15 anos ele não valerá nada, se ele não for repensado do ponto de vista de um conhecimento como um todo, e não nesse saber especializado.

Quero agradecer, e deixar aqui esses pontos, para reflexão.

SR. PAULO VINÍCIUS: Bom-dia. Quero saudar a Mesa, na pessoa da Professora Zuleide Queiroz, e dizer que o Professor Mauro Oliveira já foi meu professor, mas eu quero dizer da minha satisfação, porque estudei no Liceu do Ceará, e vi a precarização do Liceu, e lembro da minha emoção, quando estudei na Escola Técnica, e vi o ensino que se dava lá. Cheguei lá, e disse assim: *isso é o socialismo, meus Deus do Céu, que coisa mais linda!*”. E, lamentavelmente, temos visto a decadência das estruturas públicas, não da Escola Técnica em especial, porque acho inclusive que a Escola Técnica tem respondido muito, mas fico pensando que é um drama terrível para toda a comunidade universitária, para quem faz o serviço público federal, e inclusive para os administradores, o drama dessa defesa da nossa universidade.

Acho que outros ventos estão chegando agora, acho que o nosso caminho é de alegria, embora tenhamos que fazer algumas constatações. Primeiro temos que entender que no Ceará, quando falamos em Banco Mundial e em FMI, às vezes não conseguimos perceber as implicações disso, por exemplo, para o Estado do Ceará. O Ceará está no Nordeste, que está no Brasil, quer dizer, que está na periferia do Nordeste, que está na periferia do País, que é um País periférico nesse modelo excludente, mas isso não deve nos deprimir, isso deve realçar a importância da universidade pública, da necessidade de investimento, porque se isso é importante para São Paulo, para cá, para os cearenses, tem que ser fundamental, essa é que tem que ser a nossa conclusão, porque para nós, é imprescindível a universidade pública, e o investimento na universidade pública.

Devemos perceber também, três itens do caminho da década de 90, que o Professor Roberto Leher colocou muito bem, o primeiro é a expansão através do ensino privado; o segundo é um processo mais sutil de cooptação de parte da comunidade universitária, através do que chamamos de fundações, e através de medidas de privatização das universidades, e aí, na minha avaliação, é um processo de cooptação. E o terceiro item é a questão da precarização, e os três se misturam. Você permite que qualquer bodega bote o nome de Faculdade, você cria mecanismos que na verdade buscam diversas formas de complementação, precaríssimas, mas podem complementar pela via privada, pela prestação de serviço, pelos cursos especiais, e isso, na verdade, compõe um pacote, que é um pacote contrário à universidade pública.

Então, acho que precisamos dizer, particularmente na questão das fundações, que na Universidade de São Paulo USP existe uma grande luta agora, do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da USP, com o apoio da OEC de São Paulo, contrária à política das fundações, porque na verdade você tem, através dessa política, uma sutil e legitimada privatização da universidade, e uma submissão dela, a determinados grupos dentro das universidades, a determinados professores, e na verdade acaba acontecendo o contrário, quer dizer, às vezes as administrações, ou então os professores mais graduados, que poderiam estar somando em uma luta maior em defesa da universidade pública, às vezes são levados, pela precarização do serviço público, a defender coisas que não são as mais corretas. Não que haja nada de pessoal, mas porque você vai desvirtuando a natureza da universidade, na medida em que as fundações, por terem uma estrutura muito mais dinâmica, muito mais ligada às demandas do mercado, acabam sendo a prioridade do ensino, acabam ocupando muito mais espaço na visão dos professores que têm dedicação exclusiva, e que vão sendo envolvidos por uma estrutura que na verdade é uma estrutura de uma

universidade subordinada aos mecanismos do mercado, e afastada inclusive das demandas efetivamente sociais, porque demandas sociais e demandas de mercado não são necessariamente a mesma coisa, exceto na cabeça dos neoliberais, que pensam que são a mesma coisa, mas não são.

E a política da fundação acaba colocando isso, e acaba legitimando a retirada das verbas, porque aí você vai procurar tudo fora. Então, fora da universidade você consegue isso, e quando você fala em Banco Mundial, é porque ele diz isso claramente que quer diversificar as formas de financiamento. E aí dizemos que acontece também aqui no Estado do Ceará, e o exemplo mais claro que está colocado, é o exemplo da UVA e do Cetrede (Centro de Treinamento e Desenvolvimento) também. Há muitos cursos da Universidade Federal do Ceará, que caminham nesse sentido, não há tanta diferença, e quando você não tem essa política da fundação, você tem essa precarização total, você não tem política de assistência estudantil, você tem uma situação terrível para os professores, e você não consegue ampliar, e a universidade pública fez muito esforço.

É preciso dizer que a UVA é importantíssima, tem que ser defendida, assim como a UECE, como a UFC e como a URCA, inclusive pelo esforço que os seus profissionais que estão lutando lá, têm feito para manter a universidade. Agora, a defesa da universidade pública, meus amigos, tem que ser construída de maneira mais geral, não somente do ponto de vista de uma universidade lá numa região e outra aqui, mas no sentido de compreender que nós todos que compomos a comunidade das universidades do Estado do Ceará, temos que ter um projeto comum de defesa, temos que ter um projeto inclusive diante do Estado.

É preciso dizer também, que a situação fica pior ainda para os profissionais, na medida em que o sistema que já existe: você tem a UVA, a URCA, a UECE e a UFC, e você tem, ao lado disso, a construção dos Centecs (Centros Tecnológicos), quer

dizer, aí é um prejuízo tremendo, porque ao invés de ser feito um investimento maior nas universidades públicas, para você ter esse desenvolvimento na questão tecnológica, você cria uma instituição paralela, porque às vezes você tem uma universidade que tem uma maior tradição e um maior investimento, caindo os pedaços, e do lado você tem uma escola-modelo na frente, o que é uma coisa impressionante! Na verdade isso poderia acontecer por dentro, integrado.

Então persiste essa estrutura que não tem essa integração, que não acredito que sirva aos propósitos maiores do Estado, que é antidemocrática por essência, na medida em que faz parte de um projeto que não tem qualquer discussão com a sociedade, que não atende os interesses da sociedade civil organizada, quer dizer, que não é construída coletivamente, que não conta sequer com a participação da comunidade universitária, porque há amarras concretas à democracia, dentro das universidades, e o exemplo disso é a manutenção da estrutura de representação dos diferentes segmentos da universidade, nas decisões da universidade; é a falta de presença dos estudantes nas eleições tríplices para reitor; é a indicação, a pressão que o Governo do Estado faz, para poder garrotear politicamente as universidades, que são, na verdade, entraves para que essas mesmas universidades ampliem sua capacidade de modernização, de elaboração e de apontar outros rumos para o nosso Estado, e dar a resposta para a questão do ensino superior no nosso Estado.

Quero dizer também, que há possibilidade de reverter essa situação. Por exemplo, a UFC ampliou 70% do seu corpo docente, nos últimos 5 anos, ampliou 70% das vagas. Foi um esforço gigantesco, e a contrapartida do Governo Federal é praticamente nula. E aí você vê, hoje, a Universidade Federal do Ceará tendo que entrar na greve, porque é a ANDES que diz, não sou eu não: *“ou entra em greve, ou faz alguma coisa, ou fecha, porque você amplia as vagas, mas você não tem a devida contrapartida”*. Só de servidores da Universidade Federal do

Ceará, já saíram 600, nesses últimos anos, e professores, ninguém nem conta. Tem curso que tem apenas um professor titular, o restante são todos substitutos. Tem professor substituto, hoje, com 7 anos, nas universidades. Na UECE tem professor temporário com 7 anos, daqui a pouco ele se aposenta na temporalidade. Então, temos que democratizar o acesso, e temos sobretudo que dialogar com a sociedade, temos que dizer para o povo, que o futuro do nosso Estado está ligado umbilicalmente ao futuro da nossa universidade, é preciso comunicar isso!

Eu quero dizer aos pedagogos, aos professores e aos estudantes, que o nosso grande desafio, primeiro é um grande diagnóstico do Estado, da situação da universidade, é a integração das lutas das universidades públicas, no Estado, como uma luta do povo cearense, e temos, companheiros, que propor e apontar caminhos. Esse é o momento da virada, e só com a mobilização social e com as universidades se tornando sujeitas no processo, e abrindo democraticamente a discussão, inclusive com a participação dos estudantes, poderemos apontar um novo caminho para as universidades e para o nosso Estado, e o momento é agora. Obrigado.

DEBATE

Pergunta nº 01³⁷: Para as pessoas que me conhecem, é impossível uma intervenção de 1 minuto, mas quero aqui, primeiro parabenizando a iniciativa, ressaltar a seguinte questão: foi colocado aqui, tanto pelo Professor Roberto Leher como pelo Deputado Paulo Linhares, duas questões que a meu ver norteiam a nossa reflexão. Uma delas é: onde está se dando a produção científica, e em que parte do mundo? A outra é: nós sofremos uma revolução tecnológica de novo tipo no mundo, que significa, no eixo da crise, que o capitalismo está atravessando a submissão de todas as esferas da vida humana, ao capital, e isso o Professor Roberto Leher também ressaltou. Ou seja, hoje, quem define a política, no mundo, são os organismos internacionais. Portanto, as universidades, os Parlamentos e os Governos estão perdendo gradativamente a sua função na sociedade moderna, que ao ser definido o capital como o sujeito dessa sociedade, e todas as definições, em nível do mercado, sob o controle dos organismos internacionais, esvazia-se inclusive o conceito de Nação.

Então, se nós não temos Nação, se nós não temos Parlamento, se nós não temos universidade, e os dados são ilustrativos, eu pediria que se refletisse mais, sobre quais as questões que estão levando a isso. E hoje nós estamos engessados numa tática que precisamos examinar o que foi que aconteceu no mundo, mas estamos engessados para fortificar o desenvolvimento da indústria bélica, da indústria da guerra, a pedido do Fundo Monetário Internacional e do governo americano, e é uma aberração, o que estamos assistindo, nesse momento, e é por isso que quero pedir que reflitam sobre como fazer educação pública e de qualidade social, e como garantir a educação para a emancipação humana, se nós não destruímos esse modelo que está impedindo a juventude, porque é uma

³⁷ Sra. Maria Luíza Fontenele.

ditadura estranha, o que estamos assistindo, porque quem está dominando o mundo, não foi eleito para função nenhuma, são pessoas que estão a serviço do grande capital, para garantirem cada vez mais riqueza para os soberanos, e aqui no Ceará e no Brasil, somos, lamentavelmente, o berço desse modelo neoliberalizante de Tasso Jereissati. Então, é essa a explicação que temos que ver. Como vamos alterar isso? E aí eu dizia lá na assembléia dos professores, que estamos usando uma arma, que é a greve, uma arma poderosa, mas sem gatilho, porque, ou nós nos armamos na perspectiva de destruir esse sistema, ou nós vamos ser todos levados para a lata do lixo.

Pergunta nº 02³⁸: Bom-dia. A minha pergunta é dirigida ao Professor Roberto Leher: como o senhor analisa ou compreende essa situação da universidade pública, esse desaceleramento dos investimentos, em contraposição ao aumento de vagas das escolas públicas de ensino fundamental e de ensino médio, que não estão crescendo em qualidade? Há um inchaço de salas de aula, de alunos, de turmas aceleradas, e o que vai ser desses alunos, após o término do curso?

Pergunta nº 03³⁹: Quero fazer uma pergunta à Mesa. Falou-se, durante todo esse fórum, sobre projetos, sobre perspectivas, sobre a realidade, muitas vezes óbvia, para nós professores, alunos e pessoas que se comprometem com alguma mudança social. O que está acontecendo no mundo, está afetando todo mundo. Essa crise mundial, essa crise econômica, que vem, há muito tempo, degradando a sociedade, o conceito de solidariedade, e por aí vai, tudo isso, de certa forma está intrinsecamente ligado à educação.

Falou-se aqui, nas estatísticas. O Deputado Paulo Linhares tocou muito bem nesse aspecto, e acho maravilhoso trabalhar com estatística, porque vemos claramente, onde estão os problemas.

³⁸ Sra. Keline Farias.

³⁹ Sra. Elizabeth Gomes

Agora, falou-se: “*Vamos apresentar projetos.*”... Vamos fazer o que?

A Professora Maria Luíza Fontenele colocou que a greve está sendo utilizada, mas mal utilizada, pelo que entendi que ela quis dizer. Mal utilizada, por que? Porque bem ou mal, ela não está repercutindo quanto deveria. A educação, um dos pilares da sociedade, está corrompida, está comprometida, está degradada e desgastada, e nós sabemos disso, porque somos vítimas disso. Agora, o que fazer, daqui para frente? Porque só com discurso, e sair daqui, hoje, sendo o último dia, com essa consciência, às vezes realmente, e gostei até do termo do Paulo Vinícius, quando ele disse: “*deprime*”, claro que deprime! Você pode falar que o ensino superior não trabalha só para o mercado de trabalho, no entanto, como é que se separa a educação do mercado de trabalho? Hoje em dia nós temos que trabalhar com essa questão, é a realidade sim, mas também temos que trabalhar outra questão, que é desvincular conceitos que são pejorativos, e que os professores não devem valorizar. Cadê os projetos? Muitas vezes acompanhamos pessoas gritando, gritos isolados, que às vezes é muito complicado. Você chega, os alunos estão lá, lutando, e no entanto, no final, quando chega alguém no poder, se corrompe, transgride os valores, e cadê os projetos? Nós ficamos meio desacreditados, e acho que muitos dos professores que estão acampando lá na UFC, também estão assim. Fui assistir a uma assembléia deles, e vi que é triste, é triste, porque a revolta é grande, mas muitas vezes a coragem falta. Então, cadê o projeto? É isso que temos que trabalhar, e sair daqui com esse projeto.

SR. ROBERTO LEHER: A companheira Maria Luíza Fontenele levanta questões importantes, referentes à questão da produção do conhecimento, que também esteve presente na fala de vários companheiros aqui da Mesa, e eu analiso muito criticamente, a idéia de que estamos vivendo um período de revolução científica e tecnológica, e penso que não é exatamente isso que caracteriza o mundo da produção atual. Primeiro, acho

que temos que considerar, no que diz respeito à produção do conhecimento, que a rigor, não tem havido descontinuidade, não tem havido rupturas na produção do conhecimento tecnológico. Essencialmente, o que aconteceu com a produção do conhecimento tecnológico? Há uma concentração sim, do registo do conhecimento, e não tanto da produção de uma forma geral. Em outras palavras, o grande problema, hoje, não é a questão de que houve mudanças de referenciais científicos, o grande problema é que o conhecimento foi sendo subsumido ao processo capital, de maneira que hoje o conhecimento se transformou em uma mercadoria, o conhecimento, hoje, está registrado na forma de patentes, e aí sim, é que é o problema de fundo, que a Maria Luíza coloca. Hoje existem, no mundo, 3 milhões e meio de patentes, e desses 3 milhões e meio de patentes, apenas 1% está registrado nos países periféricos. Das 400 mil patentes que permitem agregação de valor às mercadorias, ou são patentes estratégicas, como os princípios ativos de medicamentos, etc., todas as 400 mil patentes pertencem, ou às grandes corporações, ou aos países do Grupo dos 7, esse é o problema de fundo.

Então, não é que existe uma defasagem de conhecimentos, não é esse o problema de fundo, o problema é a circulação do conhecimento como mercadoria. Nós não podemos produzir determinados conhecimentos, nós não podemos produzir medicamentos contra o HIV, porque já tem um registro de patente. O Instituto Osvaldo Cruz é capaz de produzir um medicamento contra o HIV, com algum tempo de pesquisa, com investimento, não é problema de defasagem tecnológica, o problema é que ele não pode fazer, porque esse conhecimento pertence aos grandes laboratórios, e nós estamos assinando acordos em que o reconhecimento da patente é absoluto. O País, hoje, está subordinado à questão do conhecimento, e não é por causa de uma defasagem tecnológica.

Finalmente, ainda gostaria de falar rapidamente, na questão da greve. Penso que essa greve, aí é uma questão da

Maria Luíza também, da Keline, da Elizabeth, eu acho que é mais da Elizabeth, essa greve assume um tom de radicalidade. Eu não tenho dúvidas de que, dado o fato de nós termos uma greve que é absolutamente nacional, porque temos a maior greve das instituições federais de ensino superior, nós temos greve, hoje, da Região Norte ao extremo sul do País, em todos os cantos, a greve está na ordem de 90%, no mínimo, ela está assumindo um tom de radicalidade, em que as questões de fundo, como o projeto da Nação, estão sendo colocadas. Agora, nós não vamos resolver esse embate a curto prazo, tão pouco vamos resolver em 2002. Quem está apostando todas as fichas em 2002, pode se surpreender. Nós temos que avançar o movimento popular, temos que avançar a organização, temos que avançar a construção de projetos, e temos projetos para a universidade brasileira, porém, esses projetos demandam ampla mobilização, forte presença pública, enfim, articulação de movimento, porque caso contrário, o que vai acontecer é que, independente do Governo que entrar, não vai haver a ruptura com a lógica da política do FMI e do Banco Mundial. Quer dizer, nós só romperemos com o FMI e com o Banco Mundial, com grandes mobilizações, com uma grande pressão popular. Sem isso, cai a lógica da governabilidade e, infelizmente, nós não mudaremos a fundo, a política em curso, da América Latina.

SR. DEPUTADO PAULO LINHARES (PSDB): Quero comentar a questão política da universidade do Ceará. Enfoco de novo a questão do Ceará, tendo em vista a seguinte questão: a própria universidade brasileira nasceu com a USP (Universidade de São Paulo), e a USP, como é que ela nasceu? Eu me lembro que eu estava lendo um livro sobre a história da USP, e falava que São Paulo foi derrotado na revolução constitucionalista, e um bocado de nordestinos atravessou São Paulo, com armas na mão, aí foi que nasceu a expressão “*cabeça chata*”, contra os cearenses. Os cearenses, armados, venceram a revolução de São Paulo, e criaram um sentimento de derrota para a elite paulista,

muito violento. Então a Família Mesquita se reuniu com a elite empresarial de São Paulo, e resolveram que eles tinham que fazer uma universidade que desse padrão para a elite paulista mostrar para o resto País como eles eram competentes, e que o resto do Brasil era um bando de cabeças-chatas. Tem o diálogo dos Mesquitas, que eram os proprietários do Estado de São Paulo, e descreve o nascimento, o dia que começou a USP, quando chamaram professores franceses, para fazerem uma universidade de padrão internacional, para mostrarem para essa cambada, o que São Paulo era capaz de fazer.

Ora, por que essa elite da USP - Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso, e Paulo Renato, Eunice Durant e agora Maria Helena - da Unicamp (Universidade de Campinas), por que essa elite agora resolveu sair da universidade? Todos eles eram professores da universidade, e agora, por que são tão anti universidade? Eu estava perguntando aqui: será que é esse negócio de cooptação? Não, é não. Sabe o que é? É porque a elite de São Paulo, no projeto dela, agora fez um pacto com o grande capital internacional, e não precisa mais da universidade, para um projeto de desenvolvimento. Ela não está mais interessada, porque ela está associada ao grande capital, ela manda os filhos dela estudarem nos Estados Unidos, como o Paulo Renato falou, na famosa frase que você disse aí. E o mais grave dessa questão, para nós, é que há um projeto, que esse sim, é politicamente terrível, de transformar as nossas universidades aqui, de diluí-las e transformá-las em formação de nível médio, técnico de nível médio, para acabar com o ensino universitário regional, no País, para São Paulo e Rio de Janeiro, o que eles chamam de centro de excelência, produzirem o grande conhecimento, e nós nos transformarmos em formação de mão-de-obra. Esse é que é o negócio mais grave, politicamente, e que nós não estamos discutindo, que está nas fendas das discussões políticas, que está no interstícios das discussões políticas, e se nós não nos dermos conta, eles vão destruir as universidades regionais, as

universidades importantes, como a do Ceará, a de Pernambuco, a da Bahia, e nós vamos ficar discutindo aqui, o sistema bélico internacional, esse é que é o problema mais grave.

E algumas conquistas foram obtidas, como por exemplo, nessa questão de fundo de incentivo à pesquisa, à ciência e à tecnologia, foram incluídos percentuais para o Nordeste. Quer dizer, é uma luta permanente, para que conquistemos o espaço da universidade pública regional, no caso, a Universidade Federal do Ceará, e é uma luta que não podemos perder de vista, senão vamos ser derrotados, porque eles não têm mais interesse em ter essas universidades aqui. Por que eles querem acabar com as Universidades federais, principalmente nos outros Estados? Porque eles sabem que a USP se autofinancia, eles sabem que a USP tem dinheiro lá do Estado de São Paulo, eles sabem que quando o Estado de São Paulo está quebrando, eles vão lá, e conseguem dinheiro de Brasília, agora, nós não, a nossa universidade é frágil, não tem organização política, e está despreparada para essa grande questão, e o projeto de São Paulo é destruir as universidades regionais, principalmente as universidades dos Estados.

Pergunta nº 04⁴⁰: A minha pergunta é direcionada à Professora Maria do Socorro Osterne, Pró-Reitora de Planejamento da Universidade Estadual do Ceará. Eu gostaria de saber, qual a possibilidade de se ter na UECE, um ensino público, gratuito e de qualidade, quando a mesma está passando por um processo de privatização? Diga-se de passagem, que tudo que nós alunos da UECE vamos fazer, nós temos que pagar algum subsídio, seja para acessar a Internet, seja para imprimir algum trabalho, e foi uma luta árdua, do movimento estudantil da universidade, para tentar baixar o valor do restaurante universitário, que tinha aumentado 60%, e o movimento estudantil, no caso aqui, o Ailton Lopes, presidente do DCE

⁴⁰ Sr. Rui Rocha.

(Diretório Central dos Estudantes), que está até aqui, no momento, conseguiu baixar o valor do restaurante universitário.

Então, eu pergunto à Professora Maria do Socorro Osterne, como é que se tem essa escola pública, gratuita e de qualidade, quando nós temos, dentro da universidade, outra universidade privada, que é o Centro de Educação?

Pergunta nº 05⁴¹: Sou diretor do DCE, não sou presidente, e quero colocar que gostei bastante das colocações que ela fez. Acho que ela pontuou as situações importantes, a serem superadas pela nossa universidade, inclusive, retomando o que o Rui Rocha colocou, a mobilização que temos feito desde a primeira semana de aula, extrapolou a própria questão do restaurante universitário.

Gostaria de colocar uma situação com a qual nos deparemos, em pleno Século XXI, no terceiro milênio, na Universidade Estadual do Ceará, quando ocupamos a Reitoria, no final de semana, e veio um oficial de justiça, com uma ação impetrada contra nós, para desocuparmos a Reitoria, inclusive podendo utilizar de força policial, para tanto. Então, é lamentável ter situações como essa, na Universidade Estadual do Ceará, numa universidade pública, nos dias de hoje. E nós tivemos que assinar um acordo, justamente para que esses 4 colegas nossos, que teriam que pagar 10 mil reais pela ocupação, mais 5 mil reais por dia, pudessem não ter o uso da força policial, porque assinamos um acordo com o procurador jurídico, sob pressão de vários estudantes, onde, no final de semana, que não tem estudante na UECE, estudantes de especialização e de outros cursos vieram se solidarizar conosco, e tinha pelo menos 200 estudantes do lado de fora da Reitoria, tentando nos apoiar, nesse dia, quando milhares de estudantes já tinham passado por aquela mesma Reitoria.

⁴¹ Sr. Ailton Lopes.

Era só para registrar esse momento, antes de iniciar realmente a intervenção que eu vim fazer aqui. É importante salientar essas questões, porque achamos que a administração da UECE, mesmo tendo alguns setores progressistas, como o da Professora Maria do Socorro Osterne, é uma verdadeira colcha de retalhos, onde também tem muitos setores reacionários.

E o que quero colocar, com relação ao que o Rui Rocha pontuou, sobre a questão da privatização, eu não diria que a universidade está em um processo acelerado de privatização, mas é interessante, porque quando amanhã haverá concurso vestibular para 4 cursos sequenciais, na nossa universidade, onde tem a taxa de inscrição de 50 reais, a matrícula é 200 reais a mensalidade é 180 reais, o que gera mais ou menos 20 mil reais por mês, por cada curso desse, sem se falar de várias especializações pagas, que tem na nossa universidade, e também dos mestrados profissionalizantes. E nós tínhamos feito uma discussão sobre o estatuto da nossa universidade, onde não deveria ser cobrada mensalidade, nem em curso de graduação, nem em pós-graduação acadêmica.

O problema é que ficou um furo. Nós achávamos que com a discussão de não se cobrar a mensalidade, jamais seria cobrada matrícula e semestralidade, e o fato é que os mestrados acadêmicos da nossa universidade, estão cobrando 60 reais por semestre. E o que questionamos, diante disso, é inclusive a ridicularização que é o parecer jurídico da Procuradoria Jurídica da nossa universidade, que diz que o ensino, em si, é gratuito, e quando ele se refere ao ensino em si, é ao professor, como se o ensino fosse só pagar o salário do professor, e não fosse precisar de papel, de giz, de impressora, enfim, de outras coisas. Então, é ridículo um parecer desse, do procurador jurídico, do Senhor Paulo Emanuel.

Então, diante dessas situações que percebemos, também entendemos a articulação com as outras esferas públicas, e aí é realmente uma posição muito ruim, em que se coloca a

administração da UECE, já que o Governo do Estado trata com extremo descaso, a educação pública. Quero inclusive que o Deputado Paulo Linhares coloque aqui, que esforço tem sido esse do Governo do Estado, para com a educação pública, que não percebemos, quando tem uma faculdade de educação em Crateús, que sequer prédio próprio tem, e que luta, por exemplo, pelo Curso de Ciências, que foi aprovado no Conselho Universitário, e não foi instalado.

Infelizmente estou ultrapassando um minuto do tempo, mas é porque fui citar os problemas pelos quais passa a Universidade Estadual do Ceará, onde 6 situações foram muito bem pontuadas pela Professora Maria do Socorro Osterne, no sentido de superarmos esses limites, e por isso mesmo ocupamos as galerias, na semana passada, aliás, na terça-feira, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, requerendo uma Audiência Pública.

Então, quero que o Deputado Paulo Linhares coloque justamente como o Governo do Estado tem trabalhado, porque não temos visto essa prioridade por parte do Governo do Estado, com relação à educação pública, e não só com relação à educação pública superior, mas também quando ele faz aquela propaganda fantasiosa do ensino fundamental, que sabemos muito bem onde está a qualidade dele.

E para finalizar, quero colocar sobre as 110 vagas para professores efetivos, que também foi pontuado pela Professora Maria do Socorro Osterne, onde ela coloca a precarização dos contratos de professores, e hoje existe uma demanda emergencial, porque 110 contratos de professores substitutos vão findar no início do próximo semestre, e nós corremos o risco de não ter professores em sala de aula, e esse é o resultado da política do Governador Tasso Jereissati.

Temos vários outros pontos para citar: dos 11 campus que a UECE tem, apenas 1 tem restaurante universitário, e outro tem residência. Enfim, são várias coisas, que não daria para pontuar

em 5 minutos, porque a nossa realidade do dia-a-dia é bastante cruel. Acho que vão haver outros momentos, inclusive Audiências Públicas, onde colocaremos isso, e é por isso que eu quero que o Deputado Paulo Linhares coloque alguma coisa em relação a isso, porque o que se coloca para a administração da UECE ficar da maneira como está, depende também dessa esfera pública. Obrigado.

Pergunta nº 06⁴²: Bom-dia aos membros da Mesa; bom-dia aos participantes do fórum, que ganharam a sua manhã para estarem aqui discutindo educação. A minha pergunta era para o Professor Mauro Oliveira, mas o Professor Mauro se ausentou, e vou fazer a pergunta ao Professor Pedro. É com relação aos cursos abertos à comunidade, que são dados sem concurso, pelo CEFET. O Professor Mauro Oliveira não tocou no assunto, e quero saber se há uma preocupação, no sentido qualitativo da profissionalização, tomando como referência, outros cursos do CEFET, onde os alunos ingressam mediante concurso público. Quero saber se há uma preocupação com a qualidade desses cursos, e qual a avaliação dessa experiência, dentro do CEFET.

Pergunta nº 07⁴³: Em primeiro lugar, bom-dia a todos. Dentro da temática, levantamos alguns questionamentos, e vemos as dificuldades pelas quais está passando a UECE, que não é diferente do que está passando a Universidade Vale do Acaraú.

Na questão da universidade pública, quando muitas vezes se paga taxas abusivas, se deixa margens para desvios, porque se são taxas desnecessárias, têm que ter uma finalidade. Então, não queremos crer que essas taxas estão sendo direcionadas para algumas irregularidades. É uma universidade pública e de qualidade quando não há uma preocupação com incentivos à pesquisa. Na Universidade Vale Acaraú tem cursos que faltam bibliotecas, e os alunos que vão buscar livros para pesquisas,

⁴² Sr. Eliomar Rodrigues.

⁴³ Sr. Jordan.

encontram livros de 1965. A nossa UVA está cheia de livros de história. Todo o patrimônio da UVA está tombado por uma prestadora de serviços privado, chamada IVA (Instituto de Estudos e Pesquisas do vale do Acaraú). Para se ter uma idéia, hoje, na nossa Universidade, tudo tem uma placa do IVA. O nosso Reitor está com 11 anos na Universidade, e não sei se ele é da UVA, ou está pregado nele, a placa do IVA. Nessa relação não há transparência, e nós estudantes não sabemos dessa relação da UVA com essa prestadora de serviços. Sabemos que entram milhões, mas não sabemos onde são investidos.

Outra preocupação é a questão da democratização interna, para que escolhamos nossos dirigentes, para que amanhã eles não se tornem umas bombas e explodam imbecilidades nas nossas universidades.

E a pergunta que nós queremos fazer é para o Deputado Paulo Linhares, a respeito do que a Comissão de Educação está fazendo em relação a essa fiscalização com relação a esses cursos seqüenciais e à fiscalização em cima do IVA, dentro da Universidade Estadual Vale do Acaraú, porque não queremos crer que omissão pressupõe cumplicidade.

Pergunta nº 08⁴⁴: Vou usar estritamente o meu minuto, porque me sinto contemplada na fala de vários estudantes. Eu gostaria de louvar essa iniciativa, o fato de estarmos nessa manhã de sábado, discutindo os problemas das universidades públicas, e quero parabenizar os organizadores, na pessoa do proponente, o Deputado Chico Lopes.

A minha questão vai diretamente para o Professor Roberto Leher, solicitando que ele amplie mais a avaliação da greve nas universidades federais, porque entendemos que a greve nas universidades federais é aquela que fala, que brada, que se explicita e dá visibilidade, e com certeza ela se amplia com a greve na UECE, que é uma greve calada, mas que na realidade a

⁴⁴ Sra. Lena Espíndola.

nossa voz está também na voz das universidades federais, pois os problemas são os mesmos. Eu gostaria de solicitar isso.

Pergunta nº 09⁴⁵: Bom-dia. Na verdade eu não ia me inscrever, porque vou participar da Mesa que vem a seguir, mas achei importante uma colocação que o Professor Roberto Leher fez, com relação à questão da importância da existência de uma nova revolução tecnológica. Logicamente que isso vai ser tema da Mesa seguinte, dentro do aspecto da formação do professor, no entanto nós temos feito uma reflexão, além do aspecto levantado pelo Professor Roberto Leher, da transformação do conhecimento em mercadoria totalmente incorporada ao capital.

Entendemos que há efetivamente uma novidade na produção, na medida em que a ciência e a tecnologia, por essa última revolução tecnológica, se colocam como aspectos principais da produção da riqueza. Isso foi enfatizado pelo Professor Manfredo, aqui na abertura do seminário, e isso, no nosso ponto de vista, tem conseqüências profundas não só na vida das pessoas, não só para a humanidade, mas também especificamente com relação à educação, na medida em que uma boa parte dos nossos educadores foram formados na perspectiva da educação e do trabalho, mesmo na concepção do marxismo. Hoje fazemos uma diferenciação entre o marxismo tradicional e aquele que se propõe a desenvolver esse aspecto da teoria de Marx, que foi exatamente a Teoria do Valor, que põe em que, nesse momento, a própria existência do sistema capitalista.

Então, achamos importante fazer essa referência, e estranhar a colocação do Deputado Paulo Linhares, que disse que enquanto não discutirmos a crise da Universidade Federal do Ceará, ficaremos falando no sistema bélico internacional. Foi um aspecto importante também, enfatizado pelo Professor Manfredo, aqui na abertura, que hoje, mais do que nunca, cada pessoa tem que se preocupar com a humanidade e com a vida sobre o Planeta.

⁴⁵ Sra. Rosa da Fonseca.

Então, acho que tem tudo a ver, nesse momento de crise da civilização, pensarmos o que significa a corrida armamentista, inclusive esse fato que ocorreu nos Estados Unidos, que tudo indica que tem segmentos da própria elite dos Estados Unidos envolvida nessa ação terrorista, nós não descartamos essa possibilidade, inclusive que justifique uma ofensiva armamentista dos Estados Unidos, com o apoio do mundo. Então, são essas duas observações que eu quero de fazer.

Pergunta nº 10⁴⁶: Eu quero considerar algumas questões importantes em relação ao esvaziamento das universidades particulares e à preocupação em restabelecer a volta às universidades públicas, considerando que as grandes universidades que encampam a fachada de fundação, descumprem o acesso à pesquisa, por parte dos estudantes e dos professores das universidades ou das instituições de ensino.

Que rumos devem ser tomados, uma vez que o acesso à pesquisa é visto como um ato seletivo, discriminador, que exclui pessoas de baixa renda, especialmente os estudantes que não estão matriculados na Unifor (Universidade de Fortaleza)? Estou dizendo isso porque fui vítima de um ato extremamente covarde, da instituição, quando uma vez fui fazer uma pesquisa na Unifor, e fui barrado na biblioteca, por não ser professor e nem aluno da Unifor. Fui ao diretor de graduação, e o que ele manifestou a mim, foi o seguinte: *“nós fizemos isso porque estavam vindo muitos estudantes de favelas, para dentro da Unifor”*. E eu disse: professor, eu quero dizer que a escória da sociedade está justamente naquelas pessoas que vocês apadrinham e sustentam, e as pessoas de bem estão dentro das favelas.

Pergunta nº 11⁴⁷: Bom-dia. Em meio a tantas manifestações acerca dos problemas que hoje as universidades cearenses e brasileiras enfrentam, acho que emerge um tema

⁴⁶ Sr. Pio Barbosa.

⁴⁷ Sra. Tânia Batista.

muito importante para todo esse debate, que é o tema da autonomia universitária. Gostaria de dirigir uma pergunta à Mesa: de que maneira podemos, efetivamente consolidar um projeto de autonomia universitária, que historicamente vimos tentando construir, considerando que as pressões necessárias para a adaptação aos ditames da reforma proposta pelo Governo Federal, estão sempre pairando sobre as administrações, sobre toda a comunidade universitária. Então, como construir esse projeto de autonomia universitária, de uma maneira independente, conseqüente, que venha a atender de fato os interesses da universidade?

Pergunta nº 12⁴⁸: A última pergunta é para o Paulo Vinícius, e é a seguinte: não se pode falar em nível superior, sem antes falar em vestibular, e sabendo que prova não mede conhecimento, como o vestibular poderá ser feito de maneira democrática, e o que fazer para suprimir também essa nódoa chamada “*Provão*”.

SR. PAULO VINÍCIUS: Primeiro quero dizer que a minha intervenção não tentou ser, de maneira nenhuma, deprimente, nem eu acho que temos motivos para estarmos deprimidos, e acho que não é esse o caminho, pelo contrário, temos o direito de estarmos revoltados e dispostos a construir a universidade que queremos. Inclusive quero dizer que em Minas Gerais os estudantes fizeram ciclos de debates e elaboraram um plano emergencial de propostas para as suas universidades estaduais.

A discussão, na verdade, é a integração das universidades e a proposição de um plano para que as universidades estaduais se transformem em plataformas para serem discutidas permanentemente.

Quero dizer que o vestibular é excludente, que é uma forma que não avalia conhecimento, do mesmo jeito que o Provão

⁴⁸ Sra. Terezinha.

é uma palhaçada, e que parte do plano deve ser destinado a propor uma avaliação de verdade, global, sobre as instituições, e que não exclua as instituições e culpe os estudantes. Inclusive o Governo trabalha com cansaço, com esgotamento, e se o Governo não tem vergonha para propor uma avaliação de verdade, nós temos que propor uma nova universidade, e nós só poderemos construir isso, companheiros, coletivamente.

Quero dizer que a luta contra a questão do IVA, são 50 mil alunos de Fortaleza, com esses cursos, que são cursos que enganam a quem está fazendo. Coitados dos professores que são submetidos a esses cursos, porque é um engodo para a população. Se estamos falando em democratizar o acesso à universidade, eles são exatamente o oposto disso. Essa é uma mentira da universidade, com a conivência da Reitoria da UVA. Acho que outro caminho tem que ser construído, e devemos defender a graduação completa de 4 anos, nós não podemos abrir mão da qualidade e também não podemos acobertar um esquema empresarial que utiliza a universidade, a expensas dos interesses do povo do nosso Estado, não podemos compactuar com isso. A universidade que nós queremos, é pública, com pesquisa, com extensão, não é qualquer bodega.

Por fim, quer dizer, pessoal, que não esmoreçamos. Nós temos muito amor e disposição para defender a universidade pública, inclusive eu dormi lá, de ontem para hoje, vim direto do acampamento para cá, e nós temos muita disposição de não aceitar a morte da universidade pública. Uma saudação da União Nacional dos Estudantes!

SRA. MARIA DO SOCORRO OSTERNE: Vou me reportar especificamente às intervenções do Rui Rocha e do Ailton Lopes, que foram as duas questões que me foram dirigidas. Na verdade, pelo tempo que temos aqui, acho que jamais eu poderia, na plenitude, dar respostas ao Ailton e ao Rui. O Ailton me conhece mais de perto, o Rui eu conheci agora, numa reunião, a partir da luta com relação ao restaurante universitário.

A grande pergunta que o Rui levanta é: “qual a possibilidade da UECE ter um ensino gratuito e de qualidade”? Eu acho que a pergunta seria: qual a possibilidade das universidades públicas federais e estaduais se manterem públicas, gratuitas e de qualidade.

A UECE é uma colcha de retalhos também sob o ponto de vista político, e aí eu quero voltar para a minha fala, resgatando a questão da autonomia. Eu lamento profundamente que não estejamos acertando nos nossos modelos de articulação política, porque nossas lutas na universidade, internamente, são lutas episódicas. Quando se prepara um período para a eleição do Reitor, nós começamos a nos mobilizar, para questionar o modelo, mas não trabalhamos durante os quatro anos, para modificar esse modelo. As nossas lutas são pontuais, são episódicas. Nós, professores, alunos e funcionários, estamos realmente divididos, estamos fracionados, e lutando, nos digladiando, como se fossemos inimigos, quando na verdade deveríamos nos juntar e nos integrar para lutar por essa universidade.

Vou dar dois depoimentos para vocês, um com relação à verba que foi destinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Pesquisa (CNPq), 150 milhões de reais para pesquisas no Brasil inteiro, onde nós lutamos para as universidades estaduais serem incluídas. As universidades estaduais conseguiram entrar, a universidade reuniu seus 65 líderes de pesquisas, passamos dois meses trabalhando no projeto, e tivemos a resposta que a universidade estadual não tem um tostão para pesquisa, dentro desse projeto. Ninguém se mobilizou politicamente para isso, foi uma atividade essencialmente burocrática, que divulgamos, e que não tivemos adesão de ninguém.

Nós acabamos de redigir o nosso Regimento Geral da Universidade, um documento extremamente importante, que trabalha a dinâmica da nossa lei maior: o Estatuto da

Universidade, e não tivemos, apesar de toda uma mobilização, não tivemos, infelizmente, a participação do Presidente do Sindicato dos Professores da UECE, e não se fez presente também, nenhum membro do Diretório Central dos Estudantes. Acho que devemos dizer a verdade. Nós estamos dentro da universidade para nos associar, e se ficarmos nos digladiando internamente, vamos fracionar cada vez mais essa luta, e vamos dar a universidade de bandeja, para aqueles que querem privatizar as universidades brasileiras. Muito obrigada.

SR. PEDRO ALBUQUERQUE: Bom-dia a todos. Antes de responder a questão do Eliomar Rodrigues, quero ressaltar aqui a minha admiração à fala, ao discurso dessas novas lideranças do movimento estudantil. Isso me faz lembrar do meu tempo de movimento estudantil, nos anos 60. Foi um discurso bem articulado, e acho que há uma melhora na qualidade desse discurso. Essas novas lideranças do movimento estudantil vão dar a possibilidade de uma retomada das lutas, de uma forma bem mais consciente, e com perspectiva de se articular com o restante da sociedade.

Respondendo ao Eliomar Rodrigues, eu diria que quando entrei na Escola Técnica Federal, ela se chamava Escola Industrial. Essa escola era um CIEP, uma escola de tempo integral, criada ainda na época do Presidente Getúlio Vargas, e que o Governo João Goulart manteve, e a ditadura dissolveu, dissolveu inclusive com a cumplicidade das elites locais e nacionais.

Entrava-se na Escola Técnica às 7 horas da manhã, e tomava-se o café. Era uma escola para filhos dos trabalhadores, pessoas que vinham de famílias pobres, e lá tinha o fardamento, tinha assistência odontológica. Toda essa crítica que a elite hoje faz ao CIEPs no Rio de Janeiro, se fez exatamente à Escola Técnica, naquela época. O resultado, qual foi? A Escola Técnica se elitizou, e hoje essa grande tendência é a elitização da antiga Escola Técnica, hoje CEFET. Mas o diretor do CEFET, que

estava aqui, é um homem corajoso, e ele batalha para ter um apoio enorme no seio da sociedade, para que o CEFET não se elitize. A tentativa de fazer esses cursos abertos, é uma grande tentativa de democratizar o CEFET. Acho que a democratização do CEFET, quando se abrem mais vagas para esses cursos abertos, é uma qualidade.

Essa questão de dividir, de separar quantidade e qualidade, é uma separação perigosa. Uma das dimensões importantes da qualidade é a quantidade, sem ela não existe qualidade. Se você não cuida da qualidade, você cai na irresponsabilidade. Então, acho que esses cursos abertos são uma grande tarefa de uma Escola Técnica que se elitizou.

Aqui eu faço uma proposta aos Deputados: estamos falando aqui, de financiamento para a educação. Ontem eu abordei essa questão, e volto a abordar novamente. Eu sugiro que um dos pontos da pauta de discussão, hoje à tarde, seja o financiamento da educação. Não há dinheiro? É preciso que nós busquemos dinheiro no Banco Mundial, para construir a escola? Olha, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que é um recurso do trabalhador, tem 45 bilhões de reais. Vamos fazer uma CPI do FAT? Vamos examinar para onde está indo o dinheiro do FAT? Esse dinheiro está saindo pelo ralo, portanto, esse dinheiro poderia servir para financiar a educação do povo brasileiro, do filho do trabalhador. Muito obrigado.

SR. ROBERTO LEHER: Eu gostaria de lamentar muito a ausência do Deputado Paulo Linhares. Ele indica um caminho para tentar solucionar a situação das universidades estaduais, que no meu entendimento, abre para uma questão muito perigosa, porque o problema das universidades dos Estados nordestinos não é o mesmo problema das universidades paulistas. Nós não podemos contrapor a situação das universidades do Nordeste à situação da Universidade de São Paulo, seria um erro brutal, porque o problema não são as elites paulistas, porque essas elites paulistas não são diferentes das elites que estão no Governo do

Estado do Ceará, é a mesma orientação política, mas o problema são os aglomerados econômicos que hoje estão articulados em nível internacional. As classes dominantes do Ceará são classes dominantes também em São Paulo, e estão na coalizão do poder.

As universidades do Estado de São Paulo formam, hoje, 60% dos doutores para todo o País. Os professores, os estudantes e os técnicos que lá trabalham, estão empenhados em construir uma universidade de qualidade, como aqui no Ceará os professores, os estudantes e os técnicos estão empenhados em construir uma universidade de qualidade. Então, não dá para negar que as universidades, no caso do Estado de São Paulo, estão dando uma contribuição extraordinária ao País, e não é com verbas federais, essencialmente as verbas das universidades de São Paulo são verbas do próprio Estado. A questão, então, não é essa, a questão é muito mais profunda, e não é colocar como inimigo, que o problema do Nordeste é a elite de São Paulo. O problema do Nordeste e o problema de outras regiões do País é o problema das classes dominantes do País, e é o projeto de desenvolvimento desigual do capitalismo, que aparta regiões, porque também em São Paulo há explorados, isso é óbvio. Quer dizer, então essa é uma maneira muito simplista de tentar encaminhar a questão do financiamento para as universidades públicas: *“bom, se a Universidade de São Paulo tem um pouco mais, então, todas as mazelas das nossas universidades aqui da região, são decorrentes dessa condição”*. Isso não é verdade!

O problema das universidades da nossa região é o projeto de poder que está encaminhado no País, e não casualmente o nosso Estado tem o mesmo projeto de poder que tem em Brasília, o mesmo projeto de poder, enfim, que está hoje representado pelo PSDB e pelos Partidos aliados. Então, tenho muita preocupação com esse tipo de encaminhamento de soluções dos problemas.

Penso também que a pior maneira de construir a universidade como espaço público e como uma universidade de qualidade, é apostar em cursos que de fato ampliam a oferta, mas

não asseguram a qualidade. Acho que isso não é uma alternativa boa para as instituições, e nós devemos buscar a ampliação da oferta, mas mantendo a qualidade. Então eu acho que curso seqüencial de fato é uma alternativa extremamente degradante, enquanto formação. Curso seqüencial, hoje, não assegura a qualidade universitária que queremos, que é a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Também não há como pensar em autonomia universitária, com força policial dentro da universidade. E eu gosto muito de uma expressão de um ex-Reitor da minha universidade, que era até um Reitor de Direito, mas ele dizia o seguinte, na época do Governo militar: “*Polícia na universidade, só depois do vestibular!*”, porque o espaço universitário é um espaço de liberdade, e não pode ter força policial em seu interior. Esse é um princípio fundamental da universidade.

Da mesma forma, esses cursos que estão sendo aligeirados, em geral estão ligados às fundações privadas dentro de instituições públicas, então, é a lógica privada que está presidindo esses cursos. Parece-me uma alternativa muito ruim, e que está presente também nas universidades federais. Quer dizer, apostar no crescimento dessas fundações privadas, que são fundações privadas por dois motivos: primeiro porque são fundações privadas para poderem cobrar mensalidades dos estudantes, só para isso, e segundo, para contratarem, ou professores, ou funcionários, a título precarizado, no regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a fundação só serve absolutamente para isso, porque todos os outros contratos podem ser feitos no Direito Público, mas o Direito Público, na universidade, só não permite cobrança de mensalidade. Por que? Primeiro porque a Constituição Federal assegura que o ensino nos estabelecimentos oficiais é gratuito, e segundo, porque hoje ainda afirma, na maior parte dessas situações, que os funcionários são servidores públicos. Então, é para isso que servem as fundações, e acho que devemos combater a existência dessas fundações.

Para concluir, temos a questão levantada também pela Professora Rosa da Fonseca, e depois eu vou tentar indicar algumas questões sobre a autonomia. Compartilho o ponto de vista de que a ciência está atrelada ao capital, mas tenho um profundo questionamento a respeito da tese de que hoje o capital prescinde do trabalho, ou seja, a força produtiva é governada pela ciência. Eu não compartilho desse ponto de vista, e acho que nós não estamos com o fim do trabalho, podemos estar com o fim do emprego formal, mas não com o fim do trabalho. Então, essa idéia de que a ciência se autonomizou e nós prescindimos do trabalho, acho que de fato não é uma situação concreta na sociedade, hoje.

Informe⁴⁹: As faculdades da UECE, no interior, passam por problemas semelhantes aos das universidades aqui na capital, com um agravante: por exemplo, em Crateús, que a faculdade é a FAEC, que teve representantes aqui, ontem, nesta plenária, Cratéus fica a cerca de 340 Km da capital, e dentro de um problema que é a distância, tem outros, de condição de trabalho nas faculdade do interior. Os professores das faculdades do interior, juntamente com professores aqui da Universidade Estadual do Ceará, na capital, vêm se organizando há dois anos, num movimento que denominamos de “*Movimento de Valorização dos Professores das Faculdades do Interior*”. Nos dias 21 e 22 vamos nos encontrar em um seminário que vai acontecer no Centro de Humanidades da Avenida Luciano Carneiro, para discutir, entre outras questões, o financiamento da educação, o emprego público, a carreira. Então, no dia 21, sexta-feira, durante todo o dia, queremos contar com a participação de todos os professores da UECE, porque o seminário será uma promoção da regional da ANDES, e vai contar com as três universidades estaduais do Ceará: a UECE, a URCA e a Uva. Queremos contar com a participação dos professores das três universidades estaduais, nesse encontro que será no dia 21,

⁴⁹ Sra. Ruth de Paula.

durante todo o dia, e no dia 22 será até o meio-dia, no Centro de Humanidades da UECE.

Nessa luta vimos tentando regulamentar um problema de dentro da UECE, que é o das transferências, o da regulamentação das transferências. Sabemos que esse problema acontece, e estamos tentando regulamentá-lo. É uma luta que vimos empreendendo há dois anos.

Quero fazer um convite também para os estudantes da UECE, que estão aqui representados, para estarem presentes neste encontro, porque é uma luta de professores, mas sabemos que é um problema de todos: dos professores efetivos, dos estudantes e também dos professores substitutos da UECE, que estão nessa luta.

DIA 15.09.2001 – MANHÃ

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: IMPASSES E PERSPECTIVAS.

2ª MESA REDONDA

PRESIDÊNCIA: Professora Ângela Sousa (Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFC) e Professora Ana Maria Iorio Dias (FACED/UFC)

PARTICIPANTES: Professora Elza Braga, Pró-Reitora de Graduação da UFC; o Professor Fábio Perdigão, Pró-Reitor de Graduação da UECE; o Professor Paulo Petrola, Coordenador dos Núcleos de Pedagogia da UVA, em Fortaleza; o Professor Roberto Marques, Pró-Reitor de Graduação da URCA; a representante do SINDIUTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará), Rosa da Fonseca, e o Professor Anísio Melo, representante da Apeoc (Associação dos Professores de Estabelecimento Oficiais do Estado do Ceará).

Professora ÂNGELA SOUSA: Bom-dia. Quero, de antemão, avisar que não vou fugir do debate, e como educadores, dá para todo mundo entender o motivo pelo qual vou me ausentar, que eu acho que é legítimo para todo mundo. Sou uma mãe que também tem um filho, que daqui a uma hora, depois de um ano, estará chegando de viagem, e acho que tenho o direito de estar lá, na hora que ele chegar, e vou exercitar esse direito, com a permissão de vocês.

Agradeço o convite para fazer parte deste debate, que com certeza, através desse evento, vai fornecer para todos nós, uma maior articulação entre nós que pensamos a educação nesse Estado.

O tema desta Mesa é “Profissionalização Docente: Impasses e Perspectivas”, e a Mesa está composta por

representantes das Pró-Reitorias de Graduação das universidades públicas do Estado do Ceará, e por representantes do sindicato e da Associação de Professores do Serviço Público, também aqui do Estado.

E para começar, quero fazer uma ponte entre a Mesa que nos precedeu, que especialmente sinalizou que esse tema da Profissionalização Docente iria ser discutido, e que ele deve ser entendido dentro desse cenário analisado pela Mesa que nos precedeu. E quero deixar uma pergunta que me parece pertinente, nesse momento, aliás ela é procedendo de outras duas perguntas. A pergunta que nos persegue sempre é: *como falar de profissionalização docente, tendo como referência, esse cenário que foi desenhado anteriormente, e que expressa o acúmulo de discussão que nós temos tido, a respeito da qualidade do ensino e a respeito da nossa própria formação como categoria profissional?*

Essa, para mim, parece uma pergunta que devemos prestar atenção nela, porque esse cenário que se desenha, traz diretamente para nós, a questão da desregulamentação do trabalho, e coloca como tema, eu diria assim, coloca como uma conversa meio velha, falar de profissionalização, ou falar de profissionais no sentido academicamente reconhecido e amplamente pesquisado, ao qual nós temos acesso.

Então, uma outra pergunta seria: o que está significando falar de profissionalização docente aqui, com esse acúmulo de conversas que tivemos ao longo desses dois dias e meio? Parece-me que é uma pergunta que deve ser dirigida a todos nós.

E por fim, quero colocar também, que a composição da Mesa expressa muito bem, eu diria assim, qual é o cenário de discussão mais particular que nós temos, ou a compreensão que nós temos, sobre esse tema, porque essa composição de pessoas que nós vamos fazer aqui, pelas suas instituições, expressa uma caminhada na constituição de uma categoria de trabalhadores cujo ofício foi assumindo uma dimensão pública, paralelamente à

pressão da sociedade civil, para fazer valer o seu direito de se escolarizar e de ter acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Não foi por acaso que tivemos uma primeira Mesa que tratou da educação superior pública, e que tratou dos problemas da universidade pública, e agora, quando vamos falar de profissionalização docente, vamos ter aqui na Mesa, a representação política de um segmento da categoria docente, que são os professores que trabalham efetivamente num sistema de ensino chamado de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A composição desta Mesa expressa para todo mundo, que dois dos grandes dilemas que nós enfrentamos como docentes, desde a constituição do sistema de ensino brasileiro, e por que não dizer, no mundo ocidental em geral, um é a luta para termos legitimidade na sociedade, como plenamente escolarizados e plenamente convivendo com os bens culturais que essa sociedade oferece, tendo experiência universitária. Então, a questão da formação está posta aí. Por outro lado temos lutado para ter uma cara política, que se constitui por uma categoria que até agora continua profundamente segmentada. Os novos sujeitos que estão nos chegando, estão de novo repetindo uma forma muito mais pública, que foi e tem sido constituir professor neste País. Agora, nós nos preocupamos com os professores que vão cuidar da educação infantil, e não é por acaso que nós nos temos hoje, como um grupo de sujeitos que vem se agregando ao que nós chamamos de “*ser docente*”.

Então, nos parece que essas duas lutas são particulares ao movimento e à nossa própria constituição como trabalhadores da educação.

SR. FÁBIO PERDIGÃO: Bom-dia a todos. Dez minutos é pouco tempo para se falar sobre o perfil da profissionalização dos profissionais da área da educação, no caso, os professores. Vamos fazer isso sinteticamente, e ver se conseguiremos cumprir, de uma maneira objetiva, esse tempo.

A UECE tem uma tradição muito forte na formação de professores. Aliás, até o início da década de 90 ela teve uma quase que totalidade de cursos de formação de professores, com exceção de alguns bacharelados tradicionais, como o de Administração, Enfermagem, Veterinária e Serviço Social.

A partir da gestão do Professor Paulo Petrola, que está aqui brilhantando esta Mesa, houve a expansão de outras áreas da pesquisa, e houve o início dos cursos de mestrados, de uma forma mais profissional. A UECE tomou uma feição maior, mas a questão da formação de professor ainda continua a ser o foco principal, em termos de números e de importância para o Estado do Ceará, e essa importância se concentra principalmente porque a UECE não é uma universidade que está apenas em Fortaleza, ela tem uma atuação estadual, então, tem 3 sedes em Fortaleza, e 9 sedes no interior do Estado do Ceará, com cursos regulares funcionando. Fora isso, têm os *Programas de Formação de Professores*, que vamos falar mais na frente, onde atuamos em 58 Municípios do Estado do Ceará.

A UECE tem 40 cursos de graduação, se considerarmos os seus bacharelados e as suas licenciaturas, e dentro desses 40 cursos, 30 são de licenciatura, ou seja, são cursos de formação de professores. Temos 21 mil alunos matriculados na graduação, e desses, 15 mil alunos são alunos de cursos de formação de professores. Três quartos do nosso público-alvo são de cursos de formação de professores.

A partir de 1996, quando começou a atual gestão do Professor Manassés e da sua equipe de trabalho, nós identificamos alguns entraves que estavam acontecendo na questão da licenciatura, que necessitava de uma expansão muito grande, e isso foi pressionado ainda mais, com a publicação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em dezembro de 1996, e impôs à sociedade, novos parâmetros quanto à formação de novos professores, e exige que em 10 anos, todos possuam curso superior pleno, para a questão do magistério. Mas o grande alvo

era a formação superior para todos os profissionais da área da educação.

Identificamos alguns problemas na UECE, e começamos um trabalho, inicialmente extinguindo o Curso de Licenciatura Curta em Ciências, que era um curso que não dava uma resposta à sociedade, de maneira mais correta, e criamos 4 Licenciaturas Plenas: Licenciatura Plena em Matemática, em Física, em Química e em Biologia, cursos criados e implantados em Fortaleza, a partir de 1997. São cursos modernos, com grades curriculares atuais, formando professores em três anos e meio, quatro anos, com Licenciatura Plena. Em 1998 esse mesmo modelo de curso foi aprovado para todas as unidades da UECE no interior do Estado. E dentro desse planejamento, já foi instalado o Curso de Ciências em Itapipoca, a partir deste ano, e a partir desse vestibular agora, já está garantida a abertura do curso em Iguatu, e o pessoal de Crateús está aí batalhando para que se inclua o vestibular ainda nesse semestre, para o curso em Crateús, que eu acho, é a minha opinião pessoal, que deve ser instalado sim.

A questão da formação de professores tem alguns aspectos que não podem ser esquecidos em um momento como esse, num debate dessa importância. Quando a LDB foi promulgada, em 1996, o Estado do Ceará tinha aproximadamente 30 mil professores chamados “*professores leigos*”, sem formação superior. Isso é um número aproximado, porque até hoje ninguém foi capaz de dizer esse número exato, porque a Secretaria da Educação tem a informação dela em relação ao Estado, mas as Secretarias Municipais, muitas delas não têm a informação correta da quantidade de professores sem formação superior. Há um número aproximado de 30 mil professores, para serem formados em 10 anos, e esse é um desafio monumental, num Estado pobre como o nosso, de poucos recursos para a educação superior, e você ter que formar 30 mil professores que já estão nas redes estaduais e municipais de ensino, isso falando só dos que estão na

rede pública, sem falar naqueles que estão nas escolas particulares, que também são professores.

Nesse esforço a UECE implementou um programa chamado *Programa de Licenciaturas Breves*, que na verdade é um programa composto de vários cursos de graduação plena em formação de professores da 1ª à 4ª série, e da 5ª à 8ª série, programas específicos para formação de professores, com o Magister, nas diversas áreas do conhecimento, das linguagens e códigos, ciência da natureza, etc. O Programa mantém todas as áreas. Tem cursos específicos para formar professores das redes estadual e municipal.

A UECE já diplomou 1000 professores no interior do Estado, nos diversos cursos de formação específica de professor, Cursos de Licenciatura Plena, cursos com 2400 horas de duração, e estamos formando 3200 professores que atualmente estão matriculados nesses programas. É um desafio para um público específico, ou seja, para o professor da rede pública. Quando todos os professores da rede pública estiverem formados, esse programa se extinguirá naturalmente. Não é função da UECE, fazer com que esses programas se tornem programas regulares, de forma alguma, são programas especiais, para atenderem a uma demanda específica.

E por que eu digo isso com tanta ênfase? Porque nós temos um segundo desafio, que é tão grande quanto esse, e talvez até maior. O Ceará possui, hoje, 70 mil professores nas redes estadual e municipal. Esse é um número aproximado. Somando-se todos os professores da rede pública dos municípios do Estado do Ceará, e os da Secretaria da Educação, são 70 mil profissionais. Se você colocar mais os professores da rede particular de ensino, teremos, aproximadamente, mais 20 mil professores, totalizando 90 mil professores no Estado do Ceará. Olhem bem, esse número, é um número impressionante! Se você considerar que a carreira média de um docente dura 30 anos, a cada ano nós teremos 1/30 de professores que vão se aposentar e

vão sair do sistema, isso representa 3 mil aposentadorias por ano, sem contar a expansão do ensino. Então, hoje as universidades têm a obrigação de formar 3 mil professores de nível superior por ano, e nem somando todas elas, estamos conseguindo esse número. O número de professores formados nas universidades cearenses, hoje, é inferior a 3 mil, e como a demanda é crescente, vai continuar havendo carência de professores. Esse é o primeiro dos problemas.

Temos um segundo problema, que é mais grave ainda, que é a demanda específica, porque esses professores que estão sendo formados, a grande maioria está nos cursos de pedagogia, que é necessário para o ensino de 1^a à 4^a série e para todas as outras funções ligadas ao ensino, no Estado, mas nós temos demandas seríssimas na área de Ciências, na área de Português, na área de Inglês e de Espanhol, sem contar o Francês, que é uma língua belíssima, que está mais ou menos em extinção. O problema na formação em Ciências, é tão complexo, que hoje, em Fortaleza, nós temos, somente para a Secretaria da Educação, uma carência de 190 professores de Física, sem contar as carências em Química, em Matemática e em Biologia. É tão grave isso, e aí entra a questão do vestibular, que foi muito bem discutida aqui, isso é tão grave, que têm colégios que não estão mais ministrando os conteúdos de Física no 2^o Grau, porque não tem professor, e esses conteúdos estão sendo substituídos por outros conteúdos. Não há professor de Física, então não ministram o conteúdo da Física. Então, como é que esse aluno que termina o 3^o ano do 2^o Grau, usando aqui a denominação antiga, como é que o aluno que termina o último ano do Ensino Médio, vai concorrer a uma vaga do vestibular de uma universidade pública? É praticamente impossível ele passar! Ele não tem conhecimento adquirido para passar!

Como resolver o problema do vestibular? Se alguém tiver uma solução boa, melhor do que a atual, eu garanto que as universidades aplicarão. Porque é complicado você ter 2 mil

vagas, como a UECE tem, e ter 30 mil pessoas querendo entrar. Como é que você seleciona essas 2 mil pessoas? A prova é injusta? E injustíssima, e do ponto de vista social, mais ainda, porque o aluno rico estuda na escola privada, e ele entra mesmo na universidade, e o aluno que foi para a escola pública, não entra, e quando entra, entra em proporção menor. Na UECE nós temos muitos alunos da escola pública? Temos, 55% dos alunos da UECE vêm de escolas públicas. Por quê? Porque são alunos matriculados no interior do Estado, onde não tem escola particular. Mas uma boa parte de alunos de escolas públicas que entram aqui na capital uns 20% ou 30%, só conseguem vaga em cursos com a concorrência um pouco mais baixa, onde tem aquele aluno que se sobressai, mesmo estando numa escola pública.

Como resolver o problema no vestibular, das licenciaturas e da entrada na universidade? Há duas soluções: a primeira é tornar o Ensino Médio melhor do que o ensino particular, como é na França, como é nos Estados Unidos, como é na Alemanha, como é no Japão, onde a escola pública é melhor do que a escola privada, com professores com salários dignos, bem pagos, bons profissionais, que dedicam a vida inteira à sua profissão. Então, lá nesses países o aluno sai da escola pública em pé de igualdade com o aluno da escola particular. Lá o filho do motorista de ônibus estuda na mesma escola do filho do Ministro, recebe a mesma educação, eles vão ter chances iguais. Isso funciona em boa parte dos países hoje ditos civilizados economicamente, como os países do Grupo dos 7.

A segunda solução é além de você ter obrigatoriamente que dar um ensino público de melhor qualidade, e aumentar o número de vagas das universidades públicas.

Em 1976 eu prestei vestibular para a Universidade Federal do Ceará, e em 1976 a Universidade Federal do Ceará oferecia 2 mil e poucas vagas no vestibular, por ano, e essas 2 mil e poucas vagas foram ofertadas até 1996. Vinte anos depois eram oferecidas as mesmas 2 mil e poucas vagas, e a Universidade

Federal do Ceará só veio aumentar o número de vagas agora, em 1999, 2000, quando ela passou para 4 mil e poucas vagas por ano, mas ela ficou praticamente 20 anos com o crescimento muito pequeno. Na UECE é a mesma coisa. Hoje, se colocássemos nas universidades, o número de alunos que terminam o Ensino Médio, comparando com 1986, nós teríamos que multiplicar pelo menos por 3, o número de vagas das universidades públicas, para garantir a mesma proporção de 20 anos atrás. A coisa é complexa, e é muito difícil resolver todos esses problemas.

Eu defendo uma solução simples, mas muito difícil de se conseguir, que é realmente um grande fórum, é uma grande união, e que os estudantes e os funcionários entendam que nós professores da universidade, que nós administradores da universidade estamos no mesmo barco, e nós defendemos o ensino público gratuito e de qualidade, por diversas razões, inclusive a ideológica. Fui de movimento estudantil, batalhei por isso a vida inteira, e continuo defendendo o ensino público gratuito e de qualidade, o aumento do número de vagas nas universidades públicas, e o aumento de concurso para professores efetivos. Nós temos que não só melhorar o que temos hoje, como também expandir a universidade pública, para garantir o número de professores necessários ao Estado do Ceará, sem falar da pesquisa, sem falar dos bacharelados, sem falar da extensão e de outras atividades que a universidade tem. Muito obrigado.

SRA. ELZA BRAGA: Bom-dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite, e parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e o Deputado Chico Lopes, por esse evento, pelo significado que esse evento tem, discutindo uma temática tão central e tão importante para a sociedade contemporânea, que é a questão da educação pública. É louvável que a Casa do Povo realize atividades como essa, para que diminua o fosso entre a representação que está aqui, e a sociedade de uma maneira geral.

Estou aqui num dilema incrível. Eu preparei minha exposição para 20 minutos, e tenho que falar em 10 minutos, então, vou tentar colocar umas transparências, para ver se eu me policio um pouco, para não ser muito prolixa.

O foco da minha fala está muito em cima da questão da profissionalização docente, incorporando um pouco a vivência que estou tendo na Pró-Reitoria de Graduação da UFC, em relação às licenciaturas e à construção desse significado.

Primeiramente vou ordenar minha fala em três pontos básicos, que é o modelo de profissionalização, que eu vou falar muito rapidamente da realidade atual, porque senão eu não vou chegar ao que eu quero; o contexto político-cultural, que também vou falar rapidamente, e a proposta em construção, a produção coletiva, autônoma e criativa, que é essa busca que estamos tentando avançar e construir. Vou colocar alguns pontos sobre os avanços, os impasses, as dificuldades e os desafios, e depois virão alguns encaminhamentos.

Essa transparência aí está bastante dicotomizada. No que projetamos um modelo, sabemos que criamos uma caricatura, então, quero que façamos uma leitura mais dinâmica disso. Não é o preto ou o branco, mas as coisas estão mais mescladas. Mas, enfim, fiz essa caricatura mais no sentido pedagógico mesmo, para vermos o que está pela frente, e quais os desafios que temos que enfrentar.

Coloquei aí, como ponto número 1, a dicotomia teoria/prática, que é essa teoria e essa prática que temos avançado. E aqui quero dizer que o nosso avanço na Universidade Federal do Ceará, com relação às licenciaturas atuais, se deve muito a um projeto coordenado hoje pela Professora Ana Maria Iório, que é o Magister. Acho que estamos exercitando uma ruptura dessa realidade atual e dessa proposta em construção, a partir do exercício do que foi e do que está sendo o Magister na UFC. Então, nessa questão da dicotomia teoria/prática, e nessa busca de construir o Estatuto Epistemológico que garanta essa relação,

sabemos que ainda trabalhamos com a prática desarticulada da teoria, então, temos que unir, temos que imbricar essas duas dimensões.

Outra questão é a questão do modelo do “*três mais um*”, disciplinas que estão focadas para os conteúdos específicos, e o “*um*”, que são as disciplinas pedagógicas. Temos que misturar mais isso, temos que articular esses conteúdos específicos com o processo do ensino aprendizagem. Nós não ensinamos o conteúdo de Matemática, para depois ensinar como é que ensinamos esse conteúdo. Temos que pensar nessas duas dimensões articuladas, para que isso dê uma riqueza ao próprio processo de conhecimento, porque ainda trabalhamos muitas vezes com conhecimentos estáticos e cristalizados, então, é preciso avançar mais do que já se tem avançado, com relação à articulação entre a transmissão e a produção do conhecimento.

Nós pensamos que só quem produz conhecimento é a Academia, mas, gente, professor do Ensino Fundamental, do Pré-Escolar e do Ensino Médio também tem que produzir saber. Se ele não produz saber, como é que ele pode instigar os alunos a produzirem saber. Senão terminaremos vendo a dimensão do aprender, somente a dimensão do memorizar, do assimilar informações, e não a dimensão de elaborar conhecimentos.

Uma outra questão sobre a realidade atual é a questão da prática docente e dos saberes dicotomizados, que é a questão que eu já falei antes: é a dimensão científica versus a dimensão pedagógica, versus o repasse de conhecimento. Então, é necessário que o profissional seja autônomo, reflexivo, crítico, criativo, produtor de conhecimento e pesquisador, e isso nas várias instâncias: na Academia, na Universidade e até nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio.

Uma outra questão é a visualização desse caráter terminal da formação. A LDB quer que todos os professores, até 2007, tenham o Curso de Licenciatura, entretanto, gente, o Curso de Licenciatura não deve ser visto como uma terminalidade, e o

grande desafio é: como manter uma formação continuada, uma formação que esteja sempre trabalhando com a ruptura dos modelos? O modelo é algo estático, é algo fotográfico, então nós temos sempre que estar revolucionando esse saber. Então, diante de tudo isso, enfrentamos algumas dificuldades. Que dificuldades são essas? Uma delas é a desarticulação entre o projeto de formação universitário e as demandas do ensino básico.

É fundamental que aprofundemos mais o diálogo com a escola pública, e isso é um desafio, e esse diálogo deve se dar de uma forma mais viva, mais rica, não só com a prática do ensino, com a famosa prática do ensino, que deve existir desde o início dos nossos Cursos de Licenciatura, e não somente nos últimos semestres, quando o aluno já está saindo, mas que essa prática de ensino seja trabalhada desde o início do curso, e que haja uma troca de saberes nessa prática de ensino.

Outra dificuldade são as limitações no trato de questões que resgatem o multiculturalismo: a questão do negro e do índio; temas transversais, como a sexualidade; a cultura; a questão de gênero, etc., na formação e na ação desse docente. Então, é necessário que saibamos trabalhar de uma forma mais dinâmica e menos disciplinar.

E em muito ainda persiste, nos nossos Cursos de Licenciatura, aquela cultura da formação de especialista: o matemático, o físico, o químico, o professor de sociologia, o professor de história. Então, é necessário esgarçarmos um pouco essas fronteiras entre o saber, temos que formar um educador, então, essa dimensão generalista é fundamental nessa perspectiva.

Agora vou falar um pouco para vocês, sobre as questões dos impasses. Estou sendo rápida, porque acho que a maior riqueza vai estar no debate, então estou passando rápido. A minha fala tem muito mais a função de jogar algumas questões para estimular o debate.

O primeiro impasse é que há um discurso político em defesa da expansão e da qualidade do ensino, e por outro lado,

paradoxalmente, esse mesmo Governo que fala na necessidade da expansão e da qualidade do ensino, corta verbas para a universidade. Na nossa greve, um dos eixos das nossas reivindicações está em cima da questão da redução orçamentária das universidades públicas. É aquela velha falácia de que agora temos que cuidar da educação básica, como se as coisas fossem separadas. Na medida em que o Governo investe na educação básica, ele tem que, concomitantemente, investir na universidade, porque as universidades, sobretudo as universidades públicas, são quem formam grande parte dos professores que vão ensinar no ensino básico. Então, essa é uma falsa dicotomia.

A segunda questão é a expansão da rede privada, essa expansão descontrolada e sem acompanhamento, sem o controle social dessa expansão.

O terceiro ponto seria a política educacional que defende a valorização do magistério. É essa questão que o colega da UECE colocou, ou seja, em que medida realmente está havendo um esforço da educação básica, de valorizar, e eu não estou falando da valorização só em termo de salário, se bem que o salário é importante, mas eu estou falando em condições de trabalho, de viabilizar um processo de ensino/aprendizagem? E por outro lado, como essa valorização não acontece, o que vemos no dia-a-dia é uma descaracterização e uma precarização do trabalho docente, são professores se sobrecarregando de aulas, correndo de um lado para outro, para poderem sobreviver e terem o mínimo de dignidade.

Uma outra questão são as propostas interdisciplinares. Esse impasse, gente, temos que galgar na universidade. Acho que na medida em que começarmos a trabalhar com eixos temáticos, com módulos, rompendo com essa cultura segmentada e disciplinar, o ensino vai ter uma vitalidade maior, tanto dentro da universidade como também nas escolas.

Nós nos deparamos com uma série de desafios, e o primeiro desafio que eu coloco aqui para discutirmos, é a

formação de educadores competentes, comprometidos e situados historicamente com a realidade, que é uma realidade sócio-econômica e nacional, capaz de imprimir reformas na educação do País. Então, aqui pensamos nos movimentos que existem no seio da educação, sejam dos profissionais da área do Ensino Fundamental, sejam dos profissionais da área do ensino superior.

Um outro desafio é reconhecer o trabalho do docente e a sua importância na construção da cidadania e da democracia, porque a educação é uma grande arma da democratização deste País. Então, é importante que não só instruamos as pessoas, mas também é importante que formemos cidadãos, cidadãos comprometidos com a nova sociedade.

Um outro desafio é revermos a formação dos formadores dos profissionais da educação. É fundamental fazermos uma autocrítica de como andam as nossas licenciaturas. É fundamental que garantamos uma revolução das nossas licenciaturas, e isso nós estamos perseguindo. Acho que todas as universidades têm ciência de que temos que fazer uma revolução nas nossas licenciaturas, entretanto, essa revolução não pode se dar de cima para baixo, tem que ser algo compartilhado, construído coletivamente, porque não é mudar o currículo, é mudar a cabeça dos formadores dos profissionais da educação e isso é um processo que envolve uma mudança cultural, uma mudança de postura e uma mudança epistemológica de como visualizar esse processo dos formadores dos profissionais da educação. Aí eu coloco a dimensão de espaço da formação do educador, e toda essa interlocução que é fundamental termos com as várias dimensões da sociedade: com os setores públicos governamentais, com os setores não governamentais, com as entidades e com a sociedade.

Eu acho que também não dá para ficarmos só falando nas desgraças, mas também temos que reconhecer que logramos alguns avanços, e logramos porque nos organizamos para isso, muitas vezes não o suficiente, mas há um processo de

mobilização, que poderia ser mais intenso, e acho que a própria LDB, e algumas conquistas que estão incrustadas na LDB, foram fruto de muita luta, de muita mobilização que aconteceu. Existe a questão das 300 horas, porque é fundamental não trabalharmos só com a dimensão quantitativa dessas 300 horas, mas trabalharmos também com essa dimensão de como estamos repensando essa prática. E um outro avanço é a questão do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), entretanto, sabemos que o avanço do FUNDEF só vai se concretizar se existir um controle social, porque do contrário, já temos a experiência aí, de desvios de verbas do FUNDEF, etc.

E eu gostaria de destacar duas experiências exitosas que eu só vou mencionar porque eu já falei um pouco do Magister e do Projeto Trocas Cidadãs, que é um projeto que articula as universidades do Estado do Ceará, a escola pública, a sociedade e o Governo do Estado. Então, eu vou terminar a minha fala com o pensamento do Paulo Freire, onde ele diz o seguinte, no livro *“Pedagogia da Esperança”*: *“Uma das tarefas do educador ou da educadora progressista, através da análise política séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer, porque dificilmente lutamos, e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa luta é uma luta suicida, é um corpo a corpo puramente vingativo.”*

Com isso eu gostaria somente de fazer uma referência de um minuto, e dizer que é fundamental construirmos rupturas, mas é fundamental construirmos rupturas com paixão, com amor, e rupturas compartilhadas. Não adianta partirmos para propostas radicais e solitárias. E aí eu gostaria de dizer que acho que essa discussão que estamos travando hoje, na sociedade brasileira e nas universidades públicas, não entra nessa dicotomia, que é um pouco empobrecedora, do tudo ou do nada. Acho que é muito

importante não cairmos na postura de permissividade e nem na postura da radicalidade imobilista.

Então, é fundamental termos presente, que temos que criar uma radicalidade sim, mas uma radicalidade compartilhada, que aponte para o sonho da construção de uma educação comprometida e de uma sociedade justa, fraterna, solidária e menos competitiva. Muito obrigada.

SR. PAULO PETROLA: Antes de tudo, quero saudar esse ato da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, de trazer para a sociedade, a discussão dessa função das universidades, esse problema da educação. Dessa maneira a Assembléia Legislativa está reconquistando um espaço político, um espaço público, uma vez que os demais órgãos dirigentes da nossa sociedade, pelo contrário, têm boicotado esse tipo de discussão.

Na sociedade brasileira nós vivemos num período de mudanças grandes, muito profundas, e vejo algumas mudanças extremamente positivas. A Professora Elza Braga destacou que nós tivemos, na década de 90, dois fatos fundamentais para a educação: um foi o FUNDEF, que deu um impacto positivo muito grande, e o outro foi a nova LDB, e se ela não tem coisas muito positivas no aspecto construtivo, isso é uma questão até de se discutir a questão da filosofia das leis, se as leis podem ter coisas construtivas, mas pelo menos ela libertou as universidades e o pessoal que trabalha com a educação, dos entraves que a antiga LDB impunha, e dessa maneira o campo ficou muito mais aberto, muito mais livre, e se abriu um espaço importantíssimo para a ação da sociedade, para a criatividade da sociedade. Porque uma coisa muito importante, dentro da sociedade brasileira, é que nos habituamos muito a ser dirigidos pelo Estado, e esse vício da dependência do Estado, e é claro que muitas coisas dessa perspectiva política, dessa perspectiva até psicossocial, continuam; mas algo está mudando, e isso é muito importante, e é só com essa independência que a sociedade poderá controlar a ação do Estado, a ação dos governantes. E nesse ponto nós

vemos, no Brasil, acho até um fato positivo, que os Poderes Legislativos têm sofrido maiores transformações, porque estão mais abertos a essa fiscalização da ação do Estado. Os Poderes Executivos ainda continuam pouco atingidos, e o Poder Judiciário, que é o mais pernicioso, no Brasil atual, continua ainda fechado a essa fiscalização, a essa ação da sociedade. Essa é uma coisa absolutamente importante, porque na minha perspectiva, na nossa sociedade, hoje, os entraves e as mudanças fundamentais que nós precisamos, precisamos da cooperação de dois Poderes: um é a ação do Ministério Público, e o outro é uma transformação radical na ação do Poder Judiciário.

As conseqüências dessas mudanças que nós vivemos apareceram fortemente no Ceará, nos últimos anos. Na UECE, em 1992, no interior: em Itapipoca, em Crateús, em Quixadá e em Iguatu, havia cursos com 30, 40 vagas, e passava um, dois alunos. Para muitos cursos não havia nem inscrição de candidatos para o número de vagas oferecidas, e com as mudanças que foram implementadas na política da UECE, logo no primeiro ano, todos os cursos tiveram uma procura triplicada no número de vagas, e em quase todos eles já houve excedentes, quer dizer, você oferecia 40 vagas, e no mínimo você tinha 46 aprovados no Vestibular, e isso já foi o início dessa mudança. Depois do FUNDEF e da Lei de Diretrizes Básicas, vimos um crescimento de uma demanda extraordinária pelo curso superior, no Estado, o que obrigou as universidades estaduais a criarem os programas emergenciais. Então, a UECE partiu com um programa extremamente louvável, das Licenciaturas Breves e de outros tipos de licenciaturas que estão sendo executadas em 58 Municípios do nosso Estado, e isso é um fato importantíssimo, isso é um fato positivo, como a Professora Elza Braga falou.

Ser crítico não é só levantar defeitos, é reconhecer as forças transformadoras positivas, e empurrar essas forças para que a sociedade se transforme, e a UVA, usando um programa bem antigo, desde a sua fundação, como faculdade ainda, pertencendo

à Diocese de Sobral, sempre teve um Curso de Pedagogia que funcionava em regime especial, nos períodos de julho, janeiro e fevereiro, e aproveitando a idéia desse curso que já funcionava desde 1968, quando a UVA começou a funcionar, atendia as populações não só do Estado do Ceará, mas do Piauí e do Maranhão. Então, usando isso, a UECE se expandiu pelo Estado, e a UVA, hoje, atinge 80, 100 Municípios do Estado do Ceará. Essa ação é absolutamente fundamental, porque é um preconceito você não admitir que o professor do Município, que o professor do distrito tenha o direito de fazer um curso superior.

E tem mais uma coisa: vamos pensar o seguinte: onde é que estão os currais eleitorais? Estão exatamente nos Municípios, e é nos Municípios mais atrasados, onde os currais eleitorais são mais fortes. Qual é o elemento fundamental da manutenção desse atraso político? É a ignorância do povo. E onde é que está assegurada a ignorância do povo? Exatamente na ignorância dos professores, que foram para lá por indicação política. E uma vez que a universidade vai lá, dar esses cursos superiores, esses professores vão estudar com os mesmos professores que são professores aqui da Universidade Federal do Ceará, que são professores da UECE e que são professores de todas as universidades, e vão estudar os mesmos textos, vão estudar os textos do Paulo Freire, como o que a Professora Elza Braga citou aqui muito bem, eles vão estudar todos esses textos. Então, há uma transformação radical nesse professor que entra no curso da universidade, no primeiro semestre, e dois anos depois ele sai formado, e esse professor que sofreu essa transformação, vai mudar a educação lá nas suas escolas.

Temos que combater todo tipo de racionalismo. Quero dizer o seguinte: é um ato fundamental, acho que tem que haver uma verificação científica da votação nesses redutos eleitorais. Imagino que vai haver uma mudança qualitativa no voto, nesses Municípios onde houve esses cursos superiores. Ou se acredita na transformação do conhecimento, ou se acredita na transformação

da educação, ou se acredita no professor, ou em quem é que se vai acreditar?

A UECE já atuava em cinco cidades do Estado do Ceará, quando eu fui Reitor, todas com curso superior. O Professor Fábio Perdigão falou que em Fortaleza faltam 190 professores de Física, e eu digo que no Estado do Ceará tinha regiões inteiras onde você não tinha nem um professor de Física. Na região do Sertão-Central você não tinha nem um professor de Português, com Licenciatura Plena, essa é a realidade do nosso Estado, e é sobre essa realidade que nós temos que agir.

Eu tinha preparado aqui, a exposição sobre a carreira docente dentro da UECE, mas o enfoque aqui é diferente, e eu abordei esses outros assuntos. Eu quero dizer que nós, como professores da UECE, temos uma tradição de luta pelas transformações da sociedade. Eu participei da primeira greve nacional da universidade brasileira, a greve de um terço da UNE (União Nacional dos Estudantes), em 1960, nessa luta pela transformação. Então, o que nós observamos nas universidades do Estado do Ceará? As universidades estaduais têm uma dificuldade muito grande de formar o seu quadro docente, e de qualificar esse quadro docente, apesar do esforço que a UECE fez, que já foi destacado aqui pelo Professor Fábio Perdigão, apesar do esforço que a UVA vem fazendo, e apesar do esforço que a URCA também vem fazendo. Então, quero só mostrar que essas mudanças aconteceram.

Olha, em 1990 a UVA não tinha nem um professor com doutorado, e hoje a UVA tem 26 professores com doutorado. Esse é um fato positivo, ou não é? A UVA tinha quatro professores com mestrado, e hoje tem 119 professores com mestrado. Eu ainda não tenho os dados da URCA, mas todas as universidades progrediram dessa maneira. Agora, como é que essas universidades vão poder fazer a sua transformação?

Nós vimos aqui, pela exposição do Deputado Paulo Linhares, que no ano passado a UECE executou um orçamento de

46 milhões de reais; a UVA executou um orçamento de 7 milhões, e a URCA executou um orçamento também de 7 milhões de reais. Isso vai dar mais ou menos 60 e poucos milhões de reais. Se formos observar pela Constituição do Estado, que define que 5% dos recursos têm que ser para as universidades, se pegarmos o orçamento do Estado, que a execução orçamentária foi de 4 bilhões de reais então as universidades deveriam ter recebido 200 milhões de reais, só de recursos tributários, porque 2 milhões de reais foram de convênios, então nós teríamos 2 bilhões de reais no exercício tributário. Se você pegar isso, as universidades iriam ter direito a 100 milhões de reais, que é o mínimo que o Estado deveria estar investindo em educação, e está investindo apenas 60% do mínimo.

Então, acho que a universidade é um lugar para se discutir os problemas das universidades e se discutir com idéias, com diálogo, dando o direito a todos falarem.

Vou concluir agora. O Deputado Paulo Linhares falou aqui num fato muito importante, que foi a fundação da USP (Universidade de São Paulo), em 1934. Ele simplificou um pouco, colocando só a ação da Família Mesquita. Claro que a Família Mesquita teve uma liderança na fundação da USP, mas a grandeza da USP e a grandeza do ensino universitário de São Paulo, que ainda hoje é o maior e o melhor do Brasil, e é o que tem produzido mais coisas para a sociedade brasileira, e o que tem garantido, para o Estado de São Paulo, a liderança intelectual, política e econômica. O sistema universitário, com a criação da USP, no final dos anos 60 com a criação da Unicamp (Universidade de Campinas), e depois, na década de 70, com a criação da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), que foi uma criação da sociedade, foi um grupo da mídia, liderada pelo Estado de São Paulo, pela Família Mesquita, por 11 empresários e por um grupo de intelectuais; que queria a transformação da sociedade. Eles pensaram uma sociedade, e foi a sociedade, quer dizer, a USP não foi criada assim simplesmente por uma Lei, por

um Decreto, ela foi criada por um movimento da sociedade, e isso, até hoje, é que tem garantido a liderança e a maior produção de formação de gente, de produção tecnológica e de em produção científica, no Estado de São Paulo.

É essa a natureza das universidades paulistas, que em 1988 ganharam a Lei da Autonomia, que permite a elas, serem uma instituição pública, mas se desvincularem um pouco, se tornarem um pouco independentes dos controles, da limitação de uma repartição pública estatal. O segredo do Ceará é aproveitar esse movimento da sociedade, para construir essas instituições públicas, e que elas não sejam repartições estatais. Só assim a nossa sociedade vai fazer as transformações que precisa.

SRA. ROSA DA FONSECA: Mais uma vez, bom-dia. Aliás, já é boa-tarde. Eu já expressei aqui o meu registro da importância desse evento, e gostaria de antes de entrar no conteúdo propriamente da minha fala, manifestar solidariedade aos estudantes da UVA e a todos que aqui se colocam contra essa concepção, efetivamente.

O Professor Paulo Petrola está perguntando se eu sou contra a educação dos professores. É o seguinte: esse tema é de uma complexidade bastante grande, e eu peço permissão a todos, para repartir a minha intervenção em dois momentos, porque acho que temos que tratar dessa problemática que foi tratada até aqui, pelos que estão na Mesa, mas eu gostaria de ter um tempo para tratar de uma questão que acho tão fundamental quanto essa, que é: *que tipo de formação que nós temos que lutar para que os professores possam ter acesso?*

Bom, com relação ao primeiro aspecto, é importante que possamos registrar que foi dito aqui por todo mundo, e foi reconhecida, a importância que foi a LDB ter estabelecido o prazo de 10 anos para que todos os professores da rede pública tenham nível superior. Não vou nem entrar no questionamento da LDB, porque acho que realmente o tempo não dá, portanto, vou pegar a partir dessa constatação, que sem dúvida é uma coisa importante.

Qual tem sido o posicionamento do SINDIUTE, perante essa situação? Em primeiro lugar nós questionamos a omissão do Poder Público, particularmente do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, que no primeiro momento se omitiram totalmente com relação a garantir os meios para que esses professores pudessem efetivamente ter acesso a esse nível superior. Isso possibilitou exatamente algumas distorções muito sérias, no nosso ponto de vista, e a distorção mais séria foi exatamente a grande corrupção mesmo, claramente colocada, que foi a utilização das verbas do FUNDEF, que foi detectada, e que inclusive foi motivo, se não de uma CPI, mas pelo menos de um processo, a partir de uma iniciativa inclusive da Assembléia Legislativa, que foi a utilização de verbas do FUNDEF para oferecer cursos, muitos deles através de instituições fictícias, para professores dos Municípios do interior, com o argumento dessa questão da necessidade da formação de nível superior. Então, quem acompanhou isso, sabe que aconteceram barbaridades, como cursos que poderiam ser feitos por um custo X, e que essas instituições, em convênio com Prefeituras dos Municípios do interior, multiplicaram esse custo por 10, por 20, e acho que até por 100, exatamente viabilizando o desvio dos recursos do FUNDEF, para essa questão da formação de nível superior dos professores do interior. Então, essa foi a primeira distorção.

Em segundo lugar surgiu, então, essa questão dos cursos da UVA, com todo o respeito que eu tenho pelo Professor Paulo Petrola, que inclusive foi meu companheiro de representação estudantil, no Conselho Universitário. Na época em que fui presa, ele fazia parte do Conselho Universitário, na Universidade Federal do Ceará. No entanto, acho que o que nós estamos discutindo aqui, realmente são políticas, e devemos ter a coragem de enfrentar o debate. Então, nesse momento o Professor Petrola está aqui representando a UVA, e temos que fazer o questionamento que achamos que deve ser feito, mesmo

mantendo o respeito e a amizade que temos pessoalmente com o Professor Paulo Petrola.

Então, o que aconteceu? Tenho dito que o problema do FUNDEF foi tão escandaloso, que os cursos da UVA surgiram como solução, como salvação, inclusive, em determinado momento, até foram considerados como o grande mérito. O Reitor da UVA foi considerado, inclusive por um Deputado desta Casa, muito vinculado à Educação, como o “*salvador da educação*”, pelo fato dele estar oferecendo esses cursos. Então, quais foram os cursos? Foram cursos pagos, quer dizer, os professores da rede pública, extremamente sacrificados, tendo que pagar uma mensalidade numa universidade pública, desses cursos chamados “*aligeirados*”, que nós questionamos também o cumprimento do seu efetivo papel. Então, questionamos isso, e levantamos essa questão junto à Secretaria da Educação do Estado, através da Imprensa. Inclusive tivemos uma audiência com o Professor Teodoro, e na época até houve um mal-entendido, porque havia uma entidade aqui, que se apresenta como representante dos professores, que estava vinculando a matrícula dos cursos da UVA, ao aluno ter que se associar a essa entidade, e o Professor Teodoro confundiu, achou que o nosso questionamento era porque o SINDIUTE também estava querendo entrar nessa mecânica, e nós dissemos que jamais estaríamos interessados nisso, mas estávamos questionando o próprio tipo de curso e de mecanismo que estava sendo imposto aos professores. E, lamentavelmente, é importante que se diga, a Universidade Federal do Ceará e a UECE também entraram nesse mecanismo. Acho que todo mundo tem conhecimento de que o curso da UVA é oferecido também via CETREDE, pegando o pessoal vinculado à Universidade Federal do Ceará, e também via UECE. Então, não é só a UVA que tem, digamos assim, a responsabilidade sobre esse tipo de curso.

Posteriormente surgiu, então, a idéia, e fizemos muitos questionamentos em relação a isso, e a Secretaria da Educação

tomou a iniciativa de chamar as universidades para pensarem numa outra proposta, que foi exatamente o Magister, que, contraditoriamente, a UVA também faz parte do Projeto Magister: a UVA, a URCA, a UECE e a UFC, que é um curso de natureza diferente, que do nosso ponto de vista, tem um conteúdo diferente, tem uma natureza diferente, tanto pelo seu tempo de duração, como pelo seu conteúdo, e também pelo fato do Governo do Estado e dos Municípios terem assumido o financiamento desses cursos, portanto, sendo garantido o acesso dos professores da rede oficial, sem o pagamento, como eram inicialmente os cursos da UVA. E uma das conquistas que obtivemos, inclusive fruto do acampamento da Praça do Ferreira e da greve de fome, foi exatamente porque mesmo questionando os cursos da UVA, lutamos para que o Governo do Estado assumisse também o financiamento dos cursos da UVA, e essa foi uma conquista. Então, vejam, a nossa luta realmente é muito contraditória, porque apesar de questionarmos os cursos da UVA, lutamos para que o Governo do Estado assumisse o financiamento desses cursos, porque esses professores que tinham iniciado esses cursos, não podiam ser penalizados e continuar pagando esses cursos, ou então ter que suspender sem ter sequer acesso ao diploma, que era um dos objetivos explicitamente colocados.

Realmente, tudo isso é uma questão muito contraditória. A Prefeitura do Município de Fortaleza assumiu o financiamento de 50%, quer dizer, até hoje os professores do Município de Fortaleza continuam pagando 50% do valor dos cursos da UVA, ao contrário do pessoal do Estado, porque o Estado está financiando totalmente.

E no caso específico do Magister, eu não vou nem entrar no conteúdo, porque senão eu não vou ter tempo de expor a outra parte, mas quero fazer só um alerta, em relação aos companheiros da universidade: nós tivemos uma discussão em nível do SINDIUTE, exatamente para saber se caberia ou não aos professores da Universidade Federal do Ceará, que estão em

greve, suspender também as aulas do Curso Magister. E nós fizemos uma discussão em nível da diretoria do Sindicato, e entendemos que se nós queremos dar uma formação aos professores da rede oficial, que os faça sujeitos de transformação, como vamos, numa greve na UFC, continuar funcionando o Curso Magister, como uma forma de tentar preservar um direito? Nós entendemos que se a UFC está em greve, todos os cursos da UFC devem estar em greve.

Do ponto de vista da formação, foi colocado aqui, pela Professora Elza Braga, a questão da relação entre teoria e prática, e a própria questão de formar professores realmente comprometidos com a realidade, e aí nós estamos num processo de reflexão em nível do SINDIUTE, que no nosso ponto de vista, é fundamental que essa reflexão seja socializada, e que se possa dar o devido peso a essa reflexão.

Na medida em que entendemos que para que a educação possa cumprir o papel que achamos que ela deve ter, retomamos aqui a questão que foi colocada pelo Professor Irenildo, quando ele falou em nome da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que sociedade nós temos e queremos, que pessoa humana nós temos e queremos, e que educação, portanto, nós temos e queremos. E estamos entendendo que vivemos um momento, hoje, na sociedade, e por isso que questioneei a fala do Professor Roberto Leher, e não estamos dizendo que o trabalho já foi eliminado da sociedade, no entanto, temos que compreender que vivemos em uma sociedade capitalista, onde o sistema, pelo próprio mecanismo da concorrência, foi levado a desenvolver uma ciência, uma tecnologia, que hoje se expressa na revolução tecnológica e que no nosso ponto de vista, coloca realmente a ciência e a tecnologia como os elementos principais da produção de riqueza, portanto, o trabalho passando a ter um papel secundário na produção da riqueza.

Isso põe em que, no nosso ponto de vista, a própria situação do sistema capitalista, porque segundo a teoria de Marx, se é o trabalho que produz o valor, e se o sistema está eliminando a fonte do valor, que é o trabalho, então o sistema está eliminando a base de sustentação da sua própria sobrevivência. E isso tem um aspecto importante, porque ou não entendeu, ou fez de conta que não entendeu, quando disse que “o fato da ciência ter se transformado no fator mais importante da produção, põe em xeque a teoria do valor de Marx. E há um momento do Marx, que é exatamente onde ele diz que “no momento em que o trabalho vivo for substituído pelo trabalho objetivado, o trabalho deixará de ser a medida do valor, e o valor deixará de ser a medida da riqueza, e exatamente nesse momento estariam dadas as condições para a explosão desse sistema, e que, portanto, a riqueza não seria a acumulação de mercadorias, mas o mínimo de tempo que as pessoas teriam que dedicar à produção, e o máximo de tempo que as pessoas teriam para se desenvolverem como pessoas humanas, portanto, desenvolver a sua unilateralidade e a sua formação integral como pessoa humana”. E o próprio Marx dizia, naturalmente, que para isso deve haver uma formação totalmente diferente, voltada para a arte, para a ciência, para a produção criativa, etc., etc.

Então, nós estamos entendendo que esse momento está aí, e que a humanidade está diante desse impasse. Há uma crise de civilização, exatamente porque a valorização do valor, que é o objetivo maior do sistema, está em xeque, e no entanto, para que mude essa lógica e os seres humanos deixem de ser objeto da produção do capital e passem a ser sujeitos, portanto, a afirmação da condição humana, é preciso rompermos com essa lógica do capital, e é preciso rompermos também com a lógica do Estado, que não garante sequer a regulação das relações entre a economia e sociedade. Portanto, entendemos que para termos a educação que nós queremos para essa sociedade, que vá além do Estado, do mercado, da produção de mercadoria, do dinheiro, etc., nós temos

que pensar numa educação totalmente diferente dessa que está aí, que não seja a educação para a exclusão, que é a tônica da educação que é desenvolvida hoje. E eu lembrava aqui que o Professor Fábio Perdigão disse que “o Ensino Médio tem que ser melhor do que o ensino particular”. Com o Telecurso 2000? Então, é importante mencionarmos isso. Quer dizer, nós temos que compreender que ao lado das pessoas terem acesso a essa questão do conhecimento, é importante entendermos que esse conhecimento tem que colocar a perspectiva das pessoas se colocarem realmente como sujeitos da transformação dessa sociedade que está aí.

Portanto, o projeto que nós defendemos, de formação para os educadores, é um projeto que supera a visão liberal, mas supera também a visão do marxismo tradicional, que coloca o trabalho como uma questão antológica, que considera o trabalho efetivamente como um conceito histórico da atividade produtiva, nos marcos do sistema capitalista, e que possam contribuir, portanto, para o processo de ruptura que crie as condições para uma sociedade emancipada, onde a ciência e a tecnologia sejam colocadas a serviço da pessoa humana, e não do lucro do capital, e onde a educação, “por mais que as pessoas possam parecer unilaterais, eduque-as para a unilateralidade”. Acho que essa é a idéia da educação, para a emancipação.

SR. ANÍSIO MELO: Boa-tarde, companheiros e companheiras. Num debate, quando você fica por último, são várias as provocações. Acho que os debates têm que acontecer, e vou falar como sindicalista, representando o Sindicato que pretende ser plural, democrático e aberto a todos que convergem, mas principalmente aberto a todos que divergem das nossas propostas, e essa é a nossa concepção de sindicato.

Essa fala é a fala de um sindicalista, portanto, apesar de eu ter uma militância partidária, e ontem ter falado em nome de uma comissão, hoje falo como sindicalista, e representando o sindicato que tem essa diversidade, proponho colocar alguns dados para

discussão na Mesa, e principalmente para o Plenário, que poderiam nos ajudar na fase seguinte, que seria um dos questionamentos.

Hoje uma companheira questionou em relação à greve, e qual seria a tática, ou a estratégia da greve da Universidade Federal do Ceará? Acho que hoje nós temos que continuar com a radicalidade do discurso da fundamentação teórica. Temos também que rever as nossas táticas, do ponto de vista não da competência pregada pelo neoliberalismo, mas da competência enquanto sindicalista, enquanto movimento social, enquanto militante de diversos setores para desmascarmos esses Governos.

Os movimentos de massa são importantíssimos, mas eles têm que ser complementados e qualificados pelos seus dirigentes. Quem se propõe a ser um dirigente sindical, ou um militante, hoje, tem que estar a par do conhecimento, e nessa tentativa de procurar uma nova forma de combate, é que nós, apesar de muitos companheiros, que estão aqui à Mesa, terem feito críticas, de que não deveríamos apresentar nenhuma proposta para a questão dos contratos temporários que estão sendo discutidos aqui. O Estado fez um concurso público para professores, em 1997, e aprovou 8300 professores, mas só chamou apenas 3200 professores e a partir daí aumentou, com uma velocidade imensa, o número de contratações temporárias que acontecem nesse Estado do Ceará. Há mais de 15 anos que isso se repete, e ninguém consegue barrar isso; de repente, através da apresentação de propostas, de pesquisa de números, de ação na Justiça, de ocupação do Crede (Centro Regional de Desenvolvimento da Educação), tudo isso aliado, nós conseguimos, hoje, que o “*Imperador*” do Estado do Ceará nomeasse 1000 professores concursados, não porque ele quis, mas porque houve uma aliança entre a mobilização de massa e o desmascaramento da própria ordem burguesa, que ele estava burlando, e ele estava burlando também a Assembléia Legislativa, quando na Lei Complementar N.º 22, de 24 de julho de 2000,

colocava que a contratação temporária só pode ser utilizada em caráter emergencial, é o lógico da Constituição, e isso foi desmascarado, quando ele continua contratando professores de forma temporária, mas agora burlando a própria Lei que ele aprovou aqui.

E foi com uma Emenda do Deputado Artur Bruno, do companheiro Deputado Chico Lopes e do Deputado Paulo Linhares, e para passar essa Emenda, nós tivemos que tirar o nome dos Deputados Chico Lopes e Artur Bruno, para que ela fosse assinada apenas pelo Deputado Paulo Linhares, e foi com essa nossa tática que conseguimos aprovar a Emenda, o veneno para o “*Imperador*”, então ele ficou desmascarado. Mas nós precisamos continuar.

Estou vendo aqui, Professora Terezinha Marques, que mesmo as contratações temporárias podendo existir em caso emergencial, o “*Imperador*”, até o momento, não assinou a carteira dos contratos temporários. E aí nós conseguimos mais uma vez desmascará-lo na Justiça, e ele teve que apresentar os números na Justiça do Trabalho: hoje são 23 mil professores na rede estadual, e desses 23 mil professores, temos 8 mil contratações temporárias no Estado do Ceará. Isso você separa para o Tempo de Avançar, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. E nós colocamos na Justiça do Trabalho, e colocamos também para a categoria, a defesa do concurso público. Essa bandeira do concurso público é desrespeitada aqui, pelo Governador Tasso Jereissati, e, é desrespeitada pelo Prefeito Juraci Magalhães, e não querendo agitar mais um pouco a Mesa, mas é preciso investigar, e o Deputado Chico Lopes é corajoso, quando questiona a questão do IVA.

Quero só colocar um dado, porque estou curioso: como é que a UVA credenciou a Prefeitura de Fortaleza a fazer um convênio com companheiros estagiários que estão fazendo um Curso de Licenciatura Breve na UVA, para assumirem em sala de aula desde março, e o convênio só foi assinado no dia 29 de

junho? E quem primeiro teve acesso ao documento foi a APEOC. Quando fomos conversar com a Maria do Carmo, ela nem sabia desse convênio, e já havia um Ofício enviado à Maria do Carmo, e não era mais do IVA, agora é um tal de IDEC, é um outro instituto que está assinando esses convênios, e aí a preocupação é com a instituição Universidade. São 1200 bolsistas ocupando a regência de classe, desrespeitando um concurso, enquanto temos 1600 companheiros esperando serem chamados, e esses companheiros estão sendo maltratados de diversas formas. Os estagiários assumiram em março, e não receberam, até hoje, nem um centavo, dos 240 reais dessa bolsa. E essa bolsa está vinculada ao pagamento da UVA, e assim que os companheiros receberem, já estão devendo à UVA, e algumas coordenações, infelizmente, não deixam que esses estagiários que estão sendo maltratados pela Prefeitura, assistam aula. Ou seja, a Prefeitura financia esse curso privado que a UVA está institucionalizando.

Então, são esses mecanismos que acontecem aqui em Fortaleza, e que acontecem na rede estadual, e acontecem também em Caucaia, onde o atual Prefeito diz que não tem condições de pagar, porque o outro surrupiou tudo, e não deixou nada, e hoje ele não tem condições de dizer quantos professores tem na rede de ensino de Caucaia, e quantos são temporários. Se você não tem condições, Senhor Prefeito de Caucaia, nós temos. Nós fizemos a pesquisa, e podemos mostrar para o Prefeito de Caucaia, quantos professores ele tem, em caráter efetivo, e quantos professores ele tem em caráter temporário. E entramos na Justiça também.

E é esse processo que nos mostra que para fazer sindicalismo hoje, tem que estar aberto a não mais achar que é o dono do mundo, que é o Messias e que vai salvar a humanidade e a categoria. Não, nós temos que aceitar que nós somos divergentes, que um sindicato pode ter companheiros do PFL e do PMDB, mas na hora da luta política nós vamos provar se esse companheiro está realmente na luta, ou não. Então, não é preciso querer desqualificar ninguém, todos nós somos importantes nesse

processo, e esse processo em defesa da educação de qualidade social, não se dá apenas no palco de Fortaleza não, ele se dá nos 184 Municípios do Estado do Ceará.

Hoje temos companheiros que só porque eles não votaram no Prefeito, são deslocados da Região Metropolitana para as regiões mais longínquas do Município, e todas as vezes que aconteceu um incidente como esse, com companheiros nossos, nós conseguimos fazê-los voltar, e conseguimos desqualificar o Prefeito da região.

Quando nós vamos para o interior, encontramos filhos de Prefeitos com revolveres, pensando que mandam na cidade, e é essa a política, nesse Estado do Ceará, é a política do banditismo e do clientelismo, que precisa ser desmascarada.

Antes de vir para cá eu fui a uma Escola, no Barroso II, que ainda não tem nome, porque não foi inaugurada pelo Prefeito Juraci Magalhães. A denúncia foi feita ontem à tarde, aqui. As companheiras de uma associação comunitária pediram que fossemos lá. Sabe o que está acontecendo lá? Alguns, uma pequena minoria, alguns diretores de escolas, e eu posso citar a Escola Paulo Abílio, e vou logo identificar, o Lafaiete conhece o problema, estão desviando dinheiro em algumas escolas públicas do Estado.

Companheiros, quando fizemos essa denúncia, o mundo caiu, porque atrás do diretor que fazia o desvio, tinha o acobertamento, a partir do Crede, e chegava à Secretaria da Educação, e nós fomos dizer isso, e denunciar. No primeiro momento achavam que iam calar a nossa boca, mas nós conseguimos mostrar, tintim, por tintim, que esse diretor estava surrupiando esse dinheiro. A comunidade se mobilizou, fomos ao Cambeba, mostramos, antes da auditoria, e o diretor, depois de 2 anos de luta, foi afastado.

Então, nesse processo, hoje, na escola do Barroso II, a diretora do colégio quer passar para a comunidade, que as aulas começaram em julho, agora, porque o Prefeito havia prometido a

escola, fez a escola, a comunidade votou no Prefeito, e não tinha professor para dar aula. As aulas começaram em julho, por pressão da comunidade, e hoje a diretora colocou que para completar o ano letivo, todos os sábados seriam letivos, para completar essa carga horária.

O que está acontecendo no Barroso II? A escola está fechada, não está havendo aula e a diretora estava colocando como se essas aulas estivessem acontecendo. E a comunidade se mobilizou e está fazendo essa denúncia. E não poderia nem ter aula, porque alguns companheiros estagiários bolsistas da UVA, que não receberam, já ameaçaram que vão parar as aulas lá também. Então, é uma farsa, companheiro Deputado Chico Lopes, e temos que colocar essa questão, temos que apurar o que está acontecendo.

Acho que essa relação é promíscua, do ponto de vista da UVA, nesse processo de seleção desses estagiários. Está lá no convênio, que eles teriam que estar sendo acompanhados, pedagogicamente, pela UVA. Nós temos denúncias, hoje, Professor Paulo Petrola, de que está havendo sublocação dessas bolsas, e isso é grave! Nós temos os nomes das escolas, e sabemos onde está acontecendo isso, então a Universidade Vale do Acaraú não pode fazer convênio com uma Prefeitura dessa, que não tem gerenciamento sobre o processo educacional, que hoje pode enlamear a UVA. Então o SINDIUTE está cobrando uma audiência com a Universidade Vale do Acaraú, para que possamos ter a transparência desse processo, e conseguir uma educação de dignidade e principalmente colocar para o Senhor Governador e para os Senhores Prefeitos que hoje o mundo tem, e não é porque os aviões atingiram as “*Torres do Capitalismo*” não, mas hoje eu acho que aquele espírito do “Fórum Social de Porto Alegre” está presente em todos, e ninguém pode se sentir o salvador, e unidos nas nossa divergências, vamos construir uma sociedade diferente.

É essa a palavra da APEOC.

DEBATE

Pergunta nº 01⁵⁰: Bom-dia. Sou professora de contrato temporário. Entrei no Estado em 1998 e me deparei com uma, eu não vou chamar escola pública, porque não tem classificação para o que eu vi na escola pública onde eu estava ensinando, onde havia professores preparados, capazes, sem condições de trabalho, e todos reconheciam essa situação, comentavam baixinho, mas ninguém tinha coragem de denunciar. Que me desculpe o nosso colega Anísio Melo, mas a própria APEOC tinha condições de tomar alguma providência, e não vejo em que ela fez alguma coisa.

Então, eu não sei por que, mas me considero uma formiguinha. Às vezes eu digo assim: *eu sou uma formiga enfrentando os elefantes*. Então os professores se reuniram, e disseram: “*a Terezinha tem coragem de falar alguma coisa,*” e eu não sei o que deu na cabeça deles, lá, não me comunicaram nada, e entenderam de me eleger, por aclamação, Presidenta do Conselho da Escola. Então eu me senti na responsabilidade de fazer alguma coisa, e comecei a ver as coisas, comecei a analisar, fui examinar a Lei do FUNDEF, e posso garantir a todos os senhores aqui presentes, que não falta verba para a educação, a verba existe em Lei, e a Lei do FUNDEF tem subsídios suficientes para a educação, nós só precisamos fiscalizar, cobrar e obrigar que os nossos governantes apliquem as verbas da educação, efetivamente na educação. Porque é inadmissível que as nossas universidades públicas saiam com o pires na mão, pedindo esmola. Os professores da Universidade Federal do Ceará estão em greve, ganhando, com certeza pura, o insuficiente para a sua subsistência, e ainda se fala em privatização das universidades. Nós temos não só que nos reunir, mas temos que agir, e os nossos Deputados que aqui estão, vieram para defender

⁵⁰ Sra. Terezinha Marques.

os interesses da sociedade, e não para aprovar Leis que nada têm a ver com os interesses da sociedade. Nós temos que fazer alguma coisa, e é urgente, pessoal, não podemos mais cruzar os braços.

Eu fiz aqui um relatório com dados, com números concretos, não é história abstrata não, são dados concretos, que se fossem expostos aqui, vocês iriam aproveitar muito, mas infelizmente não tive tempo para falar sobre eles. Eu tive a coragem de dar entrada aqui na Assembléia Legislativa, em um documento dirigido ao Senhor Presidente da Assembléia, com cópias para cada um dos Deputados pedindo, vocês vão achar pretensão minha, mas foi o mínimo que pude fazer, pedindo a substituição do nosso Secretário da Educação, e de outras pessoas.

O que eu quero é que se vocês ainda me encontrarem nessa luta, é uma luta por ordenado digno para os professores, desde o ensino pré-primário, até o nível superior. Professor não é para pedir esmola aos Senhores Governadores não. Muito obrigada.

Pergunta nº 02⁵¹: Boa-tarde. Sou membro da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia do Ceará, e faço parte da Executiva Estadual ligada à UFC, que é o CA (Centro Acadêmico) Paulo Freire da Universidade Federal do Ceará.

Quero registrar aqui, a presença do Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE; do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, do Centro Acadêmico de Pedagogia da Urca; do Centro Acadêmico de Pedagogia da Facet de Itapipoca; da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia da Urca; da Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia da UVA; do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará, e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Vale do Acaraú.

Quero dizer que uma das coisas que mais tem me angustiado no decorrer desses 2 anos de luta, tem sido a divisão

⁵¹ Sr. Paulo Henrique.

do movimento de educadores. É muito triste, em alguns momentos, termos que falar para companheiros amigos nossos, professores, que a formação que está sendo oferecida, chamada de Licenciatura Breve, é uma farsa, é um engodo, é uma mentira do Estado do Ceará. E seria muito bom que pudéssemos falar para os educadores que entraram nesse barco, que a história é diferente. É muito triste termos que ficar de costas para outros educadores. Não era isso, eu acredito, que queríamos, mas é necessário, hoje, e é urgente.

Antes de ler um manifesto e denunciar a UVA e o IVA, eu gostaria de dizer que nós consideramos todos os professores que hoje lecionam na UVA, como companheiros nossos. Nossa briga não é contra os professores da UVA e nem contra a universidade UVA, nossa luta, hoje, é contra um grupo que se apoderou da Reitoria da UVA, e do IVA.

Compreendemos que o Fórum Interinstitucional Sobre a Educação Pública no Estado do Ceará é uma importante iniciativa na construção e na edificação da educação pública e gratuita de qualidade social, e é por isso que o acesso, a permanência e a conclusão, com o sucesso dos educandos na escola, tem que sair dos discursos e das propagandas, para se tornar uma realidade social no Brasil, e para isso consideramos que é preciso uma grande articulação dos que acreditam que a educação não é uma mercadoria. Não construiremos uma nova escola, escondendo o grave problema da repetência, acelerando a aprendizagem, terceirizando o trabalho docente, e obrigando as classes populares a assistirem essa aberração chamada “*Telensino*”.

Os estudantes de Pedagogia do Ceará acreditam na possibilidade de unir todas as forças progressistas deste Estado, na luta e na conquista de uma nova educação, onde a formação de professores leigos não se torne fábrica de diplomas. Toda formação, em qualquer licenciatura, deve acontecer dentro de um ambiente universitário, unindo pesquisa, ensino e extensão. Nenhuma formação, principalmente a de professores, deve ser

breve, porque tem que existir um tempo para a maturação dos conhecimentos aprendidos.

Por defendermos as universidades públicas gratuitas e de qualidade, queremos a prestação de contas públicas dos cursos pagos, de Licenciatura Breve, desenvolvidos pela Universidade Vale do Acaraú UVA e pelo IVA.

Queremos convocar todos que acreditam que a educação pode ser diferente, comprometida com a vida, com o presente e com o futuro da humanidade, para juntos participarmos do I Encontro Nordestino dos Estudantes de Pedagogia, o Noepe, no período de 23 a 27 de janeiro de 2002, em Fortaleza - Ceará. Esperamos, aqui e lá, que a educação seja tratada com o respeito que ela merece.

Pergunta nº 03⁵²: A minha pergunta é para o Professor Paulo Petrola, que estou conhecendo nesse momento. Gostaria de pedir desculpas a ele, pela minha ignorância. É que eu ainda não consigo entender se 2 anos e 4 meses preparam o professor, ou se eles diplomam pessoas ainda ignorantes. Esses dois anos acabam a ignorância, ou diplomam a ignorância? O meu amigo Júnior vai complementar.

Pergunta nº 04⁵³: Sou do DCE (Diretório Central dos Estudantes). Primeiro quero falar com o Senhor Paulo Petrola. Acho que ele deve estudar um pouquinho, qual é realmente o objetivo de um Estado. Ele falou que nos currais eleitorais as pessoas não têm educação, e que o PRE seria uma maneira de conseguir dar educação a esse pessoal. Ora, para que queremos o Estado, afinal? Ele serve simplesmente para pagar salário de Deputado?

Também quero falar que temos que fazer uma desvinculação do IVA e da UVA. A UVA não tem nada a ver

⁵² Sra. Mônica Maia.

⁵³ Sr. Júnior.

com o IVA, o IVA é simplesmente um vírus que atacou a UVA, e que temos que, de alguma maneira, eliminar.

Sobral tem a Deputada Patrícia Gomes, que infelizmente não se encontra aqui, talvez por não concordar com essa nossa ideologia de transformar essa educação neoliberal, em uma educação mais social, mais voltada para o homem, e não para o capital.

Peço também ao Deputado Chico Lopes, que ele desloque esse Fórum lá para Sobral, que é onde está o foco dessa nova metodologia do Senhor Reitor Teodoro e do Senhor Paulo Petrola, para tentar privatizar as universidades. A UVA já está semi-privatizada, e temos que acabar com isso. Nós já pagamos a pós-graduação, nós já pagamos PRE, nós já pagamos taxas, só falta pagar para pisar e sentar nas cadeiras lá.

Eu, como universitário, não quero mais sentar numa cadeira porque eu não sei se ela é do IVA ou se é da UVA, porque eu quero sentar numa cadeira que tenha a placa da UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), gratuita, pública e de qualidade.

O Senhor Paulo Petrola foi muito infeliz nas suas palavras, ao tentar passar que para se educar tem que ser pago. Vivemos em um Estado democrático, e a educação tem que ser gratuita, aliás, já pagamos muitos impostos. Então, quero também que o senhor leia o que está escrito aqui, quando o senhor defendeu o regime especial. Para onde é destinado o dinheiro do PRE?

Pergunta nº 05⁵⁴: Sou estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, curso de 4 anos, quero enfatizar. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é um prazer conhecer o Professor Paulo Petrola, e quero dizer o seguinte: o Deputado Paulo Linhares colocou o dado de que na UVA temos em torno de 4 mil alunos regulares, não considerando, portanto, os alunos do regime especial. Eu pergunto: *onde estão os*

⁵⁴ Sra. Vera.

representantes dos 4 mil alunos da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que não estão aqui presentes?

Pergunta nº 06⁵⁵: Sou estudante do Curso de Pedagogia da UFC, e sou professora de uma escola pública no Município de Caucaia. Quero fazer duas colocações, e uma delas é do colega Pedro, da UFC, e ele coloca: *“como é que se pensa na qualidade da educação, quando se passa alunos sem eles estarem preparados para a série seguinte”*? Estão preocupados apenas com a evasão, esquecendo a qualidade do ensino, nossa realidade vem exigindo um professor diferente, mais preparado, mais qualificado para atender as necessidades da sociedade, e as exigências impostas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), esses projetos procuram avançar no Brasil, inchando as salas de aula, acelerando, telensinando, incluindo sem preparo, sem treinamento, e criando tempo determinado e gratificado, muito bem gratificado, para avançar. Nessa conjuntura, faz-se necessário a valorização do docente, não só a valorização financeira, porque nós não somos mercenários, estamos preocupados com a educação e com a sociedade, como profissionais comprometidos com o desenvolvimento de todas as potencialidades do cidadão, seja criança, adolescente ou adulto. Precisamos repensar os currículos das universidades estaduais e das universidades federais, e precisamos questionar os cursos ali gerados, e duvidar da promessa de formação plena em 2 anos.

Peço desculpas pela minha ignorância, mas a UVA é uma instituição pública, e como é que uma instituição pública cobra taxas, cobra mensalidades? Eu pergunto: *a UVA/IVA é pública ou é privada?* Obrigada.

Pergunta nº 07⁵⁶: A Professora Elza Braga falou uma coisa que acho importantíssima. Sou professor da UVA, e sou também professor da rede estadual de ensino, do Ensino

⁵⁵ Sra. Keline Farias.

⁵⁶ Sr. Joan Anderson.

Fundamental, e uma das coisas que acho extremamente grave, hoje, nessa questão da formação docente, é exatamente a distância entre a universidade e a escola pública do ensino fundamental. Tenho discutido muito isso, no Curso de Pedagogia da UVA, que há uma distância enorme entre a universidade e a escola pública, no Ensino Fundamental, e acho que precisamos discutir isso nos cursos de formação de professores, nos Cursos de Pedagogia e nas demais licenciaturas em nossas universidades

A segunda coisa é a questão da formação de professores do Curso de Pedagogia. É necessária a expansão dessa formação docente, não tenho nenhuma dúvida, não tenho absolutamente nenhuma dúvida disso. Portanto, defendo abertamente a expansão da formação docente, em larga escala, agora, a formação com um curso, primeiro que não seja pago, e segundo, para os professores da rede pública, e em outros moldes que não os que estão colocados na UVA, na UECE e na Universidade Federal do Ceará, não vamos dizer que só os da UVA, nessa história não. E na URCA também, que inclusive pode não ter regime especial, mas está lá nos cursos regulares, sucateados. E também é preciso discutir esse sucateamento não só na formação especial não, mas também nos cursos regulares de formação de professores, nessas universidades públicas cearenses. Isso tem que ser discutido com as Secretarias Municipais da Educação, e com os professores, nos Municípios. É preciso discutir em que molde vai se dar esse curso.

A última coisa é a democratização do ensino. O Ceará efetivamente tem democratizado o ensino, tanto que é possível sair da 4º série do Ensino Fundamental e concluir o ensino superior, em 3 anos e meio: 1 ano para o Ensino Fundamental Tempo de Avançar; 1 ano para o Tempo de Avançar Ensino Médio e 1 ano e meio para o ensino superior. Em 3 anos e meio o aluno pode sair da 4º série do Ensino Fundamental e concluir o ensino superior. Isso é efetivamente democratização, ou não? E

rapidinho, se brincar, em menos de 6 meses ele faz o mestrado e o doutorado, daqui a pouco.

Outra coisa: saio feliz aqui desse Fórum hoje, por todo o significado dele, mas principalmente por uma coisa: até agora, onde eu chegava e dizia: *sou professor do Curso de Pedagogia da UVA*, as pessoas torciam a cara, viravam de banda, e hoje, pela primeira vez estou vendo publicamente se assumir: *“o problema não é só da Universidade Vale do Acaraú, é também da UECE, da UFC, da Urca e de todas as universidades públicas do Estado do Ceará”*.

Faço uma defesa apaixonada, do Curso de Pedagogia da UVA, e os meus alunos que estão aqui, sabem muito bem disso. Mas faço essa defesa, como faço também a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, procurando, dentro desse Curso e dessa universidade, atender os interesse dos filhos dos trabalhadores deste Estado e deste País.

SRA. ELZA BRAGA: Antes de eu responder as perguntas, ou tentar responder, vou dizer uma coisa que eu gostaria de compartilhar com vocês. Talvez alguns até saibam o quanto é difícil ser Pró-Reitora de Graduação, nessa conjuntura que estamos vivendo. Tem horas que tenho vontade de desistir, sinceramente. É uma adversidade incrível que vivenciamos, e quem conhece um pouco do trabalho que estamos desenvolvendo, um trabalho ultracompartilhado sabe muito bem como é. Nós criamos, depois que assumi a Pró-Reitoria de Graduação da UFC, oito comissões, com a representação de todos os Centros e Faculdades, para diminuir o fosso entre a Pró-Reitoria e a comunidade acadêmica. São oito comissões, cada uma delas com nove professores e com dois representantes da Pró-Reitoria, para tentarmos galgar uma revolução, ou mudanças significativas no ensino de graduação na UFC. E o nosso grande foco são as 14 licenciaturas que nós temos, mas não é fácil, e não é fácil porque sempre pensamos que a UFC está na vanguarda, e muitas vezes encontramos muita resistência dentro da UFC, para a mudança.

Noutro dia eu estava comentando que precisei ocupar esse cargo para ver como a UFC tem focos conservadores dentro dela, focos de resistência às mudanças. e isso mostra como a questão é complexa, ou seja, essas análises, às vezes muito dicotomizadas: o bem e o mal; o Estado e a sociedade, às vezes empobrecem, porque o que existe, na realidade, é um conflito muito grande dentro desses blocos, que não são blocos monolíticos, as divergências perpassam as instituições. Então, não é tão fácil criarmos essas dicotomias, porque às vezes avançamos pouco, nelas. Então, essa introdução é um pouco para entrar na questão do CETREDE, como foi colocado pelo Professor Paulo Petrola, de uma forma correta, com relação a essa ambigüidade que existe. Entretanto, o que posso dizer, acho que não vou poder responder, Professor Paulo Petrola, na integralidade, a sua pergunta. Acho que se o Professor Roberto Cláudio estivesse aqui, ele poderia complementar melhor, entretanto, vou dizer o que está ao meu alcance, em termos de informação.

Não sei se vocês sabem, mas o CETREDE é uma entidade pública sem fins lucrativos. O CETREDE tem uma vinculação com a Universidade Federal do Ceará, mas não é uma vinculação acadêmica. Por exemplo, nada do que o CETREDE faz, passa pela discussão da Pró-Reitoria, então ele tem uma margem de autonomia de propor cursos, sobretudo esses cursos de extensão, que não passam pela Pró-Reitoria. Então eu não tenho como responder essa questão na sua integralidade. Entretanto, parte desses cursos da UVA o CETREDE faz a administração financeira. É como o IVA faz a administração financeira. Então o CETREDE faz essa administração financeira e há toda uma contratação de professores, seja da UFC, seja da UVA, seja da Urca, seja da UECE. Agora, esses professores que estão trabalhando nesses programas da UVA, não têm delegação das universidades, eles têm contrato individual. Então, embora eles sejam dessas universidades, não há um compromisso institucional

com essa proposta desse curso que vem sendo administrado pela UVA, e gerenciado, financeiramente, pelo CETREDE.

Com relação a essa nota, não sei qual é a nota que você falou, por isso que eu não posso entrar nos detalhes. Uma vez eu conversei com o Professor Roberto Cláudio, sobre uma faixa que eu vi, fazendo propaganda desses cursos, onde tinha a logomarca da UFC num canto, e eu coloquei para o Professor Roberto Cláudio, essa questão, sobre qual era a participação que a UFC teria com isso. Do ponto de vista acadêmico e pedagógico, nós não temos nenhuma gerência sobre esses cursos, esses cursos nunca foram discutidos na Pró-Reitoria.

Acho que exercitar a crítica é muito positivo, mas uma coisa que às vezes me preocupa é que acho que não devemos queimar as nossas energias criticando algumas experiências que algumas pessoas julgam que não são corretas, do ponto de vista da formação. Acredito que muitos desses cursos podem até não formar, e sim titular, entretanto, acho que não devemos esgotar as nossas energias na crítica, mas devemos canalizar as nossas energias mostrando que outras experiências são possíveis de serem construídas.

Acho que com o Magister, as críticas que possamos fazer, porque ele não é um programa perfeito, ele foi a demonstração concreta que a UFC deu, de que é possível elaborarmos uma proposta noutras bases. Acho que às vezes o exercício da crítica é muito positivo, mas também temos que arregañar as mangas e propor algo diferente. Acho que foi isso que nos moveu a ofertar o Magister, que é um curso que tem 1100 alunos que nós acolhemos, e não foi fácil, da noite para o dia, termos 1100 alunos a mais. Foi muita coragem, foi muita ousadia! As dificuldades são grandes também no Magister.

A segunda questão é com relação à distância, que o colega colocou, entre a universidade e a escola pública. Eu concordo, nós não vamos conseguir lograr uma nova proposta de formação de professores, se não mantivermos esse diálogo com a escola

pública. Tanto é, que nesse sentido estamos fazendo várias investidas, e uma delas é o “*Trocas Cidadãs*”, que não vai dar tempo eu falar aqui. O Trocas Cidadãs está ofertando vários cursos em 15 escolas públicas situadas em torno do Pici, do Porangabussu e do Benfica, no sentido de criar uma articulação mais orgânica e mais permanente, e menos episódica, com a escola pública. São vários projetos que estão em andamento, como o projeto de direito para as comunidades; o projeto de prevenção das drogas; o projeto sobre sexualidade; o projeto sobre recreação infantil; os projetos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de prevenção do câncer, sobretudo do câncer ginecológico, etc.

E uma outra demonstração dessa busca é o Fórum das Licenciaturas. Nós temos um Fórum Interno de Licenciatura, e estamos construindo um Fórum de Licenciatura com as outras universidades, e incorporando as entidades ligadas ao movimento dos professores. Então, reconheço que isso é insuficiente, mas é alguma coisa no sentido de redefinir a nossa prática, e fazer da educação, não uma prestação de serviços, mas a educação como o direito da cidadania. Sem educação, gente, a sociedade brasileira não vai rumar para lugar nenhum! A educação deve ser a vanguarda do processo de transformação da sociedade, mas acho que a educação está a reboque. Vejo muita gente falar o seguinte: “*a educação tem que se adequar às mudanças que a sociedade está fazendo*”, mas acho que a educação deveria estar propondo, deveria estar na vanguarda das transformações que estão aí. Se assim fosse, estávamos justamente utilizando essas tecnologias que estão aí, não a serviço de um projeto hegemônico, mas para um projeto de uma sociedade. E o Fórum Social Mundial, para quem está acompanhando a discussão, é um fórum para nos aglutinarmos e mostrarmos que a construção de um novo mundo é possível. Obrigada.

SR. FÁBIO PERDIGÃO: Primeiro quero parabenizar os organizadores deste Fórum, deste evento. Esses momentos

deveriam se repetir com maior frequência, no Estado Ceará. O papel das Pró-Reitorias de Graduação, como disse a Professora Elza Braga, é muito difícil, é um papel de articulação política, que envolve uma gama muito grande de professores, de alunos, de representantes estudantis, de coordenações de cursos e de direções acadêmicas, onde o pensamento é muito diferente entre os diversos grupos e entre as diversas pessoas. Realmente, articular a política de graduação de uma universidade do porte da UFC, do porte da UECE, da Urca e da UVA, não é tão fácil. São 40 cursos regulares de graduação da UECE, e são 21 mil alunos, e desses 21 mil alunos, 17.800 são alunos regulares de graduação. É extremamente complexa, a gama de problemas e de dificuldades para se fazer um ensino de qualidade, na atual realidade.

Eu gostaria de dizer para o professor que falou aqui que em 3 anos e meio se sai da 4ª série do Ensino Médio para a universidade, que essa é uma preocupação muito grande, e eu concordo em boa parte, com o que ele falou. Nós não devemos realmente ceder à tentação do aligeiramento, e falo isso com a propriedade de uma universidade, a UECE, que em 1997 criou o programa chamado de Licenciaturas Breves que não tem nada de breve, em sua formação, porque formar um professor de 1ª série à 4ª série, que já está no ensino, que já está na sala de aula do Município, em 2 anos, em dois anos e meio, aproveitando a sua prática pedagógica durante dois anos e meio, como prática de ensino, não é aligeirar. Essa experiência é tão importante, que no ano 2000, quando finalmente a Secretaria da Educação acordou para a formação dos seus professores, e convocou as universidades públicas, para discutirem um programa, que hoje é o Magister, a proposta apresentada pela Universidade Estadual do Ceará foi a de um curso para a formação de Ensino Médio, que não poderia ser inferior a 3 anos, 3 anos e meio.

Olhe, nós temos cursos regulares, na UECE, que duram três anos e meio, que é o Curso de Ciências Biológicas, ou seja, o Programa Magister tem o modelo semelhante ao dos nossos

programas regulares. A proposta aprovada pelo Magister, em sua essência, 90% dela foi elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual do Ceará, com a contribuição das outras universidades, que não tinham tanta experiência. A Universidade Federal do Ceará estava entrando no processo, naquele momento, e contribuiu com algumas idéias fantásticas, na distribuição das competências e dos programas de formação. Conseguimos fazer um programa que todas as universidades abraçaram.

A Professora Elza Braga diz que ficou com 1100 alunos de uma vez só. Professora Elza Braga, na UECE nós recebemos foi 3000 alunos de uma única vez, em todo o Estado. É pesado, é muito pesado, é uma responsabilidade muito grande, porque você tem que garantir professores de qualidade, para esses cursos de formação específica. E repito é necessário ao Estado do Ceará, o curso Magister com 3 anos, com 3 anos e meio de duração, na formação de professores do Ensino Médio, é extremamente necessário, porque esses professores jamais teriam a condição de vir a Fortaleza, fazer uma Licenciatura Plena em regime regular. Agora, a fiscalização da qualidade desse ensino é fundamental, e isso não pode ser perdido de vista. As universidades que criaram o programa, porque apesar da proposta ser majoritariamente nossa, em termos de criação inicial, ela foi feita a quatro mãos, pelas três universidades públicas, e pela Universidade Federal do Ceará.

A UNIFOR foi convidada a participar da elaboração do programa, mas ela preferiu não participar da elaboração desse programa. Então, foi um programa feito a quatro mãos, mas na hora de você fiscalizar esse programa, cada universidade tem a sua responsabilidade. E a Professora Elza Braga sabe muito bem que uma coisa é você tomar para si a responsabilidade dessa formação e criar oportunidade para milhares de pessoas mas se você, como administrador público não tiver um mecanismo eficiente para a fiscalização da qualidade desse ensino, nós corremos o risco de fazer uma formação de baixa qualidade, e

essa preocupação a Universidade Federal do Ceará tem, a UECE tem, a UVA tem e a Urca tem, para o Programa Magister.

Nós temos que continuar a pensar na educação do Ceará nos próximos 10 anos, e não podemos achar que esses programas de hoje vão resolver o nosso problema para o futuro, porque não vão resolver. Nós temos que expandir as vagas do ensino regular, e temos que expandir o número de sedes regulares das universidades, no interior do Estado. Esses programas são para resolver um problema que existe hoje, mas a formação de professores no interior do Estado, é um problema muito maior, e se nós não tivermos as universidades unidas com as classe sindicais, nós não vamos conseguir avançar.

Gostaria de agradecer o convite feito, e dizer que a Universidade Estadual do Ceará continua de portas abertas ao debate, à discussão e a participar de momentos como este. Obrigado.

SR. PAULO PETROLA: Acho que o representante da APEOC falou uma das condições para que as coisas funcionem bem, e o que nós queremos é transparência. Então, acho que esse debate de hoje é uma coisa muito boa, mas que ele seja o início de um longo debate, porque aqui estão em questão, coisas altamente básicas e fundamentais, não é só o problema dos estudantes universitários, não é só o problema dos estudantes dos cursos de Pedagogia, é o problema da sociedade cearense. Então, um defeito que tem aqui nesse debate, é que estão discutindo aqui, a questão dos cursos breves, a questão das licenciaturas de 2 anos. Se manifestaram vários estudantes, mas só estudantes dos Cursos de Pedagogia de 4 anos, e a democracia exige que estivessem aqui também, um grande grupo de alunos dos cursos de 2 anos, para também se manifestarem.

O que quero sugerir é que levemos esse debate em frente. Vamos pegar os alunos dos Cursos de Pedagogia, e levar esse debate para a frente?

Nós temos, em vários lugares do Estado, alunos desses cursos de 2 anos, que já estão formados, e que são professores formados pela UECE, são professores formados pela Urca, são professores formados pela UVA. Então, vamos pegar o DCE aqui, e fazer um debate de vocês com os alunos que já se formaram, essa é que é a idéia, porque vocês estão aqui julgando que esses cursos não têm validade, não têm qualidade, mas vamos examinar os alunos que estudaram nesses cursos, aqueles alunos lá dos Municípios mais pobres. Lá na minha terra o Município de Arneirós, tem o curso da Urca, e tem 42 professores, e eu acho que lá é o Município mais pobre do Ceará. Então, vamos lá, discutir com eles, para saber se eles estão achando esses cursos ruins, para saber se eles estão achando que esses cursos não têm qualidade? Agora, vocês se julgarem no direito de condenar os outros, sem os outros se manifestarem, isso é democracia?

Olha, tem muita gente formada através desses cursos, e eu digo isso para vocês, porque fui professor da UFC, já me aposentei, e sou professor da UECE, e digo que tem muitos alunos desses cursos, que são superiores a vocês, alunos da UFC e da UECE, mas muitos alunos mesmo, não são pouco não.

Vocês estão vendo que isso é uma arbitrariedade. Por que não permitir que eles se manifestem? Estou fazendo uma proposta, porque estou respondendo a avaliação desses cursos, então, vamos avaliar realmente de uma maneira desapassionada, objetivamente, as qualidades desses cursos. Vocês estão confundido uma coisa que não tem nada a ver: a qualidade do curso, com a duração do curso. Um curso pode ser de 2 anos, e ter uma qualidade muito melhor do que um curso de 4 anos. Não precisa nem esperar pela resposta, a qualidade não tem nada a ver com a quantidade. Essa tendência do curso de 2 anos, hoje, é uma tendência mundial. Na Alemanha, nos Estados Unidos, todos os cursos estão diminuindo o período, agora, estão substituindo pela educação continuada, essa é que é qualidade do ensino.

Nós temos que ter cuidado com as nossas atitudes, porque pensamos elas são progressistas mas, no final, não são. Um aluno reclamou que a UVA estava proibida de fazer vestibular para esses cursos, porque o Governador do Estado havia proibido. A luta da UVA é para defender a sua autonomia. Você está defendendo uma tese que é a tese mais reacionária que pode haver, em matéria de UVA que é acabar com a autonomia da UVA. A UVA só vai fazer o curso que o Governador quiser? Precisamos ter cuidado com essas manifestações, porque, impensadamente, se está a serviço do atraso, se está contra as coisas que você pensa que está defendendo. Então, essa é a tese mais reacionária, dentro da UVA que é querer acabar com a autonomia da UVA.

Poderíamos reavaliar esses cursos, e a pergunta é a seguinte: *quem é que tem direito à educação superior?* É exatamente o que a UVA, a UECE e a Urca estão fazendo, universalizando o ensino superior. Você não pode defender uma tese, e ser contra a realização dessa tese.

Quero dizer que o processo de transformação da sociedade cearense continua, e as universidades públicas estaduais estão à frente desse processo, e vamos ver, dentro em breve, o resultado maravilhoso do que as universidades estaduais estão fazendo.

Agradeço a todos, principalmente aos alunos dos Cursos de Pedagogia e aos alunos da UVA, e estou disposto a discutir com vocês, qualquer assunto em nível de discussão universitária. Muito obrigado.

SRA. ROSA DA FONSECA: Acho que não é questão de objetividade, é porque o tempo é pouco. A primeira proposta que quero fazer para a tarde, é que pensemos numa possibilidade de realizarmos um seminário para discutir especificamente sobre a formação do professor. É impossível discutir um tema tão complexo, dentro de uma mesa redonda, em 2 horas. Não quero dizer, com isso, que não é fundamental, mas que realmente possamos continuar.

Quero, só para encerrar essa parte, porque realmente não vai dar tempo entrar no mérito, primeiro dizer a todos que estão aqui, que o SINDIUTE completa, este ano, 10 anos de lutas, e a nossa trajetória tem sido exatamente a de aliar a nossa atividade de mobilização, com propostas alternativas a todas as políticas que vêm sendo colocadas pelos governantes. Então, quando o Governo Ciro Gomes apresentou a proposta que ele chamou de uma “*Revolução de uma Geração*”, que na verdade já era a implantação desse modelo atual de educação, o SINDIUTE apresentou um projeto alternativo que nós chamamos, na época, de “*Escola Pública do Trabalhador*;” o SINDIUTE apresentou um projeto alternativo de financiamento, contrapondo-se ao FAD; apresentamos um projeto alternativo ao projeto de municipalização; apresentamos um projeto alternativo em relação à gestão escolar, e apresentamos proposta com relação à formação.

Então, nós entendemos que hoje está colocado, e aí eu quero fazer um chamamento aos estudantes que estão aqui, para que possamos dimensionar que não é só a educação que é mercadoria, na sociedade capitalista, nós, pessoas humanas, também somos mercadorias, na medida em que vendemos a nossa força de trabalho, para valorizar o valor e o movimento operário tradicional tem se limitado a lutar pela melhoria das condições de vida dessa mercadoria, ao lutar por melhores salários e por melhores condições de trabalho.

O que nós estamos colocando hoje, companheiros e companheiras, é o desafio de termos uma educação que aponte uma perspectiva de emancipação, no sentido de dissolvermos a condição de mercadoria da pessoa humana, e podermos realmente colocar a pessoa humana em atividades criativas e produtivas, para produzir bens, para atender as necessidades humanas, usando essa tecnologia que está aí, e não para a tarefa irrealizável de melhorar ou de humanizar esse sistema que está aí.

Portanto, que nós possamos colocar na nossa agenda, inclusive vamos lutar para que a ação global dos povos coloque também na sua agenda, porque hoje não se trata apenas de lutar contra a globalização, ou tachar o capital estrangeiro, porque o que está sendo necessário é repensar uma sociedade que realmente vá além do capital e, portanto, além do Estado, como uma instituição que tem como objetivo, na sua origem, regular a relação da sociedade com a economia, que é uma economia capitalista. Portanto, entendemos que o que está em jogo são projetos diferentes, e o SINDIUTE é combatido por isso.

O SINDIUTE não tem nenhum convênio de assessoria técnica, nem com a Secretaria da Educação do Município, nem com a Secretaria da Educação do Estado. Faz tempo que a Secretaria da Educação do Estado cortou o desconto da consignação dos sócios do SINDIUTE. O SINDIUTE não tem nenhum diretor liberado para fazer atividade em Fortaleza, quanto mais no interior. E nós, temos clareza de que é por isso, é porque nós defendemos um projeto alternativo da sociedade, de pessoa humana e de educação, portanto, é importante que possamos estabelecer essa unidade, mas a unidade não só para combater os efeitos dessa política, e aí eu volto a insistir, realmente entendemos que o Magister tem uma característica diferente, no entanto queremos chamar os companheiros professores da UFC, que inclusive conosco batalharam pelo Magister, para que eles possam realmente suspender as atividades do Magister, enquanto a Universidade Federal do Ceará está em greve. Acho que essa é uma questão que diz respeito à luta em defesa da educação, e não dá para separar uma coisa da outra.

Quero chamar os estudantes dos Cursos de Pedagogia, para que possamos colocar na agenda, essa discussão: “*A Educação para a sociedade, para a pessoa humana*”. Nós temos muito clara uma proposta, e vamos realizar um seminário, na segunda quinzena de outubro, para discutir essa proposta: “*Uma educação para a emancipação*”, e quero convocar os estudantes e

os professores, para que realmente possamos ousar, para enfrentarmos esse desafio não só de ver como tratamos essa questão imediata, porque não podemos deixar de tratá-la. Taí o SINDIUTE, numa luta danada para o Prefeito não tirar os mínimos direitos que os professores ainda têm, no entanto, estamos convencidos de que não podemos mais ficar nesse modelo que está aí.

O melhor de nós, dos nossos corações, das nossas mentes, com certeza deve se colocar na perspectiva não só de refletirmos teoricamente sobre a natureza dessa crise e sobre a possibilidade colocada hoje para a humanidade, de realizar uma sociedade emancipada, mas também que possamos construir um movimento real, que não será de nenhum “*Messias*” e nem de nenhum “*salvador da pátria*” mas será um movimento de milhões de pessoas que possam se constituir como sujeitos dessa transformação, na perspectiva da emancipação. Muito obrigada.

SR. ANÍSIO MELO: Quero me despedir, mas acho que a parte mais importante, o complemento desse Fórum é essa parte da agenda, é procurar tirar uma agenda de continuidade. Alguns companheiros não conseguiram se expressar, mas esse Fórum tem que ter a meta principal de ter continuidade, e agregar outros setores.

Do ponto de vista do debate, acho que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) tem uma discussão com os sindicatos, na questão da prioridade na construção de cargos e carreiras com relação ao magistério, que contemple também a questão dos funcionários, a luta para que os professores tenham esse plano de carreira, mas que os trabalhadores em educação, em geral, também o tenham.

Na questão da formação, uma proposta da CNTE é a discussão da formação inicial e continuada, a profissionalização do pessoal do nível técnico, que está nas escolas, que também são trabalhadores em educação, e que não são construídas propostas para esses companheiros. E na questão salarial, a defesa de um

piso salarial nacional, onde as desigualdades regionais sejam ultrapassadas por uma luta mais geral. E também construir uma agenda. No dia 3 de outubro haverá uma marcha nacional em defesa da educação, como tem aqui o slogan: *“Ou a gente marcha, ou a gente dança”!*

E na perspectiva do companheiro, que colocou que em 3 anos e meio a pessoa pode chegar a terminar o nível superior, com um agravante, que ainda tem uma bonificação no Tempo de Avançar. Quem consegue atingir, tem uma premiação para os professores, pelo número de alunos aprovados. Em Caucaia tinha uma gratificação de 100%, para aqueles professores que diminuíssem a evasão e a repetência, isso está incluído no edital do concurso, em Caucaia.

Então, são essas aberrações que temos que denunciar, na perspectiva não só da crítica, Professor Paulo Petrola, mas no sentido delas serem apuradas. Acho que essa relação que foi colocada aí, não do ponto de vista do juízo de valor, mas da relação da UVA com a Prefeitura de Fortaleza, principalmente, tem que ser uma denúncia que fazemos, porque é um convênio da UVA com a Prefeitura de Fortaleza, e esse convênio não tem sido feito, conforme estamos apurando, de maneira transparente. É isso que a APEOC quer, é atuar neste debate, é chamar os companheiros para essa luta mais geral, que é a luta por uma melhor educação, e que nós, apesar das nossas divergências, podemos construir.

COLABORADORES

Ana Eulália Leite Arnaldo

Ana Iório Dias

Antônia Lis de Maria M. Torres

Carla Maria Marques Leal

Cecília Lacerda

Cosmo Eliezer Gomes

Cristiane Borges Braga

Edite Colares

Edvar Costa

Elaine Vieira Lima

Fátima Ribeiro

Flavia Alves de Souza

Francisca Aila Souza Leandro

Francisco das Chagas Loyola

Geisi Siqueira Alves

Inácio Carvalho de Arruda Coelho

Inês Prata Girão

Jaana Flávia Fernandes Nogueira

Janete Barroso Batista

Janice Débora de Alencar Batista

Jaqueline Cavalcante Alencar

Maíra de Araújo Mamede

Maninha Moraes

Maria José Novaes
Maria Luiziane Oliveira Cavalcante
Maria Vieira Lira
Maria Zilmar Queiroz
Nágyla Maria Galdino Drumond
Neide Aparecida de Freitas Souza
Patrícia Targino da Silva
Rosimeire Costa
Ruth de Paula
Sâmia Lena de Souza
Sebastiana F. dos Santos
Silvina Mônica Moreno
Socorro Medeiros
Sônia Ma. Pinheiro de Barros
Tatiana Pessoa de Azevedo
Tereza Porto
Tereza Rocha
Virema Maria Alves Silva
Wanderley Gradela Filho
Zuleide Queiroz



Mesa Diretora 2001 – 2002

Dep. Welington Landim
Presidente

Dep. Vasques Landim
1º Vice - Presidente

Dep. José Sarto
2º Vice - Presidente

Dep. Marcos Cals
1º Secretário

Dep. Giovanni Sampaio
2º Secretário

Dep. Eudoro Santana
3º Secretário

Dep. Domingos Filho
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Alberto Teixeira

Gráfica do INESP
Coordenação: Sidney Aragão
Diagramação: Mário Giffoni
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 277-2915
Fax: (0xx85) **277-2914**



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br



POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA^{*57}

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, ***EU ME COMPROMETO*** - em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

⁵⁷ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência.

Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembléia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.